



COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Perspectivas sobre ativismos e crises

Daniel Reis Silva

Mônica Cristine Fort

Ricardo Ferreira Freitas

ORGANIZADORES





COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Perspectivas sobre ativismos e crises

Daniel Reis Silva

Mônica Cristine Fort

Ricardo Ferreira Freitas

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Carlos Frederico de Brito d'Andréa

Sub-Coordenadora: Ana Carolina Vimieiro

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal

Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)

Benjamim Picado (UFF)

Cezar Migliorin (UFF)

Elizabeth Duarte (UFMS)

Eneus Trindade (USP)

Fátima Regis (UERJ)

Fernanda Duarte (NCSU/EUA)

Fernando Gonçalves (UERJ)

Frederico Tavares (UFOP)

Iluska Coutinho (UFJF)

Ítania Gomes (UFBA)

Jorge Cardoso (UFRB | UFBA)

Kati Caetano (UTP)

Luis Mauro Sá Martino (Casper Libero)

Marcel Vieira (UFPB)

Mariana Baltar (UFF)

Mônica Ferrari Nunes (ESPM)

Mozahir Salomão (PUC-MG)

Nilda Jacks (UFRGS)

Renato Pucci (UAM)

Rosana Soares (USP)

Rudimar Baldissera (UFRGS)

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas ad hoc.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo PPGCOM/UFMG, disponíveis em:
<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C731 Comunicação organizacional [livro eletrônico] : perspectivas sobre ativismos e crises / organizadores Mônica Cristine Fort, Daniel Reis Silva, Ricardo Ferreira Freitas. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85915-36-6

1. Comunicação organizacional. 2. Relações públicas. 3. Ativismo. 4. Crise. I. Fort, Mônica Cristine. II. Silva, Daniel Reis. III. Freitas, Ricardo Ferreira.

CDD 809.935

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI - 10.64275/dm06co04

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFMG, 2025.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG

Bruno Guimarães Martins

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Borges

Iara Mendes dos Santos

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Bruno Guimarães Martins

Daniel Melo Ribeiro

Tiago Barcelos Pereira Salgado

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Hannah Luiza Patrocínio Baudson

Ettore Stefani de Medeiros

REVISÃO

Renata Andreoni

ASSISTENTE EDITORIAL

Rannyson da Silva de Moura

Apoio:



■ SUMÁRIO

Apresentação 11

COMUNICAÇÃO, ORGANIZAÇÕES E ATIVISMOS

CAPÍTULO 1

Formas do ativismo na cidade: uma ilustração do imaginário coletivo na atmosfera sensível contemporânea 21

Fabio La Rocca

CAPÍTULO 2

Press Start ou Game Over: um estudo sobre resistência em uma comunidade fechada de jogadoras on-line 37

José Messias e Catherine Moura

CAPÍTULO 3

Conexões entre ativismo corporativo e comunicação pública da ciência 57

Inara Regina Batista da Costa

CAPÍTULO 4	
Ativismo, relações públicas e cidadania para pessoas com deficiência	75
<i>Patrícia Carla Gonçalves Salvatori</i>	
CAPÍTULO 5	
Arte situada e a descolonização do conhecimento e do olhar	97
<i>Fernando Gonçalves</i>	
CAPÍTULO 6	
Neofanfarras cariocas: música, cidade e a(r)tivismo	121
<i>Cíntia Sanmartin Fernande, Victor Belart e Flávia Magalhães Barroso</i>	
CAPÍTULO 7	
Ativismos e organizações: uma abordagem de governança para a reflexividade do ativismo de marcas	145
<i>Ágatha Camargo Paraventi</i>	
CAPÍTULO 8	
Da privatização à politização: infância, vivências digitais e direitos	171
<i>Renata Tomaz</i>	
CAPÍTULO 9	
Caminhos para a construção da Interculturalidade: a relação entre a Extensão Universitária e a Comunicação Pública no NEABI - IFPR	189
<i>Juliana Marques Borghi e Claudia Irene de Quadros</i>	
CAPÍTULO 10	
Para que todos caibam no mundo: histórias de vida, construção de memórias em rede e mobilização social	211
<i>Luísa de Souza Rocha Camargos e Danusa Tederiche Borges de Faria</i>	

CENÁRIOS DE CRISE E COMUNICAÇÃO: INTERFACES ENTRE ORGANIZAÇÕES, SAÚDE COLETIVA E TRABALHO

CAPÍTULO 11

- Prevenção à próxima epidemia: organização para reduzir a desigualdade por meio do Movimento Cooperativista Sindical 233
Heather M. Zoller

CAPÍTULO 12

- O desafio da pandemia em narrativas e estratégias de comunicação pública 259
Marcos Fábio Medeiros Vieira, Denise Salles da Costa Oliveira e Paulo de Tarso Ferreira de Carvalho

CAPÍTULO 13

- Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais 279
Márcio Simeone Henriques

CAPÍTULO 14

- A comunicação no contexto organizacional das plataformas digitais de trabalho de cuidado 293
Claudia Nociolini Rebechi

CAPÍTULO 15

- Entre o público e a organização: assimetria, distorção e diálogo na comunicação 311
Fiorenza Zandonade Carnielli

- Sobre as pessoas autoras 333

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria e satisfação que apresentamos o livro *Comunicação Organizacional: perspectivas sobre ativismos e crises*. Os autores são professores e pesquisadores convidados às palestras e mesas de discussão dos congressos 2021, 2022 e 2023 da Associação Brasileira de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – Abrapcorp. A primeira seção, *Comunicação, organização e ativismos*, traz artigos do evento realizado em maio de 2023 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). O congresso se consolidou como um importante espaço de reflexão e debate sobre a comunicação organizacional e suas intersecções com o ativismo, a cidadania e a inclusão social.

Os textos reunidos neste volume se debruçam sobre o papel da comunicação – especialmente sob a perspectiva organizacional – na luta por realidades mais igualitárias, assumindo o compromisso com a construção de diálogos voltados ao desenvolvimento social e à superação das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a ideia de ativismo emerge como tema de interesse crescente de diversas empresas, seja na pro-

posição de novas práticas comunicacionais no âmbito das organizações ou no relacionamento com o seu público.

A conferência de abertura, proferida pelo sociólogo Fabio La Rocca, nos convidou a refletir sobre a essência do conhecimento e a construção de um imaginário coletivo, estabelecendo um diálogo profundo sobre a realidade e a verdade que permeiam nossas vivências nas cidades. Nesta obra, no capítulo *Formas do ativismo na cidade: uma ilustração do imaginário coletivo na atmosfera sensível contemporânea*, o autor, que é professor e pesquisador na Université Paul-Valéry Montpellier 3, França, nos instiga a observar o espaço urbano como um palco de ação e interação social, onde os ativismos se manifestam de diversas formas.

Também participou da abertura do Congresso o pesquisador José Messias. Para este livro, além das contribuições apresentadas no evento realizado na Uerj, Messias, em coautoria com Catherine Moura, apresenta o texto *Press Start ou Game Over: um estudo sobre resistência em uma comunidade fechada de jogadoras on-line*, em que exploram a resistência em comunidades de jogadoras online. Os autores concluem que a trajetória dos jogos eletrônicos espelha as mesmas dinâmicas de invisibilidade, objetificação e hierarquização presentes na sociedade. A questão não se limita apenas à ausência de representatividade ou à hipersexualização de personagens femininas, mas está enraizada nas próprias fundações da produção e do consumo de jogos, que reforçam desigualdades estruturais.

As pesquisadoras Inara Costa e Patrícia Salvatori, durante o Congresso, participaram da mesa intitulada *Comunicação organizacional e ativismos nas cidades*. Nas contribuições para este livro, Inara Costa, no capítulo *Conexões entre ativismo corporativo e comunicação pública da ciência*, analisa a interseção entre ativismo e comunicação pública da ciência, tomando como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A autora trata da compreensão de ativismo como ação voltada à transformação da realidade, destacando a importância dos ODS – propostos pela ONU no âmbito do Pacto Global – como diretrizes prioritárias para decisões e ações organizacionais. Também enfatiza o papel das universidades públicas

e instituições científicas na promoção dos ODS por meio da comunicação científica direcionada à sociedade.

Patrícia Salvatori apresenta um estudo sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. Baseado em sua tese de doutorado, o capítulo *Ativismo, relações públicas e cidadania para pessoas com deficiência*, analisa o potencial das relações públicas ativistas na promoção da cidadania de pessoas com deficiência intelectual e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Aborda as barreiras sociais e atitudinais enfrentadas por essa população e destaca o papel histórico da exclusão e da institucionalização. O ativismo é visto como ferramenta para reconstrução identitária e empoderamento. A autora examina como as redes sociais têm sido usadas por organizações e familiares ativistas e propõe uma categorização do ativismo digital. Também realiza entrevistas com ativistas-mães para aprofundar a compreensão do engajamento cívico e afetivo.

Em *Arte situada e a descolonização do conhecimento e do olhar*, Fernando Gonçalves propõe uma crítica ao pensamento hegemônico que ainda persiste em nossa sociedade. O autor defende que práticas artísticas contemporâneas podem contribuir para a descolonização do conhecimento ao desafiar o pensamento ocidental universalizante. A partir da noção de *arte situada*, explora como artistas racializados e LGBTQIAPN+ criam obras baseadas em suas vivências e territórios. Destaca-se o uso da fotomontagem e da foto-instalação como estratégias para reescrever histórias e curar traumas coloniais. Exemplos de artistas como Rosana Paulino, Gê Viana, Joelington Rios, Ayrson Heráclito e Castiel Vitorino ilustram como a arte pode agir enquanto crítica cultural, produção de conhecimento e mediação política e afetiva.

Nessa seção do livro, Cíntia Sanmartin Fernandes, Victor Belart e Flávia Magalhães Barroso dialogam com Gonçalves ao proporem o capítulo *Neofanfarras cariocas: música, cidade e a(r)ativismo*. O texto analisa o surgimento e a expansão das neofanfarras cariocas como expressões culturais híbridas que unem música, ativismo político e ocupação urbana. Surgidas no Rio de Janeiro entre 2000 e 2010, segundo os autores, essas bandas de sopro realizam “ataques” musicais pelas ruas, reivindicando o direito à cidade e promovendo

uma estética e ética próprias. O estudo ressalta o caráter nômade, ativista e performativo dessas manifestações, associando-as a práticas de resistência e ressignificação do espaço público. As neofanfarras são interpretadas como redes culturais que articulam identidades, afeto e política.

Na sequência, temos o texto *Ativismos e organizações: uma abordagem de governança para a reflexividade do ativismo de marcas*, de autoria de Ágatha Camargo Paraventi, que discute os dilemas do ativismo de marcas. O caso da Riachuelo ilustra a tensão entre discurso e prática organizacional. A autora analisa como campanhas publicitárias que se alinham a causas sociais – como os direitos LGBTQIAP+ – podem gerar desconfiança e acusações de *pink money*, *woke-washing* ou *greenwashing*, quando não acompanhadas de ações coerentes. Propõe uma abordagem crítica e de governança, em que o engajamento legítimo com causas sociais deve estar vinculado à responsabilidade corporativa e à licença social para operar. Também discute o papel da publicidade como agente de politização e cidadania midiática, alertando para os riscos de esvaziamento simbólico das pautas e reforço de estereótipos.

Renata Tomaz, da Universidade Federal Fluminense (UFF), assina o capítulo *Da privatização à politização: infância, vivências digitais e direitos*, em que analisa como a presença crescente de crianças e adolescentes na internet gera tensões entre empoderamento e vulnerabilidade, e como isso motiva ações da sociedade civil em defesa de seus direitos. Retomando a história de crianças celebridades, como Shirley Temple e Macaulay Culkin, a autora argumenta que a exposição midiática pode impulsionar legislações protetivas. No contexto digital atual, a visibilidade online das infâncias permite tanto o exercício de direitos quanto violações, como exploração comercial e superexposição. A autora defende a politização dessas experiências digitais como forma de ampliar o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e de envolver múltiplos atores sociais no cuidado com o bem-estar infantojuvenil.

Este livro também traz um capítulo escrito por Juliana Marques Borghi, em coautoria com sua então orientadora Claudia Irene de Quadros. Trata-se da síntese da dissertação premiada pela Abrapcorp em 2023. A pesquisa investiga a relação entre comunicação pública e extensão universitária em

práticas culturais desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) do Instituto Federal do Paraná (IFPR). De natureza exploratória e abordagem qualitativa, a investigação se apoia em três eixos teóricos principais – comunicação pública, extensão universitária e interculturalidade – buscando compreender de que maneira o intercâmbio de saberes envolve os atores sociais e como as culturas afro-brasileira e indígena são representadas nas ações comunicativas promovidas pelo Neabi.

Por fim, é com orgulho que mencionamos o capítulo *Para Que Todos Caibam no Mundo: Histórias de Vida, Construção de Memórias em Rede e Mobilização Social*, de Luísa de Souza Rocha Camargos e Danusa Tederiche Borges de Faria. O texto apresenta o projeto *Inclusive Luísa* como exemplo de mobilização social baseada na contação de histórias de vida, destacando a trajetória de Luísa Camargos, primeira pessoa com síndrome de Down a se formar e atuar como Relações Públicas no Brasil. A partir de sua experiência pessoal e profissional na Agência de Iniciativas Cidadãs (AIC), defende a inclusão como prática coletiva, cidadã e comunicacional. A narrativa é construída em dois eixos: a trajetória de Luísa como símbolo de enfrentamento ao capacitismo e a parceria com Danusa Tederiche no desenvolvimento de ações educativas inclusivas. Ambas refletem sobre o poder da autobiografia como ferramenta de empoderamento e transformação social.

A segunda seção deste livro reúne capítulos que emergem das conferências realizadas nos Congressos da Abrapcorp em 2021 e 2022, eventos que ocorreram de forma remota em razão das restrições sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19. Os textos selecionados refletem debates centrais promovidos em cada edição, preservando a diversidade temática e a relevância social e acadêmica dos trabalhos apresentados. Ao reunir essas reflexões, procuramos ampliar o escopo do debate científico sobre a comunicação organizacional e pública em tempos de crise, destacando sua potência para compreender e transformar contextos sociais desafiadores.

Em 2021, o XV Congresso da Abrapcorp celebrou os 15 anos da Associação. Realizado em junho de 2021, sob organização da Universidade São Judas Tadeu, em São Paulo, teve como tema *Comunicação, Saúde Coletiva*

e *Organizações*. Na ocasião, a conferência de abertura foi proferida pela pesquisadora Heather M. Zoller, da University of Cincinnati, nos Estados Unidos. Seu texto *Prevenção à próxima epidemia: organização para reduzir a desigualdade por meio do Movimento Cooperativista Sindical* (com a versão original em inglês, *Preventing the Next Pandemic: Organizing To Reduce Inequality through The Union Cooperative Movement*) é um dos que compõem a seção. A autora propõe um olhar crítico sobre os determinantes sociais da saúde e destaca o potencial das economias cooperativas como estratégias de enfrentamento das causas fundamentais das doenças.

Na sequência, apresentamos o trabalho dos pesquisadores Marcos Fábio Medeiros Vieira, Denise da Costa Oliveira Siqueira e Paulo de Tarso Ferreira de Carvalho que analisam as estratégias de comunicação pública do Instituto Nacional de Câncer (INCA) durante a pandemia. No capítulo *O desafio da pandemia em narrativas e estratégias de comunicação pública*, os autores ressaltam o papel da comunicação institucional na promoção da saúde e da cidadania em um contexto marcado pela crise sanitária e pela desinformação.

Já em maio de 2022, o XVI Congresso da Abrapcorp, organizado pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o tema central foi *Emergências remotas: organizações, trabalho e comunicação*. Os subtemas abarcaram questões como Relações Públicas e ativismo em tempos de crise; Comunicação, trabalho e emergências e Patrimônio, cultura e comunicação na emergência remota. A pesquisadora Claudia Nociolini Rebecchi, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), contribui com o capítulo *A comunicação no contexto organizacional das plataformas digitais de trabalho de cuidado*, no qual analisa como essas plataformas – marcadamente femininas, racializadas e precarizadas – mobilizam recursos comunicacionais para organizar, legitimar e explorar o trabalho de cuidado em meio digital.

Fiorenza Zandonade Carnielli apresenta o capítulo *Entre o público e a organização: assimetria, distorção e diálogo na comunicação*, em que examina os limites e paradoxos do diálogo entre organizações e públicos, discutindo as tensões entre interesses públicos e privados à luz da teoria crítica da comunicação organizacional. Por fim, Márcio Simeone Henriques encerra a seção com o

capítulo *Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais*, no qual investiga a formação de públicos em torno de controvérsias e conflitos ambientais com base em estudos de casos extraídos do Mapa de Conflitos da Fiocruz. A partir de uma abordagem crítica e empírica, o autor enfatiza o papel ativo dos públicos na disputa por reconhecimento e justiça social.

Este livro é um convite à reflexão e à ação. Ao reunir essas vozes e experiências, esperamos contribuir para um entendimento mais amplo e inclusivo da comunicação, estimulando novas práticas e diálogos que promovam a transformação social.

Ricardo Freitas

Daniel Reis

Mônica Fort

Organizadores

COMUNICAÇÃO, ORGANIZAÇÕES
E ATIVISMOS

CAPÍTULO 1

Formas do ativismo na cidade: uma ilustração do imaginário coletivo na atmosfera sensível contemporânea

FABIO LA ROCCA

Em primeiro lugar é preciso começar a se questionar, a fazer perguntas sobre a essência das coisas, tanto do ponto de vista fenomenológico quanto epistemológico. Como as coisas se manifestam e como pensamos sobre elas? Isso nos faz refletir sobre a construção do conhecimento, que está sempre ativa, permitindo-nos entender o que observamos. Interpretar o que é vivenciado no conhecimento e por meio dele. Conseqüentemente, adotando uma abordagem participativa que busca penetrar nas coisas a fim de encontrar a essência, de acordo com a percepção fenomenológica husserliana. A realidade, o conhecimento e a verdade não existem em si mesmos. O conhecimento é adquirido e verificado na experiência e por meio dela. O mundo da vida cotidiana é, portanto, o palco e o objeto de ação no qual

o olho do pesquisador deve penetrar para observar, assistir e examinar o movimento da socialidade.

Essa cena surge prioritariamente no espaço urbano e por meio dele graças à expressividade da rua que deve ser pensada como um lugar fenomenológico de observação e exame das ações. As ações, que na perspectiva weberiana são concebidas de várias maneiras, têm uma ênfase especial na ação afetiva, o que Weber (1970) chamou de *affektuell* para indicar a importância da esfera emocional. Uma esfera que condiciona fortemente o social no qual, novamente da perspectiva do pensamento weberiano, estamos na presença da geração de relações sociais nas quais a *comunalização* desempenha uma função essencial. Isso significa que a adesão social pode ser condicionada pelo sentimento afetivo. Nesse sentido, então, em nosso discurso, podemos enfatizar o surgimento de um sentimento coletivo nas experiências cotidianas que, assim, determinam ações entre as quais encontramos a dimensão do ativismo.

Afetividade e tipologia d'ativismo

O espaço urbano e a rua pertencem a uma ordem afetiva e emocional na qual a ação coletiva é consolidada. Isso representa a estrutura para a perspectiva de um ativismo regenerativo que anima e efervesce a sociedade. Nessa perspectiva, o indivíduo, como indica David Le Breton (2009, p. 99) em sua “antropologia das emoções”, ajuda a definir a situação e não este sujeito a ela. A definição da situação nos leva a uma compreensão das várias atividades relacionadas ao princípio de vivenciar o espaço na vida cotidiana. Nesse sentido, poderíamos falar de uma afetividade social ligada a situações de ativismo como uma forma de efervescência que contamina a esfera social e a determina em sua eficácia espaço-temporal. A definição da situação nos leva a uma compreensão das várias atividades relacionadas ao princípio de vivenciar o espaço na vida cotidiana. Nesse sentido, poderíamos falar de uma afetividade social ligada a situações de ativismo como uma forma de efervescência que contamina a esfera social e a determina em sua eficácia espaço-temporal. A questão *afetológica*, poderíamos dizer

com referência às ideias teóricas de Alain Mons (2023), é um elemento que enfatiza as cenas sócio urbanas relacionadas à questão do ativismo em que o corpo possui uma função central. De fato, com base na filosofia de Spinoza (1990), é interessante notar a importância do corpo como parte do discurso dos afetos que representam *a ideia de uma afeição do corpo*. Assim, por meio dos afetos, ocorrem modificações no corpo; um corpo que deve ser entendido no sentido de *Leib*, ou seja, um corpo vivido e subjetivo. Esse corpo, portanto, se encaixa na efervescência do ativismo, provocando situações emocionais compartilhadas e práticas culturais estruturais no momento vivido temporalmente e espacialmente.

Além disso, nesse discurso, podemos reiterar a ideia do intelectual jesuíta Michel De Certeau de conceber a cidade como um texto. Um texto apropriado pelos habitantes que trazem transformações aos lugares por meio de várias táticas e diferentes maneiras de *fazer com*.

De fato, nas estratégias da vida cotidiana, os indivíduos praticam os lugares por meio da experiência, que representa a especificidade dessa experiência. A experiência ecoa as maneiras pelas quais se habita o mundo e a vida cotidiana, e representa a condição pela qual se está presente e se percebe o relacionamento, o estar junto. Um relacionamento que é constituído e depende do espaço, do lugar em que a experiência surge, que, em nosso caso, podemos definir como ativista. Na perspectiva de Certeau (1980), por meio de uma análise muito aguda e cuidadosa que dá origem à *Invenção do Cotidiano*, o habitar é significativo de conceber lugares e espaços de travessia cotidiana como uma escrita, uma tática que retrata a maneira de escapar da funcionalidade e do planejamento estático da cidade e do controle, dando vida a uma “cidade transumante” (Certeau, 1980 p. 147). E é esse *procedimento de criatividade cotidiana* ilustrado pelo pensamento do autor, que gera a transformação do cotidiano e da experiência espacial, um tipo de interação com as formas urbanas que redefine, em essência, o ser do espaço e do homem.

E é nessa estratégia de criatividade cotidiana que, do nosso ponto de vista, o discurso sobre ativismo se encaixa. Algo, portanto, que reativa in-

tensamente o cotidiano a partir de um ponto de vista da criatividade das pessoas por meio de várias formas, como o ativismo musical (Herschmann; Fernandes 2014; 2018), o ativismo digital o net-ativismo (Di Felice; Pereira; Roza, 2017), os atos de protesto nas formas expressivas dos muros (La Rocca, 2024), dos movimentos ambientalistas, dos atos de *detournement* caros aos situacionistas e retomados hoje em várias estratégias e táticas urbanas, até o ativismo *performativo*, como no exemplo do ativista ítalo-afro-brasileira Kwanza Musi dos Santos e suas ações antirracistas.

Exemplos de uma disposição para agir que representa simbolicamente um modo de ser. De fato, ser e estar são dinâmicas processuais que definem o cotidiano e ajudam a traçar os padrões de vida em simbiose com a identificação sócio-espacial-cultural-política. Se a cidade é como um organismo vivo dotado de corpo, espírito, alma e formas, em sua existência e essência, uma série de linguagens são postas em ação para defini-la; linguagens de sentidos, percepções, emoções, ambiências e linguagens de formas, morfologias e ações. Tudo isso contribui para definir sua corporeidade e sua alma, nas quais encontramos a presença do homem que, com suas modalidades existenciais, contribui para vitalizar o organismo da cidade por meio de práticas de ativismo que regeneram energicamente os espaços. E é nessa direção que podemos, do nosso ponto de vista, discernir a programação teórica daquela teoria das práticas cotidianas destacada por de Certeau (1980) por meio das múltiplas *maneiras de fazer* e formas de bricolagem que surgem no tecido da vida social e que, portanto, associamos à prática do ativismo.

O *homo urbanus*, como animal espacial, contribui para a produção de lugares, dando-lhes significado por meio da processualidade de rituais e ações cotidianas, de situações ativistas que visam a condicionar o senso comum sobre as coisas. Esse todo singular dá vitalidade à cidade, projeta-a e redesenha-a com a pluralidade de expressões coletivas que dão significado aos espaços e, portanto, influenciam o próprio ser da cidade. As *formas de habitar* que podemos interpretar como a relação singular entre o homem e o espaço, ou a *expressão de habitar*, como diria Jean-François Augoyard (1979), testemunham uma entidade da cidade que é formada pela dimensão

cotidiana, o vivido, o sensível e o corpo para dar essência às manifestações da natureza humana.

O ativismo é assim uma forma de manifestação da vida cotidiana como arte de vida com todas suas características de vitalidade que encontramos nas formas artística, na música, na expressão do corpo, no ativismo cívico como um tipo de ação inspirada pela intencionalidade com um espírito coletivo comunitário. Nos espaços da vida cotidiana, as *estruturas de ação social* são erguidas com referência ao estudo clássico de Talcott Parsons (1936), no qual poderíamos incluir o ativismo como um significado social em que o indivíduo escolhe seus próprios meios (daí as várias estratégias associadas ao ativismo) para atingir os fins. Isso desencadeia um conjunto de ações coletivas destinadas a criar espaços de mobilização onde a atividade cultural é produzida e desfrutada de forma densa. É nessa relação densa entre espaços e modo de uso que a ação do ativismo se acomoda. De certa forma, o ativismo pode ser entendido como uma linguagem simbólica de práticas vividas e representa uma forma particular de expressão que nos ajuda a entender e definir a riqueza que pode ser encontrada nas várias situações sociourbanas nas quais as atitudes das pessoas se materializam como um efeito sintomático de viver no mundo social.

Ambiências sensíveis e zonas temporárias de ativismo

Sabemos que a cidade em sua natureza se expressa por meio de gestos, práticas, ações: ou seja, por meio de um conjunto de formas com as quais a natureza humana se manifesta nos espaços. Isso também representa uma das vias essenciais de reflexão da teoria das ambiências que faz parte da problemática da teoria urbana e cotidiana. Ela representa uma condição de possibilidade de uma abordagem sensível da cidade (J.-P. Thibaud, 2015) na qual a atividade ativista está inserida. Uma qualidade sensível do espaço social representa uma documentação da experiência vivida e das formas de comportamento que são ativadas pela estratégia de ativismo. Sob esse ponto de vista característico, podemos perceber o impacto do sensível na prática do

caminhar, que representa uma dessas táticas dos praticantes na inventividade do cotidiano, novamente sob a perspectiva da teoria de Certeau (1980), e também se evidencia como uma forma de astúcia, de um modo que se choca com as determinações sociais impostas aos atores sociais. O caminhar pode ser entendido como uma forma de ativismo em que a cidade *caminhante* destaca caminhos socioestéticos e políticos em referência a questões sociais.

Caminhar é um ato político que cria um evento temporal, uma forma de protesto ou até mesmo o tipo de desobediência social quando imerso em situações de reivindicações. Caminhar pelo clima, contra o racismo, por reivindicações de gênero etc. é um modo pelo qual uma força energética típica de protestos sociais é evidenciada. Em certo sentido, então, pode-se equiparar as formas de ativismo aos protestos como movimentos sociais, ações típicas da ação coletiva.

A rua representa, nessa ótica, a cristalização de uma perspectiva de percepção sensível por meio de formas expressivas que produzem uma estrutura orgânica e sensível. Isso representa uma força contextual da rua como uma produção de situações e temporalidades vivenciadas em momentos compartilhados. Assim, uma atmosfera estética participativa é gerada por meio de diferentes formas de ativismo. É um desejo de revalorização social da presença no mundo e dos espaços de vida com liberdade e intensidade por meio da criação de atmosferas para transformar o espaço e a sociedade. Isso é sinônimo de uma cristalização de zonas temporárias de ativismo¹ como resultado de iniciativas de baixo para cima animadas por cidadãos.

Nesse sentido, o princípio epistemológico que pode ser vislumbrado nas práticas cotidianas do ativismo está ligado a uma ética/estética da experiência, à qual se deve acrescentar a importância do evento vivido na intencionalidade temporal. Essa conjuntura é encontrada na vida cotidiana e em sua configuração de espaços experienciais, rituais e processos de vida. Desenvolve-se um vínculo especial que o homem forma com diferentes lugares e espaços por meio da prática ativista que inunda as ruas, em caminhos sensoriais. Caminhos que trazem à tona sentimentos e estados de espírito para construir uma espécie de mapa afetivo em que os centros de energia

são destacados. Dessa forma, as cenografias urbanas são ativadas na vida cotidiana e representam nossa relação sensível com a cidade, que deve ser considerada como um tecido vivo modificado por modalidades sensíveis. Esse também é o sentido que se desenvolve por meio do ativismo, que encontra na marcha uma tática de valorização de temas reivindicatórios. Está claro que, nessas dimensões, o componente emocional e afetivo desempenha um papel dominante, pois estimula a participação e a ação. Em sua análise das “paixões comuns”, o antropólogo-sociólogo David Le Breton (1998, p. 9) nos mostra que as emoções e os sentimentos são relacionamentos e ativam uma construção social e cultural.

Portanto, é também por meio dessa dimensão emocional e afetiva que as energias do ativismo são liberadas nas diversas situações sociourbanas. O ativismo deve ser entendido como um impulso vital que gera, por meio da participação, uma emoção coletiva, um compartilhamento que constitui uma entidade fusional. Estamos diante de um tipo de comunhão coletiva afetiva, um exemplo típico, entre outros, de situações de multidão, de um encontro impulsionado pela energia da ação, cuja forma de ativismo é um sinal claro de como a sociedade é representada por socialidades. Outra chave para entender as dimensões socioestéticas do ativismo é a *tribalização da vida social* que impulsiona esse tipo de ação, na medida em que o denominador comum é um senso de pertencimento e compartilhamento, ou melhor, uma *cultura do sentimento* (Maffesoli, 1992). Essa cultura impulsiona a ação ao criar um estado fusional que dá origem a um tipo de vontade de estar presente no mundo sob o impulso da prática ativista. O ativismo não deve ser visto apenas, de acordo com uma visão geral, sob as lentes do movimento social. É algo mais, um impulso, um termo em que insistimos, que também serve para se constituir como um ser individual e onde a ação ativista também pode ser lida de acordo com a ideia do filósofo americano Donald Davidson (1963), ou seja, como *uma intenção*. Obviamente, não entraremos nos detalhes específicos da teoria da ação desenvolvida por Davidson, mas consideramos a ideia de intencionalidade como um impulso, o que também nos leva à famosa análise fenomenológica de Edmund

Husserl sobre a consciência como uma realidade em constante movimento. É, portanto, uma intenção, uma *tendência para* que produz uma sucessão de *atos de consciência vividos* e diz respeito à modalidade pela qual alguém se move em direção à realidade externa. Essa mesma realidade também está em constante movimento, é definida e redefinida pela maneira como o indivíduo está na sociedade e age.

Estratégias d’ação e fenomenologia da rua

Podemos colocar a estratégia ativista nessa perspectiva porque, se *consciência é consciência de algo*, esse algo também é representado pelo impulso de agir, de se fundir em um todo coletivo que simboliza um poder social. Nesse sentido, é legítimo se posicionar em um discurso sobre ativismo ligado à identidade do ser social. Ou seja, em uma lógica de fusão em que poderíamos implementar o pensamento de Paul Ricoeur (1990) em relação ao *si-mesmo como outro* como a qualidade de um modo em que o eu se torna outro no processo de fusão que encontramos no processo de ativismo. Em nossa opinião, é esse eu como um outro que emerge em uma estratégia de identificação na qual o ser social, e aqui poderíamos retomar as ideias de Edgar Morin (1962) sobre o *espírito do tempo*, se projeta em algo e se identifica em um processo coletivo de compartilhamento. Nesse tipo de representação social, o ser social é refletido no outro por meio do espelho do eu compartilhado. A imagem da alteridade é, portanto, condensada em ser afetado, por meio de um sentimento compartilhado que encontra, a nosso ver, o ativismo como uma das funções dessa projeção socioestética. Estética precisamente no sentido de um sentimento como e um sentimento em conjunto. Essa estética, ou melhor, *aisthétique*, usando a terminologia de Gernot Böhme (2020), é concebida como uma experiência sensível e afetiva na produção de atmosferas sociourbanas específicas que condensam, ao mesmo tempo, um sentimento de existência. E não é esse também o objetivo do todo coletivo que se desdobra em situações de ativismo?

Pense, por exemplo, na importância da rua como um efeito fenomenológico de presença e visibilidade social. Para isso, a cidade deve ser pensada como o corolário da formação do espaço público onde a presença do indivíduo se manifesta como um ser social por meio da experiência de viver que se concretiza na rua. A experiência é, portanto, particularmente condicionada pelas formas de mobilização que dão significado ao indivíduo como representações da expressão de um sentimento social coletivo de compartilhamento e, igualmente, do processo de identidade e alteridade como já apontamos. Além disso, deve ser enfatizado que o espaço público urbano deve ser ilustrado em uma chave comunicativa e política. De fato, a metrópole é condicionada pela comunicação, como uma forma de relacionamento entre indivíduos nas circunstâncias da coletividade ativista. A associação, ou melhor, a reciprocidade entre os indivíduos e a rua como um espaço público é uma condição necessária, já que eles não podem existir sem um espaço de representação, que nesse caso é ilustrado pela rua. Essa troca recíproca destaca os efeitos da significação espacial e social. O espaço urbano nunca está vazio, mas sempre carregado de significado e, nesse sentido, as práticas ativistas são verdadeiras produções de significado social e simbólico que, ao mesmo tempo, ampliam a qualidade representativa e tonal da cidade.

As práticas do espaço e da rua geram outra espacialidade como uma experiência antropológica, poética e simbólica do espaço. Estamos, então, diante de um paradigma sensível de espacialidade e criatividade urbana, que se rende aos lugares e os experimenta por meio da prática do ativismo. Nesse caso, também podemos nos referir à teoria dos situacionistas e de Guy Debord (1955), que, por meio da implementação da psicogeografia, procuraram *abrir* a cidade para itinerários sem precedentes, para construir *situações* como sinal de uma configuração repentina do espaço. Bem, o ativismo que reverbera no espaço urbano por meio da mobilização afetiva pode ser entendido nessa leitura da criação de *situações*. No cotidiano, então, surge um sujeito móvel em relação ao espaço urbano, que pode ser encontrado na análise da figura do ativismo, onde ele representa uma tática útil para inventar e reconstruir o cotidiano, reavaliando a significância da rua e dos espaços urbanos como formas de repre-

sentação e instalando movimentos na direção de algo. Esse algo, particulariza o ato e destaca a vontade de agir. Nesse sentido, a prática de caminhar pode ser entendida como uma verdadeira forma ativista; basta imaginar a marcha pelo clima, pelos direitos de liberdade sexual ou até mesmo por questões raciais. Mas também a marcha em si ou como um ato político em que o caminhante realiza um gesto que constrói um processo narrativo do cotidiano, que revela a experiência urbana e gera uma estratégia de percepção sensorial na qual a prática de caminhar e o movimento do corpo enriquecem a experiência com as formas de sentir a imersão na rua. Também podemos relacionar a atividade de caminhar como uma prática de ativismo no sentido de tomar uma posição tanto do lado do bem-estar no campo da saúde quanto do lado ecológico como um ato de resistência. Entre outras coisas, da perspectiva da análise de Certeau (1980), os transeuntes, ou seja, os *wandersmänner*, representam a forma elementar de experiência, ou seja, “[...] uma prática de habitar a cidade habitada” (Certeau, 1980, p. 145). Caminhar, portanto, desenha um espaço de enunciação, onde a sucessão de passos “[...] é uma forma de organização do espaço, a textura dos lugares” (Certeau, 1980, p.150). Assim, o caminhante transforma a rua, geograficamente definida pelo planejamento urbano, em espaço. E é nesse espaço que destacamos um estilo de compreensão tátil e apropriação cinésica em que o jogo de passos delinea a formação do espaço e onde caminhar se torna um ato de seleção e, ao mesmo tempo, um modo de vida que poderíamos definir como ativismo sensorial. Nesse sentido, pode-se pensar na perspectiva surrealista em que andar pela rua representa uma forma de escrever e descobrir uma geografia territorial e emocional, um ato que redesenha os mapas experimentais da vida cotidiana.

A estética da caminhada e condições ecosofica

A imagem da caminhada forma outro tipo de relação com o espaço e o tempo e também permite a transformação da relação do corpo com o espaço e representa, na dinâmica da análise da paisagem urbana de Francesco Careri (2006), uma ferramenta crítica e fértil que dá significado à paisa-

gem e à autoconsciência. Entre outras coisas, as reflexões de Careri e as da oficina de arte urbana *Stalker*, ilustram bem a maneira como a marcha é um exemplo de criatividade, poderíamos até dizer ativismo criativo, pois representa uma forma simbólica que constrói a paisagem e onde a rota se torna um *arquétipo arquitetônico* e, portanto, o ato de caminhar se torna um *ato criativo primário*. Para Careri (2006), caminhar é um instrumento crítico, uma maneira de ver a paisagem e uma forma de surgimento de um tipo de arte. Nesse sentido, uma prática espacial experimental e exploratória é implementada com o objetivo de redescobrir a cidade e suas mutações por meio da caminhada. Os dadaístas, os surrealistas e a deriva situacionista letrista são os arquétipos de uma forma de exploração e arte que também é uma redescoberta e revalorização do espaço público por meio da apropriação (ótica dadaísta), ou a caminhada que cria uma cidade orgânica ao desenhar novos mapas de lugares topofílicos e topofóbicos (ótica surrealista) e uma forma de deriva para subverter o sistema capitalista em uma ação ancorada na realidade da vida cotidiana (ótica letrista situacionista).

Em nosso intento, portanto, a reavaliação da marcha e das rotas representa uma forma de ativismo. Lembremos que John Lewis, um político afro-americano e companheiro de Martin Luther King, chamou a caminhada de um poderoso ato de desafio. As marchas de protesto e o movimento pelos direitos civis são formas de ativismo que foram lançadas há muito tempo por Gandhi na Índia e, mais tarde, retomadas por Martin Luther King nos Estados Unidos, e que podem ser encontradas de forma ampla na história da sociedade e igualmente atualmente.

A caminhada deve ser considerada um ato e, de fato, as mobilizações usam esse meio para tornar o protesto social eficaz e, assim, formar um ativismo cívico, político e cultural de acordo com o propósito. Podemos contar com o coletivo ativista inglês *Reclaim the street* (*reconquistar as ruas*) que desde a década de 1990 tem realizado ações em espaços públicos para reivindicar o direito à rua contra os carros e o capitalismo. A isso, podemos justapor outro grupo ativista famoso, como a manifestação de ciclistas *Critical Mass*, que também reivindica o uso do espaço público criando uma

socialidade evenemencial. Esses são exemplos de um ativismo de desobediência civil que usa a rua como um meio de expressão e a marcha (a pé ou de bicicleta) como um instrumento de luta. Nessa direção, podemos expressar que caminhar é *uma revolução* (Labucci, 2011) e isso possibilita um tipo de ativismo ecorresponsável com a consciência de um papel estratégico na revalorização do espaço público e das comunidades. Caminhar como tática e estratégia para ações de pressão social, mas também como uma forma de reavaliar a harmonia com o tempo e o espaço. Nesse sentido, a proposta do ativismo a pé pode ser considerada um sintoma de uma cidade biofílica e de uma sensibilidade ecosófica.

A condição ecosófica contemporânea é uma ilustração de como os novos espaços são criados com foco na ecologia, na vegetação. Portanto, o reordenamento urbano também significa reordenamento do estilo de vida e a produção de novas centralidades urbanas onde formas que definimos como ativismo cívico encontram expressão, como, por exemplo, jardins e hortas compartilhados, reconquista de espaços abandonados para reordená-los e criar socialidade.

Em outras palavras, formas de revitalizar o ecossistema urbano com intervenções que exploram novamente o desenvolvimento ecossustentável. A tendência da biofilia se manifesta nesse contexto e representa a conexão com a natureza que está associada, na esfera urbana, a uma forma de bem-estar, dando origem a estruturas específicas para a revalorização de espaços coletivos ambientais. O biólogo E.O. Wilson popularizou a noção de biofilia por volta da década de 1980, embora o termo tenha sido cunhado pelo famoso psicanalista americano Eric Fromm, para quem a biofilia foi pensada como o amor à vida, o amor ao que é vital, reafirmando que a natureza é um caráter essencial, uma necessidade incorporada ao ser humano. A natureza, nessa visão, representa um fator de coesão, de bem-estar, e é por isso que podemos apontar formas de intervenção em uma perspectiva ativista em que há uma afinidade com a natureza, um sentimento ecosófico. As lutas para defender a natureza na cidade ou para estabelecer uma sinergia ambiental agora se tornaram ações coletivas que refletem uma imaginação ambientalista em gestação. As lutas para defender a natureza na cidade ou

para estabelecer uma sinergia ecosófica agora se tornaram ações coletivas que refletem um imaginário em gestação: o ecosófico. A defesa da natureza selvagem, a criação de áreas verdes, mesmo em megacidades como São Paulo, por exemplo, o desenvolvimento da agricultura urbana: tudo isso faz parte de uma dinâmica de ativismo com um pano de fundo puramente ecossustentável para reavaliar a vida em comunidade. Um retorno da natureza, um retorno à terra: essa poderia ser a direção de um tipo de ativismo que ressignifica a territorialidade metropolitana e especializa a vida contemporânea. Dessa forma, uma certa harmonia é instalada entre o homem e seu ambiente, onde, de fato, o homem e o mundo são aspectos da mesma realidade. Desse ponto de vista, a dimensão da resiliência como uma estratégia de regeneração urbana e social faz parte do discurso. Isso também reavalia uma nova consciência coletiva com uma implicação de confiança como um ato de criar vínculos entre o social e o vivido, e o ativismo nos parece se encaixar nessa estrutura. A resiliência e a confiança em uma forma ativista podem ser associadas a um tipo de ambição de adaptação ao contexto para desenvolver as capacidades comunitárias de uma vida em conjunto como uma forma de estar no mundo no momento da transformação ecológica da vida. Em suma, a adaptação a uma nova vida urbana com o surgimento de novas solidariedades socioestéticas cujas configurações parecem fluir para o ativismo participativo.

Referências

AUGOYARD, Jean-François. *Pas à pas: essai sur le cheminement en milieu urbain*. Paris: Seuil, 1979.

BÖHME, Gernot. *Aistétique: pour une esthétique de l'expérience sensible*. Dijon: Les Presses du Réel, 2020.

CARERI, Francesco. *Walkscape: camminare come pratica estetica*. Torino: Einaudi, 2006.

DAVIDSON, Donald. Actions, reasons and causes. *Journal of Philosophy*, v. 60, 1963.

DEBORD, Guy. Introduction critique de la géographie urbaine. *Les Lèvres Nues*, n. 6, Bruxelas, 1955.

CERTEAU, Michel de. *L'invention du quotidien: art de faire I*. Paris: UGE, 1980.

DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete; ROZA, Erick (orgs.). *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. Campinas: Papirus Editora, 2017.

HERSCHMANN, Micael; SANMARTIN FERNANDES, Cíntia. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Intercom, 2014.

HERSCHMANN, Micael; SANMARTIN FERNANDES, Cíntia (orgs.). *Cidades musicais: comunicação, territorialidade e política*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

HUSSERL, Edmund. *Méditations cartésiennes: introduction à la phénoménologie*. Paris: Vrin, 1983.

LABBUCCI, Adriano. *Camminaire, una rivoluzione*. Roma: Donzelli Editore, 2011.

LA ROCCA, Fabio. A forma expressiva dos muros: imagens e símbolos de visibilidades sociais. In: SILVA, Breno (org.). *Extracampo*. Belo Horizonte: Editora Impressões de Minas, 2024.

- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Tradução de Vera Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Tradução de Vera Ribeiro. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MERTON, Robert King. *Social theory and social structure*. New York: Free Press, 1945.
- MONS, Alain. Affectologie des atmosphères et transesthétique des espaces. *Sociétés*, n. 159, p. 15–26, 2023/1.
- MORIN, Edgar. *L'esprit du temps*. Paris: Grasset, 1962.
- PARSONS, Talcott. *The structure of social action*. New York: Free Press, 1937.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SPINOZA. *Éthique*. Paris: PUF, 1990.
- THIBAUD, Jean-Paul. *En quête d'ambiance: éprouver la ville en passant*. Genève: MetisPresses, 2015.
- WEBER, Max. *Économie et société*. Tradução de Julien Freund. Paris: Plon, 1970.

CAPÍTULO 2

Press Start ou Game Over: um estudo sobre resistência em uma comunidade fechada de jogadoras on-line

JOSÉ MESSIAS

CATHERINE MOURA

No âmbito da colonialidade do poder (Quijano, 2005), o capitalismo e as regulações de gênero fazem parte do mesmo processo biopolítico de reprodução do capital pela docilização/domesticação dos corpos, exclusões e apagamentos sistêmicos, e violações/violências cujo sexo e a identidade de gênero estão diretamente envolvidas (Federici, 2017). Isso ocorre nas lutas históricas do feminismo pelo direito ao sufrágio, trabalho, liberdade sexual, mas também no consumo de mídias e entretenimento, como nos jogos digitais.

Os jogos durante muito tempo foram considerados uma mídia para homens, reforçando e reproduzindo estereótipos de gênero. Esse discurso veio acompanhado de uma hipersexualização de personagens, usualmente justificada pelo suposto interesse do público-alvo (Galdino; Silva, 2020). Evidenciando que personagens femininas nos games nem sempre são sinônimo de representatividade. Normalmente objetificada, passiva, sempre resgatada pelo *herói do jogo*, as personagens femininas são descartáveis e/

ou recompensas em alguma ação do jogo, o seu corpo é sexualizado com fantasias que focam nos seus atributos físicos.

A forma de representar os personagens femininos e masculinos tradicionalmente projeta expectativas sobre quem pode/deve consumi-las (Goulart, 2017). Esta concepção está profundamente enraizada também no mercado que muitas vezes visa separar e reforçar a ideia de que existem interesses distintos de acordo com o sexo. Nesse sentido, a sociedade também instituiu diversos valores quanto à diferenciação *do que é para menino* e *do que é para menina*. Esta segmentação tende a direcionar o público a consumir de acordo com a idade, comportamento, sexo, gênero e entre outras (Bristot *et al.*, 2017). Os brinquedos para meninas estão vinculados à construção social da mulher em ser delicada, cuidar dos afazeres domésticos e/ou gostar de moda. Para os meninos, os brinquedos estão relacionados à tecnologia, dinheiro e criação de novas coisas. Enquanto os meninos são estimulados a desmontar e remontar seus brinquedos, as meninas são encorajadas a ter responsabilidades (Galdino; Silva, 2020).

Embora a Pesquisa Game Brasil de 2024¹ (PGB24) ressalte que, independentemente da plataforma, houve um crescimento do público feminino em relação aos anos anteriores da pesquisa, quando ampliamos para o cenário multimilionário dos esportes², modalidade competitiva dos jogos de videogame (Macedo, 2023), a predominância masculina, é muito maior, seja nos campeonatos amadores ou profissionais. Um dos fatores que dificultam a inserção da mulher neste mercado é a falta de investimento e incentivo por quem financia este segmento. Um retrato disto foi no torneio internacional *Mid-Season Invitational*³ (MSI), do jogo mais popular do mundo, *League of Legends* (LOL), promovido pela *Riot Games*⁴ desde 2015, que só teve a primeira participação de uma mulher *gamer* no campeonato em 2021. Contudo, a australiana, Diana DSN da equipe *Pentanet GG*, ficou no banco, sem participar de nenhuma partida⁵.

Apesar da exclusão e/ou invisibilização que as mulheres enfrentam nos jogos digitais, isso não as impediu de desenvolver um interesse genuíno por esse meio. Entretanto, em resposta ao ambiente hostil, muitas mulheres pre-

ferem esconder seu gênero, assumindo um pseudônimo neutro (Kurtz, 2019). Os *nicknames* ou *nicks* possibilitam que nenhuma interferência influencie na experiência de jogo, minimizando as agressões no ambiente dos jogos on-line.

A busca por reconhecimento faz com que a trajetória destas mulheres seja árdua, o fato de ser uma *gamer*, comentarista ou *streamer* com destaque no cenário dos esportes não significa que o caminho foi fácil. Por esta razão, o trabalho realizado por coletivos, comunidades e associações torna-se a cada dia importante para sua permanência, sendo um atrativo para novas integrantes, diante de uma rede de apoio forte em uma comunidade tão machista. Por isso, o foco deste trabalho na importância destas redes de apoio para a permanência e incentivo destas mulheres *gamers* no cenário dos jogos on-line, seja no âmbito amador ou profissional. Para isto, este estudo propõe uma etnografia virtual (Hine, 2016), por meio de uma observação participante em uma comunidade fechada da rede social *Facebook*.

Visando construir um ambiente seguro e, se possível, agradável, as comunidades em sites de rede social têm sido uma alternativa para formação de equipes e construção de laços de amizade. Constituídas exclusivamente por e para mulheres, grupos como esse aparecem em diversas outras plataformas como o *Discord* e até em serviços transmissão on-line (*live streaming*) como *Youtube* e *Twitch*. Estes, embora sejam abertos, priorizam o público feminino buscando fugir do assédio e do machismo quando há homens nas transmissões ao vivo, as chamadas *lives*.

Tendo uma comunidade propositalmente não identificada do *Facebook* como ponto de partida⁶, a pesquisa visa apresentar o relato de uma observação participante contendo as dinâmicas, estratégias e dificuldades dessas jogadoras para se afirmarem nesse espaço e até se aventurar em outros empreendimentos como o cenário competitivo e transmissões públicas. Sendo essas atividades corriqueiras de qualquer amante dos jogos na contemporaneidade, mas que podem encontrar impedimentos significativos ao ser mulher. O objetivo, então, é compreender como a comunidade fechada evidencia as assimetrias na participação das mulheres na *cultura gamer* diante de seus mecanismos misóginos.

Os critérios de seleção dessa comunidade em específico levaram em consideração os seguintes fatores: seu formato; sua principal característica é que somente membros podem ver as publicações; para participar é necessário a aprovação da moderadora/administradora do grupo, ou ser convidada por alguém que já é membro. O segundo ponto é a quantidade de integrantes. Neste requisito, a comunidade escolhida possui mais de nove mil participantes.

A misoginia nos games como projeto colonial

Inicialmente, os games foram apresentados como um entretenimento familiar entre as décadas de 1970 a 1980, mas a crise econômica americana, na metade dos anos 80, mudou radicalmente esse quadro. Começou-se a privilegiar cada vez mais os jovens do sexo masculino, estratégia bastante eficaz seguida por empresas do ramo (Goulart; Nardi, 2017). Mesmo considerada heterogênea e múltipla pelos padrões da indústria, Goulart e Nardi (2017) explicam que a cultura dos jogos digitais define um *indivíduo padrão* característico, que se materializa como referência tanto culturalmente, como em termos de produção, indústria e público-alvo. A figura do homem heterossexual como *público* principal dos jogos digitais, invisibiliza outros sujeitos, principalmente aqueles que mais *se distanciam* dessa compreensão, como as mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas não-brancas (Goulart; Nardi, 2017). De acordo com o Lucas Goulart:

A construção dessa imagem de “nerd” provém de diversas narrativas que o corporificam assim desde a década de 1960, sendo então composta pela figura do homem branco, heterossexual, cissexual, que preza a inteligência além do físico. Assim, a própria linguagem tecnocientífica é constituída por homens para homens, mantendo-a enquanto construto de dominação. Dessa maneira, as possibilidades de acesso de outros sujeitos não-masculinos se torna limitada, e até mesmo escassa (Goulart, 2017, p. 20, grifo do original).

A exclusão e/ou invisibilização das mulheres, entre outras minorias políticas, não as impediu de desenvolver interesse pelos jogos. No entanto, a resposta ao interesse desse público consumidor gerou um movimento de jogos para me-

ninas que repetia uma prática estereotipada de gênero. Kurtz (2019) relata que jogos com temáticas de vestir bonecas, maquiagem e atividades consideradas domésticas ficou conhecido como *Pink Games* (jogos cor-de-rosa).

Além disso, a forma como personagens são representados em características estereotipadas de gênero reforçam essa fetichização não somente em avatares mulheres, pois se estendem para os mais variados tipos de personagens construídos a partir de estereótipos de gênero, sexualidade e raça (Goulart; Nardi; Hennigen, 2016). Nos games, os avatares representam a figura do próprio jogador e essa representação em tese pode ser constituída de acordo com as noções que os indivíduos têm sobre corporeidade, gênero e identidade, permitindo a viabilização e o surgimento de corpos, por exemplo, *assexuados*, *andrógenos* ou *híbridos*.

No entanto, mesmo que essa possibilidade seja livre e apresentável para os jogadores, nota-se que os corpos pixelados frequentemente obedecem a um binarismo estereotipado, em que estes, em sua maioria brancos e heterossexuais, quando femininos são hipersexualizados, com muitas curvas e, principalmente, com a região dos seios exorbitante ou, até mesmo, desproporcional. E, quando masculinos, são musculosos, reproduzindo um determinado padrão estabelecido sobre o perfil masculinizado e militarizado. A forma com que os indivíduos se organizam e se enxergam nestes meios, muitas vezes, vem acompanhada de uma cadeia de concepções normativas estabelecidas estruturalmente na sociedade. Dessa forma:

[...] constitui-se uma ideia paradoxal: “qualquer corpo” seria possível, já que a rede é acessível a todos/as— contudo, ignora-se que existe uma multiplicidade de corpos e mantém-se ainda o corpo branco, cisgênero e masculino como universal (Goulart; Nardi; Hennigen, 2016, p. 203).

Assim, os videogames enquanto objetos técnicos lúdicos também não estão desassociados do escopo de atuação da colonialidade do poder (Quijano, 2005; Mignolo, 2011). O caráter disciplinar dessa relação de poder produz, quando oportuno, uma transição entre invisibilidade ou apagamentos sistêmicos, hipervisibilidades vulnerabilizantes, enquadramentos

unidimensionais e estereotipados (olhar colonial), entre outros, gerando assim um estado constante de precariedade.

Na era da plataforma (Poell, Nieborg, Dijck, 2020) e da algoritmização da vida (Regattieri; Antoun, 2018) como etapa dessa colonialidade da indústria dos games, a agenda e valores patriarcais também estão inseridos, além do código e rotinas desses programas de computação, nas próprias estratégias de marketing e construção do público consumidor. Por isso, atualmente a cultura dos jogos digitais e dos games *mainstream* (os chamados AAA – feitos por grandes empresas com um alto custo de produção) incorporou ao seu funcionamento a possibilidade de transmissão ao vivo (*streaming*) como forma de aproveitar melhor a produção de dados de seus usuários e a exploração biopolítica de suas subjetividades para fins de capital. De acordo com Falcão, Marques e Mussa (2020):

[...] o streaming impulsionou plataformas como Twitch, YouTube e Mixer a se tornarem agentes relevantes no campo dos games, uma vez que estas organizam o relacionamento entre streamers, audiências, desenvolvedores e patrocinadores, se consolidando como essenciais para a manutenção do espetáculo dos eSports. Esses últimos passam a desenvolver jogos cada vez mais adequados para o stream, implicando em um processo de game design orientado à plataforma” (Falcão; Marques; Mussa, 2020, p. 64-65).

Levando em consideração o crescimento dos ambientes de jogos digitais, principalmente na tendência de se jogar no modo on-line, percebe-se uma estruturação em nível global e regional para viabilizar mercados consumidores cada vez mais abrangentes, incluindo esses grupos historicamente subalternizados, ainda que pela exclusão ou apagamento de suas identidades ou pelo condicionamento de modos de vida e/ou domesticação de suas práticas com os jogos. No atual estágio do capitalismo de plataforma e da colonialidade do poder, essa precariedade inerente das relações entre jogadores, jogos e indústria é o que faz com que mulheres se sintam inseguras para se identificarem enquanto tal, o que não é um comportamento machista ocasional por uma parte ou de um grupo específico de jogadores

mais radical. A misoginia é um elemento estrutural do projeto colonial e patriarcal (Hicks, 2021; Gray, 2021) que alimenta a indústria como um todo.

Por isso, uma abordagem que contempla essas perspectivas de forma complementar, a partir dos estudos da decolonialidade ou do pensamento decolonial (Mignolo, 2011) entende que temas como a inclusão de gênero e/ou raça passam pela crítica ao sistema capitalista enquanto produtor de desigualdades sistemáticas. E, por sua vez, qualquer tentativa de crítica a forma de produção e desenvolvimento da indústria de games deve ter em mente o quanto ela afeta desproporcionalmente mulheres, negros e negras, pessoas trans e com deficiência, além de outros grupos subalternizados.

No ecossistema midiático no qual os games se inserem atualmente, questões como plataformização (Poell, Nieborg, Dijck, 2020) e a chamada colonização do jogo (Falcão, Mussa, Marques, 2020) se tornam ainda mais relevantes quando se adicionam às questões de gênero e sexualidade. Essa questão já havia sido levantada por Donna Haraway (1995) em seu contínuo debate sobre a localização dos saberes e a forma como tecnologia e conhecimento não devem ser considerados neutros, como certa visão moderna da ciência propagou.

Em argumentação sobre a problema da objetividade nas ciências, ela reafirma a importância do posicionamento político e das perspectivas *parciais* – o que poderia ser traduzido como a transparência dos *lugares de fala* – como o local da verdadeira objetividade em contraponto a posições universais de sujeito que escondem as relações de poder e dominação desses locais. Segundo a autora, “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21).

Nesse sentido, um saber abertamente localizado e parcial seria mais transparente do que uma ideia descorporificada de objetividade. É o que buscamos empreender com o relato a seguir e as impressões da própria pesquisadora em sua inserção no campo, tendo em vista sua inexperiência com o segmento antes da realização da pesquisa.

Há uma agenda subjacente a essa descorporificação que não se trata apenas de um jogo de narrativas ou ideologias em conflito, mas principalmente sobre as materialidades que sustentam, propagam e tornam duradouros a produção de conhecimento e a propagação da misoginia no sistema mundo moderno-colonial. Dessa forma, um dos desafios de uma observação participante em ambientes distintos – múltiplas comunidades e grupos em redes sociais diferentes, evocando o conceito de etnografia multissituada (Marcus, 1995; Hine, 2016; Oliveira, 2017) –, visa justamente desconstruir a normatização presente nos videogames, e na tecnologia digital de maneira mais ampla (a cultura *gamer*), que dá uma falsa sensação de neutralidade e apaga a misoginia intrínseca.

Somos a resistência! Relato de uma comunidade multiplataforma para mulheres *gamers*

Desde o momento que o videogame é popularizado como brinquedo de menino, os jogadores encontraram elementos que o permitiram performar a masculinidade e quem não faz parte dela acabam sendo alvo de discriminação (Portinari *et al.*, 2019). “A performatividade de gênero é vivenciar uma forma de subjetividade, ou seja, performar a masculinidade ou feminilidade é materializar essa forma de subjetividade” (Portinari *et al.*, 2019, p. 195).

Reforçando a concepção de Falcão *et al.* (2021), que a cultura *nerd/gamer* está intrinsecamente conectado à aptidão com a tecnologia, e principalmente, atrelada à figura do homem branco, jovem, de classe média. A construção hegemônica desse cenário foi fundamental para moldar esta cultura por décadas. “A ideia na qual a figura do nerd foi construída e o homem branco cis-heterossexual que a representa parecem dificultar a inclusão e participação feminina em conteúdos, ações e comunidades de prática dessa cultura” (Falcão *et al.*, 2021, p. 259). Conforme Senna *et al.* (2017) os homens ocuparam esse espaço que não havia predominância de gênero e começaram a legislar e a se comportar como se não existissem mulheres inseridas, ou mesmo que existissem, eram para satisfazê-los. “Um cenário tão agressivo que incentiva a prática do

gênero feminino como objeto e desqualifica as mulheres, não por jogarem mal, mas sim por serem mulheres” (Senna *et al.*, 2017, p. 25).

Um dos fatores que demonstra esta toxicidade, são os 59% das jogadoras⁷ que admitiram ter como método de defesa esconder seu gênero durante os jogos e assim evitar o assédio. Ainda durante a pesquisa foi possível notar que além de omitir o sexo, precisam fingir que são do sexo masculino ou usar uma identidade sem gênero, evitando ao máximo conversas por voz. Outro ponto importante destaca que 77% das mulheres já experimentaram comportamento impróprio durante um jogo, chegando a serem criticadas por seu desempenho, ou até mesmo acusadas de estar num local que não pertencem por *serem mulheres* (Henrique, 2021).

Interferências assim influenciam diretamente ao jogar uma partida *on-line*. Mesmo que o *nicknames* (apelidos) possam ser considerados uma medida de proteção, não minimizam as ações de assédio verbal ao descobrirem que elas são do gênero oposto. Assim, a busca de ambientes seguros e agradáveis é um artifício utilizado para permanência destas mulheres na comunidade, na pretensão de construir sua rede de amigas e equipes de partidas casuais.

As comunidades fechadas no *Facebook*, exclusiva para mulheres *gamers* é uma alternativa encontrada no intuito de evitar um ambiente que é considerado tóxico. Nesse contexto, vamos aprofundar as discussões sobre este espaço, visando confirmar duas hipóteses: 1. Se esta comunidade fechada pode ser considerada um espaço de resistência e representatividade. 2. Se ela pode ser uma porta de entrada para novas interações em outras plataformas digitais como *Discord* e *Twitch*. Para preservar a identidade da comunidade, o corpus da pesquisa vai se ater somente às informações essenciais para a sua construção, sem a divulgação do nome e de seus membros.

Criada em 25 de dezembro, em 2015, a comunidade fechada do *Facebook* atualmente soma 9.944 membros, segundo sua descrição, composta exclusivamente por mulheres. O gerenciamento conta com quatro administradoras e seis moderadoras que coordenam suas principais atividades. Qualquer pessoa pode encontrar a comunidade pela ferramenta de busca, contudo,

somente membros podem ver o que é publicado. Para integrá-la, o usuário deve ter o perfil que se encaixa com as diretrizes da comunidade.

O grupo não trata de um game em específico. A comunidade tem por objetivo reunir mulheres de diferentes faixas-etárias com afinidades e amor por jogos eletrônicos. Nestas interações, elas compartilham jogadas, marcam sessões de *gameplay*⁸, compartilham suas experiências nas partidas on-line, além de vivências e situações que acontecem na vida de uma *gamer*. Tudo é destacado na descrição da comunidade:

Esse grupo é para todas meninas que jogam independente do jogo ou da plataforma. Aqui nos unimos para trocarmos informações, marcar jogatinas e postar suas experiências. Vamos postar nossas melhores jogadas aqui, compartilhar essas jogadas pra todo mundo ver, ajudar nossas companheiras que fazem lives, vamos nos ajudar! Vamos mostrar que existem muitas mulheres que jogam, nos organizar e transformar o mundo dos games! (Comunidade no *Facebook*, 2022).

Assim como na sociedade, que possui regras para mantermos um relacionamento saudável com as pessoas à volta, o próprio *Facebook/Meta* orienta suas comunidades a instruírem os membros sobre sua missão, valores e propósitos. A rede social capitaliza o discurso de inclusão e diversidade ao propor que uma comunidade, ao reunir vozes e experiências díspares, contribui no senso de pertencimento. Segundo eles, “Uma comunidade inclusiva é aquela que apoia membros de todas as origens, fornece um espaço seguro para eles compartilharem experiências e os estimula a aprender uns com os outros.” (*Facebook Community*, 2022). Em razão disso, pode se dizer que é uma política da empresa estabelecer regras de boa convivência para que todos possam usufruir de espaço representativo.

O grupo de mulheres em questão, por meio de suas regras, apresentam aos integrantes a cultura que molda sua comunidade. Em *Regras dos administradores para a comunidade*, seis pontos são destacados: Apenas Meninas, Respeito acima de tudo, Lives e Vídeos, Conteúdo *Gamer/Geek*, Divulgação e Spam, Regras e Termos. Os dois primeiros pontos chamam atenção, pois deixam claro esse posicionamento aos novos integrantes e aos que desejam

entrar. “Apenas MENINAS serão aceitas no grupo, perfis fakes ou que não tem foto da solicitante não são aceitos, bem como, perfil criado na mesma semana da solicitação”. A palavra *meninas* em maiúsculo é cheia de significados: Primeiro, o *internetês*, como é popularmente chamada a linguagem usada ao conversar informalmente pela internet. A palavra escrita em caixa alta convencionou-se como uma expressão como uma forma de levantar o tom de voz ou até um grito. Além disso, sem recursos de formatação, ela funciona também como uma forma de enfatizar uma informação no lugar do negrito ou itálico, por exemplo. Por outro lado, essa assertividade cria uma dubiedade sobre a presença de identidades de gênero fluidas, não binárias e/ou trans, e sua possível aceitação no coletivo.

No item *Respeito acima de tudo*, a comunidade reforça o fator da união para *criar um ambiente acolhedor* e destaca que pessoas podem ter opiniões diferentes, entretanto, ofensas e preconceitos não são tolerados, todo tipo de *Preconceito = BAN imediato*. *Ban* é uma gíria muito utilizada no vocabulário dos *gamers*, derivada do verbo em inglês *to ban*, ela significa o ato de banir algo ou alguém de um jogo ou transmissão. Outra aplicação é na punição a um jogador por realizar alguma atitude considerada ilegal. Para o *Facebook/Meta* (2022), discordâncias e debates considerados por eles respeitadas podem fazer parte de uma comunidade saudável. Mas, quando ela se torna desrespeitosa ou viola as regras do grupo, o administrador pode restabelecer a ordem. “Agir rapidamente ajuda a mudar a *vibe* da conversa, e a sua presença mostra aos membros do grupo que você se preocupa” (Facebook Community, 2022).

No grupo, só é permitido a divulgação de *lives* e vídeos do seu próprio perfil, e nada de *lives* de meninos ou pessoas famosas. Em Conteúdo *Gamer/Geek*, Divulgação e Spam, Regras e Termos, as publicações devem ser relacionadas ao universo *gamer/geek*, sendo permitido a divulgação de *Whatsapp* ou *Discord* pessoal e/ou coletivos de garotas, em comentários ou publicações. A propensão rigidez das regras serve como elemento coesivo, suscitando que este se torne um grupo de mulheres para mulheres e não apenas mais um grupo de rede social.

Para compreender a sociabilidade e as interações entre as *gamers* na comunidade, o foco inicial se ateuve as postagens e os desdobramentos oriundas delas para saber se realmente as hipóteses poderiam ser confirmadas. As postagens variam, não há um limite diário, cada uma posta quando se sente confortável. Na maioria das publicações são referentes a assuntos que envolvem: depoimentos, divulgação de *Steam ID*⁹ pessoais, e convites para jogar.

Um ponto interessante observado, nas publicações de depoimento pessoal as interações costumam ser maiores. Ao expressar seus sentimentos e confidenciar seus medos, seja por questões que acontecem em jogatinas on-line ou como mulher e seus desafios na sociedade, elas expressam confiança e segurança nesta comunidade. A identificação entre elas torna as interações orgânicas, o mesmo acontece em publicações sobre *gamers* amadoras, quando convidam outras *gamers* para uma jogatina.



Figura 1: Depoimento pessoal de uma *gamer* na comunidade
Fonte: Captura de tela na comunidade no *Facebook*.

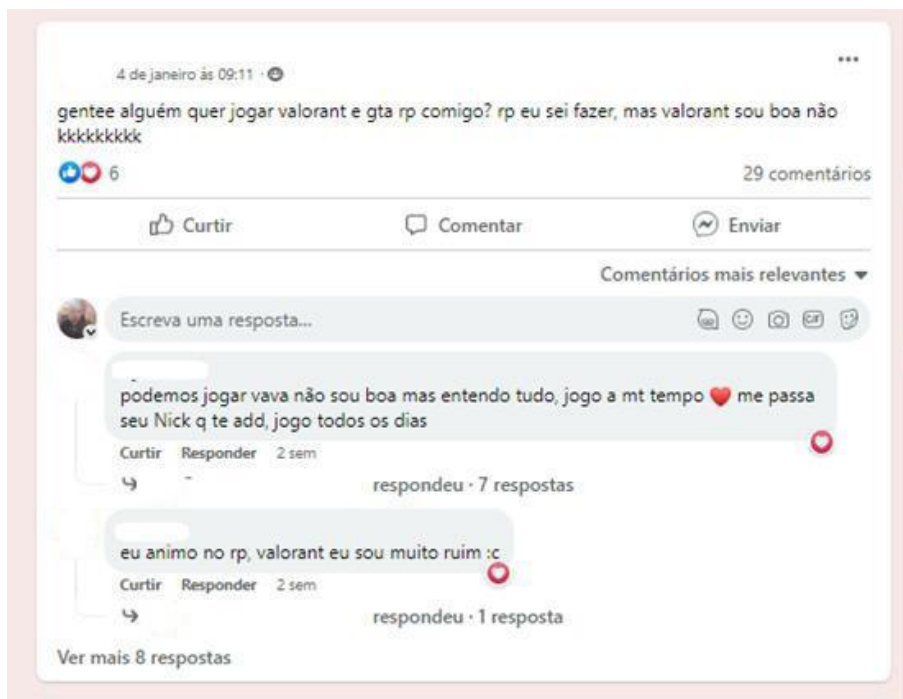


Figura 2: Convite para jogar no on-line Fonte: Captura de tela na comunidade no *Facebook*.

As conexões realizadas entre elas abrem novas possibilidades fora da comunidade do *Facebook*, fazendo com que as usuárias iniciassem uma migração para outras plataformas conhecidas do público *nerd/gamer*, visando ampliar e fortalecer suas conversações. Estas novas redes se deram pelos laços feitos inicialmente na comunidade e perduraram nestas novas interações. Considerando isto, o ponto de partida escolhido, foi uma publicação marcada no destaque da comunidade, feita por uma moderadora, para uma comunidade na plataforma *Discord*.

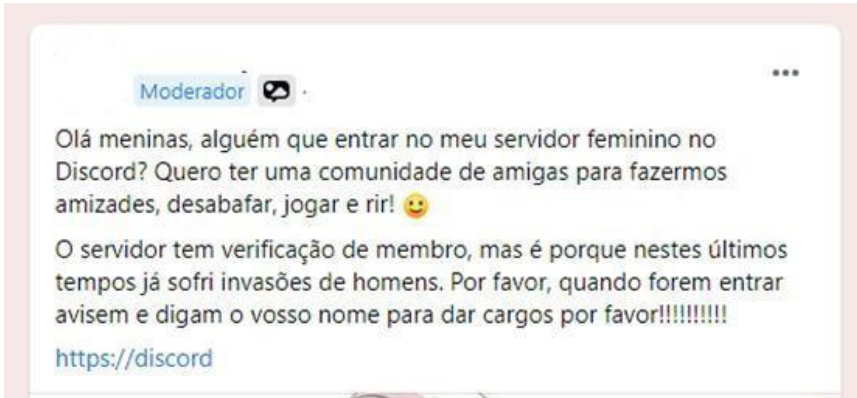


Figura 3: Convite para interações em outra comunidade de meninas
 Fonte: Captura de tela na comunidade no *Facebook*.

A administradora do servidor no *Discord* também é criadora de conteúdo na *Twitch* e *Youtube*, além de ser *Voice-Over Artist* (dubladora) e *Graphic Designer* fora das *streams*. Natural de Angola, atualmente mora em Portugal. A comunidade é dedicada ao universo *Gamer*, *Geek*, *Otaku*, exclusiva para o público feminino e LGBTQIAP+, para falantes da Língua Portuguesa. Uma característica semelhante entre as comunidades destas do *Facebook* e *Discord*, é o reforço da ausência de homens.

Homens são totalmente interditos de entrarem na nossa comunidade, o invasor e a própria pessoa que convidou estarão sujeitos a banimento imediato. Caso haja qualquer suspeita deverá ser feita uma queixa para *Administradora*, *Moderadora* (por mensagem privada) ou na sala das *Denúncias*, essa pessoa será banida imediatamente (Comunidade no *Discord*, 2022, grifos dos autores).

Com 223 membros, o canal é subdividido em subseções para cada atividade que pode ser realizada entre as integrantes. “Comentem em cada sala correta no servidor para evitar confusão e desorganização” (Comunidade no *Discord*, 2022). Parte administrativa (regras, avisos, sugestões, dúvidas, denúncias); Criadores de conteúdo (promoção, *fanarts*, *streams*); Espaço pessoal (cargos, aniversários, introdução, conselhos, *anime-list*); Espaço de Convivência (*chat*, atividades, desabafos, recomendações); *Off- topic* (memes, *gaming*, *setups*, *ani-*

me, wallpapers, tiktoks), Espaço dos *Bots (mudae, pokemon, música, anikator, karuta, gartic, outros)*; Canais de Voz (canal privado 1 e 2, apenas conversa, *LOL, Genshin Impact, Volant, ouvir música, outros jogos*).

Elas são totalmente livres para divulgar conteúdos pessoais e *livestreams*, contudo material (+18) são proibidos, devido terem membros de diferentes idades. Dentre as regras em destaque o respeito e uma boa comunicação deve ser prioridade para uma boa convivência.

Evitem o desconforto nos jogos! Se vocês forem convidar alguém deste servidor pelo chat principal para jogar algum jogo, por favor, evitem ao máximo convidar ou terem homens no vosso lobby (ou pelo menos avisar e/ou dizer quem está no vosso Lobby), deve haver alguma pessoa que não se sinta confortável com tal e estraga o “propósito” desse servidor. **O respeito permite uma boa comunicação!** Somos pessoas. Acima de tudo temos sentimentos e todo o direito de expressar, mas é importante lembrar que qualquer discussão de carácter xenófobo, racista, homofóbico, lgbtfóbico, machista, etc. e/ou que ofenda alguém do servidor não será tolerado (Comunidade no *Discord*, 2022, grifos dos autores).

Conforme os dados apresentados, as comunidades de mulheres *gamers* buscam cumprir um papel acolhedor e difundir/propagar a mensagem de que toda mulher pode jogar e ser incluída nesse meio. Uma forma de resistência em meio ao contexto misógino e patriarcal (Richard e Gray, 2018; Gray *et al.*, 2018), de união e reivindicação de respeito e normalização da figura feminina nesses espaços. Ao mesmo tempo que a chamada *cultura gamer* é um ambiente amplo e cheio de possibilidades, as experiências relatadas por Galdino e Silva (2021) mostram um território hostil e opressor para as mulheres, onde a violência se concretiza por meio da interação entre os usuários, bem como em discursos e narrativas de jogos. No entanto, ao se agruparem para constituir uma comunidade, as jogadoras tomam a decisão de permanecer na *cultura gamer*, mas precisam encontrar outras formas para que essa permanência ocorra sem danos para sua integridade física e mental. Desse modo, elas resistem a uma imposição de que jogar é algo exclusivo para homens e resignificam a ideia de comunidade.

Considerações finais

Os jogos digitais, apesar de sua crescente popularização entre diferentes públicos, ainda reproduzem um modelo estruturalmente excludente, enraizado na colonialidade do poder (Quijano, 2005). O percurso dos games reflete as mesmas dinâmicas de invisibilização, objetificação e hierarquização que permeiam a sociedade, intensificando a marginalização de mulheres, LGBTQIA+ e pessoas racializadas dentro desse universo. O problema não reside unicamente na falta de representatividade ou na hipersexualização de personagens femininas, mas nas próprias bases da produção e consumo de games, que perpetuam desigualdades estruturais.

Os espaços de resistência, como as comunidades de jogadoras nas redes sociais, mostram-se essenciais para a construção de uma contranarrativa dentro da cultura *gamer*. A observação participante realizada no grupo do *Facebook* revela como essa rede de apoio se torna um espaço de sociabilidade e empoderamento, ao mesmo tempo que expõe as barreiras sistêmicas que continuam a dificultar a inserção e permanência de mulheres nesse cenário. Ainda que iniciativas como a criação de coletivos e comunidades de jogadoras representem avanços, os desafios persistem, especialmente em um mercado que naturaliza a exclusão e relega grupos subalternizados a espaços marginalizados.

Ao desvelar as dinâmicas de poder e exclusão presentes na cultura dos jogos, esta pesquisa ressalta a importância de continuar investigando as interseções entre gênero, tecnologia e colonialidade, propondo uma reflexão crítica sobre as possibilidades de transformação e resistência em um ambiente dominado por interesses das grandes empresas. O caminho para a inclusão e equidade nos games passa por um movimento que não apenas reconheça as desigualdades, mas que também busque desmantelá-las, permitindo que as mulheres e outros grupos marginalizados possam ocupar plenamente seu lugar no cenário dos jogos, tanto como jogadoras quanto como agentes de transformação na cultura digital.

Referências

BRISTOT, P. C.; POZZEBON, E.; FRIGO, L. B. A representatividade das mulheres nos games. In: *SBGames 2017: Proceedings of the Brazilian Symposium on Games and Digital Entertainment*, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.sbgames.org/sbgames2017/papers/CulturaFull/175394.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

COMMUNITY, Facebook. Como criar uma comunidade inclusiva. 2022. Disponível em: < <https://www.facebook.com/community/diversity-and-inclusion/creating-an-inclusive-community/> > Acesso em: 02 jul.2022.

COMMUNITY, Facebook. Como escrever boas regras para um grupo. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/community/establishing-membership-and-rules/how-to-write-great-group-rules/> Acesso em: 02 jul.2022.

FALCÃO, Thiago; MACEDO, Tarcízio; KURTZ, Gabriela. Conservadorismo e masculinidade tóxica na cultura gamer: uma aproximação a Magic: The Gathering. *Matrizes*, vol. 15, núm. 2, 2021, pp. 251-277 Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/174671>> Acesso em: 03 jul.2022.

FALCÃO, Thiago; MARQUES, Daniel; MUSSA, Ivan. BOYCOTTBLIZZARD: capitalismo de plataforma e a colonização do jogo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 59-78, abr./jul. 2020

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GALDINO, Renata Jéssica; SILVA, Tarcisio Torres. Notas sobre gênero, tecnologia e videogames. *Obra Digital*, n. 18, p. 57-69, fev.-ago. 2020.

GOULART, Lucas Aguiar. *Jogos vivos para pessoas vivas: composições queer-contrapúblicas nas culturas de jogo digital*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GOULART, Lucas; NARDI, Henrique. Gamergate: cultura dos jogos digitais e a identidade gamer masculina. *Revista Mídia e Cotidiano*, v.

11, n. 3, p. 250–268, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9855>. Acesso em: 2 jul. 2022.

Goulart, L. A., Nardi, H. C., & Hennigen, I. (2016). Resquícios humanos em corpos pixelados: sobre a potência desnaturalizante de sexo/gênero em avatares de jogos digitais. *Revista Periódicus*, 1(6), 198–211. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i6.20562>

GRAY, Kishonna L. *Intersectional tech: black users in digital gaming*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, n. 1, p. 7–41, jan. 1995.

HENRIQUE, Arthur. 59% das mulheres gamers escondem gênero para evitar assédio, diz pesquisa. *Olhar Digital*, 25 mai. 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/05/23/games-e-consoles/mulheres-gamers-escondem-genero-assedio-pesquisa/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

HICKS, Mar. Sexism Is a Feature, Not a Bug. In: MULLANEY, Thomas et al (org.). *Your computer is on fire*. Cambridge: MIT Press, 2021.

HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Carla (orgs.). *Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

KURTZ, Gabriela Birnfeld. “Respeita aí”: os discursos e a subversão das regras como manifestações de violência simbólica de gênero nos jogos digitais Dota 2 e League of Legends. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2019.

MACEDO, T. Querelas esquecidas dos game studies: monopólio e diversidade configuracional nos esports. *Galáxia* (São Paulo), v. 48, p. e58769, 2023.

MIGNOLO, Walter. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Duke University Press, Durham 2011

MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95–117, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>. Acesso em: 20 dez. 2023.

OLIVEIRA, Luciana de. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, v. 5, n. 10, jul.–dez. 2017.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização (Platformisation, 2019 – tradução: Rafael Grohmann). *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 22(1):2-10 janeiro/abril 2020. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

PORTINARI, Denise Berruezo *et al.* Jogos do poder: uma análise das relações de poder presentes nas práticas de jogos digitais. In: *XVIII SBGames – Simpósio Brasileiro de Games e Entretenimento Digital*, Rio de Janeiro, p. 189–197, out. 2019.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”. IN *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REGATTIERI, L. L.; ANTOUN, H. Algoritmização da vida e organização da informação: considerações sobre a tecnicidade no algoritmo a partir de Gilbert Simondon. *Liinc em Revista*, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4304>. Acesso em: 15 jan. 2023.

RICHARD, Gabriela; GRAY, Kishonna. *Gendered Play, Racialized Reality: Black Cyberfeminism, Inclusive Communities of Practice, and the Intersections of Learning, Socialization, and Resilience in Online Gaming*. In *Frontiers: A Journal of Women Studies*, V. 39, N. 1, p. 112-148, 2018.

SENNA, Susana; RAMOS, Fernando Dononi; LIMA, Alessandro *et al.* A participação de mulheres no universo dos esportes eletrônicos. In: *GamePad: Seminário de Games e Tecnologia*, Novo Hamburgo: Feevale, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/76207179-Anais-v-10.html>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CAPÍTULO 3

Conexões entre ativismo corporativo e comunicação pública da ciência

INARA REGINA BATISTA DA COSTA

O conteúdo aqui abordado foi debatido no XVII Congresso Brasileiro de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas da Abrapcorp com a temática *Comunicação Organizacional, Ativismos e Organizações* que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre os dias 10 e 12 de maio de 2023. Tive a honra de participar da mesa 1 *Comunicação organizacional e ativismos nas cidades brasileiras* junto com demais profissionais de relações públicas. Faço um resgate da exposição na qual iniciei compartilhando a recém-descoberta de que sou ativista.

Ao desembarcar no Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão RJ) dirigi-me ao ponto de táxi e ao conversar com o motorista, ele falou: “com esse sotaque, pensei que fosse do Rio”. Sorri, pois não é a primeira vez que ouço esta frase. Sou amazonense, manauara, pesquisadora, relações-públicas, professora e descobri mais uma versão: sou ativista da divulgação da ciência.

Permitam-me contar rapidamente como aconteceu essa descoberta: fui convidada para fazer a palestra de abertura de um *workshop* sobre comunicação científica em um prédio localizado no centro histórico de Manaus para

pesquisadores da área de Biologia. Ao terminar a palestra enfatizei aos pesquisadores, mas principalmente às mulheres pesquisadoras: “Ocupem seus espaços na mídia (tradicional ou digital) divulgando suas pesquisas para a sociedade, não fiquem restritas ao ambiente acadêmico. Trata-se de uma questão inclusiva e de cidadania. Junto com a educação podemos despertar o senso crítico e a tomada de decisão consciente!”. O anfitrião fala ao microfone mais ou menos assim: “Professora, a divulgação científica é quase um ativismo para você”. Eu sorri e depois fiquei pensando “Acho que ele tem razão”.

Afinal, o que é ativismo? Segundo o dicionário Michaelis *on-line* “é uma doutrina de vontade criativa que prega a prática efetiva para transformar a realidade em lugar da atividade puramente especulativa” (s/p). Seta (2022) citando a pesquisadora Maria da Glória Gohn indica que é uma resposta à crise de representatividade do sistema político existente e a busca de novos formatos de organização. Complementa destacando que essa mudança advém de uma nova geração de ativistas.

Ao ampliar esta visão, saímos do ativismo individual e/ou de um grupo de indivíduos para o ativismo corporativo ou ativismo de marcas. Infere-se que a pandemia da Covid-19 acelerou esse comportamento das organizações privadas. Para Sarkar e Kotler (2020), o ativismo de marca seria uma evolução da responsabilidade social corporativa e da abordagem ESG (sigla em inglês que aborda meio ambiente, questões sociais e governança), pois não é direcionada a benefícios corporativos ou do marketing, mas uma preocupação genuína das empresas com questões mais urgentes na sociedade.

Ativar o propósito da marca é vincular e, sobretudo, mobilizar clientes, funcionários e demais *stakeholders*. Começa dentro de casa, incluindo a revisão de processos e procedimentos administrativos. Ao sair dos muros organizacionais existem parcerias com movimentos sociais, destinação de recursos e influência na formulação de políticas públicas. Percebe-se a existência de relacionamentos que devem ser gerenciados sob a ótica da comunicação organizacional. Como dizia o professor Roberto Porto Simões, quando lançamos mão da natureza política das relações-públicas, somos capazes de

influenciar comportamentos, sair um pouco da abordagem instrumental para uma abordagem persuasiva, com mais qualidade nas discussões.

O ativismo corporativo é um tema atual, mas não é novo. Talvez se apresente com uma nova roupagem. Ao fazer um breve resgate histórico, encontramos a atuação da empresa norte-americana Patagônia que vende roupas e acessórios para esportes de aventura. Na década de 1970 colocou a seguinte etiqueta em todas as peças: *you really need this?* Alertando para o consumo consciente. Sabe-se que o consumo excessivo gera consequências diretas para o meio ambiente, impactando no aumento da geração de lixo, na poluição do ar, do mar, dos rios e do solo, consequentemente aumentando a perda da biodiversidade, deslizamentos de terra e afetando famílias que moram nesses locais.

Será que a etiqueta *you really need this?* poderia estar em outros produtos? É fundamental que a compreensão do conceito e a prática de consumo consciente esteja presente em nosso cotidiano. Antes de comprar um produto, as famosas perguntas de um diálogo interno, deveriam estar expostas em supermercados, lojas de vestuário e de departamentos: eu preciso desse objeto? Se a resposta for não, acabou a conversa, se for sim, vá para a segunda pergunta: eu tenho dinheiro? Se for não, acabou a conversa, se for sim, vá para a terceira pergunta: tenho que comprar isso agora ou pode esperar? Se for agora, compre o objeto, se puder esperar, saia do ambiente – físico ou virtual – com a consciência tranquila.

De acordo com Cilo (2020), além da etiqueta, a empresa Patagônia desde 1985 destina 1% da receita líquida para apoiar Organizações Não Governamentais que defendem o meio ambiente. Desde 2005 aceita roupas usadas de seus clientes como parte do pagamento na compra de novos produtos. Mais uma boa prática que outras empresas poderiam replicar. Em 2016 lançou a campanha *Don't buy this jacket on Black Friday*. É importante destacar que as vendas não caíram. Em 2019, o presidente da Patagônia, Sr. Yvon Chouinard recebeu o prêmio Campeã da Terra, maior honraria ambiental concedida pela Organização das Nações Unidas.

Em 2022 foi realizada a terceira edição do Índice GPS (*Global Positioning On Sustainability* – Posicionamento Global sobre Sustentabilidade) – um

estudo que mapeia as principais preocupações dos brasileiros, como agem e o que esperam das empresas em relação às três dimensões ESG. Foram entrevistadas quase 5.000 pessoas de todas as regiões do Brasil, coordenada pelas empresas *Walk to talk*, *La Maison & Conex*, de acordo com Matsue (2023).

Alguns resultados:

- 94% dos entrevistados acreditam que as marcas e organizações podem ser agentes de mudança. Um dos fatores para que isto efetivamente aconteça é a comunicação com os públicos de interesse.
- 20% dos entrevistados boicotam marcas e empresas que não são responsáveis. Complemento: *enquanto lembram do ocorrido*.
- 29% dos brasileiros afirmam que mudaram algo no consumo em busca de produtos mais sustentáveis. O que implica conhecer a origem da matéria-prima que os produtos são fabricados.
- De 54 marcas, entre as quais, Marisa, Netflix, Globo, Pão de Açúcar, Boticário, Petrobras e Adidas, somente a Natura alcançou o índice mais elevado de práticas ESG e também foi espontaneamente a marca mais relacionada com causas sociais.

Ressalta-se que esta é uma percepção do consumidor. Não é resultado de uma auditoria independente sobre o processo produtivo da empresa A, B ou C, mas como ela é percebida naquele momento. Sabemos que uma comunicação contínua e também coerente com a prática contribui bastante na construção desta percepção. A comunicação contínua e coerente com a prática não é aquela que utiliza o calendário de datas comemorativas para levantar bandeira em prol de uma causa. Aquelas empresas que trabalham os conteúdos como se fossem uma produção em série de *stories* e *posts* no *Instagram* e *shorts* no *YouTube*. Passou a data, virou a folha do calendário, mudou o discurso.

Para que a comunicação seja coerente e contínua é importante que os profissionais da área estejam atentos aos discursos da alta administração como também às práticas implementadas nas organizações. A comunicação organizacional por ser a área responsável pela busca de teorias e transformação destas em modos interpretáveis por agentes da comunicação em prol da opinião pública favorável (Farias, 2009) contribui fortemente para que as atividades ope-

racionais sejam executadas com o objetivo claro a ser alcançado, que tenham embasamento científico e justificativas da realização de determinada atividade.

É necessário ter uma visão crítica do que estamos produzindo para o 8 de março (dia da mulher), 19 de abril (dia dos povos indígenas), 20 de novembro (dia da consciência negra) ou outra data comemorativa. É importante refletir, se estamos repetindo discursos e práticas hegemônicas ou se estamos contribuindo, de fato, para transformar a realidade e tornar nosso ambiente mais inclusivo. Vamos qualificar o discurso que ajudamos a construir.

Diferentes Formas de Ativismo em Empresas

O ativismo voltado para empresas emerge como um fenômeno que pode influenciar a gestão estratégica de organizações. Há diferentes formas de ativismo em que a empresa pode atuar e ser protagonista: político, cultural, científico, social, ambiental, entre outros. Para ilustrar essa temática, compartilho ações de duas empresas que possuem fábricas na cidade de Manaus, capital do Amazonas: a P&G e a AMBEV.

A empresa P&G Brasil (*Procter and Gamble*), fabricante americana de bens de consumo das marcas Pampers, Always, Pantene, Vick, Oral-B, Gillette entre outras vem atuando em três frentes: iniciativas de combate à pobreza menstrual, igualdade de gênero dentro e fora da empresa e capacitação de jovens negros para o mercado publicitário. Esses projetos são realizados em parceria com a Cria da Quebrada e Plataforma Racial 360°, de acordo com notícia veiculada no jornal Valor Econômico (fev./2022) e outros websites do segmento.

Quanto à igualdade de gênero, a P&G no Brasil foi presidida por quatro anos, pela primeira vez por uma mulher, Juliana Azevedo. Além deste marco, ela também foi a primeira mulher a assumir a presidência da P&G América Latina. Após dois anos e três meses no cargo foi novamente promovida e desde julho de 2024 é a presidente global de *Home Care e P&G Professional* trabalhando em Genebra, na Suíça, de acordo com notícias publicadas em Meio & Mensagem, Revista Forbes, Valor Econômico, entre outros veículos. Juliana destaca que muito antes de se tornarem questões debatidas na

sociedade, a P&G estava atenta à equidade de gêneros e à diversidade, pois quarenta por cento da liderança da empresa no Brasil é feminina e no exterior, cinquenta por cento dos CEOs globais são mulheres.

A P&G possui instalações fabris no Polo Industrial de Manaus (PIM) desde 1978, sendo responsável pela fabricação dos produtos das marcas Gillette e Oral-B, com 1.200 funcionários distribuídos em três turnos nas unidades Rio Negro e Rio Solimões. A produção da P&G nas duas plantas do PIM alcança 90% do portfólio referente a produtos do segmento de aparelhos de barbear e lâminas para o Brasil e mais nove países: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Polônia e México. Foi uma das empresas empenhadas no envio de cilindros de oxigênio para os hospitais de Manaus, frente à crise do aumento de casos de Covid-19 e o colapso na rede pública de saúde.

Outro caso ilustrativo sobre a temática é o da empresa AMBEV (Companhia de Bebidas das Américas), fabricante de várias marcas de cervejas, refrigerantes, isotônicos, energéticos e sucos, com unidade fabril *Arosuco Aromas* em Manaus. Desde 2014, existem comitês que discutem programas focados em meio ambiente, impacto social positivo, consumo responsável, ética, diversidade e inclusão aliados ao negócio.

Por ser uma empresa de bebidas, a água é a principal matéria-prima no processo produtivo. Logo, o programa Bacias e Florestas da AMBEV, realizado em parceria com a WWF-Brasil, foi vencedor do prêmio *Guardiões pela Água*, promovido pelo Pacto Global da ONU no Brasil. O programa objetiva recuperar e preservar as bacias hidrográficas críticas, unir os atores locais (poder público, instituições de pesquisas, ONGs) para construir soluções de médio e longo prazo que ajudem a lidar com a crise hídrica e com as dificuldades específicas de cada bacia (Um só planeta do grupo Globo, 2023).

De acordo com o relatório anual de sustentabilidade 2022, a Ambev fez 935 contratações de serviços de empresas lideradas por pessoas negras, investindo mais de R\$ 100 milhões nestes negócios. Ganhou o prêmio BN-DES Todos pela Sustentabilidade com o *case* Aliança Guaraná de Maués, na categoria Meio Ambiente e Inovação na Amazônia.

No relatório anterior de 2021, o Zé Delivery (aplicativo desenvolvido dentro da AMBEV) atingiu volume histórico de vendas e é a principal aposta de relacionamento direto com os consumidores. Assim, a empresa identifica um novo público que são os consumidores que preferem cervejas sem álcool ou cervejas artesanais, pois são consideradas menos calóricas e há mais qualidade nos ingredientes utilizados.

Deste modo, verifica-se que empresas como a Patagônia, Natura, P&G, Ambev, entre outras desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade. O ativismo corporativo se faz presente por meio de ações que são implementadas desde a alta direção no sentido de que estas possam multiplicar o impacto positivo em uma parcela de seus *stakeholders* (clientes, fornecedores, funcionários, comunidade em geral). No início, é normal o processo ser baseado em erros e acertos, a fim de entender esse novo mundo e adentrá-lo de maneira legítima.

Por outro lado, o ativismo social – estudado em diferentes disciplinas entre as quais, antropologia, sociologia, estudos de comunicação, arte e design – ganha destaque em decorrência de práticas organizacionais desastrosas. Siedschlag e Lana (2023) citando Piazza e Perretti (2019), destacam que a interação ou o confronto entre empresas e ativistas é geralmente enraizado nas decisões tomadas pelas empresas, e assim os ativistas envolvem-se em políticas públicas e privadas. Para evitar os confrontos, as organizações se antecipam promovendo ações que refletem tanto no clima organizacional quanto nas relações com os demais públicos de interesse. Portanto, os autores destacam que o ativismo social ocorre quando pessoas “[...] que não têm acesso total aos canais institucionalizados de influência envolvem-se em ações isoladas ou coletiva para remediar um problema social percebido ou para promover ou contrariar mudanças na ordem social existente” (Siedschlag; Lana, p. 3, 2023).

De acordo com o *site* do Grupo Carrefour Brasil, a agenda de sustentabilidade está estruturada em torno de três grandes eixos: combate à fome e às desigualdades, inclusão e diversidade, e proteção do planeta e da biodiversidade. Anteriormente a este compromisso público ocorreram situações

que contribuíram para um histórico negativo do Carrefour divulgado em vários veículos de comunicação. Em 2018, em São Bernardo do Campo (SP) um cachorro foi morto em uma loja; em Recife (PE) funcionários cobriram com guarda-sóis o corpo de um promotor de vendas (empresa terceirizada) que faleceu por conta de um infarto; no Rio de Janeiro (RJ), uma funcionária foi demitida após reportar aos seus superiores ter sido vítima de racismo e de intolerância religiosa em seu local de trabalho. Em 2020 na cidade de Porto Alegre, João Freitas foi assassinado por seguranças do Carrefour. De acordo com o *site* Poder 360, em dezembro deste mesmo ano, o Carrefour foi retirado do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Bolsa de Valores), cuja lista busca espelhar o desempenho de empresas brasileiras com foco nos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG).

Depois de novas práticas adotadas, o Grupo Carrefour Brasil emite comunicado ao mercado em 2 de maio de 2024 que O ATACADÃO S.A. (CRFB3) pela primeira vez, passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, com vigência de 6 de maio de 2024 a 30 de abril de 2025. O comunicado finaliza que “a integração à carteira do ISE B3 reafirma a relevância do tema de sustentabilidade para a Companhia e o comprometimento do Grupo Carrefour Brasil na execução de sua estratégia” (Carrefour, 2024).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua relação com o Ativismo

As Organizações das Nações Unidas (ONU) vendo a relevância das empresas como atores sociais estratégicos, criou o Pacto Global em setembro de 2015, uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para promover o crescimento sustentável, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras, cujas iniciativas devem estar conectadas com o negócio. São 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e sane-

amento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias e meios de implantação.

Para ilustrar a iniciativa de uma empresa, em 2018 a Ambev começou a mapear as principais frentes de trabalho para entender como aliar as ações atuais e futuras às iniciativas globais de sustentabilidade, como os ODS e assim, passaram a integrar o grupo de empresas da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

De acordo com a ONU, as grandes empresas no Brasil que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Bolsa de Valores), 83% delas possuem processos de integração dos ODS com o negócio (estratégias, metas e resultados). O ativismo empresarial deve fazer sentido com a história e o negócio da empresa, mas também com ações que visem transformar uma realidade. Trata-se de um movimento contínuo como uma espiral, e não de um projeto com início, meio e fim.

Pode surgir na sua mente a seguinte pergunta: como fazer para que a organização em que eu trabalho tenha um papel mais atuante, mais ativista? Há dois fatores importantes: primeiro é preciso identificar e conhecer quais são os principais problemas que a sociedade enfrenta e qual é o posicionamento da liderança frente aos problemas identificados dentro e fora da empresa. Essa análise deve se refletir no negócio e na relação com os seus públicos. Segundo fator: possibilidade de fazer parcerias com Organizações de Sociedade Civil (OSC) que tratam das questões priorizadas pela empresa, verificando com antecedência, a idoneidade da organização.

Verifica-se que o ativismo corporativo não é algo isolado, desemboca em políticas públicas envolvendo a participação de vários atores sociais, entre os quais, líderes empresariais, governos e instituições dos mais diversos segmentos. Trabalhar em rede é um caminho de construção coletiva para buscar soluções, propor alternativas e descobrir novos processos e procedimentos.

Se as organizações não estão isoladas do meio social, se o trabalho em rede proporciona cocriação com benefícios mútuos, pergunta-se: como as organizações públicas, mais especificamente as universidades e instituições científicas, podem contribuir com o ativismo e com o alcance dos ODS? As reflexões são feitas sob a perspectiva de que o ativismo é o ato de defender algo por meio da ação visando a transformação de uma realidade. Um dos caminhos é a comunicação pública da ciência que pode contribuir com esta transformação.

Comunicação pública da ciência e a Comunicação Organizacional

De acordo com Duarte (2011) a Comunicação Pública se tornou uma expressão popular por responder ao anseio coletivo de uma comunicação mais democrática, participativa e igualitária. Neste sentido, pode-se dizer que os pressupostos teóricos da Comunicação Pública da Ciência (CPC) têm origem em três fundamentos oriundos da Comunicação Pública: interesse público, cidadania e democracia (Oliveira *et al.*, 2021, p. 3), tendo como princípio norteador a transparência e a construção da cidadania por meio da ciência.

Omena dos Santos, Almeida e Crepaldi (2020, p. 280) citam Manso (2015) que destaca que a CPC se apresenta como espaço importante de mediação e diálogo entre a academia e sociedade envolvendo “[...] diferentes atores sociais dos mais variados ambientes na formação da cultura científica, cujo conceito está em circulação nos meios sociais, onde se forma a opinião pública”. À luz da Comunicação Organizacional, os atores sociais podem ser públicos de interesse para as universidades.

Um dos desafios da CPC destacado por autores da área é o uso equivocado de algumas expressões como sinônimos, dentre elas: disseminação e divulgação científica. A primeira está relacionada à troca de informações por meio de uma linguagem comum a um grupo restrito de especialistas que possui conhecimento sobre o assunto, por exemplo, congressos científicos. A segunda que é a divulgação científica se caracteriza pela informação sobre um estudo específico com linguagem simples capaz de ser compreendida pela maioria dos públicos.

A Comunicação Pública da Ciência extrapola a visão operacional da divulgação científica para um processo de transformação da realidade por meio do diálogo com a sociedade, fomentando a criação de uma cultura científica. Trata-se de um olhar mais apurado ao romper com a visão de uma ciência descontextualizada, alheia aos interesses públicos e condições sociais. Daí a conexão com fatores relacionados ao ativismo e aos ODS pois abrangem diferentes áreas do conhecimento desde a erradicação da pobreza e da fome (ODS 1 e 2) até paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16).

Por outro lado, Marandino *et al.* (2018, p. 2) citando Bucchi e Trench (2014), destacam que a Comunicação Pública da Ciência já deveria estar “[...] suficientemente madura para passar da fase heroica, em que qualquer coisa serve em prol da comunicação da ciência, para uma fase em que há critérios de qualidade para as partes envolvidas”. Trata-se de indicadores de *performance* para as instituições no que se refere à avaliação. No entanto, os autores destacam quatro indicadores de alfabetização científica:

1) Indicador científico: divulgar pesquisas científicas, seus processos, resultados, aplicações e inovações a fim de contribuir para que o cidadão possa se envolver e se posicionar sobre eles, como parte de uma cultura científica;

2) Indicador de interface social: evidenciar se as ações e materiais favorecem a compreensão das relações entre a ciência e a sociedade, incluindo impactos gerados e envolvendo o estado, empresas, comunicadores e a comunidade científica;

3) Indicador institucional: expressar a dimensão das instituições envolvidas com a produção, divulgação e o fomento da ciência, missão e função social. Reconhecer não só a origem da ciência enquanto instrumento político, mas também as fontes que validam essas informações;

4) Indicador interação: identificar os modos e formatos de interação do público com as ações, buscando entender o potencial das interações do ponto de vista físico, estético-afetivo e cognitivo para a promoção do aprendizado.

Apesar da importância dos indicadores avaliativos, percebe-se que as universidades estão em compassos diferentes quando se trata de divulgação da ciência. De acordo com Costa (2022), em pesquisa realizada em 2018, 80%

das universidades públicas federais informaram que não tem uma política de comunicação formalizada. O resultado corrobora com o estudo de Alves (2015) quando 74,6% das instituições informaram não possuir um documento norteador da comunicação. É importante refletir se este percentual é uma evidência de que a divulgação científica ainda não se faz presente na agenda prioritária da maioria das universidades públicas, considerando a sua missão institucional com o ensino, pesquisa e extensão.

As estratégias de abordagem da comunicação de instituições públicas, de acordo com Reis (2011) citando a clássica literatura de Zemor (1995) são: i) responder a obrigação de informar o público; ii) estabelecer uma relação de diálogo; iii) apresentar e promover os serviços públicos; iv) tornar conhecida a instituição por meio da comunicação; e v) divulgar ações de interesse público.

Considerando que as universidades federais são instituições públicas é válido destacar que um dos fundamentos da comunicação organizacional é planejar o relacionamento com os públicos de interesse de acordo com as diretrizes institucionais. Porém, o planejamento de comunicação contemplando a divulgação da ciência está em passos lentos. Kunsch (1992) alerta desde o final do século XX que a maioria das universidades brasileiras ainda não percebeu a importância de ter um sistema planejado de comunicação, capaz de divulgar a produção científica de forma eficaz.

Entretanto, há organizações públicas – sob a visão da teoria de sistemas – que tendem a ser mais *abertas* ou *fechadas* de acordo com as concepções e princípios da alta administração. Uma organização com sistema aberto é aquela que possui canais de comunicação com os públicos estratégicos e está menos exposta a ter atenção negativa da mídia em virtude da construção de um relacionamento. Logo, se os pesquisadores querem que a ciência seja defendida pela sociedade, que o negacionismo seja eliminado (ou no mínimo, reduzido), a comunicação dirigida deve estar orientada para os interesses, expectativas e particularidades de acordo com os públicos, desde o cidadão comum e movimentos organizados até governo e mercado (Basile, 2022).

Atualmente, deve-se considerar que as pessoas estão consumindo e produzindo diferentes conteúdos, principalmente por meio das plataformas digitais.

A antiga ideia de que o emissor possuía informações exclusivas e as transmitia para um receptor passivo e isolado não se aplica mais, ou pelo menos, não mais como era antigamente. Com a sociedade em rede cresce cada vez mais a conexão entre diferentes emissores, mensagens e receptores (Castells, 2005).

Sabe-se que as causas do ativismo são de natureza diversas, logo a ciência passa a ser respeitada não somente pela comunidade científica, mas principalmente legitimada pela sociedade. De acordo com Cavalcanti *et al.* (2019), as mídias sociais tem sido reconhecidas como um espaço de ativismo e de interação com organizações. Por um lado, de forma positiva, a velocidade e o alcance de públicos são maiores e o custo menor. Por outro lado, de forma negativa, o debate político tem sido cada vez mais empobrecido, com discussões rasas e o aumento de notícias falsas reproduzindo ideologias no inconsciente coletivo.

Considerações finais

Essa é uma reflexão e discussão que não está relacionada somente com ativismo corporativo nas cidades ou com a comunicação pública da ciência, mas sim com o modo de como todos nós queremos ser, estar e contribuir com este mundo nos próximos anos seja como cidadã(o), profissional e tantos outros papéis que exercemos.

O ativismo tende a crescer nas organizações públicas e privadas, a partir do momento em que as boas práticas implantadas forem compartilhadas gerando impacto positivo na governança, no meio ambiente e na sociedade. Para isso, a comunicação organizacional pode contribuir fortemente por realidades mais igualitárias. É necessário que a alta administração assuma o compromisso de construir diálogos com diferentes atores em busca de um desenvolvimento social mais equilibrado. É olhar para dentro das organizações que dirigem, para ver o que pode ser feito a fim de contribuir para o atendimento dos ODS. É contratar um profissional de relações públicas para que este trabalho com diferentes grupos sociais seja planejado e executado eficazmente.

Sugere-se que universidades e instituições científicas invistam na capacitação de pesquisadores para facilitar o diálogo com públicos, bem como construam uma política de comunicação com diretrizes claras para a divulgação de pesquisas científicas tão ricamente produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação. Fica o convite para que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) lidere esta iniciativa e una esforços com outras entidades para impulsionar uma cultura científica. É claro que esse movimento se faz no ambiente das possibilidades e não no campo da certeza.

Pesquisadoras e pesquisadores devem ocupar seus espaços trazendo uma visão mais contextualizada da produção científica gerada nas universidades, estimulando uma discussão crítica e contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. O princípio da pedagogia libertadora de Paulo Freire – refletir e agir – reforça este movimento transformador da realidade.

Logo, para não estender o tempo da minha apresentação, finalizo-a levantando a minha bandeira da comunicação pública da ciência, convidando acadêmicos e pesquisadores a darem mais visibilidade aos seus trabalhos de pesquisas. Relembro que a ciência e as relações públicas abrem portas, constroem pontes, salvam vidas e qualificam o diálogo com públicos estratégicos. Boas reflexões!

Referências

AMBEV. Ambev aposta em tecnologia e inovação para reduzir a crise hídrica. *Um só planeta*, 20 de dez. de 2023. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/conteudo-de-marca/ambev/noticia/2023/12/20/ambev-aposta-em-tecnologia-e-inovacao-para-reduzir-a-crise-hidrica.ghhtml> Acesso em: 17 ago. de 2024

BASILE, Roberta; GOMES, Suely Henrique de Aquino. A comunicação da ciência como atividade para as relações públicas. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática - Animus*, v. 21, n. 47, 2022. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/2175497772280>

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CAVALCANTI, Davi Barbosa; BRINGEL, Elder Paes Barreto; COSTA, Fábio Regueira Jardelino, OLIVEIRA, Tassiana Moura; Zuccolotto, Vinicius Rodrigues. *Digital activism and indignation nets in Brazil: the pressure groups*. *Journal of Politics in Latin America*, 11(1), 2019, p. 109-130. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/1866802X19840455>

CILO, Nelson. Sustentabilidade: como a Patagônia se tornou a mais sustentável do planeta. *Jornal Estado de Minas*, 25 de fev. de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/25/internas_economia,1124320/como-a-patagonia-se-tornou-a-mais-sustentavel-do-planeta.shtml Acesso em: 13 ago. de 2024

COSTA, Inara Regina Batista da. A percepção de pesquisadores sobre o processo de divulgação científica. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática (Animus)*, v. 21, n. 47, 2022. Recuperado de <https://doi.org/10.5902/2175497772278>

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In:

KUNSCH, Margarida Maria Kholling (org). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora. 2011.

GRUPO Carrefour Brasil. Comunicado ao mercado e fato relevante. *Site Carrefour*, 2024. Disponível em: <https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/comunicado-ao-mercado-e-fato-relevante/> Acesso em 17 ago. de 2024.

FARIAS, Luiz Alberto. O campo acadêmico do ensino e da pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krolling (Org.). *Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos*, v. 1, São Paulo: Saraiva, 2009.

GARCIA, Vitor. Juliana Azevedo será a primeira CEO mulher da P&G na América Latina. *Super Varejo*, 17 de mar de 2022. Disponível em: <https://www.supervarejo.com.br/gestao/juliana-azevedo-sera-a-primeira-ceo-mulher-da-pg-na-america-latina> Acesso em: 17 ago. de 2024.

GOHN, Maria da Glória. *Ativismos no Brasil: Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civas - como impactam e por que importam?* Petrópolis, Editora Vozes, 2022.

KUNSCH, Margarida Maria Krolling. *Universidade e comunicação na edificação da sociedade*. São Paulo: Loyola, 1992.

MARANDINO, Martha; ROCHA, Jessica Norberto; CERTI, Tania Maria; SCALFI, Grazielle, Oliveira, Denise de; LOURENÇO, Márcia Fernandes. Ferramenta teórico-metodológica para o estudo dos processos de alfabetização científica em ações de educação não formal e comunicação pública da ciência: resultados e discussões. **JCOMAL** 1(01). Recuperado de <https://doi.org/10.22323/3.01010203>

MATSUE, Carla. Em ESG, problemas ambientais são a maior preocupação das pessoas, diz pesquisa. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2023/01/26/em-esg-problemas-ambientais-sao-a-maior-preocupacao-das-pessoas-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso 13 ago de 2024.

MEIRELLES, Donata. Juliana Azevedo, primeira mulher CEO da P&G Brasil, avisa: “sucesso é ser uma boa líder, e não uma chefe poderosa”. *Revista Forbes*. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2021/01/donata-meirelles-juliana-azevedo-primeira-mulher-ceo-da-pg-brasil-avisa->

sucesso-e-ser-uma-boa-lider-e-nao-uma-chefe-poderosa/ Acesso em: 17 ago. 2024.

OLIVEIRA, Maria José da Costa; MATOS E NOBRE, Heloíza; CARNEIRO, Celso Dal Ré; BARBOSA, Ronaldo. A comunicação pública da ciência diante da pandemia. In: Congresso Brasileiro de Comunicação Organizacional e de relações públicas. 15º, 2021, São Paulo. Anais. São Paulo: ABRAPCORP, 2021. Disponível em: <https://portal.abrapcorp2.org.br/wp-content/uploads/2021/07/2-A-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-da-Ci%C3%A4ncia-diante-da-pandemia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024

REIS, Patrícia Cerqueira. *Tevê pública digital: análise da política pública para um espaço midiático interativo, participativo e democrático*. In: KUNSCH, Margarida Maria Kholling (org). Comunicação pública, sociedade e cidadania. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora. 2011.

ROCHA, Roseani. Juliana Azevedo assume cargo global na P&G. *Meio & Mensagem*. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/gente/juliana-azevedo-assume-cargo-global-na-pg> Acesso em: 17 ago. de 2024

OMENA DOS SANTOS, Adriana C.; ALMEIDA, Diélen dos Reis Borges; CREPALDI, Thiago Augusto Arlindo Tomaz da Silva. Comunicação pública e divulgação científica em tempos de COVID-19: ações desenvolvidas na Universidade Federal de Uberlândia – Brasil. *Revista Española de Comunicación En Salud - RECS*. Sup. 1, 2020, p. 279-292. Recuperado de <https://doi.org/10.20318/recs.2020.5436>.

SARKAR, Christian; KOTLER, Philip. *Brand activism from purpose to action*. Idea Bite Press, 2021.

SETA, Renata. Professora Maria da Glória Gohn publica livro sobre a temática da democracia. *Faculdade de Educação Unicamp*, 18 de jul. de 2022. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/noticias/professora-maria-da-gloria-gohn-publica-livro-sobre-a-tematica-da-democracia#:~:text=A%20autora%20aponta%20que%20se,mudan%C3%A7%C3%A3o%20geracional%20cultural%20e%20sociopol%C3%ADtica>. Acesso: 13 ago. 2024

SIEDSCHLAG, Djeison; LANA, Jeferson. O efeito do ativismo social em organizações: uma visão integrativa da literatura. *Cad. EBAPE.BR*, v. 21, n. 6, Rio de Janeiro, e2022-0305, 2023.

P&G recebe a Suframa e informa que tem planos para tornar unidade de Manaus cada vez mais competitiva na América Latina. *Suframa*, 28 de set. de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/noticias/p-g-recebe-a-suframa-e-informa-que-tem-planos-para-tornar-unidade-de-manaus-cada-vez-mais-competitiva-na-america-latina#:~:text=Respons%C3%A1vel%20pela%20fabrica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20produtos,Rio%20Negro%20e%20Rio%20Solim%C3%B5es>. Acesso em 17 ago. 2024.

PODER 360. Carrefour é retirado de índice da Bolsa que mede responsabilidade social. *Site Poder 360*, 09 dez. de 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/carrefour-e-retirado-de-indice-da-bolsa-que-mede-responsabilidade-social/> Acesso 17 ago. 2024

CAPÍTULO 4

Ativismo, relações públicas e cidadania para pessoas com deficiência

PATRÍCIA CARLA GONÇALVES SALVATORI

Cerca de 9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora, intelectual ou múltipla (IBGE, 2022). Dentre as principais barreiras para a participação das pessoas com deficiência na sociedade, estão a falta de acessibilidade, inadequação de políticas públicas, propagação de crenças e preconceitos por educadores, empregadores e famílias, falhas na alocação de recursos públicos para serviços de saúde, apoio e assistência, falta de dados e evidências científicas e a exclusão das pessoas com deficiência do processo decisório sobre suas vidas (OMS, 2011).

O conceito de pessoas com deficiência possui uma interseccionalidade na qual o estigma se intensifica: a deficiência intelectual, historicamente confundida com doenças mentais, que causa um questionamento profundo no ser humano sobre parâmetros de sucesso, inteligência e perfeição atribuídos à humanidade e perseguidos pela sociedade.

A busca pela eliminação das barreiras que impedem a participação plena das pessoas com deficiência intelectual na sociedade encontra seus maiores

desafios nas barreiras informacionais e atitudinais. O fim da institucionalização e a simples presença física das pessoas nos ambientes públicos não asseguram um processo inclusivo. O preconceito oriundo da *anormalidade* impede que as pessoas com deficiência intelectual possam usufruir de todo o aparato social que permite a vida comunitária, sendo avaliadas mais pelos que não conseguem fazer do que por suas competências e habilidades.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) adota a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo, com o objetivo de mudar atitudes e abordagens para pessoas com deficiência, posicionando-os como sujeitos, capazes de reivindicar seus direitos, tomar decisões por suas vidas e atuar como membros ativos da sociedade.

Esse processo de mudanças culturais, conquistas e empoderamento das pessoas com deficiência se dá a partir de uma ampla articulação de atores sociais, formados por ativistas e pesquisadores do mundo todo, com destaque para o ativismo britânico, que embasado pela consciência de classe fomentada pelas filosofias socialistas e marxistas, potencializou no povo britânico a incorporação de questões cívicas, derivadas para seus direitos jurídicos, civis e sociais.

Em contrapartida, a narrativa histórica brasileira aponta uma formação identitária pautada pela dominação exploratória escravocrata de uma sociedade patriarcal centrada no autoritarismo, no mandonismo e no patrimonialismo, que geraram uma profunda desigualdade social e a banalização do uso da coisa pública para interesses privados.

Nesse contexto, os grupos da sociedade civil, organizados pelo ativismo, buscam soluções e mudanças sociais e políticas, por meio da construção de capital social, além de atuar como uma escola de cidadania ao ensinar as pessoas e fomentar seus interesses sobre as questões públicas.

Estabelece-se, com isso, a conexão das relações públicas com o ativismo. Ativismo e relações públicas tornam-se justapostos, na busca pela igualdade de oportunidades e os contextos políticos, sociais e culturais não podem ser desconsiderados, para que as relações públicas atuem como agentes de transformação. Em uma sociedade marcada por estigmas identitários históricos, as relações públicas ativistas necessitam ir muito além do engajamento dos

atores sociais, e elaborar um percurso de reconstrução identitária profunda, que caminhe pela análise de suas origens e seus preconceitos, instigue o autoconhecimento e o conhecimento, por meio de uma educação libertadora, fortaleça seu empoderamento, para, então, mobilizar a opinião pública para seu engajamento.

O mundo im.perfeito das pessoas com deficiência

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), deficiência “[...] resulta da interação entre pessoas com deficiências e barreiras atitudinais e ambientais que dificultam sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais” (ONU/CRPD, 2020). A partir deste entendimento, sem retirar a importância das questões do corpo com deficiência e seu impacto, o que restringe a vivência plena da pessoa com deficiência na sociedade é o meio em que ela está inserida, que não oferece a equiparação de direitos e oportunidades, e não a deficiência por si.

Segundo o Relatório *Disability Inclusive Development in UNPD* (PNUD, 2018), existem aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas com deficiência, concentrando 80% dos casos nos países em desenvolvimento apoiados pelo programa. Dentre as barreiras que mais impactam a participação das pessoas com deficiência na sociedade, a OMS (2011) destaca falta de acessibilidade em ambientes públicos e privados; inadequação de políticas públicas às realidades locais; propagação de crenças e preconceitos por parte de educadores, empregadores e das próprias famílias; falhas nas ofertas, na qualidade e na alocação de recursos públicos para serviços de saúde, apoio e assistência; falta de dados e evidências científicas que contribuam para o entendimento e a elaboração de projetos efetivos; e por último, mas um dos pontos mais sensíveis, a exclusão das pessoas com deficiência do processo decisório sobre suas vidas.

De acordo com o PNUD (2018), as desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência em todas as áreas do desenvolvimento são o resultado de déficits estruturais, sociais, políticos e culturais que implicam na falta

de acessibilidade física e virtual; em barreiras institucionais e atitudinais; exclusão; e oportunidades desiguais. Parte dessas pessoas enfrenta desafios interseccionais, como mulheres e meninas com deficiência que sofrem discriminação e violência de gênero em proporções muito mais elevadas.

Os dados apresentados tornam evidente que a deficiência está muito além de uma característica biológica, sendo causa e consequência de profundos impactos sociais e econômicos e determinando um papel identitário muito específico como grupo minoritário.

Histórico da deficiência: preconceito, discriminação e modelos

A construção de estereótipos e estigmas sociais, com base em requisitos de saúde e beleza pré-determinados, contribui para um modelo utópico de perfeição, que resulta historicamente na discriminação e exclusão daqueles que não se adequam aos padrões vigentes. A supressão dos ditos imperfeitos da sociedade remonta desde o extermínio automático nas civilizações primitivas, passando pela crença religiosa da Idade Média que condicionava a deficiência como punição ou castigo por algo pecaminoso, até os modelos ainda vigentes de segregação social, escolar e profissional. A diferença, caracterizada aqui pela deficiência, além de ser contrária ao senso comum, torna-se equivalente a algo indesejado e/ou repugnante.

A partir do século XVII, com o Iluminismo, houve uma profunda ascensão da medicina, da educação e da assistência na sociedade, refletindo na vida de pessoas com deficiência (Braddock; Parish, 2003). A mudança do estigma da deficiência como castigo divino para uma patologia médica contribuiu para que as pessoas com deficiência deixassem a zona da invisibilidade e passassem a circular socialmente.

A partir dos anos 1950, os movimentos assistencialistas de apoio médico, educacional e jurídico ganham espaço em muitas partes do mundo, com a oferta de elementos de reabilitação e integração, ainda que de maneira parcial, relegando as pessoas com deficiência intelectual ao modelo de institucionalização vigente.

Outro marco nesse período foi o início das pesquisas relacionadas à medicina social, políticas públicas e movimentos por parte de cientistas sociais na década de 1960, contribuindo para o enfoque dos aspectos sociais da deficiência (Campbell; Oliver, 1996; Willians, 2003). O olhar teórico para a deficiência sob perspectivas sociológicas começou então, em meados da década de 1970, a ser chamado de *Disabilities Studies*.¹

A primeira geração de teóricos do modelo social da deficiência teve uma estratégia revolucionária, ao tirar o peso da opressão dos ombros dos indivíduos com deficiência, migrando para a inabilidade da sociedade em prever a diversidade (Diniz, 2007). Com isso, ativistas e pesquisadores retiraram parte do controle discursivo sobre a deficiência do campo da saúde, transferindo para o campo da sociologia. Na década de 1990 surge a segunda geração dos estudos da deficiência, formada majoritariamente por teóricas feministas com deficiência ou cuidadoras.

Em 2006, foi adotada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo, com o objetivo de mudar atitudes e abordagens para pessoas com deficiência, posicionando-os como sujeitos, capazes de reivindicar seus direitos, tomar decisões por suas vidas e atuar como membros ativos da sociedade (ONU, 2006).

O texto não apenas reconhece o direito à gestão dos processos decisórios de suas vidas, como cobra dos Estados Partes que assegurem todas as medidas necessárias para tal. Entretanto, o exercício dos atos da vida civil, como casar, ter filhos e administrar bens, dentre outros, ainda sofre profundos reveses com inúmeros preconceitos e barreiras atitudinais, ostensivas ou veladas, que dificultam o exercício da cidadania plena pelas pessoas com deficiência, reforçando a urgência e a inevitabilidade da mobilização de ativismo resistente e perene.

Cidadania, identidades e diferenças

A partir da compreensão dos marcadores sociais de identidade e diferença e consequente criação das minorias, chega-se à concepção de cidadania. De

acordo com a lógica aristotélica, para que o ser humano possa existir em plenitude, se faz indispensável sua participação ativa em todos os assuntos públicos. Em que pese a severa restrição dos valores de liberdade e igualdade ao conceito de cidadania grega, o senso comum sobre cidadania na sociedade ocidental vigente baseia-se na observância e na prática dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos (Cortina, 2005).

Há de se destacar o crescimento da importância do contexto social ao longo do século XX, ocupando espaço ao lado dos direitos políticos e jurídicos oriundos dos conceitos de cidadania nas civilizações grega e romana, respectivamente. As questões sociais vêm ganhando destaque a partir da segunda metade do século passado, no esforço de assegurar os direitos de grupos historicamente minorizados, como mulheres, idosos, crianças, minorias étnicas e religiosas, LGBTs e pessoas com deficiência. Esse conceito de minoria está diretamente relacionado ao modelo de democracia representativa, no qual predomina a vontade da maioria em termos quantitativos, mas a partir das necessidades da minoria (Sodré, 2005; Vieira, 2002).

De acordo com Woodward (2014), a identidade nacional se forma a partir de algo que se difere dela, sustentando-se pela diferença e pela exclusão. Uma das formas de apropriação da identidade nacional se dá pelo apelo aos antecedentes históricos. A formação histórica do Brasil, que teria um profundo impacto na construção da identidade nacional, despontou como colônia de exploração, pautada por monopólios de monoculturas e dominada pelos senhores das terras, que se valeram de práticas escravocratas por quase quatro séculos.

De acordo com Schwarcz (2019), a história brasileira se sustenta em quatro pressupostos básicos, porém falaciosos: de que somos um país harmônico e sem conflitos; que o povo seria avesso a qualquer forma de hierarquia, reagindo sempre com informalidade e igualdade; quer seríamos uma democracia plena, sem ódios raciais, de religião e de gênero; e por último, nossa natureza seria especial, remetendo ao paraíso.

Contrariando o primeiro pressuposto, a história brasileira iniciou marcada por violência, desigualdade e inexistência de direitos para o povo. Ribeiro (1995) ressalta que nossa história foi marcada por toda a sorte de

conflitos étnicos, sociais, econômicos, religiosos e raciais, com o agravante aspecto da cruel desigualdade de forças entre sociedades tribais e estruturas estatais dominadoras.

Ativismo e relações públicas: a construção de um mundo melhor

Na concepção de Peruzzo (2007), a comunicação para cidadania está habilitada para constituir um modelo de transformação social que proporciona o desenvolvimento participativo, sendo construída pelos cidadãos e estruturada com base na relação de direitos e deveres de todos os atores sociais. De acordo com a autora, a qualidade da cidadania se concretiza “[...] não apenas pela oportunidade de participação na comunicação, mas essencialmente porque ela potencializa a ação cidadã na busca da ampliação dos demais direitos. Como diz Demo (1988), a cidadania é construída” (Peruzzo, 2009, p. 42).

Neste contexto, agentes da sociedade, como movimentos sociais, ONGs, grupos de interesse e pressão, redes sociais, entre outros, organizam-se e transformam-se em ativistas em prol de objetivos comuns e defesa de seus direitos, ultrapassando fronteiras nacionais. Surge, com isso, uma frente de atuação estratégica dos processos comunicacionais para a sensibilização da sociedade e da opinião pública, ao lado dos poderes político, administrativo e econômico, denominada relações públicas comunitárias.

As relações públicas comunitárias se desenham como campo para articulação e atuação recíproca com a comunidade, como um elemento orgânico da própria comunidade. Kunsch (2007, p. 172, grifo do original) enfatiza que não se trata de “[...] um trabalho ‘para’ a comunidade, nos moldes tradicionais, por meio de ações paternalistas. Elas pressupõem uma atuação interativa, em que o profissional é, antes, um articulador”. Kunsch (2007) destaca ainda a necessidade de as relações públicas comunitárias abandonarem por completo o discurso sistêmico e criarem um processo empático, pautado na concepção freiriana de aprendizado e conscientização

Peruzzo (1986) critica a pretensa promoção de bem-estar social e de igualdade por parte das intenções das relações públicas, em uma sociedade

historicamente delimitada por suas diferenças sociais e de classe. Ao combater o modelo a serviço das classes dominantes, Peruzzo (1986, p. 129) já elaborava pontes entre relações públicas e ativismo, defendendo que “[...] nas relações públicas servindo os interesses populares é importante que as pensemos não como uma atividade isolada, mas junto com outras atividades e dentro do processo de desenvolvimento da luta das camadas dominadas”.

Ainda que Peruzzo (1986) refira-se majoritariamente à questão de dominação de classe, a partir de uma análise focada no impacto das ideologias capitalistas versus socialistas, é possível vincular sua proposta para as demais questões sociais vinculadas à opressão e desigualdade. A autora defende que o processo de relações públicas sob a ótica da classe dominada seja uma evolução político-pedagógica, não neutra, em busca da libertação dos oprimidos. Esse percurso é composto por três dimensões, de acordo com Peruzzo (1986): a conscientização, a articulação e a ação para construção de uma nova sociedade.

A partir da década de 1990, começam a surgir estudos, internacionalmente, que vão compor a teoria crítica das relações públicas (Ciszek, 2015; Coombs; Holladay, 2012; Demetrious, 2008, 2013; Edwards, 2015, 2016; Holtzhausen, 2000, 2012; Letang, 2016). Essas diversas abordagens e correntes convergem para que o protagonismo se espalhe entre os distintos atores sociais, de maior ou menor escala, por meio de ferramentas discursivas, para que as relações públicas atuem no enfrentamento aos grupos dominantes e promovam espaço a quem historicamente tem sido discriminado, por questões identitárias e culturais.

Abordar as temáticas de poder e diversidade requer um essencial resgate sobre o termo interseccionalidade, que representa o estudo da sobreposição de identidades sociais e sistemas de opressão, dominação ou discriminação. Lee Edwards (2015) explica que gênero, raça e classe não geram tipos separados de desvantagem, mas são conceitos que se entrelaçam e se constituem mutuamente, com significados e impactos distintos para cada pessoa. A partir do entendimento de que as identidades são historicamente determinadas e constantemente construídas, cada pessoa está sujeita a uma carga de preconceitos sobre sua capacidade e seu direito de pertencer.

Edwards (2015) afirma ainda que explorar a diversidade a partir de uma perspectiva dialética acentua o fato de que a diversidade é uma luta por identidade e poder e pela reivindicação de identidades que merecem reconhecimento e valor. De acordo com a autora, as iniciativas de diversidade devem ser concebidas como iniciativas democráticas, para que a voz de todos seja ouvida e respeitada. A elite deve dar crédito às pessoas marginalizadas, permitindo que suas narrativas ganhem espaço em relação às ideias hegemônicas.

Na concepção de Ciszek (2015), ativismo e relações públicas não estão em campos separados, mas ocupam um ambiente fluido alimentado por forças econômico-culturais. Para a pesquisadora, as identidades do ativismo e das relações públicas são fluidas, múltiplas, conflitantes e, muitas vezes, sobrepostas. O que se evidencia nestas duas percepções é que o ativismo e as relações públicas na perspectiva crítica possuem uma ampla gama de aspectos a serem considerados, da mesma forma que a sociedade, composta por uma multiplicidade de origens, histórias, relações que a compõem.

Evidentemente os contextos políticos, sociais e culturais não podem ser desconsiderados, para que as relações públicas atuem como agentes de transformação. Em uma sociedade marcada por estigmas identitários históricos, as relações públicas ativistas necessitam ir muito além do engajamento dos atores sociais, e elaborar um percurso de reconstrução identitária profunda, que caminhe pela análise de suas origens e seus preconceitos, instigue o autoconhecimento e o conhecimento, por meio de uma educação libertadora, fortaleça seu empoderamento, para, então, mobilizar a opinião pública para seu engajamento.

Vivemos em uma sociedade capitalista, cujos processos de geração de conhecimento, produtividade, poder político e comunicação midiática estão “[...] profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza, poder e símbolos que funcionam sob essa lógica”, considera Castells (2007, p. 57).

Na concepção de Castells (2018), os movimentos sociais democráticos que emergem da resistência comunal em prol de justiça social representam potenciais sujeitos na era da informação, por sua capacidade de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede. Na sociedade em rede

de Castells (2013), o poder multidimensional se organiza em torno de redes de comunicação, de acordo com os interesses dos atores, e se altera a partir de as redes de resistência e mudança social do contrapoder.

De acordo com estudo preliminar da autora, a comunicação para o ativismo nos ambientes digitais tem suplantado outros modelos de informação e engajamento, entretanto demanda, entre outros aspectos, uma presença constante e agregadora, que possibilite a criação de vínculos entre a organização/personalidade mobilizadora e seus públicos. O esforço comunicacional começa pelas redes sociais digitais, mas passa a ser coletivo, à medida que as pessoas impactadas *compram* para si aquela causa e tornam-se também disseminadores. Os casos bem-sucedidos tornam-se menos depositórios de informações do que ambientes de integração de interesses comuns. (Salvatori, 2016)

Farias (2019) destaca a importância das relações públicas para a gestão de discursos que influenciem na capacidade de produção de sentido e consequentemente na geração de opiniões, constituindo a tríade informação-sentido-opinião. Mas alerta para os riscos da velocidade acelerada de circulação da informação nas redes sociais digitais e possível falta de reflexão anteciparem a construção da opinião, antes da geração de sentido ou, até mesmo, do acesso à informação. Em uma temática coberta de estigmas e estereótipos históricos, como a deficiência, trata-se de uma advertência a ser seriamente ponderada.

Estudo do ativismo sobre pessoas com deficiência intelectual e autismo

A partir de estudo de opinião pública, que mapeou as principais vozes da sociedade civil, pessoas e entidades de referência, para a causa da deficiência intelectual e sensorial no Brasil e identificou seu conhecimento sobre o modelo social de deficiência e sua identificação com os valores e ações deste modelo, foi delimitado o recorte para a etapa seguinte, composta por análise de redes sociais e análise de conteúdo.

A análise das redes sociais identificou que quatro são organizações não governamentais foram fundadas por mães e pais de pessoas com deficiência e três se formaram como blogs pessoais de parentes de pessoas com deficiência.

Ao comparar as postagens do Facebook e suas respectivas interações pelas categorias e tipos, constatou-se um padrão de postagens exclusivamente de informação pública, institucionais e comerciais nas páginas brasileiras das organizações não governamentais. Em contrapartida, nas páginas brasileiras de blogs pessoais se verificou uma divisão equilibrada entre postagens informacionais e relacionais. Nas organizações britânicas, foi identificada a presença de ambos os tipos de postagens, com predominância para as informacionais.

Estudos prévios da autora (Salvatori, 2016, 2017, 2018) sobre mobilização e ativismo em prol de pessoas com deficiência, via comunicação digital, apontam que a comunicação nos ambientes digitais demanda, entre outros aspectos, uma presença constante, que possibilite a criação de vínculos. Estes aspectos ficam evidenciados pelas análises evolutivas de seguidores das páginas brasileiras tanto no Facebook como no Instagram, bem como a comparação entre aumentos de postagens e de seguidores das páginas brasileiras no Instagram, com destaque para a página Mundo im.Perfeito, que obteve crescimento de 262% no período analisado.

Ao avaliar os perfis no Instagram, evidencia-se a performance das páginas de blogs pessoais, com expressivo engajamento, em contraste com o baixo engajamento das páginas das organizações não governamentais brasileiras e britânicas. Com isso, pode-se inferir o impacto direto das postagens relacionais e de diálogo para o aumento da interação e do engajamento.

A partir do levantamento dos perfis das mídias sociais e de forma complementar, foi aplicada a classificação de análise de conteúdo de postagens realizadas nas redes sociais digitais. Enquanto as páginas britânicas apontam questões relacionadas a políticas públicas e temas ligados a direitos e participação cívica, as páginas brasileiras indicam a necessidade de apresentar e conscientizar sobre conceitos básicos ainda em discussão aqui no Brasil, como capacitismo e interseccionalidade, além de assuntos de caráter pessoal ou privado, como família, diversão e questões internas das próprias orga-

nizações. Evidencia-se a distância de maturidade cívica e de consciência política entre os perfis dos dois países.

Com base no percurso conceitual e histórico do ativismo e na relação das pessoas com deficiência intelectual e autismo na sociedade e seguindo os princípios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade de Bardin (2011), a autora desenvolveu uma classificação de categorias no ativismo de/para pessoas com deficiência intelectual e autismo. As categorias levam em conta o nível de adesão a pressupostos da identidade brasileira.

A análise aponta, no discurso dos princípios e dos propósitos norteadores, uma tendência que leve ao modelo social da deficiência, priorizando a busca e disseminação de conhecimento e o envolvimento de demais atores sociais, evidenciada nas camadas de conexão e conscientização. Entretanto, ainda há uma forte presença de elementos do modelo médico, explicitados nas esferas de harmonização e tutela, reforçadas pela busca de tratamentos, adequação das pessoas com deficiência aos parâmetros dos sem deficiência e protagonismo de familiares e especialistas em suas escolhas e em seu lugar de fala.

Entrevistas em profundidade: Com base em roteiro semiestruturado apresentado na metodologia, a pesquisa contemplou entrevistas em profundidade com cinco ativistas escolhidas intencionalmente pela autora, por seus envolvimento com as temáticas do Transtorno do Espectro do Autismo, Síndrome de Down e Síndrome de Prader-Willi. As cinco mulheres são mães de pessoas com deficiências e quatro delas se encaixam no espectro da neurodiversidade. Todas tiveram diagnósticos tardios, após o nascimento e diagnóstico dos filhos, motivo para ingresso no ativismo. O conteúdo das entrevistas foi agrupado em seis temáticas apresentadas a seguir:

Diagnóstico e o surgimento do seu ativismo: ativismo surge nas cinco histórias apresentadas abaixo como consequência não só do diagnóstico, mas principalmente a partir das adversidades encontradas pelas mulheres no acesso aos direitos dos filhos. É o que Castells (2013) conceitua como motivação individual de cunho emocional. A deficiência coloca essas famílias em um local de invisibilidade social e o ativismo emerge como ponte para

conexão entre iguais, como transmissor de suas vozes na luta por direitos e como pavimento para futuras gerações.

Consciência social e cidadania: de acordo com as entrevistadas, a deficiência e o ativismo abrem portas para a compreensão de um conceito mais amplo de diversidade. Mesmo as mulheres que já se reconheciam em outros grupos minoritários, pelo próprio fato de serem mulheres ou por serem negras e/ou periféricas, todas relataram uma evolução pessoal no entendimento de seus papéis e de suas responsabilidades na sociedade, bem como o aumento da consciência política de forma crítica.

Interseccionalidades e sobre a causa de pessoas com deficiência em relação a outras minorias: na percepção das entrevistadas, para evoluir, o ativismo para a deficiência não pode ser desconectado das interseccionalidades de raça, classe, gênero e orientação sexual, por se tratarem de marcadores sociais que impactam tanto quanto, principalmente em um país como o Brasil, marcado por suas inúmeras e acentuadas desigualdades. Entretanto, reconhecem que dentre as pautas sociais, a deficiência, muitas vezes, é preterida pelas demais, seja pelo estigma associado ao capacitismo ou pela falta de articulação, visibilidade e interesse político

Impacto da pandemia e do governo Bolsonaro no ativismo: O retrocesso causado pelo governo Bolsonaro para as pautas do ativismo da deficiência foi constatado por todas as entrevistadas, com um impacto que deverá se refletir no longo prazo. Elas foram unânimes quanto à imprevisibilidade dos prejuízos e de perspectivas de novos ganhos institucionais para a causa. A pandemia entra como um fator agravante na limitação do ativismo, que ficou restrito às plataformas de comunicação digital.

Impacto da identidade e cultura brasileira no ativismo: De acordo com as entrevistadas, a identidade brasileira é pautada pela subserviência, cordialidade por conveniência, falta de consciência política e social, intolerância à diferença e cultura de meritocracia embasada em uma sociedade desigual. Um fator determinante para o ativismo, abordado por todas, é o capacitismo estrutural da sociedade, que julga e desqualifica pessoas por sua suposta capacidade de ação, produção e de resultados.

Perspectivas, os desafios e as lacunas do ativismo brasileiro: Dentre as questões relatadas, destacam-se as dificuldades de universalização do acesso a direitos básicos, como diagnóstico, informações e tratamentos. Outro aspecto apontado refere-se à falta de políticas públicas que considerem marcadores sociais de raça, classe e gênero, impactando a ausência de suporte às principais cuidadoras: mães negras periféricas e acentuando desigualdades e privilégios. Enquanto o ativismo brasileiro não superar as disparidades da sociedade e não buscar reparação para suas desigualdades abissais, fica-se com a impressão de enxugar gelo.

No cenário do ativismo para autismo, as entrevistadas evidenciam uma clara divisão. De um lado, na defesa de manutenção do modelo médico, estão profissionais prestadores de serviços terapêuticos, que, por meio do discurso de cura, ganham legiões de fãs dentre familiares e não se inibem em usar estratégias do ativismo, como a formulação de políticas públicas e uma eficiente comunicação, por meio das redes sociais digitais, para obterem ganhos pessoais e financeiros. De outro lado, buscando a disseminação do modelo social, autistas adultos, profissionais e familiares aliados, que lutam por autonomia, combate ao capacitismo e propagação do modelo social.

Considerações finais

O foco deste trabalho recai sobre a contribuição das relações públicas como agente de transformação social para a efetiva inclusão e fortalecimento da cidadania das pessoas com deficiência intelectual e autismo na sociedade brasileira, com base no modelo social de deficiência. A pretensão da autora era a proposição de um modelo de ativismo que pudesse estar parcialmente constituído, por meio da aplicação de práticas comunicacionais em seu perfil Mundo im.Perfeito, como um balão de ensaio compatível com a escolha metodológica da pesquisa-ação, que permite a participação ativa dos pesquisadores na realidade dos fatos observados, segundo Thiollent (2011).

Entretanto, este estudo esbarrou em uma montanha de autoritarismo e desmoronamento dos direitos humanos, que ocupou a Presidência da República no período de 2018 a 2022. Ao almejar, no início de 2017, um estudo sobre identidade e cultura nacional e, a partir delas, compreender seu impacto sobre os movimentos ideológicos de defesa de interesses de um dos grupos mais invisibilizados historicamente no escopo das minorias, a autora não poderia supor que, em seguida, o país passaria por um retrocesso tão significativo nas esferas jurídica e discursiva sobre os direitos humanos. A fotografia impressa para a construção do projeto de pesquisa inicial não existia mais, como se o ponto de partida sobre os direitos das pessoas com deficiência fosse se deslocando a passos largos para o passado.

Diante deste cenário composto por um governo ávido pela ruptura democrática em um país que passou por um colapso sanitário de proporções nunca vistas, tornou-se impensável acreditar que o ativismo de e para pessoas com deficiência pudesse conquistar espaço, respeito e credibilidade no curto ou no médio prazo. Entretanto, dentre as inúmeras imputações ao nosso povo, está a de que o brasileiro não desiste nunca. Isso posto, a partir da compilação de todo o estudo em todas as etapas, retomamos os pressupostos iniciais.

1. *A cultura brasileira possui fortes traços de hierarquia e individualismo que dificultam a assimilação e prática da cidadania ativa como fundamento pela opinião pública: o resgate do percurso de nossa construção identitária como nação evidenciou o desprezo histórico das classes dominantes às práticas da cidadania ativa pela população. A sociedade brasileira percorre a passos lentos o caminho para o reconhecimento de direitos de suas minorias e demonstra estar distante de ações afirmativas para reparação histórica de suas violações institucionais, como a escravidão e a profunda desigualdade social presente até os dias atuais. Somente a partir de um plano integrado que contemple políticas públicas inclusivas de educação e renda pode, no longo prazo, promover mudanças culturais capazes de permitir que o exercício da cidadania se torne acessível a todas e todos.*

2. *O baixo nível de envolvimento e comprometimento da sociedade civil com os direitos e a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e autismo está diretamente ligado à baixa incorporação dos preceitos e o fraco exercício da cidadania pela população brasileira: na esteira dos demais direitos humanos negligenciados pelo poder público e ignorados pela sociedade, os direitos das pessoas com deficiência seguem sendo objeto de análise e defesa quase que exclusivos de grupos específicos de interesse, que seguem pregando para convertidos. Falta representatividade de pessoas com deficiência nas esferas deliberativas e decisivas, públicas e privadas. Falta representatividade de pessoas com deficiência psicossociais, como deficiência intelectual e autismo, nos fóruns de pessoas com deficiências. Faltam análise e representatividade dos atravessamentos de raça, gênero, classe, idade e orientação sexual nos estudos, políticas e fóruns de pessoas com deficiência. Em um país atravessado por inúmeras desigualdades, é preciso romper os ciclos de exclusões.*
3. *O ativismo em prol das pessoas com deficiência no Brasil, especificamente com deficiência intelectual e autismo, esbarra na falta de conhecimento dos principais atores sociais sobre as necessidades, direitos e questões sociais: dentro do universo das pessoas com deficiência no Brasil e principalmente das pessoas que estão em seu entorno, como pais, cuidadores e profissionais de saúde e educação, constatou-se uma profunda falta de compreensão sobre o modelo social e suas implicações sobre as responsabilidades compartilhadas e as mudanças estruturais necessárias. Ainda que do ponto de vista oficial, as medidas legais estejam alinhadas ao modelo social, na prática se percebe um processo transitório entre o assistencialismo e a quebra deste paradigma, que ainda não consegue visualizar os ganhos individuais com esta mudança. O modelo médico assistencialista traz consigo uma espécie de acolhimento aos envolvidos, pessoas com deficiência e principalmente pais e cuidadores, que neutraliza os sentimentos ruins advindos do preconceito sofrido.*

4. *O padrão britânico de ativismo, baseado no modelo social de deficiência, é hoje a proposta mais efetiva de inclusão e representatividade das pessoas com deficiência intelectual e autismo: o modelo britânico, como ficou demonstrado no estudo, está longe de ser perfeito e ainda precisa de ajustes para representar uma sociedade totalmente inclusiva. Entretanto, ele permite que as pessoas com deficiência intelectual e autismo ocupem os espaços públicos e privados, lutem por seus direitos e por justiça social e apontem os empecilhos para tal realidade. Na verdade, ele só se tornou possível, com todas as suas ressalvas, porque ativistas e pesquisadores com deficiência, antes relegados ao ostracismo segregacionista como o que se vive no Brasil, buscaram ferramentas de disputa discursiva e de emancipação. Todavia, seria leviano pressupor que basta aos ativistas brasileiros que saiam em busca de mobilização por seus direitos. Com o perdão pelo trocadilho e todo o distanciamento do modelo médico da deficiência defendido neste estudo, mas o fato é que a sociedade brasileira precisa ser curada de sua história e reabilitada de suas máculas sociais, por meio de acesso à educação, à saúde, à renda, à moradia e principalmente à dignidade. Somente assim pode-se propor que o ativismo brasileiro evolua.*

Fundamentada em todos os pontos acima apresentados, a autora desenvolveu um modelo de camadas de ativismo, em linha com as três dimensões de Peruzzo (1986): conscientização, articulação e ação para construção de uma nova sociedade.

A proposição é que, por meio das estratégias comunicacionais, relacionais e persuasivas das relações públicas ativistas, o modelo possa conduzir o percurso evolutivo do ativismo de qualquer um dos pontos iniciais em que os sujeitos se encontrem, em um movimento crescente de autonomia, diversidade e conhecimento, convergindo em práticas políticas emancipatórias de/para as pessoas com deficiência.

Nome	Descrição
Infantilização	Utilização dos estereótipos de pessoas com deficiência intelectual e autismo como eternas crianças ou seres angelicais, destituídos de qualquer nível de consciência e, conseqüentemente, de direitos.
Harmonização	Tentativa de encaixar as pessoas com deficiência intelectual e autismo em padrões pré-estabelecidos e aceitos pela sociedade, por meio de tratamentos médicos, psicológicos, educacionais e terapêuticos.
Tutela	Representação e defesa de interesses das pessoas com deficiência intelectual e autismo, pela crença de que estes não sejam capazes de cuidar de si e de seus interesses. Foco autocentrado na própria organização.
Conexão	Criação de redes e laços que interconectem pessoas com deficiência, familiares e especialistas, de forma a criar vínculos e produção de conhecimento necessário para expandir a temática e seu espaço.
Conscientização	Compreensão das diferenças e percepção sobre luta por espaços e direitos, por si e para os outros, por meio de um processo de educação libertadora.
Legitimidade	Exercício permanente de consciência política em prol da vivência plena e justa das pessoas com deficiência intelectual e autismo.

Tabela 1: Descrição das camadas do modelo de ativismo
 Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A instância mais ampla da legitimidade, na qual todas as pessoas com deficiência de todas as etnias, classes sociais, gêneros, idades, orientações sexuais e crenças estão aptas a exercer plenamente sua vivência plena, pode representar uma esfera utópica para muitos, mas somente por ela poderemos viver em uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária e inclusiva.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRADDOCK, D. L.; PARISH, S. L. An institutional history of disability. In: ALBRECHT, G. L.; SEELMAN, K. D.; BURY, M. (orgs.). *Handbook of disability studies*. London: SAGE, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, 7 jul. 2015.

CAMPBELL, J.; OLIVER, M. *Disability politics: understanding our past, changing our future*. London: Routledge, 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. v. 1. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, M. *O poder da identidade: a era da informação*. v. 2. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CISZEK, E. L. Bridging the gap: mapping the relationship between activism and public relations. *Public Relations Review*, v. 41, n. 4, p. 447–455, 2015.

COOMBS, T. W.; HOLLADAY, S. J. Fringe public relations: how activism moves critical PR toward the mainstream. *Public Relations Review*, v. 38, n. 5, p. 880–887, 2012.

CORTINA, A. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

DEMETRIOUS, K. Corporate social responsibility, new activism and public relations. *Social Responsibility Journal*, v. 4, n. 1/2, p. 104–119, 2008.

DEMETRIOUS, K. *Public relations, activism, and social change: speaking up*. New York; Oxfordshire; Londres: Routledge, 2013.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

EDWARDS, L. *Power, diversity and public relations*. London: Routledge, 2015.

EDWARDS, L. The role of public relations in deliberative systems. *Journal of Communication*, v. 66, n. 1, p. 60–81, 2016.

FARIAS, L. A. *Opiniões voláteis: opinião pública e construção de sentido*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2019.

HOLTZHAUSEN, D. R. Postmodern values in public relations. *Journal of Public Relations Research*, v. 12, p. 93–114, 2000.

HOLTZHAUSEN, D. R. *Public relations as activism: postmodern approaches to theory & practice*. New York; Abingdon: Routledge, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Tabela 1.3.1 - População residente, por tipo de deficiência – Brasil, 2022.

KUNSCH, M. M. K. *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007.

L'ETANG, J. Public relations, activism and social movements: critical perspectives. *Public Relations Inquiry*, v. 5, n. 3, p. 207–211, 2016.

OLIVER, M. *Understanding disability: from theory to practice*. London: Macmillan, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD)*. 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial sobre a Deficiência*. 2011. Disponível em: https://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report/en/. Acesso em: 17 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Site da Organização Mundial da Saúde*. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, p. 45–58, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação. *Revista Fronteiras*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 11, n. 1, p. 33–43, 2009.

PERUZZO, C. M. K. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Disability Inclusive Development in UNDP: guidance and entry points*. New York: United Nations Development Programme, 2018. Disponível em: https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/human_rights/disability-inclusive-development-in-undp.html. Acesso em: 17 ago. 2024.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALVATORI, P. C. G. Comunicação digital e mobilização social para pessoas com deficiência: estudo de caso sobre a Síndrome de Prader Willi. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2016.

SALVATORI, P. C. G. Estudo do processo comunicacional e mobilização digital de entidades associativas em prol do Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41., 2018, Joinville. *Anais...* São Paulo: USP, 2018.

SALVATORI, P. C. G. Mobilização social via mídias digitais e o capital social: estudo sociocultural do blog Lagarta Vira Pupa. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Londrina. *Anais...* São Paulo: USP, 2017.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2011.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WILLIAMS, G. Theorizing disability. In: ALBRECHT, G. L.; SEELMAN, K. D.; BURY, M. (orgs.). *Handbook of disability studies*. London: SAGE, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAPÍTULO 5

Arte situada e a descolonização do conhecimento e do olhar

FERNANDO GONÇALVES

Fala-se muito hoje em uma descolonização do conhecimento, mas o que isso quer dizer? Se considerarmos que o conhecimento precisa ser *descolonizado* é porque percebemos que ele é uma construção histórica e política baseada em determinadas concepções de vida, de ciência, de tempo e de espaço, de humano e de mundo. Concepções essas que, apesar de serem localizadas e particulares, foram tornadas universais e tomadas como as únicas possíveis e desejáveis, desconsiderando outras.

A universalização do pensamento ocidental foi um dos pilares ético-conceituais da modernidade como projeto de poder que se constituiu como um sistema capaz de reproduzir-se em escala global. A principal consequência dessa universalização projetiva, como sabemos, foi a separação e subjugação de mundos, sujeitos e saberes, uma vez que, narcisicamente, essa universalização fez apagar e desqualificar – e não raro destruir - tudo que não reflete sua própria imagem. Não por acaso, Boaventura Santos (2018), em suas Epistemologias do Sul, chamou o pensamento moderno ocidental de

abissal, exatamente por sua capacidade de produzir distinções radicais que excluem tudo aquilo que ele não considera relevante.

Mas como produzir conhecimento não-moderno – que não reflita em suas epistemologias a violência dessas cisões e que seja mais transversal, plural e inclusivo - sem considerar as exigências éticas e políticas dessa outra forma de pensar o conhecimento? Uma descolonização do conhecimento passaria necessariamente por uma ruptura com os projetos de poder contidos no pensamento moderno ocidental, projetos estes vinculados ao que Anibal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2017) chamaram de *colonialidade de poder*. Para esses autores, a colonialidade é uma lógica multifacetada e pervasiva de dominação que se constituiu a partir da modernidade europeia e seu projeto de exploração extrativa, e que, embora se origine em um determinado período histórico, persiste até hoje sob outras formas de biopolíticas de controle por meio de distintos mecanismos (econômicos, sociais, políticos, epistêmicos, subjetivos etc).

Neste sentido, não me parece possível pensar em descolonização do conhecimento sem realizar uma crítica direta a este projeto de saber-poder, porque o que chamamos de conhecimento não pode ser visto como algo dissociado de todas essas outras formas de controle presentes na vida social. É que elas incidem, em seu conjunto, diretamente sobre as maneiras como produzimos conhecimento, como o difundimos, como ensinamos e aprendemos, sobre que autores, teorias e abordagens adotamos, sobre os temas que pesquisamos, sobre como obter financiamento para nossas pesquisas, sobre os modos como construímos e mantemos nossas carreiras etc. Produzir conhecimento é uma experiência coletiva, social e política, sujeita às mesmas lógicas de controle da colonialidade, sendo, portanto, indissociável de nossas identidades culturais, de raça, gênero, classe e de nossas visões de mundo e de todas as forças, inclusive institucionais, que sustentam seus processos de produção e legitimação no campo social. Perceber o quanto essas lógicas influenciam nossas formas de produzir conhecimento é fundamental para a diversificação de nossas abordagens e questões de pesquisa, sobretudo do ponto de vista do reconhecimento de outras formas de saber.

Por isso, há muitos anos venho defendendo que as práticas artísticas contemporâneas podem ser vistas como um modo particular de produção de conhecimento nos estudos da Comunicação. Sensíveis às questões de seu tempo, muitos artistas têm nas relações entre arte e vida um motor para suas criações. Através de distintos meios e linguagens, muitos investigam e elaboram fatos da cultura, levantando questões e provocando reflexões. Funcionando como operadores semióticos, muitas de suas obras processam e traduzem esses fatos e nos ajudam a compreender como em nossas sociedades se fabricam sujeitos, imaginários, práticas e discursos sociais. É neste sentido que vejo essas práticas como uma espécie de cartografia poética e política do presente, que às vezes lança seu olhar para a História, para colocá-la em perspectiva.

Hoje, diante do avanço das lutas por direitos e contra o racismo, o sexismo e o epistemicídio, isso não seria diferente. Cientes de que as imagens são grandes mediadoras de nossa experiência sensível e social, muitos artistas discutem seu papel nesses processos de luta e na proposição de novas formas de imaginação do mundo e do Outro, que incidem diretamente nos modos como os percebemos e conhecemos. Certamente, as imagens no campo da arte não detém o privilégio dessas lutas e dessas proposições, mas constituem um elemento não negligenciável no seio desses processos exatamente por se ocuparem do exame crítico dessas mediações.

Neste texto, apresento alguns artistas visuais racializados e LGBTQIAPN+, que considero como a manifestação daquilo que o filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2011) chamou de pluriversalidade, diversidade dos seres e modos de vida, onde as particularidades, vivências e seus sentidos são reconhecidas e compartilhados. Uma das questões levantadas por muitos desses artistas é que para se investigar questões envolvendo narrativas e imaginários sobre corpos, memórias e territórios minorizados é preciso partir de outras vozes e de outros pontos de vista, notadamente dos que historicamente foram posicionados e fixados de forma estigmatizada e subalternizada e definidos como objeto da representação.

Eis que tais sujeitos, insurgindo-se contra o “fardo da representação” (Shohat; Stam, 2006), começam a construir suas próprias narrativas e perspectivas, no contexto do que chamarei aqui de *arte situada*, termo inspirado na noção de conhecimento situado ou localizado de Donna Haraway (2009). Uma *arte situada* não aspira a uma generalidade ou a uma universalização, nem a uma cristalização ou essencialização. Ao contrário, caracteriza-se por uma relação direta com as experiências de um lugar, de um grupo e de uma determinada realidade, que está sempre em mudança, e que por isso mesmo produz conhecimento sensível e incorporado acerca dessa realidade.

Considero as manifestações dessa *arte situada* como uma forma de descolonização do conhecimento na medida em que buscam romper com as lógicas de um regime racializado de representação (Hall, 2016), que reiteram perspectivas únicas (históricas, sociais, comunicativas), totalizantes e essencialistas e recusam uma racionalidade descorporificada, apoiando-se na experiência cotidiana e no próprio corpo para criar imagens e narrativas que operam em um campo de saber encarnado e situado.

Conscientes de que é preciso expor e conjurar injustiças e opressões históricas para libertar a imaginação e a subjetividade das formas de representação que reforçam o trauma colonial (Fanon, 2008), muitos artistas produzem atualmente imagens que conectam diferentes meios e linguagens para discutir as feridas resultantes de séculos de violência, exclusão e apagamento de certos corpos, saberes e modos de vida.

Tendo em vista o papel que a fotografia teve e ainda tem nos processos de controle social, através da criação e veiculação de estereótipos e imaginários violentos e excludentes, neste texto proponho observar como alguns artistas contemporâneos buscam criar outras inscrições e pontos de vista sobre fatos, corpos e modos de vida minorizados e também elaborar outras formas de construção narrativa e de representação, baseadas principalmente em estratégias ficcionais com a fotomontagem, a fotoperformance e a foto-instalação.

Descolonizando o olhar

Atualmente no Brasil, no campo das artes visuais e da fotografia, podemos observar como alguns artistas, ao discutirem as temáticas do corpo, da memória e dos saberes tradicionais, buscam subverter imagens e formas de representação estigmatizantes que fazem parte do que Joaquin Barriendos chamou de colonialidade do ver (Barriendos, 2019). O termo tenta dar conta de pensar os regimes visuais moderno-ocidentais constituídos a partir do complexo entrelaçamento entre as formas coloniais de exploração de riquezas, vidas e territórios e a produção de arquivos e relatos (escritos e imagéticos) que produzem ao mesmo tempo a desumanização e subjugação de certos corpos e as memórias através de regimes representacionais que reiteram estereótipos e violências. Tais regimes consistem em processos de controle que se expressam por meio de lógicas e sistemas de codificação visual que produzem percepções estigmatizantes e excludentes do Outro e que impõem formas de violência aos corpos, espaços e modos de vida que não se enquadram nos modelos moderno-ocidentais e eurocêtricos.

Imagens de controle é o termo cunhado por Patricia Collins (2002) para tratar dessas representações visuais que historicamente definiram e fixaram o corpo negro, por exemplo, em posição de subalternidade, assunto igualmente já tratado por Stuart Hall (2016), ao discutir os regimes racializados de representação presentes na cultura moderno-ocidental. Disseminadas sistematicamente de diferentes formas em nossa cultura visual, as imagens de controle funcionam como elementos operacionais indispensáveis às lógicas de dominação e essenciais para a perpetuação da violência e da exclusão.

Não é por acaso, portanto, que alguns artistas se apropriam de documentos históricos, imagens midiáticas, da ciência e da arte, além de discursos e experiências pessoais para criar suas obras. Por meio dessa apropriação e dessa reelaboração, esses artistas produzem releituras do passado para exorcizar os efeitos dessas estigmatizações e gerar outros imaginários sobre corpos e modos de vida constantemente em risco.

Considero esse aspecto de releitura também como forma de produção de conhecimento e como espaço de manifestação do que chamo de *políticas da alteridade*, gestos de confronto e de reapropriação do discurso histórico e das representações imagéticas que buscam desconstruir e ressignificar imaginários e recusar práticas de violência e de silenciamento de modos de vida e visões de mundo que não cabem nos modelos materiais, simbólicos e epistêmicos da modernidade ocidental e do capitalismo neoliberal globalizado.

Nesse contexto, me interesso por investigar precisamente o potencial comunicativo que os trabalhos desses artistas podem ter para realizar uma crítica da cultura e para produzir formas de intervenção no contexto das atuais discussões sobre corpo, memória e saberes tradicionais. Por isso vejo a arte não simplesmente como produtora de objetos para a contemplação, mas como criadora de formas-pensamento que inventariam nossos modos de vida em sociedade e nos convidam a fazer reflexões, a rever percepções, alargar horizontes, refazer pontos de vista e imaginar outras realidades.

Um exemplo já bastante conhecido dessas práticas críticas na arte são os trabalhos de paulista Rosana Paulino. Algumas de suas obras usam fotografias de arquivo do século XIX para discutir as relações entre os discursos da ciência positivista novecentista (que hoje lemos como uma prática de racismo científico) e a sujeição dos corpos femininos negros em nossa história colonial e de escravidão. Paulino escrutina os modos como o pensamento científico buscou justificar a desigualdade entre seres humanos, legitimando opressões, invisibilidades, silenciamentos e violências diversas que perduram até os dias atuais. Mas tais ações não seriam eficazes sem o trabalho de mediação das imagens, daí a preocupação de artistas como Paulino.

Como muitos artistas contemporâneos, Paulino está ciente do papel que as imagens têm na regulação de nossas relações com o mundo e com o Outro, na produção de imaginários sociais e de subjetividade¹. Tratar da colonialidade do ver implica, portanto, refletir sobre os efeitos da circulação sistemática de distintas formas de representações difundidas na modernidade, tanto pela Ciência quanto pela História (inclusive da Arte), que que

concorrem para a deshumanização, violência e invisibilização de certos sujeitos e modos de vida.

A seguir, veremos como alguns artistas visuais vêm abordando essas questões e produzindo obras que questionam essas formas de representação, como as subvertem e ressignificam, através de usos inusitados da fotografia, tecnologia de visão que historicamente participa dos processos de colonização de nosso olhar.

Fotomontagem como estratégia de releitura e reescrita da História

Gê Viana² é uma das artistas que, como Rosana Paulino, escava o passado para lê-lo a contrapelo e recodifica-lo visuamente. A artista maranhense discute a invisibilidade e a subalternização de corpos e identidades raciais e de gênero e busca reposiciona-los em nossos imaginários. A partir do reconhecimento de sua ascendência afro-indígena e de sua identidade sexual e de gênero como mulher lésbica, a artista utiliza a fotomontagem para dar forma a seus questionamentos acerca do racismo e do sexismo em nossa sociedade.

Seus trabalhos são caracterizados pela apropriação e pela ressignificação de arquivos e imagens históricas, midiáticas e artísticas com as quais ela desmonta memórias visuais violentas e excludentes e as reprocessa através de colagens visuais. Desde o século XIX, a fotomontagem funciona como uma prática de composição de imagens a partir de fragmentos de imagens oriundas de diversas origens, naturezas e proporções. Mas foi sobretudo a partir do século XX que a fotomontagem começou a ser utilizada como gesto crítico que permite com que uma ideia seja expressa através do rearranjo dos fragmentos para originar novos significados (Adès, 1996). Certamente, o modo como são organizados esses fragmentos é decisivo para se obter um determinado efeito estético e narrativo. Por isto mesmo, os elementos escolhidos e a montagem nunca são casuais e apontam para alguns dos interesses dos artistas. É o caso das colagens digitais de Gê Viana, como as séries Sapatona (2018), Paridade (2019) e Atualizações Traumáticas de Debret (2020).

Na primeira série, a artista refaz cenas amorosas de casais heterossexuais retiradas da internet colocando no lugar do rosto dos homens os de mulheres, construindo assim cenas alegres de casais de mulheres, em que podem viver de forma livre e prazerosa seu amor. A segunda consiste em uma série de retratos posados, geralmente no formato de lambe-lambe e expostas nos espaços públicos. Os retratos são compostos por duas camadas de imagens. A primeira, em segundo plano, consiste em imagens documentais de pessoas com ascendência indígena de diferentes localidades do Maranhão. A segunda camada, sobreposta à primeira, consiste em imagens de arquivo dos séculos XIX e XX, produzidas por antropólogos e fotógrafos em missão científica, e que guardam alguma semelhança física com as personagens ou com as situações tomadas no presente. Ao emparelhar os fragmentos, a montagem produz a impressão de que o corpo da memória do arquivo se desdobra ou forma um duplo com o corpo do presente, fazendo com que ambas compartilhem o mesmo espaço-tempo da imagem, em uma referência aos processos de apagamento da memória dos povos negros e indígenas no Brasil. Na terceira série, a artista revisita as pinturas de Debret, que registrou o cotidiano colonial brasileiro e que ajudou a reforçar em nosso imaginário a condição de objetificação e de subalternização de negres escravizados. Nesta série, a artista recompõe as cenas de Debret e passamos a ver os corpos pretos, antes desumanizados e explorados, agora ocupando o espaço antes ocupados pelos brancos, vivendo suas vidas de forma alegre e descontraída, livres do trauma colonial. Essa estratégia de de/recomposição é exatamente um esforço de imaginação em que imagens históricas que naturalizaram violências e silenciamentos e construíram nossa memória coletiva são rememoradas, desmontadas e refeitas para serem liberadas. Com isso, a artista cria outras narrativas, arquivos e memórias visuais para esses corpos através da circulação de visualidades que reposicionam corpos minoritários para além do trauma.

Um outro artista conhecido pelo uso da fotomontagem é Joelington Rios³, quilombola maranhense que vive atualmente entre o Maranhão e o Rio de Janeiro. Rios saiu do interior do Maranhão para estudar fotografia na

cidade maravilhosa e conta que a imagem que tinha da cidade era a que via na TV, nas novelas e em programas como *Malhação*. Porém, ao chegar e se deslocar pela cidade, percebeu que a realidade era outra. Observou que existem muitas cidades dentro da cidade, muitas desigualdades e injustiças.

Seu primeiro e mais conhecido trabalho, que o lançou no mundo da arte, é resultado dessa observação: a série *O que sustenta o Rio*, de 2018. Nela, Rios destroça o imaginário da *cidade maravilhosa*, sobrepondo com a fotomontagem imagens de ícones turísticos da cidade, como o Cristo Redentor, à cabeças de pessoas pretas, chamando a atenção para a subalternização e marginalização de corpos que, apesar de estarem em toda parte fazendo a cidade *real* acontecer, são historicamente invisibilizados e assujeitados. O que vemos na obra é uma imagem montada formada por duas imagens: imagens desses ícones cortadas horizontalmente, representando os imaginários estereotipados na parte superior, e outra imagem cortada de rostos de pessoas pretas, trans, de religiões afro-brasileiras, que *sustenta* a primeira, representando esses corpos e culturas minorizadas e invisibilizadas.

Com isso, Rios não aponta apenas para os contrastes e desigualdades da cidade, mas refere-se também às questões raciais implicadas nessas diferenças. Se as colagens de Gê Viana reescrevem a História, reimaginando-a, as de Rios cumprem o papel de nomear e elaborar o trauma colonial, evidenciando sua atualização no presente. Em Fanon (2008), o trauma colonial expressa um sofrimento psíquico resultante de um conjunto de violências materiais, simbólicas e subjetivas que destroem, subalternizam e/ou invisibilizam, desde os tempos da colonização até o presente, a vida, as visões de mundo e a cultura negras. Atualmente, o termo pode também ser empregado no contexto das lutas e críticas às violências de gênero e sexualidade e de classe, que também são marcadores utilizados pela lógica da colonialidade para exercer poder sobre corpos e subjetividades que não se encaixam no padrão hegemônico eurocêntrico do homem branco heterossexual.

Para Grada Kilomba (2019), psicanalista, escritora e artista visual negra portuguesa, a nomeação e o reconhecimento do trauma é fundamental para avançar na luta contra o racismo e também para lidar com seus efeitos. Neste

sentido, o trabalho de Rios aborda a atualidade do trauma colonial, na perspectiva apontada por Kilomba, ou seja, da necessidade do reconhecimento dos episódios cotidianos de racismo, concientes ou não, em escala micro e macro, que não passam apenas pela violência física contra os corpos, mas também pela exclusão, pelo desrespeito, pelo assujeitamento e pela invisibilização dos sujeitos negros, indígenas e LGBTQUIA+.

Fotoinstalação e a *cura* do trauma colonial através das imagens

Lidar com os efeitos do trauma colonial tem sido uma preocupação constante nas lutas antirracistas e hoje fala-se muito em *cura* do trauma. Viver para além dele e reposicionar esses corpos em nossos imaginários têm sido a tarefa de diversas artistas. Uma estratégia utilizada por eles é a foto-instalação.

A instalação de arte é um termo geralmente usado para descrever obras tridimensionais inseridas em espaços específicos. Na fotoinstalação, a instalação como linguagem⁴ é posta em diálogo com a fotografia, onde as relações entre imagem, objeto e espaço são privilegiados como elementos de comunicação. Assim como nas fotoperformances, nesse regime expandido da fotografia (Junior, 2006) a imagem não é considerada como um fim em si mesmo, mas como um dos elementos que, articulados com outros, constituem a obra.

Um artista que trabalha com esta linguagem é Ayrson Heráclito⁵. Heráclito é ogan no candomblé⁶, curador, professor de artes visuais na Universidade Federal do Recôncavo Baiano e pesquisador que discute a memória das heranças culturais e espirituais afro-brasileiras e das violências e feridas associadas a essa memória. Transitando entre fotografia, vídeo, performance e instalação, seus trabalhos são reconhecidos por usar a imagem como forma de *curar* essas feridas históricas.

Heráclito foi um dos artistas que representaram o Brasil na 57ª Bienal de Veneza em 2017 e utiliza em seus trabalhos elementos das culturas nordestina e afro-brasileira, sobretudo alimentos como dendê, charque, açúcar e peixe, e também sangue, saliva e sêmen. Trata-se de materiais carregados de significados de uma cultura negra (Santos, 2017) que o artista vai acionar

para criar obras que propiciam conexões entre passado e presente, entre África e Bahia e entre a capital baiana e o sertão nordestino. Esse acionamento esteve presente no título de sua última grande exposição *Yorubaiano*, que circulou por Salvador, Rio e São Paulo entre 2019 e 2022.

O artista afirma que suas obras são uma forma de ebó (oferendas rituais). Para ele, é nutrindo-se das qualidades materiais e simbólicas de saberes ancestrais que suas obras se tornam capazes de reler criticamente nosso passado colonial. Mas, como artista, não é apenas a religião em si o que lhe interessa, mas a ideia do sagrado e da experiência mística nelas contidas, que para ele são formas de acessar outras formas de entendimento da vida e do mundo. São essas sensibilidades e formas de conhecimentos não-modernos, não-ocidentais, que o artista nos oferece através de seus trabalhos.

Uma das obras que abordam tais conhecimentos é *Bori*. Trata-se de uma série fotográfica instalativa realizada a partir de uma performance e que é composta por doze retratos de homens e mulheres deitados no chão, com diferentes tipos de alimentos cuidadosamente dispostos ao redor de suas cabeças⁷. O trabalho é inspirado na prática de alimentar a *cabeça* (ori), que nas religiões de matriz africana representa o princípio individual que nos rege. O termo *bori* remete ao ritual de oferenda (bó) de comida à cabeça (ori) como forma de proteção e harmonização pessoal.

Os doze retratos que vemos na instalação fotográfica, dispostos cuidadosamente no chão do espaço expositivo formando um círculo, são evocativos da oferenda dos alimentos preferidos de doze orixás. Os retratos são produzidos a partir de performances feitas na abertura da exposição e configuram-se como um ato duplamente ritual, na medida em que o ato material e simbólico de encenar a alimentação dos oris codifica tanto uma prática religiosa quanto a passagem e a transformação dos alimentos e corpos em obra artística e gesto político. Em *Bori*, as imagens instaladas se tornam elas próprias agentes que constroem um outro tipo de presença e de espaço-tempo através da encenação da possibilidade de tornar dizíveis e visíveis epistemes, modos de ver, imaginar e narrar baseados em outros

repertórios e perspectivas, em outras relações com a vida, para além das que conhecemos nas tradições da racionalidade ocidental eurocentrada.

Outra artista que também trabalha com a linguagem da instalação e da performance combinadas com a fotografia é Castiel Vitorino Brasileiro⁸. A artista capixaba vive e trabalha entre Vitória e São Paulo e também explora o universo ancestral afro-brasileiro e sua relação com os corpos trans, como o dela. Castiel é formada em psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo e tem mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-SP, onde estudou com Suely Rolnik. Assim, como Ayrson Heráclito, seus trabalhos transitam entre performance, vídeo, fotografia e instalação.

O trabalho de Castiel, como afirma Cintia Guedes sobre sua participação na Bienal de São Paulo de 2023⁹, enfrenta a mais estabelecida das ficções moderno-coloniais: a invenção da noção de raça (Quijano, 2005), criada para hierarquizar e categorizar os humanos, entre superiores (brancos) e inferiores (negros). Refletindo sobre a condição de des/humanidade da vida racializada e generificada, a artista investiga as implicações do dispositivo racial no Brasil para pessoas negras e trans, com base em um repertório banto e nas religiosidades de matriz africana. Através do que a artista chama de “clínica da efemeridade e de estética de fuga das colonialidades” (Zandomenico, 2021, 298), a artista busca conjurar o trauma colonial através de ações que têm na rememoração e na reimaginação da memória colonial, através da fabulação, um processo de cura. É assim que “as práticas mobilizadas por Brasileiro têm por orientação a promoção de vitalidade para os corpos que, sob o regime de racialização, são constantemente submetidos a adoecimentos e mortificações pelo racismo estrutural, sistêmico e cotidiano” (Zandomenico, 2021, p. 299).

Em um de seus primeiros trabalhos, a série fotográfica *Quando criei minha origem*, de 2019, Castiel revira arquivos de sua história pessoal através de fotografias de álbuns de família. “Brasileiro foi o nome dado ao meu bisavô paterno, e quando no início do século XX ele fugiu da fazenda onde era escravizado, nomeou-se de Augusto. Seu nome de guerra virou nome do meu pai e sobrenome de Castiel” (Castiel apud Zandomenico, 2021, p. 299). Na série vemos quatro imagens em uma sequência: uma em preto e

branco (arquivo) de um indígena do Espírito Santo, uma de Castiel antes de sua transição de gênero, uma de seu bisavô Augusto Brasileiro e outra de Castiel já com sua transição concluída. A série foi apresentada em uma de suas primeiras exposições, chamada *O Trauma é Brasileiro*, de 2019. Nela, Castiel aponta para a importância de se lutar contra o esquecimento e o apagamento como efeitos do trauma colonial na história de pessoas pretas e escravizadas. Associando seu sobrenome (dado a seu bisavô) ao marcador de identidade nacional, Castiel propõe um gesto que conecta sua história pessoal à da própria história colonial e escravocrata brasileira, uma vez que nomes como Brasileiro e Silva no Brasil estão diretamente ligados a pessoas cujas origens e histórias são desconhecidas ou que foram apagadas.

Em seu artigo *Conexões de cura na arte contemporânea brasileira*, Guilherme Marcondes (2020) apresenta um panorama da conjuntura brasileira a partir do trabalho de artistas negrodescendentes brasileiros e suas ações artístico-políticas em três frentes de cura: da memória, da subjetividade e da religiosa. Entre as artistas que compõem esse panorama estão Maria Cecília Felix Calaça, Tiago Sant'ana, Val Souza, Renata Felinto, Ventura Profana e Castiel Vitorino Brasileiro. Em Castiel, as três frentes são trabalhadas através de escritos, esculturas, (foto)instalações e fotoperformances.

Um de seus trabalhos de instalação que abordam essas frentes é *Quarto de cura*, de 2018. Em sua primeira montagem, no *Morro da Fonte Grande*, periferia de Vitória, a artista cria um ambiente para o autocuidado. O ambiente foi instalado na casa de seu mestre de congo Renato Santos. O ambiente inclui ervas medicinais, pomadas, garrafadas, receitas, velas, pedras, patuás, fotografias e outros objetos, relacionados também com fé, cura e espiritualidade. O trabalho foi apresentado no Prêmio Pipa de Arte Contemporânea em 2021, que o descreve da seguinte forma:

O quarto era uma “situação estética clínica”, segundo ela, idealizado para receber pessoas marcadas pela experiência da necropolítica na região quilombola. Castiel diz que aos modos clínicos e macumbeiros recebeu pessoas e criou diálogos, com o objetivo de oferecer saúde mental aos indivíduos para além da medicina tradicional, com rituais de arte e religião no local (Prêmio Pipa, 2021, grifo do original).

Quando apresentado em outros espaços expositivos, o ambiente era recriado guardando as características da casa do mestre Renato, onde a manipulação de energias vitais, partilha de saberes tradicionais e processos de cuidado se conjugavam com os propósitos de acolhimento e de reenergização dos corpos afro-diaspóricos.

Fotoperformances como ficções imagéticas anticoloniais

Uma artista que também atua no contexto das relações entre arte e vida, ampliando as discussões entre racismo e sexismo através da fabulação das imagens¹⁰ é Uýra Sodoma¹¹. Uýra Sodoma, na verdade, é o nome da personagem criada por Emerson Pontes, artista visual, bióloga de formação, arte-educadora, ativista ambiental e de direitos humanos com mestrado em ecologia. Emerson criou Uýra Sodoma, uma entidade híbrida de humano e de floresta para discutir o que seria, à primeira vista, os efeitos do desmatamento e do garimpo ilegal na Amazonia como um dos legados do passado colonial da região. Mas, entendendo que o legado colonial não se reduz à ação extrativista, a artista vai associá-lo à desconexão do homem com a natureza e à desconexão entre os próprios humanos, o que tem como efeitos, além da crise ambiental, o racismo e o sexismo. Sendo uma artista trans, de ascendência indígena e moradora da periferia de Manaus, a artista reconhece em seu próprio corpo, além das violências ambientais, as violências de raça, gênero e classe.

Como *árvore que anda*, Uýra transita concreta e metaforicamente entre a cidade e a floresta para pensar a crise de nossos ecossistemas, as violências contra os corpos dissidentes, as diásporas indígenas e as concepções de humano e de natureza que fundamentam nossas relações com o Outro e com os espaços naturais e construídos. Para tanto, Uýra busca ampliar, em seus trabalhos, a própria agenda ambiental, que, em sua visão, precisa contemplar os direitos dos humanos à diversidade e à vida.

Uýra tornou-se conhecida no campo da arte por suas fotoperformances, realizadas desde 2017 e que a levaram à Bienal de São Paulo em 2021. Suas

fotoperformances consistem em séries caracterizadas por cenas posadas para a câmera, construídas na relação com os espaços com os quais interage e com as questões que tais espaços suscitam (ambientais, raciais, de gênero e classe). Nesses trabalhos, que se situam no contexto do que Rubens Fernandes Junior (2002) chamou de fotografia expandida¹², essas imagens ganham o estatuto de ficções imagéticas encenadas para a câmera, que é como Luciano Vinhosa (2018) definiu a fotoperformance, linguagem e forma expressiva que não se resume ao simples registro das ações performáticas.

Vemos isso na série *A última floresta – Terra Pelada*, de 2019, onde Uýra trata do desmatamento e do garimpo ilegal, que podemos conceber como uma prática de racismo ambiental¹³. As imagens foram realizadas em áreas degradadas próximas à Manaus. Para a produção da série, Uýra invadiu um canteiro de obras que era resultado da destruição de vários hectares de mata (Rahe, 2021), onde vemos troncos de árvores derrubadas. Na série vemos seu corpo meio humano, meio árvore quase se confundindo com a paisagem desolada. Isso se dá pelo uso da cor das pinturas corporais¹⁴, tecido e ornamentos que recobre seu corpo fictício, de tons próximos aos dos troncos derrubados ou queimados, da terra e das pedras, e também pelos usos da luz e do enquadramento da foto. Com esses procedimentos, o corpo posado de Uýra fica centralizado na imagem e reforça a relação com esses elementos da paisagem. Com isso, a artista encena simbolicamente, por um lado, o apagamento da destruição da floresta e, por outro, o entrelaçamento entre humano e não-humano e entre humano e natureza como uma forma de defesa tanto da natureza quanto dos povos que vivem na/da floresta.

Além das fotoperformances, Uýra também atua no campo das imagens em movimento, por meio de documentários performáticos¹⁵ (Nichols, 2007). Assim como suas fotoperformances, seus filmes f(r)iccionam o real para decompô-lo e recompô-lo como parte de uma estratégia narrativa, de sobrevivência e de luta. Um dos trabalhos onde o entrecruzamento das questões ambientais e as questões LGBTQIAPN+ é mais evidente é o filme *A retomada da floresta*, lançado e premiado em 2022 no Festival Frameline de São Francisco, maior festival de filmes LGBTQIAPN+ do mundo. Nele,

Emerson conta sua história e sua busca pela própria identidade de gênero e como descendente de indígenas e garimpeiros na periferia de Manaus.

No filme vemos cenas em que Emerson caminha pelas ruas de seu bairro enquanto tece comentários sobre sua vida na periferia, espaço formado majoritariamente pelo que ela chama de *pretíndios*, que sofrem com o racismo e a violência seletiva da polícia; vemos também cenas em que Emerson aparece atuando em projetos educativos com populações ribeirinhas e com grupos de pessoas trans, como o *Tupiniqueens*, coletivo artístico sediado em Manaus que vê a drag e a arte performática como uma forma de debater gênero e questões socioambientais. Se para Donna Haraway (1999) a natureza é uma metáfora da própria vida, para Uýra a floresta representa a multiplicidade que precisa ser retomada e afirmada. Por isso, para ela, não se pode falar da morte da floresta sem falar da morte das pessoas trans, negras, indígenas e periféricas.

Outra artista trans que trabalha com a linguagem da fotoperformance para discutir os efeitos das concepções moderno-ocidentais sobre corpos minorizados, desta vez partindo da religião, é Ventura Profana¹⁶. Compositora, cantora, escritora, performer e artista visual nascida em Salvador e radicada no Rio de Janeiro, Ventura investiga as implicações da difusão do neopentecostalismo no Brasil, sobretudo para pessoas trans, mas também para negros e indígenas. Mais especificamente, problematiza os efeitos sociais, subjetivos e políticos dos processos de interpretação de textos bíblicos e sua apropriação por projetos de embranquecimento populacional e de concentração de poder por parte das igrejas neopentecostais.

Selecionada pelo Prêmio Pipa de Arte Contemporânea em 2021, Ventura Profana produz músicas, videoclipes, colagens fotográficas digitais e instalações, através das quais elabora outros imaginários onde as existências que fogem aos controles tradicionais de gênero e de sexualidade são possíveis. Em alguns de seus trabalhos, realiza interferências visuais sobre imagens, objetos e produtos relacionados ao universo cristão, de modo a questionar a associação entre fé e a interdição dos corpos trans no contexto dos conservadorismos do universo neopentecostal. Para isso, realiza inversões e inserções de elementos

linguísticos, visuais e performáticos neopentecostais, herdados de seu contexto familiar, e os aplica em suas músicas, performances e colagens fotográficas.

Suas fotomontagens exploram as relações entre religião, política, religião e violência. Em suas músicas, vídeos e entrevistas, a artista subverte o linguajar evangélico – dos fiéis, de trechos da Bíblia e de louvores – e atua com uma pastora travesti para inverter discursos e criar contranarrativas que desmontam visões e conceitos que reiteram opressões e interdições aos corpos dissidentes de gênero e sexualidade. Em entrevista ao *Jornal O Globo*, em julho de 2024, a artista afirma buscar converter em crença na liberdade a dinâmica de condenação presente no universo neopentecostal. “Por carregar a profanação no meu nome, muita gente acha que o meu desejo é reproduzir a violência de que fui vítima. Mas minha régua não é essa. Se o mundo não me quer e conspira contra mim, minha profanação será viver sete vezes mais. Meu trabalho é pela vida” (Profana, 2024).

Vejo esse conjunto de práticas e obras artísticas como a criação de outros lugares de enunciação e de produção de saberes, sentidos e valores através das mediações das imagens. Por meio desta mediação imaginários e narrativas de opressão, apagamento e violência são desafiados e postos em perspectiva. Christian Leon (2019) afirma que esse tipo de intento é algo ainda pouco comum nos estudos visuais na América Latina. Para ele, o desafio é exatamente construir lugares de enunciação “onde seus saberes estejam histórica e geo-politicamente localizados” (Leon, 2019, p. 61). Leon aponta que essas visualidades “localizadas” têm sido um problema pouco estudado e que a complexidade dos processos de colonização exige uma rearticulação diversificada das formas de representação. Mas afirma também que nos últimos quinze vêm se abrindo novos caminhos para se pensar a relação entre visualidade, poder e conhecimento no contexto de nosso legado colonial para realizar uma crítica ao universalismo que estaria oculto sob a denominação genérica de “cultura visual”, o que nos impediria de pensar interseccionalmente em seu âmbito questões de raça, gênero e classe.

Cientes da violência da Ciência e da História modernas e de seu legado em nossos corpos, subjetividades e territórios, esses e outros artistas vêm

precisamente se debruçando sobre os processos de construção da memória e da subjetividade como formas não apenas de discutir o racismo, o sexismo e epistemicídio, mas também de discuti-los como tecnologias coloniais de produção de um conhecimento que sustenta o ódio à diferença. Assim como fazem muitos pesquisadores na academia, esses artistas exercitam na arte o que Zuma Palermo (2013) e Walter D. Mignolo (2008) chamaram de desobediência epistêmica, um modo de insurgência contra a centralidade do pensamento moderno ocidental.

Partindo de questões colocadas por seus próprios corpos e experiências, o que esses e outros artistas fazem é praticar na arte e na vida uma insubordinação e uma indisciplina que hoje vemos ressurgir, aos poucos, aqui e ali, também nas ciências sociais. Em seus trabalhos é possível observar como produzem conhecimento e como teorizam através de suas práticas e narrativas visuais.

Considerações finais

Ao emergir de contextos marcados pela experiência do corpo violentado e estigmatizado, da memória obliterada e apagada e de saberes negados e invisibilizados, as imagens produzidas hoje por alguns artistas contemporâneos não apenas combinam meios e linguagens visuais (fotografia, vídeo, cinema, performance, instalação), como corporificam e localizam a experiência da imagem. Essa perspectiva permite pensar, inspirado na noção de conhecimento localizado em Donna Haraway (2009), no que venho chamando de uma arte situada, que não corresponderia a um novo tipo de arte, mas a processos de produção e circulação de imagens que emergem de um regime visual diretamente referenciado e ancorado nas experiências do corpo e do território e que constituem elas uma forma de conhecimento.

Com base na análise das produções desses artistas, é possível considerar que esses usos combinados e expandidos da fotografia são estratégias que precisam ser entendidas a partir desses vínculos e dessas relações corporificadas e implicadas, por meio das quais vão se instituir formas particulares de

enunciação e de intervenção na cultura visual contemporânea e nos imaginários sociais. Se, por um lado, estas formas de enunciação se apropriam de formas visuais já existentes, por outro, seus usos lhes conferem características estéticas e políticas singulares, como a produção de reflexões e visualidades que só poderiam surgir a partir desse olhar implicado. É por estar ancorado na experiência do trauma colonial que esse olhar se torna capaz de tornar visíveis e sensíveis relações que antes não existiam nos usos já conhecidos desses meios e das imagens de arquivo, presentes nos relatos históricos, da ciência e da arte, exatamente porque essas narrativas e imaginações refletiam ideais universalizantes e excludentes e agora começam a ser questionados e disputados por outros corpos, memórias e saberes.

É que tais obras fazem da representação visual uma experiência que não busca apenas produzir novas imagens e sentidos do Outro, mas em produzir possibilidades de imaginar, lembrar, narrar e afirmar, sob outros pontos de vista, modos de existência e perspectivas que não cabem nas concepções, epistemologias e visualidades moderno-ocidentais. Nesse outro regime de imagens, que venho chamando de performático (por implicar um deslocamento das análises dos significados para as performatividades da imagem¹⁷), narrativas, experiências e memórias podem ser revisitadas e reescritas, assim como nossas relações com passado, com presente e com o futuro, que deixam de ser vistos como algo linear e sequencial, para serem vistos de forma contínua, intercambiável e em constante mudança.

Se na lógica moderno-ocidental tempo e espaço eram investidos por concepções que serviam para hierarquizar as diferenças apoiadas em lógicas e modelos de representação igualmente universais e essencializantes, em uma lógica não-moderna, as narrativas e imaginações passam a considerar visões, saberes e experiências que antes eram desconsideradas e que agora passam a ganhar evidência, colocando no horizonte das relações sociais e das formas de produzir conhecimento outras formas de perceber e de dar a ver o real, sob formas pluriversais e mais inclusivas.

As imaginações políticas desses artistas podem ser vistas, portanto, como formas de conhecimento, que, ao partir das experiências do corpo e do

território em que vivem, são capazes de ativar outras referências em seus trabalhos, que irão, por sua vez, produzir outras abordagens e formas narrativas, encarnadas e situadas, para discutir as questões que os atravessam como pessoas e artistas. Reconheço, assim, nessas produções propriamente uma forma de produção de conhecimento sobre a sociedade, sobre a cultura e sobre as imagens, um conhecimento estético ancorado na experiência.

Para concluir, gostaria de propor que descolonizar o conhecimento e nosso olhar poderia ser, entre muitas coisas, um esforço coletivo de construção de uma ciência encarnada, com mais ginga e poesia, que leve em conta também a imaginação, o sentir, a experiência dos corpos como forças que podem, tanto quanto a razão, afetar e renovar nossas visões e entendimentos do mundo.

Referências

ADÈS, D. *Photomontage*. Londres: Thames & Hudson, 1996.

BARRIENDOS, J. A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, 2019.

CHAVIS, B. Foreword. In: BULLARD, R. D. (org.). *Confronting environmental racism: voices from the grassroots*. Boston, Mass.: South End Press, 1993.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2002.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

GONÇALVES, F. *Estéticas e políticas da representação na fotografia contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2020.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUEDES, C. Castiel Vitorino. 35ª Bienal de São Paulo. Disponível em: <https://35.bienal.org.br/participante/castiel-vitorino-brasileiro/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HALL, S. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda; William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HARAWAY, D. La promesa de los monstruos: una política regeneradora para otros inapropiables. *Política y Sociedad*, n. 30, jan. 1999.

IMARISHA, W.; BROWN, A. (orgs.). *Octavia's brood: science fiction stories from social justice movements*. Chico, California: AK Press, 2015.

JUNIOR, R. F. Processos de criação na fotografia: apontamentos para o entendimento dos vetores e das variáveis da produção fotográfica. *Revista Facom*, n. 16, 2º sem. 2006.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÓN, C. Imagem, mídias e telecolonialidade: rumo a uma crítica decolonial dos estudos visuais. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, p. 58–73, 2019.

MARCONDES, G. Conexões de cura na arte contemporânea brasileira. *Arte & Ensaios*, v. 26, n. 40, jul./dez. 2020.

MBEMBE, A. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Portugal: Pedago, 2014.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287–324, 2008.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PALERMO, Z. Desobediencia epistémica y opción decolonial. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 5, n. 9, 2013.

PIPA (PRÊMIO). Castiel Vitorino Brasileiro. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/castiel-vitorino-brasileiro/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PROFANA, V. Ventura Profana: quem é a pastora travesti que subverte a linguagem religiosa para 'edificar' público LGBT. [Entrevista concedida a] Ruan de Souza Gabriel. *O Globo*, Cultura, 9 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/07/09/ventura-profana-quem-e-a-pastora-travesti-que-subverte-a-linguagem-religiosa-para-edificar-publico-lgbt.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2024.

- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Peru Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO (org.). *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RAHE, N. Uýra Sodoma: a cobra das águas amazônicas diante da degradação ambiental. *Select Art*. Disponível em: <https://select.art.br/Uýra-sodoma-a-cobra-das-aguas-amazonicas-diante-da-degradacao-ambiental/>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- RAMOSE, M. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. *Ensaios Filosóficos*, v. 4, p. 6–23, 2011.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Ed. Almedina, 2018.
- SANTOS, J. M. P. Ayrson Heráclito: performances, espaços e ações. *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017. Disponível em: <https://performatus.com.br/estudos/ayrson-heraclito/>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- SHOHAT, E.; STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- VINHOSA, L. Mise-en-scène em fotoperformance: representar o representado. *Revista Visuais*, Campinas, SP, v. 4, n. 6, p. 137–151, 2018.
- ZANDOMENICO, Y. Modos de descolonizar: O trauma é brasileiro, de Castiel Vitorino Brasileiro. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 54, 1 jul. 2021.

CAPÍTULO 6

Neofanfarras cariocas: música, cidade e a(r)tivismo

CÍNTIA SANMARTIN FERNANDES

VICTOR BELART

FLÁVIA MAGALHÃES BARROSO

Surgidas no Rio de Janeiro entre as décadas de 2000 e 2010, as neofanfarras nasceram amalgamando os festejos carnavalescos e o cenário festivo-ativista insurgentes com o advento dos megaeventos na cidade. Caracterizado pelo protagonismo dos instrumentos de sopro e pelos discursos políticos em torno do direito à cidade, o movimento reúne diversos agrupamentos musicais que realizam “ataques” nas ruas da cidade como modo de reivindicar o espaço público e suas formas de fruição.

Em 2014, no artigo publicado *Ambulantes e prontos para a rua: algumas considerações sobre o crescimento das (neo) fanfarras no Rio de Janeiro*, o pesquisador Micael Herschmann já acenava para as potencialidades do movimento fanfarrista na cidade e possíveis desdobramentos desta cena musical. Passados dez anos, o movimento tentacularizou-se (Haraway, 2020) tanto geograficamente no Brasil e no mundo como nas formas de atuação. Diferentes grupos identificados com o neofanfarrismo passaram a surgir em cidades como São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre. No Rio de Janeiro, atualmente, estão associados a grandes e

pequenos festivais de música, ao carnaval de rua, aos movimentos sociais e a eventos públicos e privados ao longo do ano.

O amadurecimento dessa cena musical consta em pesquisas diversas não restritas à área da Comunicação, especialmente naquelas que tematizam o carnaval de rua, como Figueiredo (2021), Couto (2017), Barroso (2016), Reia (2018), Frydberg (2017), Herschmann e Cabanzo (2016), Snyder (2018), Dias (2017), Lacombe e Herschmann (2020), Estevão e Herschmann (2020). Desse modo, o presente artigo debruça-se sobre a popularização das neofanfarras e seus eventos na cidade do Rio de Janeiro, buscando indicar o amadurecimento dessa cena na arquitetura de uma estética e ética particular vinculada ao direito à cidade e à atuação nômade nas ruas.

Buscamos, assim, compreender como as neofanfarras se valem da estética itinerante para incorporar também uma linguagem musical em movimento – em constante hibridação – flutuando entre os blocos carnavalescos e as bandas marciais, mescladas com referências circenses, dos artistas ambulantes e da cultura pop. A trajetória desse movimento cultural que une som, política e urbanidade em festivais, microeventos e encontros nos espaços públicos nos interessa por representar gestos e performances que unem arte e política, ou ativismos, de extrema importância do uso das ruas, da urbanidade e do nomadismo em manifestações musicais no Brasil.

Partindo do Rio de Janeiro e viajando por outras capitais do país, o artigo propõe refletir sobre a trajetória dessas manifestações, a partir da cultura pop e do nomadismo. Argumentamos que o movimento físico (vinculado às errâncias dos cortejos e apresentações) e estético (na hibridação de elementos da cultura pop) dá a ver a emergência de uma gramática das redes de produção cultural que se associa ao mesmo tempo às tramas urbanas locais e aos fluxos musicais globais. O exercício compreensivo com atores (humanos e não-humanos) situa-se contextualmente num momento em que bandas musicais precisam reinventar seus atrativos para atrair os mais

jovens, articulando o consumo dos espaços públicos da cidade a partir de lógicas nômades dentro da cultura pop.

Desse modo, centramos nosso olhar tanto nas manifestações que incorporam a errância física como prática ativa, por meio do deslocamento enquanto tocam, quanto na subjetividade do movimento que as leva a outros bairros, cidades ou continentes. Veremos aqui uma história de neofanfarras itinerantes que dialogam com a cultura cigana, circense, viajante, diaspórica, carnavalesca, situacionista e, principalmente, com a tradição brasileira de ocupar e reinventar suas ruas.

Além de nos interessarmos pela performance desses grupos e sua popularização no Brasil, procuramos, através dela, reconhecer o protagonismo das ruas, do movimento errante, da capacidade de imaginar lugares e da vital importância de um pensamento nômade no ato de produzir, viver e reinventar a música e a vida urbana. Ser daqui, mas também de lá. Ocupar a noite e o dia de cidades, reinventar praças, hibridizar e modificar festas populares. Consumir a rua e a cidade. Comunicar com o corpo, onde a música é movimento. É justamente a partir dessa música-movimento errante que convidamos os leitores a viajar conosco, sejamos *nômades!*

O ímpeto de imaginar e cartografar lugares

Consideramos que música é movimento. Defendemos a hipótese de que há muito em comum entre uma saxofonista de um bloco de carnaval, uma torcida organizada que viaja cantando, um violinista que toca no metrô e um artista pop que circula em turnês internacionais. Em todos eles, a peregrinação, o movimento e a errância fazem parte da rotina. “Eu não viajo para chegar, viajo para ir”, diria Don Carlos Dávalos, fundador de uma dinastia de músicos e poetas argentinos¹. Talvez também viajem para ir, os músicos integrantes de procissões religiosas em busca de uma espiritualidade errante; os militares de bandas marciais; os trios elétricos de Salvador e as bicicletas sonoras nas festas de música eletrônica nas ruas do Rio de Janeiro.

Diante do difícil e complexo ofício de pesquisar cidades, destacamos a importância do que é aparentemente banal, daquilo que sutilmente nos faz desviar de rota e buscar outros percursos e caminhos. Haraway (2020, p. 21), abandonando fronteiras separatistas entre a ciência e suas várias áreas de conhecimento, busca escapar de determinismos, afinal, “o fazer científico e a fabulação especulativa precisam uns dos outros”. Assim, elevamos a importância dos encontros consigo mesmo, na (re)leitura de antigos escritos nossos, nas conversas informais com amigos e demais pesquisadores, na atenção ao dia que o nosso corpo não vai bem ou aos nossos problemas externos, na ativação de antigas memórias, na reflexão sobre os privilégios da própria pausa, no cuidado com o espaço físico por onde sentamos e confabulamos nossa escrita; todos esses elementos sendo pensados também como ferramentas metodológicas importantes para a construção de uma reflexão cidadina.

A partir de entrevistas com músicos e produtores culturais das neofanfarras cariocas, identificamos os rumos nacionais desse movimento e passamos a nos interessar por seguir esses atores de modo a entrecruzar as ações musicais locais na cidade do Rio de Janeiro e nacionais. Nesse movimento de pesquisa, a metáfora do “abrir as caixas pretas” (Latour, 2012) indica o esforço em desestabilizar conceitos e ideias superficialmente sedentários ou cristalizados, a partir do movimento do “pesquisador-formiga”, que persegue as variadas opiniões e dissensos constituintes das redes de interações. Aproximamo-nos aqui da ideia do “guia de viagem” praticando a “lento-ciologia”, buscando “trazer para o primeiro plano o próprio ato de compor relatos” (Latour, 2012, p. 180).

Ao imaginarmos lugares, considerando o nomadismo dessas fanfarras, passamos também a fabular a possibilidade de o corpo-pensamento (Fernandes, Barroso, Belart, 2019) circular e narrar cidades e territórios distantes, interessado no que acontece por lá. Diante desse corpo-pensamento, interessados em imaginar lugares até então impossíveis de estar, passamos a identificar, afinal, a relevância dos nomadismos entre o ofício da música e da própria pesquisa científica. Não seriam, afinal, artistas e pesquisadores, viajantes e mensageiros que levam e trazem consigo aspirações e modos de se expressar? Combinar a euforia do movimento e a eventual solidão

de reflexões entre seus *papers* é, portanto, um desafio metodológico que estimula o ofício de pesquisa.

Destaca-se, afinal, a aposta por incluir todos esses elementos numa aventura por narrar e fabular a cidade, também como algumas das experiências corporais necessárias aos pesquisadores que fundem seus corpos diante de processos de escrita e formação metodológica. Assim, podemos compreender a perspectiva da própria desorientação pelas cidades. A alteração de rotas exige cuidados e institui outras imposições entre seus atores que podem se desorientar e se perceber perdidos, mas dessa própria desorientação podem surgir formas de (re)criar suas potências com outros atores humanos e não humanos.

Trata-se de “impor em primeiro plano”, conforme nos inspira Susca (2019, p. 47), as redes e conectividades costuradas nas tramas locais. Num tempo de exaltação de grandes números, das lives de milhões de *views*, de *streamers* e dos *influencers* em contexto de overdose digital, é interessante pensar também nas dinâmicas presenciais dos *microeventos* (Fernandes; Herschmann, 2016) como formas de vida e mecanismos de comunicação urbana. Refletir sobre “a força movente da música” (Herschmann; Fernandes, 2023) nos contextos urbanos é o que nos impulsiona. Entendemos que essas dinâmicas se dão entre experiências afetivas modestas, singelas e de alcance específico que se convertem em modos de reinventar pesquisas acadêmicas e investigações artísticas no fazer cotidiano que aposta e precisa dos pequenos encontros, das pausas, dos engajamentos e relações de afeto como fonte movente para além de soluções mirabolantes ou grandes resoluções de pesquisa. Nos termos de Haraway (2020, p. 6), aprender a “ficar no problema”.

Diante de todas essas relações, com inspiração corpográfica (Jacques, 2012) e cartográfica (Latour, 2012), temos o interesse de demonstrar, neste trabalho, a importância de fincar o olhar na complexidade microscópica de pequenas ações do cotidiano e suas ações coletivas, como as próprias formigas, que estabelecem seus trânsitos de visibilidade conforme atuam coletivamente.

Entre a *Música nas ruas do Rio de Janeiro* e o Neofanfarrismo

No fim dos anos 2000, na altura do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e Aterro do Flamengo, costumavam circular grupos musicais em ensaios e cortejos. Os movimentos errantes musicais percorriam trajetos, planejados ou não, mobilizando festas de rua itinerantes. A proposta espalhou-se por bairros como Santa Teresa, Glória, Lapa e Zona Portuária, e essas aparições festivas ficaram conhecidas como ataques de fanfarras. A escolha dos territórios relaciona-se com a subutilização de espaços, poucas residências próximas, bem como a história pregressa com a música nestas localidades. Trata-se, em grande maioria, de espaços que mantêm relação com o carnaval de rua, possuem arquitetura adequada para a passagem das bandas e possibilitam o ataque tático (Certeau, 1994), pela pouca visibilidade – em termos de regulação policial – ou pelas ambiências festivas pregressas que articulam dispositivos de proteção.

No início dos anos 2010, acampamentos juvenis e atos políticos aconteciam na cidade com as pautas da época e era muito comum encontrar neles fanfarras e bandas de rua embalando a música de cada ato. Para além desses acontecimentos, os próprios eventos festivos de blocos, fanfarras e festas de rua, inclusive, eram constantemente entendidos por seu público como manifestações políticas que resgatavam identificações com a cidade e com o próprio corpo. A música nas ruas, portanto, estava ali aliada a outras pautas de reivindicação política como direito à cidade, a questões raciais e de gênero (Belart, 2021). Ao longo desta última década, diversos pesquisadores apresentaram investigações acerca de cortejos musicais que embalavam as ruas da capital fluminense naquele período.

Como veremos mais detalhadamente a seguir, as fanfarras têm referências híbridas entre o carnaval de rua e outras manifestações musicais pelo mundo. No Rio, alteraram o curso de parte da noite, do carnaval de rua da cidade e dos modos de festejar. Herschmann e Fernandes (2014), ao pesquisarem parte desse movimento, constataram que vinha constantemente acompanhado de uma rede maior, entre rodas de samba, eventos de jazz

ou bailes com DJs pela cidade. É interessante perceber o quanto a música tocada nas ruas durante o carnaval transcende limites do mês de fevereiro, tendo sido parte integrada do calendário festivo e noturno da cidade quase diariamente, para muito além do carnaval de rua. Mas, afinal, *o que são* as tais *fanfarras*² ou *neofanfarras* às quais nos referimos e qual sua relevância na experiência urbana de algumas metrópoles Brasil afora?

As fanfarras que existem há décadas no país têm uma história anterior à das (neo)fanfarras cariocas e atuam de maneira diferente das analisadas aqui. No trabalho de Baldaia (2018), por exemplo, podemos perceber a secular e híbrida relação das tradicionais bandas e fanfarras da Bahia com certa aproximação aos músicos de bandas militares. Ao tratar do cortejo do feriado baiano de 2 de julho, com forte presença de movimentos sociais e blocos de rua, o autor apresenta a também participação híbrida de “militares, exército, guarda nacional, diversas bandas e os batalhões patrióticos” (Baldaia, 2018, p. 86).” Normalmente, quando pensamos em fanfarras no Brasil, associamos a esses grupos mais tradicionais.

Seria, entretanto, difícil imaginar que o músico Arre Colares³ – integrante da neofanfarras⁴ carioca Charanga Venenosa e do bloco de carnaval carioca Planta na Mente – pudesse ter relação com fanfarras e bandas aproximadas do exército. Mas esse jovem carioca, ao descrever as (neo)fanfarras de sua cidade – movimento que tem orgulho em fazer parte – identifica nesses grupos contemporâneos do Rio de Janeiro uma origem complexa, mista e diversificada que pode unir tradição militar, torcidas de futebol, religiosidade, diásporas e várias outras origens e desdobramentos.

Na última década, no Rio e em outras capitais brasileiras, essa performatividade neofanfarrista passou a circular entre determinados grupos. Trata-se, portanto, das neofanfarras ou fanfarras ativistas, que, além de apresentarem novos modos de ocupar as ruas, renovam estéticas e formatos tradicionais do fazer festivo e político, da produção cultural de rua e dos modos de habitar grandes centros urbanos.

Herschmann e Fernandes (2014, p. 109), ao tratarem das (neo)fanfarras – que naquele momento surgiam no Rio –, apontam que a origem do termo

“fanfarra veio provavelmente do ‘fanfa’, em espanhol, que se relacionava com a ‘ostentação’, e da palavra ‘fanfar’, que remete à ideia de falante e inconstante”. Os autores concebem, portanto, traços históricos e contemporâneos que destrincham a existência internacional das fanfarras, especialmente na França, quando teriam assumido uma estética rejuvenescida e ativista (desde o século XIX). Além disso, destacam a aproximação estética desses movimentos com as *brass bands* estadunidenses e o som afrodiáspórico dos grupos de jazz ou cortejos de rua da cidade de Nova Orleans. Por fim, citam alguns tradicionais grupos de fanfarra no Brasil, como “os grupos Boi de Orquestra (de São Luiz, no Maranhão) ou a Fanfarra de Anguera” (Herschmann; Fernandes, 2014, p. 112).

Esses autores traçam uma importante genealogia das fanfarras brasileiras e do mundo para, enfim, concentrarem-se no movimento então chamado – por eles e pelos integrantes dos grupos – de neofanfarrista. Naquele momento próximo da Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil, essas manifestações conquistaram cada vez mais adeptos no Rio. É interessante perceber, portanto, que a partir de uma manifestação popular com certa tradição no Brasil e no exterior grupos culturais cariocas passaram a se interessar por assimilar esse nome, mas modificar sua performance: processo que pode ser explicado se observarmos atentamente a trajetória das transformações também do carnaval de rua do Rio com desdobramentos para outras cidades do país.

Do Carnaval ao Neofanfarrismo: para além dos blocos de rua

Nos anos 2010, em qualquer saída de show no Circo Voador ou na frente do antigo Bar da Cachaça (ambos na Lapa), era muito comum encontrarmos, durante vários anos, jovens com roupas coloridas que tocavam metais (instrumentos de sopro) aproveitando o público nas ruas. As pessoas que ali dançavam talvez não imaginassem a complexidade de um movimento com relações com diferentes países.

No primeiro estudo sobre neofanfarras realizado no Brasil, por Herschmann (2014), muitos músicos apontam a relevância do bloco carnavalesco

Céu na Terra como um vetor de desenvolvimento de tais fanfarras cariocas. Essa manifestação, surgida em 2001 nas ladeiras de Santa Teresa, tornou-se muito popular nos anos seguintes e, como nos mostra Andrade (2012), foi tendo sempre forte relação com referências da cultura popular. O bloco, que até hoje sai nas manhãs de fevereiro, com bonecos semelhantes aos de Olin-da, além de muitos metais e o toque de marchinhas ao funk, movimentou muitos artistas cariocas que costumavam tocar nas ruas e estimulou várias outras manifestações nos anos seguintes.

A popularização do Céu na Terra, como aparece nos trabalhos de Herschmann (2014) e Herschmann e Fernandes (2014), ajuda a criar novos grupos que ocupam aquele território do Centro da cidade, no carnaval ou em cortejos noturnos. Destacam-se, por exemplo, os primeiros grupos aproximados das neofanfarras do carnaval do Rio de Janeiro, como o Songo-ro Cosongo, que reunia músicos de diferentes países vizinhos do Brasil e desde 2006 tocava ritmos latinos para arrastar novos foliões para as ruas entre Santa Teresa e a Lapa. Em anos próximos, blocos ou fanfarras como Mulheres de Chico, *Desce, mas não Sobe*, Orquestra Voadora, Os Siderais popularizam-se na cidade. Esses grupos aparecem com forte perspectiva ativista, entendendo o ato de tocar na rua como atividade política.

Consequentemente, algumas das neofanfarras de rua que surgiram em meados dos anos 2000 e início dos anos 2010 apareceram especialmente motivadas pelos constantes encontros musicais que começavam a se popularizar cada vez mais no Rio daquele período. Destaca-se, junto disso, o papel de casas de show do bairro vizinho, a Lapa, como a Fundação Progresso e o Circo Voador. Essas duas instituições, como revela o mestre de cerimônias e produtor Lencinho Smith⁵, tiveram papel importante nas transformações do bairro e na comunicação com muitas manifestações culturais militantes e de rua que o Rio de Janeiro reverberou.

A partir dessa movimentação cultural, observa-se o surgimento gradual de muitos grupos, em movimentos híbridos de ensaios de carnaval, festas e manifestações noturnas, especialmente entre os bairros de Santa Teresa, Glória e Lapa. Outro fator importante nesse movimento é a proliferação

de grupos que começam, em pleno carnaval carioca, a se desvincular por algumas vezes da tradição das marchinhas e do samba para incorporar outros ritmos. Com destaque, Herschmann e Cabanzo (2016, p. 13) citam exatamente os ritmos latinos do grupo Songoro Cosongo, que, segundo eles, “costumava organizar concorridas festas em locais emblemáticos da Lapa”. Esse grupo, que não se considerava uma fanfarra, influenciou muitas manifestações que ajudaram a impulsionar o neofanfarrismo carioca, como o bloco Orquestra Voadora e posteriormente neofanfarras como Os Siderais, Fanfarra Black Clube, Damas de Ferro ou Ataque Brasil.

Já neste momento (início dos anos 2010), podemos perceber o quanto o movimento de rua do Rio de Janeiro, especialmente do Centro, cresce em progressão geométrica, unindo blocos e fanfarras com as “rodas de samba, *jam sessions* de jazz ou discotecagens de soundsystem” (Belart, 2020, p. 8). Com destaque, observamos o depoimento de Maíra Oliveira, hoje integrante da linha de percussão de um bloco carioca, quando comenta que, depois de um tempo morando fora do Brasil, ao retornar ao país em meados da década, “decidiu que não pagaria mais para entrar em lugar nenhum”⁶ tamanha a oferta de manifestações musicais gratuitas ou nas ruas pela cidade. O alcance desses grupos invade, inclusive, os estádios de futebol. Desde 2019, um grupo de torcedores do Fluminense passou a fazer intervenções com fanfarras de rua. Parte desses músicos embalou as festas do título do clube na Libertadores 2023 e esteve no estádio na final embalando jogadores e associados a músicos de outras torcidas organizadas.

Ao longo dos anos, um dos maiores vetores de desenvolvimento dessa cultura carioca de suporte às neofanfarras, com enorme relevância, foram os ensaios regulares da Orquestra Voadora, que por vários anos seguidos uniu centenas de pessoas entre os jardins do Museu de Arte Moderna e o Aterro do Flamengo nas tardes de verão, mesclando músicos, pernaltas, público fiel e vendedores ambulantes. Já os desfiles desse bloco atualmente na terça de Carnaval chegaram a reunir mais de 50 mil pessoas com 200 participantes (se apresentando) e boa parte deles oriunda do movimento neofanfarrista. Esse fluxo segue acontecendo, e casas culturais como MotoCerva e Cozinha da

Lapa costumam ser espaços de acolhimento e ponto de encontro. O último, inclusive, conta com uma Kombi que serve de apoio nas ruas para músicos e foliões, além de ser uma ferramenta nômade de interação das fanfarras, servindo de suporte e ponto de apoio com fornecimento de bebidas para os artistas.

Olhando novamente ao passado, se observarmos alguns estudos a respeito das transformações na cultura de rua carioca no início dos anos 2010, podemos perceber o quanto o cenário das ruas se estabelecia em âmbito de disputa, quando uma cidade repleta de turistas e de aspiração cosmopolita e protestos dividia espaço com especulação imobiliária e grandes eventos. Em trabalho anterior (Barroso; Belart; Fernandes, 2020, p. 6) apresentamos um cenário de contraste que também cita “a abertura de editais, a aprovação dos conselhos e das metas de cultura da cidade, a aprovação da Lei do artista de rua”, entre outros fatores que acirravam as disputas estabelecidas na rua naquele período. Já o trabalho de Martins (2015, p. 194) aborda a presença de músicos das neofanfarras cariocas em protestos políticos de meados da década, que questionavam, em sua maioria, o modelo de cidade dos megaeventos. Moreaux (2018, p. 46), por sua vez, comenta a respeito de certa preocupação de alguns músicos de fanfarras de, em algumas oportunidades, também demarcarem suas distinções diante do carnaval.

É interessante perceber o processo de formação de redes musicais nesse período, especialmente entre quem tocava nessas fanfarras, articulando-se para além dos blocos cariocas, mas também com bandas de fora do Brasil e outros estados. O público, por sua vez, em muitas oportunidades, não diferenciava os blocos e as fanfarras, mas tinha interesse mútuo por essas manifestações. Todos esses elementos hibridizam-se também com o maior desenvolvimento das redes sociais e novamente as articulações em rede estabelecidas pelos grupos. Com isso, explodia nas ruas, quase diariamente, uma multiplicidade de shows, cortejos e apresentações festivas no Rio entre os anos 2000 e 2010 de maneira também independente ao carnaval de rua.

Para além do carnaval: invisibilidade e fortalecimento das neofanfaras cariocas

Cabe destacar que a trajetória dessas fanfarras ativistas é interessante para pensarmos como o tradicional carnaval de rua se modifica com novas caras, novas bandeiras, novos modos de agir e novas possibilidades sonoras, políticas, visuais. Recriam-se os modos de ocupar a cidade em períodos noturnos nas ruas, mas modifica-se também, inclusive, a ideia de carnaval. Assim, elas aproximam o público das ruas numa dança híbrida que, ao mesmo tempo em que preserva tradições, as abandona com enorme facilidade e veemência.

Essas considerações podem ser observadas quando percebemos dezenas de fanfarras tocando uma infinidade de ritmos, com referências no pop, rock, feminismo, em protestos políticos, na música de games, nas *brass bands* de Nova Orleans, no Nordeste brasileiro e em tudo isso junto sem precisarem apenas do mês de fevereiro para acontecer. Isso se intensifica também por apresentações e turnês internacionais de fanfarras ou bandas de rua tocando ao lado de grupos de fora do país. Foi o caso, por exemplo, da fanfarra Damas de Ferro, em 2017, que se apresentou nas ruas do estado de Massachusetts (Estados Unidos) e fez parcerias musicais com um grupo feminista daquele país. Os contatos se intensificavam, ao passo que o carnaval carioca crescia nas ruas da cidade e muitos foliões frequentavam eventos de fanfarra sem fazer ideia dessa comunicação com outras cidades e países.

Devemos destacar ainda o constante trânsito de músicos dessas manifestações, que tocavam em outros projetos carnavalescos ou organizações, além dos trânsitos desses grupos em movimentações noturnas ao longo do ano, que aconteciam no final de eventos, na porta de bares ou em grandes casas de shows que contratavam essas manifestações como atração da noite. Numa escuta a participantes da cena de rua carioca que não tocam em bandas ou blocos⁷, foi constatado o desconhecimento do público a respeito dos detalhes desse movimento. Apesar de muitas pessoas terem frequentado festas e eventos de fanfarras no Rio, muitas vezes não as diferenciavam dos blocos e não tinham conhecimento dessa articulação integrada e em todo o

país. Tal fato demarca o quão potente e complexo este mesmo movimento é: mesmo nem sempre tendo entendidos minuciosamente seus detalhes, ele não deixa de gerar potências, encontros, formar público e produzir vinculações.

O trabalho de Moreaux (2018) é interessante de ser lembrado, uma vez que faz uma análise do Festival Honk!⁸, evento organizado por fanfarras cariocas que nasceu em 2015 para reunir outros grupos do resto do mundo tocando nas ruas do Rio de Janeiro. Moreaux (2018, p. 46) apresenta a consolidação de uma ideia de “festival ativista de fanfarra” em torno do “Honk!”, que depois foi acontecer em outras cidades do Brasil. O autor demonstra a preocupação constante dos organizadores em deixar explícita essa perspectiva engajada nas ruas. Esse processo, como já apresentado, vem sempre acompanhado de alguns dilemas de tentativa de aproximação pedagógica do público. Neste sentido, em várias oportunidades, as fanfarras visam estabelecer uma imagem demarcada como ato político, festival de música e encontro de rua, com perspectiva que vá além da dos blocos e cortejos tradicionais de carnaval.

O Honk! é a maior empreitada e articulação unificada das neofanfarras enquanto movimento integrado no Rio, que posteriormente foi alcançar outras cidades do Brasil, com festivais em Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Porto Alegre. Esse evento surge no Rio em 2015, com a proposta de convidar fanfarras de outras cidades para debates, ocupar diferentes regiões da cidade e fortalecer a noção de ativismo nas ruas, especificamente um “ativismo musical” (Herschmann; Fernandes, 2014, p. 53) ou, como nomearam mais tarde, um “ativismo urbano” (Fernandes *et al.*, 2022). É interessante perceber que o evento nasce a partir de turnês e comunicações de bandas do Rio de Janeiro, em especial o grupo Os Siderais, que depois de tocar no Honk! dos Estados Unidos (em 2013) ajudou a articular a versão carioca dessa manifestação.

Trata-se, portanto, de um festival de fanfarras ativistas (por várias vezes chamadas de neofanfarras), readaptado com referências brasileiras, a partir de um festival estadunidense de bandas de rua que acontece desde 2006 na América do Norte e tem suas edições em outros países como Costa Rica, Austrália ou Canadá. Esse festival, com tradição progressista, potencializa-se

hibridizado ao caldeirão do carnaval carioca, encontrando-se no desafio de manter um desenho próprio que tem como referência o festival original, mas que segue em movimento e abertura incluindo práticas festivas das culturas locais. As fanfarras oriundas do Rio de Janeiro que realizaram turnês internacionais e passaram a produzir eventos de intercâmbio nas ruas criaram uma rede internacional de música e ativismo, concretizando o Honk! como principal nó desta rede musical.

Com edições em diferentes municípios, o festival, organizado pela população local de uma cidade, reúne multidões e promove encontros entre fanfarras e bandas de rua de vários lugares do planeta. Com isso, as *neofanfarras brasileiras* passaram a intensificar sua comunicação internacional entre grupos que utilizam a música para defender pautas progressistas em espaços públicos. Desse modo, compreendemos que os *fanfarrões* interagem com a cidade gerando com ela uma plataforma comunicacional, de convívio e de vida, num momento em que temas como medo e violência flutuam no imaginário sobre as ruas.

Constatamos que o neofanfarrismo, iniciado no Rio de Janeiro, foi pouco investigado no país, permanecendo num lugar de invisibilidade diante do interesse científico e, portanto, à margem de dados que podem vir a gerar representatividade na formulação de políticas públicas culturais. Apesar disso, reiteramos o fato de que o Festival Honk!, encontro de neofanfarras ou fanfarras ativistas, aconteça hoje em dia também em São Paulo, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte e que existam fanfarras ativistas – neofanfarras – nessas cidades realizando suas ações o ano inteiro. É interessante perceber que muitos grupos adotam o termo *bloco*, enquanto outros preferem evitar tal terminologia, o que mostra uma perspectiva de controvérsias⁹ no próprio campo, evidenciando que o movimento seja pautado também por suas discordâncias e fissuras.

Apesar de nacionalmente em franca expansão, o Honk! e as fanfarras foram pouco estudados em âmbito da academia para além do Rio de Janeiro. O trabalho de Weiller (2018), que analisa o Honk! de Porto Alegre, foi identificado como uma dessas raras pesquisas. Não por acaso, em entrevista a uma participante do carnaval de Porto Alegre¹⁰, nos foi relatado que os desfiles da fanfarra carioca Orquestra Voadora, no MAM, foram referência,

influenciando esteticamente os ensaios de algumas bandas e fanfarras na capital riograndense. Todos esses fatores revelam um trânsito nacional (e internacional) articulado das neofanfarras para além das fronteiras do Rio¹¹.

A recente publicação de Liebman (2021) a respeito do renascimento das bandas de rua estadunidenses sugere que estas se articulam também com as fanfarras brasileiras através da rede Honk!. Além disso, com maior relevância, identificamos uma publicação organizada por Garofalo, Allen e Snyder (2020) que reúne textos de pesquisadores de bandas de rua e fanfarras ativistas em diferentes continentes, dando destaque ao que acontece no Brasil. Um dos organizadores desse livro (Snyder) viveu aqui e produziu sua dissertação de mestrado nos Estados Unidos a respeito do carnaval carioca, considerando também as neofanfarras cariocas e brasileiras

No ano de 2020, com a pausa dos eventos por conta da pandemia de covid-19, foi apresentado na internet o Festival Honk United!, que contou com representantes de neofanfarras de cinco capitais brasileiras para conversas e integrações em formato de live com artistas estrangeiros. Esses grupos estiveram reunidos virtualmente em transmissões de streaming e vídeos editados que contaram com a participação de artistas, bandas e fanfarras de países como França, Inglaterra, Canadá, Austrália, Japão, Benin e Costa Rica. Todas essas considerações, novamente, revelam o fortalecimento de um movimento integrado e que, constantemente, repete em seus discursos no Brasil ou no exterior a perspectiva política e engajada dessas manifestações.

O papel do nomadismo e da cultura pop: os impactos nas ruas e casas de shows

A partir das considerações anteriores, podemos perceber a nacionalização de movimento nascido de maneira informal nas ruas de uma capital brasileira. Também se destaca a capacidade dessas manifestações de aproximar novos grupos das ruas de suas respectivas metrópoles lançando outros modos de fazer política a partir da urbanidade. O quanto elas são capazes de reduzir sensações de desconfiança e medo das ruas, modificar e renovar

festas e tradições populares, além de movimentar informalmente uma economia pautada na circulação urbana e na cultura.

Nesse sentido, compreendemos o movimento neofanfarrista como um movimento nacional. É interessante ressaltar que nos últimos anos, enquanto esses grupos se articulavam no Brasil, o país passava por importantes transformações que afetavam boa parte de seus jovens e a cultura por eles produzida. A popularização das redes sociais, ampliação de acesso a alguns bens de consumo, câmbios e polarizações na política nacional e intensificação dos fluxos midiáticos e de conteúdo em plataformas digitais são alguns dos fatores que consideramos pilares de transformação a serem comentados desde o surgimento das primeiras neofanfarras cariocas até os dias atuais. Dessa forma, é interessante refletir o quanto músicas de grande circulação midiática, referências de memes e outras características da sociedade em rede podem pautar o tipo de escolha e sonoridade desses grupos. A rua, portanto, por muitas vezes acaba reverberando aquilo que se escuta em plataformas como TikTok, Instagram e YouTube. O popular se mescla entre diferentes características.

Seguindo as pistas de Omar Rincón (2016) a respeito das noções de popular na contemporaneidade, especialmente em uma perspectiva que chama por vários momentos de *bastarda*, em que “o popular bastardizado é um quilombo ou *sancocho* de tudo: autenticidade, resistências, submissões, cumplicidades, inovações e aberrações” (Rincón, 2016, p. 38), apontamos na direção de que o movimento neofanfarrista inventou trânsitos narrativos, referências, modos de (re)fazer culturalmente, e conseqüentemente politicamente, ao inscrever os corpos dissensuais na cidade (Fernandes; Herschmann; Barroso, 2019)¹².

Em estudos anteriores, apresentamos o quanto há no Rio de Janeiro um cenário de práticas efêmeras e ambulantes que se arranjam e reagrupam nas ruas¹³. Como exemplo, podemos perceber a enorme preferência do público desses eventos por apresentações nas ruas, sendo as casas fechadas um modelo normalmente híbrido como espaço de ensaios e ponto de encontro para apresentações. Isso, afinal, acaba consolidando um percurso que se retroalimenta por pessoas bastante inseridas nesses próprios grupos. A tá-

tica nômade também aparece como circuito para escapar de repressões, que seguem constantes, como a que ocorreu no encerramento do Honk! 2024, no Aterro do Flamengo, quando a polícia militar intercedeu para impedir o cortejo em direção à Praia de Botafogo, ao passo que parte dos grupos reunidos e seu público retornaram a tocar no sentido contrário.

Como característica importante, cabe ressaltar que mesmo com o esforço de certas bandas em gravar videoclipes e músicas em estúdio, as apresentações ao vivo dominam o apelo do público, que muitas vezes entende essas manifestações como “carnaval fora de época”, por exemplo. O nomadismo se configura, ainda, a partir da consolidação das diferentes pautas dos grupos, que hora têm uma composição apenas de mulheres, hora centralizam sua performatividade em setlists ou temáticas musicais específicas, como as fanfarras dedicadas a determinados gêneros musicais, como o rock.

Considerações finais

A partir da emergência do neofanfarrismo nas dinâmicas musicais cariocas percebemos que as neofanfarras participam ativamente das dinâmicas globais, com o uso das tecnologias virtuais, e conformam leituras da cultura pop, a partir das culturas urbanas locais. Localizam-se no entrelugar (Bhabha, 2002), na interface entre as tecnologias, as referências de trânsito global de cultura, as dinâmicas de consumo e o vasto conhecimento e circulação da cidade onde habitam. A produção deste entrelugar faz emergir espacialidades, expressões artísticas, redes de solidariedade e outros modos de vida. A *entrelugaridade* do movimento se faz presente ainda na amplitude de gêneros musicais, dificultando, por vezes, a identificação do próprio público e de pesquisadores sobre o tema.

A musicalidade neofanfarrista é, portanto, mediadora (Latour, 2012) do fazer cultural, na medida em que é produzida e produz (por e em composição), é recrutada e incumbida (delega e é delegada), muda de papel (reversão), trava conflitos e disputas (controvérsias), estabiliza parte do tecido reticular (cria caixas-pretas, pontualizações, intermediários), reconfigura o

que já estava formado (tradução), elaborando assim uma dinâmica reticular cuja forma é transitória, nômade e disposta a contínuas reelaborações.

O mapeamento da história do neofanfarrismo carioca dá a ver os processos aliançosos que assinalam não apenas as operações consensuais, mas sobretudo as controvérsias inerentes às coabitações (Butler, 2018) que se expressam nas diversas modalidades musicais, nos diferentes formatos de apresentação e organização dos grupos. A aliança entre os grupos é construída por uma trajetória errática e complexa que articula e tensiona não só o planejamento urbano, mas também a própria forma como esses grupos leem, interpretam e agem nos espaços urbanos. Ao passo que as dinâmicas associativas expõem seus dilemas no interior da rede e para fora dela, produzem potencialmente resiliências e polinizam (Moulier Boutang, 2010; Herschmann; Fernandes, 2023) o cotidiano dessa urbe ao atuarem numa ética complexa de negociação e conflito.

Nesse sentido, entendemos que a rede de comunicação urbana musical neofanfarrista apresenta uma *nova* realidade socioespacial (Haesbaert, 2014), em que o espaço é concebido como “produto de inter-relações no qual distintas trajetórias coexistem” (Massey, 2008, p. 29). A movência física e simbólica operada na constituição desta rede contribui para a reflexão sobre os “encontros/desencontros/confrontos” (Haesbaert, 2014, p. 17) que conduzem os processos de territorialização. Abordar as formações das múltiplas redes da cidade significa, portanto, mapear rastros de comunicação urbana nos espaços citadinos que exprimem a emergência de uma nova gramática territorial e simbólica da ação artista contemporânea.

Os agrupamentos musicais de perfil engajado veem-se diante de um novo sistema de inteligibilidade da ação artista que promulga o pensamento da complexidade como forma de leitura e ação na realidade. O nomadismo, nesse sentido, aparece como um novo paradigma interpretativo do social e da política, posto que encara o conflito como parte inerente das dinâmicas no campo da cultura. Complexifica essencialismos e posições sociais cristalizadas na direção de favorecer bases dialógicas não pacíficas.

Referências

ALBUQUERQUE, Gabriel; JANOTTI JR, Jeder. Perspectivas políticas na rede de música pop periférica brasileira e feats internacionais da Kondzilla. *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 1, n. 2, 2019.

ANDRADE, Marcelo R. Música, espaço público e ordem social no carnaval de rua do Rio de Janeiro: um estudo etnomusicológico (2009-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARGÔLO, Marcelo. *Pop Negro SSA* [livro eletrônico]: cenas musicais, cultura pop e negritude. Salvador, BA: Ed. do Autor, 2021.

BARROSO, Flávia Magalhães. *Subversão e purpurina: o carnaval de rua não oficial do Rio de Janeiro*. Entremeios. v.13. n.2. 2016.

BARROSO, Flávia M.; BELART, Victor; FERNANDES, Cíntia S. Rio de Janeiro pós-olímpico: as reconfigurações dos espaços musicais na cidade em movimento. In: *Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2020.

BALDAIA, Fabio P. B. A festa, o drama e a trama: cultura e poder nas comemorações da Independência do Brasil na Bahia (1959-2017). 2018. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BELART, Victor. *Cidade pirata: carnaval de rua, coletivos culturais e o Centro do Rio de Janeiro (2010-2020)*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2021.

BELART, Victor. *Cidade pós-olímpica: o Carnaval Pirata e as reformas do Centro do Rio de Janeiro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BHABHA, Homi. El compromiso con la teoría. In: _____. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

COUTO, Tatiana Cioni; BELART, Victor. *Rua, festa e movimento: algumas interconexões entre os blocos carnavalescos e a Maratona do Rio de Janeiro*. In Anais XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DIAS, Flávia. Performances femininas nas fanfarras de rua carioca. *Entremeios*, v. 13, n. 1, 2017.

DIAS, Flávia T. S. Feminismos nas fanfarras de rua cariocas: os estudos de caso do bloco Mulheres Rodadas e da brass band Damas de Ferro. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ESTEVÃO, Andrea; HERSCHMANN, Micael. Artivismo feminista no carnaval carioca. In: Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2020.

FERNANDES, Cíntia S. et al. (org.). *Artivismos urbanos*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2022.

FERNANDES, Cíntia S.; BARROSO, Flávia M.; BELART, Victor. Cidade ambulante: a climatologia da errância nos coletivos culturais do Rio de Janeiro. *Revista Mediação*, 2019.

FERNANDES, Cíntia S.; HERSCHMANN, Micael; BARROSO, Flávia M. Corpo, cidade e festa: as “performances do dissenso” no carnaval de rua carioca. *Interin*, v. 24, n. 1, p. 157–175, 2019.

FERNANDES, Cíntia S.; HERSCHMANN, Micael. Relevância da cultura de rua no Rio de Janeiro em um contexto de valorização dos megaeventos. In: Anais da *Compós*. Curitiba, 2016.

FIGUEIREDO, André V. de. A metrópole carnavalizada: os blocos de rua como performances surrealistas e situacionistas na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 8, n. 1, p. 203–220, 2021.

FRYDBERG, Marina B. Novos agentes e novas configurações no carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, n. 20, 2017.

GAROFALO, Reebee; ALLEN, Erin; SNYDER, Andrew (org.). *HONK!: a street band renaissance of music and activism*. New York: Routledge, 2020.

GELAIN, Gabriela Cleveston. Releituras, transições e dissidências da subcultura feminista Riot Grrrl no Brasil, 2017. (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2017.

GUMES, Nadja Vladi. Música, ativismo e resistências nas disputas da cultura pop: diálogos com Adriana Amaral, Cíntia Sanmartin Fernandes, Mercedes Liska e Simone Pereira de Sá. In: *Resistências compartilhadas: comunicação, liberdade e cidadania*. [recurso eletrônico] / Nair Prata, Sônia Jaconi, Rodrigo Gabrioti e Genio Nascimento (orgs). São Paulo: INTERCOM, 2021, 471 p.

HARAWAY, Donna J. *Seguir com el problema*. Bilbao: Edición Consonni, 2020.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. *A força movente da música*. Porto Alegre: Sulina, 2023.

HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. Repensando a relevância dos microeventos para a cidade do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org.). *Comunicação e cidade espetáculo*. São Paulo: Intercom, 2017.

HERSCHMANN, Micael; CABANZO, Maria P. Contribuições do grupo musical Songoro Cosongo para o crescimento do carnaval de rua e das fanfarras cariocas no início do século XXI. *Lumina*, v. 10, n. 3, 2016.

HERSCHMANN, Micael. Ambulantes e prontos para a rua: algumas considerações sobre o crescimento das (neo)fanfarras no Rio de Janeiro. *Logos*, v. 2, n. 24, 2014.

- HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Intercom, 2014.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas: a memória da cidade no corpo. In:
- VELLOSO, Monica Pimenta; ROUCHOU, Joëlle; OLIVEIRA, Cláudia (org.). *Corpo: identidades, memórias e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 129–139.
- LACOMBE, Fabiano; HERSCHMANN, Micael. Convivialidade e territorialidade sônico-musical no Carnaval da Charanga Talismã em Vila Kosmos. In: *Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2020, São Paulo.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LIEBMAN, Becky. Praxis through HONK!: the rise of politically active street bands in the United States. In: DIAMOND, Beverley; CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan (org.). *Transforming Ethnomusicology: methodologies, institutional structures & policies*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- MARTINS, Daniel M. Música, identidade e ativismo: a música nos protestos de rua no Rio de Janeiro (2013–2015). *Revista Vórtex*, v. 3, n. 2, 2015.
- MASSEY, Doreen. A global sense of place. *Cultural Geography*, 2008.
- MOULIER BOUTANG, Yann. *Labeille et l'économiste*. Paris: Carnets Nord, 2010.
- MOREAUX, Michel. Performance e música: possibilidades de trocas afetivas e de ocupação do espaço público no festival ativista de fanfarras HONK! Rio 2018. *Espaço e Cultura*, n. 45, 2018.

QUEIROZ, Tobias A.; JANOTTI JR, Jeder S. As lives de Teresa Cristina em tempos de escuta conexa. In: Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2020.

REIA, Jhessica. A lei no bolso: música de rua e a luta pelos espaços públicos no Rio de Janeiro. In: FERNANDES, Cíntia S.; HERSCHMANN, Micael (org.). *Cidades musicais: comunicação, territorialidade e política*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RINCÓN, Omar. O popular na comunicação: culturas bastardas + cidadanias celebrities. *Revista Eco-Pós*, v. 19, n. 3, p. 27–49, 2016.

ROCHA, Rose de Melo. Artivismos musicais de gênero e suas interfaces comunicacionais. In: Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2019.

SÁ, Simone P. de; CARREIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério (org.). *Cultura pop*. Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS, 2015.

SNYDER, Andrew. Critical Brass: the alternative brass movement and street carnival revival of Olympic Rio de Janeiro. 2018. Dissertation (PhD in Music) – University of California, Berkeley, 2018.

SOARES, Thiago. Abordagens técnicas para estudos sobre a cultura pop. *Logos*, v. 2, n. 4, 2014.

SUSCA, Vincenzo. *As afinidades conectivas*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2019.

WEILLER, Martin R. Memorial descritivo da performance cosmobloco: a vaca abduzida. 2018. Projeto de Graduação em Música Popular – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CAPÍTULO 7

Ativismos e organizações: uma abordagem de governança para a reflexividade do ativismo de marcas

ÁGATHA CAMARGO PARAVENTI

Em fevereiro de 2018, o jornalista Alexandre Putti fez uma postagem¹ em uma rede social denunciando que o CEO da Riachuelo, Flávio Rocha, apoiava politicamente o manifesto *Brasil 200*, que defende pautas de costumes conservadores incluindo o combate à educação para redução de preconceito LGBTQIAP+ nas escolas, o que chamava de *ideologia de gênero*, e apoiava a *cura gay*. Com a imagem de seu cartão de compras da Riachuelo quebrado, ele iniciou um movimento contra a marca, chamando as pessoas a se juntarem à causa e não comprarem mais na Riachuelo: “Ele só esqueceu de um detalhe: muitos dos seus clientes são essas pessoas que ele quer combater. Pois bem, agora ele não ganha mais nenhum centavo do meu dinheiro. Dinheiro LGBT. *Pink money*”, disse Alexandre. Em agosto do mesmo ano, a Riachuelo lançou campanha comemorativa do dia dos pais com diversas perspectivas de paternidade, incluindo um casal gay. A campanha suscitou reações negativas, tanto contrárias à representatividade apresentada, quanto à organização, como “empresa de homofóbico queren-

do fazer propaganda LGBT” em um dos comentários. Em junho de 2019, a Riachuelo aderiu ao Fórum de Empresas e Direitos LBGTQIAP+, que, entre os seus 10 compromissos, o primeiro está relacionado a “comprometer-se, presidência e executivos, com o respeito e com a promoção dos direitos LGBTI+”. A marca segue recebendo críticas por incoerência narrativa em campanhas e coleções que abordam ou promovem representatividade com modelos ou influenciadores.

Esse caso da Riachuelo ilustra o contexto que permeia esse artigo e envolve diferentes perspectivas. Estão embricadas as demandas de mobilização política e social para contestar as realidades de grupos minoritários; o poder e a responsabilidade das organizações para cidadania midiática; e por fim, a responsabilidade corporativa e o compromisso das organizações com o desenvolvimento prático deste contexto social.

O ativismo no contexto organizacional pode ser refletido em algumas abordagens, das quais se destacam o ativismo de marcas ou no ativismo de consumidor. No ativismo de marcas, as organizações se mobilizam em discursos públicos em defesa de causas sociais e no ativismo de consumidor, há a pressão e demanda pública por coerência ética das organizações.

O capítulo, em contexto ensaístico do painel “Ativismo, consumo e organizações” do XVII Congresso Abrapcorp, discute o ativismo de marcas e seus engajamentos para causas identitárias, a partir de suas conexões com a responsabilidade corporativa. O efeito social do ativismo de marcas é reconhecido em sua potencialidade de fomentar a discussão pública no âmbito da cidadania midiática, considerando é claro, os riscos de esvaziamento de pautas e as críticas sobre a falta de legitimidade com o comportamento organizacional, em processos frágeis de PinkMoney e WokeWashing. Contudo, a problemática delinea um caminho de reflexão para a legitimidade e licença social de operação das organizações, em suas capacidades de se comprometerem com as pautas e causas para as quais advocam e que geram retornos econômicos. O texto enfoca a perspectiva das relações com os públicos e a pluralidade de processos de diálogo e participação para o delineamento

de comportamentos e práticas no âmbito da Governança Corporativa, que antecede a consistência para o ativismo de marcas.

Ativismo de marcas: entre a cidadania midiática e o esvaziamento de pautas

O ativismo de marcas está ligado a uma mobilização de defesa ou de alteração de um status quo. Ele não está diretamente vinculada à responsabilidade corporativa, tendo em vista que esta pode promover a gestão, mitigação ou o desenvolvimento de temas sociais, humanos e ambientais sem necessariamente posicionar, mobilizar e assumir claramente um papel ou um lado em defesa de uma causa. No ativismo de marcas, há uma escolha de abordagem, posicionamento e de defesa em um debate público.

O papel das marcas ativistas, em seu contexto político e social, pode ser pensado em diferentes perspectivas, sobre as quais exploraremos: a) definição funcionalista mercadológica; b) o olhar crítico de exploração política do espaço público pela publicidade que delinea o espaço de poder neoliberal; e c) o potencial impulsionador da publicidade para discussões de problemas sociais.

Kotler e Sarkar (2018) argumentaram que o ativismo de marca seria uma evolução dos programas de responsabilidade social corporativa, em uma linha do tempo na qual, inicialmente, as causas estavam relacionadas a iniciativas de marketing, passaram em um segundo estágio para o âmbito corporativo, contemplando filantropia, voluntariado e práticas de responsabilidade corporativa, e chegaram ao ativismo de impulsionamento de valores em um contexto social e político.

O ativismo de marcas, neste contexto, seria justificado pelas expectativas de stakeholders mais críticos, como a geração Z e os millenials, que depositam fortes expectativas sobre as marcas em relação aos problemas sociais e ambientais da atualidade. Kotler vincula essa expectativa a resultados: argumenta ranking 2015 de CEOs globais² no qual o primeiro lugar, o CEO da Novo Nordisk Lars Sorensen, afirmou “A responsabilidade social corporativa

não é nada além de maximizar o valor da sua empresa por um longo período. A longo prazo, questões sociais e ambientais se tornam questões financeiras”.

A abordagem crítica da exploração do espaço político pode ser refletida a partir das contribuições de Quessada (2003), que explora as conexões entre a publicidade e a política, no estabelecimento de territórios sociais das marcas, aos quais consumidores não apenas aderem, mas se comunicam entre si, estabelecendo um espaço de circulação e de coletividade em torno de uma causa. O papel da publicidade para promover essa alternativa ao espaço político apenas vinculado ao Estado, traria a oportunidade para uma influência neoliberal de desenvolvimento de poder e consumo midiático-publicitário.

O potencial desta conexão entre organizações, política e a publicidade podem ser observados à luz do fenômeno do consumismo político. O consumismo político fora definido por De Moor (2017) como um hábito de politização do dia a dia, que se traduz na visão de Copeland e Boulianne (2020) em uma compra intencional ou evitação de compra por razões políticas a partir de valores e assuntos éticos, morais, ideológicos, ambientais, entre outros. A influência do consumidor para reagir por meio de uma prática de consumo ou não consumo estaria vinculada ao maior apego deste público ao tema ou ideologia política em questão.

Neste sentido, as marcas reconhecem as oportunidades e riscos do ativismo junto a consumidores, relacionada aos acionamentos das identidades dos consumidores. Em estudos anteriores, por exemplo, foi observado que indivíduos conservadores são mais propensos a consumir marcas mais tradicionais nacionais (Khan et al, 2013), se envolvem mais em boicotes ou compras com temas relacionados à proteção de autoridade, lealdade, valores morais de pureza (Fernandes, 2020) e relacionadas à manutenção de status e para serem percebidos como superiores (Kim et al, 2018). Em oposição, indivíduos liberais, mais propensos a boicotar ou recomendar compra, estão diretamente ligados a temas de proteção ambiental, justiça social (Fernandes, 2020) e para serem reconhecidos em sua individualidade (Ordabayeva, 2018).

O afastamento da abordagem crítica da publicidade como linguagem de reforço de práticas de manipulação recebe importante contribuição nos

estudos de Postinguel (2019), que abordou o papel da publicidade ativista que promove a discussão das diferentes masculinidades. A partir de análise de campanhas de marcas e das conversações sociais em reação às campanhas, o autor evidencia o papel político das marcas em seus posicionamentos de cidadania midiática. Sua hipótese de que as comunicações publicitárias, principalmente no âmbito das redes sociais digitais, ao promoverem ciberacontecimentos, engajam discussões e a mudança de consciência social de sujeitos-consumidores fora confirmada.

A atuação política, ou melhor, as politicidades dessas expressões, têm reverberado comportamentos atualizados sobre a forma como a sociedade compreende os homens, os masculinos e as masculinidades, como pudemos aferir a partir dos comentários estudados na empiria. Mais críticos, os internautas-sujeitos-consumidores estudados compreendem a importância desse alargamento imagético para a atualização de modelos identitários de masculinidades, para a representatividade de atores sociais anteriormente subalternizados, inclusive midiaticamente (Postinguel, 2019, p. 185).

Deste modo, Postinguel (2019) defende a necessidade de ultrapassar da perspectiva ainda dominante de estudos que abordam a publicidade como prática de manipulação e amortecimento de consciência crítica ou apenas de criação de um bom-mocismo de imagem para o mercado. Sustenta a defesa da publicidade em seu poder cultural e social de produção de discussões públicas envolvendo diversos atores sociais, incluindo a imprensa e o poder judiciário, que fomentam ressignificações de consciência sobre causas.

Reconhecendo esse potencial de cidadania midiática, observa-se a crítica proposta por Machado (2011), decorrente da confusão do propósito mercadológico e de engajamento político. Ela alerta para a redução do potencial de transformação social de comunicações publicitárias que não foram concebidas com o propósito inicial político, e que podem gerar mais esvaziamento ou distanciamento de causas que não se conectam com as subjetividades do tema.

Desconfiança do ativismo de marcas: *pink money*, *woke washing* e *greenwashing*

No aspecto da legitimidade, podemos inicialmente citar as críticas relacionadas à desconfiança de consumidores, tendo em vista que a autenticidade do ativismo é colocada em pauta nesta perspectiva. Estudos anteriores já abordaram como o ativismo é levado à prova por parte de diversos stakeholders (Holt, 2002), por ser uma estratégia de marketing, com impactos à expectativa de retorno e valor das marcas (Du e Bhattacharya, 2010).

O *pink money* está relacionado ao poder de consumo da comunidade LGBTQIAP+. O movimento recebe muitas críticas. Uma está relacionada a práticas de comunicação que visam o uso do poder econômico dos consumidores por meio de uma mercantilização da identidade LGBTQIAP+ que podem gerar reforço de estereótipos e limitações (Browne; Lim, 2010). Em outra perspectiva, esse ativismo *comercializado* pode enfraquecer agendas públicas (Hanhardt, 2013) ou pode ainda prejudicar a discussão pública ao moldar a representação de uma identidade LGBTQIAP+ *aceita pelo mercado* e que pode marginalizar ainda mais outros grupos menos representados (Duggan, 2002).

O conceito de *woke-washing* refere-se à prática de empresas que utilizam discursos ou ações progressistas de inclusão e justiça social de forma superficial, apenas para benefício de marketing. Essa conduta se aproxima à adoção de estética e retórica de movimentos sociais como o feminismo e o antirracismo, sem um compromisso sustentado com as causas. Sobande (2019) defende duas críticas ao *woke-washing*, a partir de estudo sobre causas antirracistas e feministas: primeiro, a mera inclusão da representatividade não traduz a natureza estrutural de forças opressivas ligadas ao racismo, sexismo e transfobia, ou seja, muitas vezes nem podem ser consideradas ativismo ou posição sociopolítica; e segundo, ao uso apenas voltado ao marketing e que não traduz compromisso e abordagem das práticas organizacionais.

Também é imperativo que os gerentes de marketing não equiparem erroneamente a mera inclusão de representações de identidades estrutural-

mente marginalizadas no marketing, com ativismo ou indicação de uma forte posição sociopolítica. Dada a natureza estrutural das forças opressivas ligadas ao racismo, sexismo e transfobia, abordar essas questões requer muito mais do que política representacional. Assim, marcas que estão seriamente investidas em auxiliar esforços para abordar injustiças sociais não podem simplesmente fazê-lo na forma de conteúdo de marketing e, em vez disso, devem avaliar suas abordagens a questões, incluindo os princípios que sustentam suas práticas de trabalho interno, métodos de produção e fontes e usos de lucro (Sobande, 2019, p. 2740).

O termo *greenwashing* foi cunhado em 1986, pelo ambientalista Jay Westerveld, para descrever práticas enganosas de empresas que buscam criar percepção de ser ambiente responsáveis, sem comportamentos convergentes. O caso que ilustrou essa nomenclatura foi o de hotéis, que solicitavam a reutilização de toalhas aos hóspedes para redução de custos, mas justificando a proteção ao meio ambiente.

A prática, discutida a partir de diversas abordagens, foi sendo atribuída a diversas organizações em um contexto de pressão por sustentabilidade. O *greenwashing*, portanto, pode estar vinculado ao contexto de ativismo de marcas, quando a marca faz uma defesa pública e mobilizadora com posição política, ou relacionada à responsabilidade corporativa, como veremos adiante. Em ambos os casos, está relacionado à divulgação de informações ambientais inverídicas ou desproporcionais com as práticas efetivas para seu desenvolvimento (Delmas, Burbano, 2011) e que gera cinismo e desconfiança nas alegações ambientais das organizações (Peattie e Crane, 2005).

As relações públicas são muito associadas à prática de *greenwashing* (Bender, 2013). Estudos pautados em casos reais, como a Coalisão Global do Clima (GCC), criada em 1989 pela união de empresas produtoras de combustíveis fósseis, como *British Petroleum* – BP, *Exxon Mobil* e *Shell*, por meio de pesquisas e comunicações seletivas, buscaram lançar dúvidas e produzir incertezas sobre a crise climática e a influência das emissões das organizações. Esse ativismo objetivou influenciar a agenda global de negociações de protocolos, que resultou na não ratificação dos EUA ao protocolo de Kyoto (que propunha a redução de 5,2% de emissões em relação aos níveis de 1990

no período de 2008 a 2012) pelo presidente dos EUA George W. Bush em 2001, ano em que a coalisão foi dissolvida, após atender aos seus objetivos, e pressionada pela propagação de conhecimento sobre o papel dos gases de efeito estufa na mudança climática. Bruce Harisson, executivo de relações públicas norte americano, atuou diretamente nesta coalisão global do clima. Em 1962, havia liderado campanha da indústria de pesticidas para desacreditar a obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carlson, que ligava o uso de pesticidas a perigos a saúde. A prescrição de Harisson ao *Greenwashing* é explícita: em sua obra *Going Green: How to Communicate Your Company's Environmental Commitment* de 1973, ele sugere que as empresas se reúnam com os cidadãos que as criticam, ouçam, mas revelem poucas informações, e indica a investigação de seus oponentes, mesmo que isso signifique contratar detetives particulares para espioná-los.

A prática de *astroturfing*³, discutida no campo das relações públicas no Brasil por meio dos estudos de Silva (2013) tem em seu histórico movimentos falsos relacionados ao *greenwashing* como o *Wise Use*, em 1980, nos Estados Unidos. Esse movimento tinha como objetivo desacreditar ambientalistas e promover desinformação para permitir a exploração de madeira e mineração. Por meio de narrativas que produziam o enquadramento dos ambientalistas como *eco-nazistas* e *comunistas*, utilizaram a pauta do aquecimento global e a necessidade de redução da emissão de CO₂ para justificar o corte de florestas para replantio com árvores jovens que absorveriam mais dióxido de carbono. O *astroturfing* surge por meio da simulação de mobilização por empregos por parte dos trabalhadores, que foram subornados com ônibus, almoços e pagamentos para que participassem de manifestações a favor da exploração madeireira, em um movimento contra a pressão do movimento ambientalista *coruja manchada*, que foi simbolicamente retratado como *empregos versus corujas*.

Responsabilidade Corporativa: mitigação de riscos e licença social de operação

As organizações geram externalidades negativas que geram pressão social e impactam sua legitimidade. Os movimentos em torno da ética organizacional, sustentabilidade, governança corporativa, compliance e ESG têm em comum o fato de surgirem em resposta a crises empresariais relacionadas a impactos ambientais e sociais, que podem ameaçar a sociedade e a continuidade dos modelos de negócio. Para promover a reflexividade em torno do ativismo de marcas no contexto da responsabilidade corporativa, é importante primeiro descrever como ela está estruturada e como ela deveria alcançar sua licença social de operação.

A discussão sobre as abordagens de responsabilidade das organizações em mitigar ou gerenciar os danos decorrentes de suas atividades intensificou-se na década de 1970. Em um contexto histórico, as teorias *stockholder*, do economista Milton Friedman (1970), e *stakeholder*, do filósofo Edward Freeman (1984), refletiram a complexidade de pensar a finalidade das organizações e a gestão das externalidades de sua atuação. No amplamente citado artigo *A responsabilidade social das empresas é aumentar os lucros*, publicado no *The New York Times*, em 1970, Friedman afirmou que o propósito das organizações não deve ser comprometido com a responsabilidade social. A crítica de Friedman para a impossibilidade da responsabilidade social dialogava com a Teoria da Agência (Jensen; Meckling, 1976), pela preocupação de as decisões dos agentes ou gestores, em caso de investimento em iniciativas de responsabilidade social, serem dissonantes dos interesses dos principais ou acionistas, ou seja, não cumprirem com a responsabilidade do poder delegado para maximização de resultados.

Como contraponto não apenas teórico, mas empírico, a teoria de Edward Freeman descreve uma abordagem voltada à mitigação de riscos junto a todas as partes interessadas, não apenas ao cumprimento legal e regulatório. Em 1984, o professor de *business ethics*, publicou o livro *Strategic Management: Stakeholder Approach*, defendendo que a gestão estratégica das organizações

dependeria de um nexo de contratos com todas as suas partes interessadas. O termo *stakeholder*, junção de *stake* (interesse) e *holder* (parte), neste sentido, compreende como qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da organização, que se beneficiam ou são prejudicados e cujos direitos são violados ou respeitados por ações corporativas (Freeman, 1994). A argumentação de Freeman está pautada na tese de que os gestores têm um dever fiduciário no relacionamento com as partes interessadas (Freeman, 1994). Esse dever de fidúcia, de gestores com a entidade jurídica que representam (acionistas), contempla o compromisso de quem está em posição contratual ou legal de agir em nome de outro na gestão de um bem, por meio de informação, lealdade e cuidado, para que a sobrevivência da organização não esteja em perigo. A argumentação desse dever tem motivações legais e econômicas. Na primeira, reflete que cada vez mais os requerimentos legais de diversas partes interessadas têm sido definidos como responsabilidade da organização, como as reivindicações de consumidores, fornecedores, comunidades locais e empregados que levam a multas, recalls judicializados, etc.; No argumento econômico, expõe que ao longo da história, as organizações têm internalizado benefícios e externalizado para a sociedade os custos de suas atividades, resultando na tragédia coletiva social e também no impacto econômico para as organizações, que precisam, por decisões jurídicas, reparar esses danos.

Dessa forma, a responsabilidade das organizações pode ser compreendida a partir da mudança de visão unitária para a visão plural de empresa (García-Marzá, 2007), de transição da perspectiva do âmbito privado e unilateral da atuação organizacional na qual a empresa é *coisa de um* e os públicos relacionados direta ou indiretamente são vistos como *meios para alcançar seus objetivos*. Na visão plural, as externalidades das organizações, ao afetarem bens públicos e a sociedade, desloca o espaço de responsabilidade empresarial para a pluralidade de grupos de interesse impactados.

Arruda *et. Al.* (2009) aponta que a responsabilidade corporativa cresce à medida que aumenta a atividade econômica e o impacto organizacional, ou seja, é inerente ao desenvolvimento ou aos danos organizacionais. Nesta

perspectiva da mitigação de danos, Thiry-Cherques (2008, p. 205) defende que “ser moralmente responsável é cuidar para que o output da organização não repercuta negativamente sobre os seres humanos, incluindo as pessoas que ali trabalham, cada ser humano e a humanidade como um todo”.

A partir dessa perspectiva de que as organizações devem responsabilidade nos contextos social, ambiental e de proteção de direitos legítimos a todas as partes interessadas, incluindo consumidores, funcionários, investidores, fornecedores, comunidades, concorrentes e outros públicos afetados direta ou indiretamente em sua cadeia de valor, as iniciativas de ética organizacional, compliance, sustentabilidade e Governança Corporativa visam desenvolver e estruturar essa responsabilidade.

A ética organizacional ganhou destaque nos EUA a partir da década de 1960, em resposta a pressões sobre as empresas devido a condições inadequadas de trabalho, impactos na saúde e segurança, preços abusivos e a ausência de responsabilidade junto aos consumidores (Ferrel, 2001). Como campo de pesquisa, a ética nos negócios estuda o desenvolvimento de princípios e valores para a condução das atividades empresariais, com o objetivo de promover a conduta ética dos indivíduos que representam as organizações. De acordo com Ferrel (2001, p.7), a ética empresarial se refere a “princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios”.

Já na década de 1970, os movimentos pela sustentabilidade emergiram em reação a acidentes ambientais, como vazamentos de petróleo, explosões e desmatamento, que levaram ao desenvolvimento de pesquisas, processos de monitoramento, discussões e instrumentos internacionais. Em 1987, o Relatório de *Brundtland*, oriundo de uma conferência da ONU, definiu pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (*Our Common Future, United Nations, 1987, p. 15*). A partir desse marco, novas iniciativas foram estabelecidas na agenda institucional global, como a Agenda 21 durante a ECO 92, a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Cúpula das Nações Unidas para o Desen-

volvimento Sustentável em 2015, além da Conferência das Partes (COP), que teve sua 28ª edição em 2023, sempre marcada por fortes ativismos sociais frente a países e corporações.

Paralelamente, modelos de gestão e prestação de contas sobre a sustentabilidade começaram a influenciar as organizações, incentivando-as a incorporar práticas para mitigar seus impactos e preservar os diversos capitais de valor, como os ambientais, humanos e sociais. Esses esforços buscam atribuir critérios, valor e reconhecimento da sociedade e do mercado às condutas organizacionais, com base em guias como os do Instituto Ethos, o modelo de prestação de contas da GRI, o Relato Integrado, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 - ISE, a ISO 26.000, e até modelos contábeis e de sustentabilidade obrigatórios a empresas de capital aberto, como o IFRS S1 e S2, a partir de 2026.

As transformações e o desenvolvimento de iniciativas voltadas para a sustentabilidade mostram uma crítica direta aos objetivos de curto prazo das organizações e à impossibilidade de sustentar esses objetivos, com impactos sensíveis na narrativa para o consumo e ativismo de marcas. Três marcos principais ilustram essa mudança: o primeiro grande movimento das organizações, entre 2000 e 2010, foi a tradução da sustentabilidade em uma perspectiva que acomodava os interesses organizacionais de desenvolvimento econômico. John Elkington, em seu livro *Canibais com garfo*, publicado em 2001, criticava o consumo irresponsável do planeta e propunha que o desenvolvimento se desse através da busca de desempenho em três pilares da gestão organizacional: prosperidade econômica, qualidade ambiental e igualdade social. O segundo grande impulso veio em 2005, quando o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, desafiou o setor financeiro a integrar o mercado de capitais ao contexto global das preocupações de longo prazo, dando origem ao documento *Who Cares Wins* (Quem cuida ganha), elaborado pelo Pacto Global da ONU em parceria com instituições financeiras. O documento destacou os benefícios e o lucro de investir em organizações que integram questões ambientais, sociais e de governança em sua gestão. Porém, discussões mais profundas ganharam força, refletidas anteriormente

por pesquisadores como Enrique Leff (2010), que questionaram a possibilidade de equilibrar os pilares econômico, social e ambiental, dado que a lógica de crescimento econômico ilimitado, que demanda a extração e consumo de recursos naturais finitos, já compromete a qualidade de vida e a sobrevivência humana.

O conceito de compliance, por sua vez, originou-se de movimentos no setor financeiro de capital aberto, visando mitigar riscos de fraudes, crédito e atividades ilícitas. Nos EUA, foi recomendado pela SEC e *Prudential Securities* na década de 1960, e, em 1988, o Comitê de Basileia publicou o Acordo de Capital, que estabeleceu as funções de compliance para a implementação de sistemas de controle. No contexto global, as iniciativas de compliance ganharam força a partir de regulamentações legais e do mercado de capitais para prevenir e combater a corrupção, como a Lei nº 12.846/2013 no Brasil.

O desenvolvimento de compliance nos aspectos teóricos, metodológicos e práticos a partir de 2010 levou à aproximação desse conceito com princípios e valores da ética organizacional. De acordo com a Febraban (2018, p. 7, grifo do original),

a adoção da função de Compliance contribui para a prevenção e mitigação de exposições a riscos regulatórios (locais e internacionais), de conduta e danos à imagem da Instituição, por meio de medidas internas que disciplinam as suas atividades [...] Compliance transcende a ideia de 'estar em conformidade' às leis, regulamentações e autorregulamentações, abrangendo aspectos de governança, conduta, transparência e temas como ética e integridade.

Desse modo, a responsabilidade das organizações no contexto da integridade passa a ser ampliada, de mitigação de danos por fraudes, corrupção e conflitos de interesse, para pressões por promoção de diversidade, equidade e respeito em todas as interações, que mitiguem assédios sexual e moral, discriminação, homofobia, racismo e outros danos sociais. Para ilustrar, os tipos de denúncia mais presentes nos canais de relatos (52,6%)⁴ são de desvios de conduta nas relações interpessoais, em oposição a 2019⁵, que era o recebimento de brindes, presentes e hospitalidades.

A governança corporativa, que emergiu na década de 1990, foi uma resposta às crises de grandes corporações de capital aberto, pressões de investidores, sociedade civil e credores, além de novos instrumentos regulatórios e de órgãos fiscalizadores. Esse sistema busca gerir as relações entre acionistas, investidores e gestores, protegendo os direitos de investidores minoritários e preservando a confiança no mercado de capitais (Andrade; Rosseti, 2014). Ela se baseia em quatro grandes frentes: a) o sistema de relações entre direção, conselhos, acionistas e partes interessadas; b) a proteção dos direitos das partes interessadas, conciliando demandas de *shareholders* e *stakeholders*; c) a estrutura de poder e mecanismos de gestão e controle que mitigam conflitos de interesse; e d) um sistema normativo de padrões de comportamento ético.

O olhar para os mecanismos de responsabilidade corporativa demonstra que eles surgem a partir de crises que apontam a incapacidade das organizações em mitigar danos, e resultam em fortes inputs sobre as organizações, a partir de ativismos sociais, de consumidores e do mercado. O olhar para o ativismo de marcas, portanto, no âmbito da responsabilidade corporativa, pressupõe observar justamente essa relação com o público para a construção dos outputs que podem desenvolver a sociedade e gerar a licença social de operação.

Relações públicas, responsabilidade corporativa e ativismo de marcas

Reconhecendo as contribuições da cidadania midiática do ativismo de marcas da publicidade refletido anteriormente, a discussão sobre relações públicas e ativismo põe foco na responsabilidade da atividade com a consolidação identitária e prática das organizações, construída a partir de processos de gestão de relacionamentos com diversos públicos. O objetivo deste processo é a sustentação da capacidade das organizações de mitigarem ou desenvolverem os temas que envolvem suas externalidades, afastando-se do propósito funcionalista de mitigação de reações negativas para sustentar o consumo das marcas. Deste modo, a comunicação envolvendo a responsabilidade corporativa não necessariamente assume a função de ativismo de

marca, em seu papel de mobilização, posicionamento e defesa de um lado de uma causa social. O papel das relações públicas assume a comunicação *para* a responsabilidade corporativa, em seu processo de desenvolvimento, e não apenas *da* responsabilidade corporativa, para assegurar imagem e reputação.

A atividade de relações públicas ou comunicação institucional fora e é comumente vinculada ao tema ativismo como forma de silenciamento de públicos ativistas que pressionam a organização. Os exemplos relatados anteriormente de *greenwashing* somam-se a casos contemporâneos, como o caso em que o iFood, por meio de agências de comunicação, buscou reduzir a pressão ativista de entregadores por melhores condições de trabalho durante a pandemia de Covid-19. O iFood, por meio de suas agências de comunicação, simulou uma mobilização de entregadores a favor da pauta de prioridade na vacinação. A investigação demonstrou que a organização fez doação de R\$ 5 milhões ao Instituto Butantan para contribuir com o desenvolvimento de vacinas e as agências de comunicação simularam o movimento “Não breca meu trampo”, *Garfo na Caveira* para promoção da *vacinação já*, em uma contranarrativa à pressão de entregadores. As ações realizadas no início de 2021 refletem a prática de *astroturfing*, e envolveram profissionais das agências distribuindo, como se fossem entregadores, adesivos e panfletos em defesa da vacinação prioritária da categoria nas manifestações contra o iFood; a criação de páginas dos movimentos, como se tivessem sido desenvolvidos por entregadores; a geração de conteúdo e o engajamento contrário às greves; e a criação de perfis falsos interagentes destes conteúdos, para simulação de discussões. A investigação mostra as trocas de mensagens dos profissionais das agências de comunicação orientando para a narrativa parecer mais natural, para que não percebam que há *agência por trás* e inclusive fazendo correções quando os profissionais estão *exagerando no motoquês*. O iFood foi investigado por essa prática indevida, e fechou acordo⁶ em julho de 2023 com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta e se comprometeu a investir R\$ 6 milhões na promoção de ações

em favor do direito da sociedade à informação e dos direitos trabalhistas e associativos de seus entregadores.

As relações públicas, neste âmbito da comunicação para a responsabilidade corporativa, vinculam-se à concepção da atividade comprometida com relacionamentos que objetivam promover a compreensão mútua e desenvolver comportamentos e a identidade da organização alinhados ao interesse público para sustentação dos vínculos, apoio e credibilidade. Desde a concepção da atividade por Bernays, em 1923, embora amplamente criticada pelos interesses e consequências do trabalho deste profissional, relações públicas vincula-se a comportamentos organizacionais. Delimita o que seria a prática correta da profissão, baseada na “[...] percepção de que o interesse público e o privado coincidem [...] as boas relações públicas dependiam não só das palavras, mas da ação que merece apoio público e da educação do público para familiarizá-la com tais ações” (Bernays, 1961, p. 4, tradução nossa), e que assim ela diferiria da publicidade, da propaganda e da promoção.

A conexão entre as organizações, relações públicas e interesse público apresenta múltiplas abordagens. Podemos citar as que colocam o interesse público *acima* do interesse organizacional (Gonçalves, 2007); que abordam a *identificação* entre interesses privados e públicos por meio da reforma e revisão de comportamentos organizacionais inadequados (Leite, 1971); que destacam a importância da *conformidade e do equilíbrio*, por meio de processos que objetivam guiar e influenciar, tanto quanto possível, a conduta organizacional ao interesse e bem estar públicos (Andrade, 1993); a promoção de *coerência* entre os interesses e metas da organização com as expectativas de uma organização (Lattimore, *et. al.*, 2012); e à atribuição das relações públicas como um exercício da responsabilidade pública das organizações, por meio da inclusão dos objetivos dos públicos nos objetivos organizacionais (Grunig, 2009). Não se desconsidera, é claro, as abordagens assimétricas e as abordagens críticas à atividade, que a desconectam do interesse público. De forma justificada, a abordagem crítica denuncia a atividade como uma atribuição de *roupagem* de interesse público ao interesse privado (Peruzzo, 1982); ou a intencionalidade unilateral das relações públicas, por meio da

qual a neutralidade e gerência de relacionamentos é inviabilizada porque o único objetivo de escuta e relações é antecipar e ajustar os ambientes para evitar problemas, em um contexto em que atuam para manter poder ou minimizar resistências (Edwards, 2012).

É a partir desse contexto da responsabilidade com o interesse público e com a mitigação e desenvolvimento dos efeitos das externalidades das organizações, que as relações públicas atuam para a responsabilidade corporativa. Para contribuir com a identificação das temáticas pelas quais as organizações assumem responsabilidade, transformam suas formas de atuação e se relacionam com a sociedade. Essa perspectiva está além de defender questões que estão na agenda pública, mas que possuem baixo ou nenhum compromisso interno que traduza o comprometimento, ou que ainda, desviam o olhar crítico de outras externalidades negativas não gerenciadas de uma organização.

Dentro do princípio da Governança Corporativa, a expectativa e o direcionamento normativo e regulatório para a geração de valor para as diversas partes interessadas, o meio ambiente e a sociedade como um todo, como descrito anteriormente, estão diretamente relacionados ao relacionamento com as diversas partes interessadas e afetadas por uma organização. Os campos aplicados do desenvolvimento da responsabilidade corporativa passam por processos de engajamento de stakeholders para definição de temas e expectativas mínimas de desenvolvimento. Isso envolve tanto a *sustentabilidade*, em seus aspectos de gestão de externalidades e fomento de valor ambiental, social e humano; quanto a *Integridade* e o *Compliance*, no direcionamento de comportamentos e na promoção da cultura organizacional que mitigue riscos de desvios de conduta regulatórios, concorrenciais, de suborno e corrupção, conflitos de interesse, assédios moral e sexual, racismo, discriminação e desrespeito aos direitos humanos.

Quem define os temas e questões a serem mitigadas ou desenvolvidas em uma organização? Os interesses não são necessariamente convergentes entre organizações e a sociedade e os possíveis conflitos de interesses são agravados pelas assimetrias e relações de poder simbólico e econômico. Nesse sentido, a identificação e seleção de questões de responsabilidade a

serem assumidas é um processo robusto de engajamento de stakeholders que resulta em tangibilização de temas materiais e riscos concretos aos quais as organizações precisam responder. No campo da sustentabilidade, o processo chama-se engajamento de stakeholders para a definição da matriz de materialidade, e no âmbito da integridade e do compliance, há o mapeamento de riscos legais, regulatórios e morais obtido a partir de levantamentos e escuta a diversas partes interessadas.

A matriz de materialidade para a sustentabilidade, por exemplo, é o resultado da escuta a todas as partes interessadas, direta e indiretamente de uma organização, para identificação de externalidades que esses públicos observam e que ela deveria ser responsável por mitigar. Neste processo, a pluralidade dos públicos que assegure a emergência dos processos contraditórios e de conflitos de interesses que permita a compreensão ampla sobre as preocupações e possíveis danos causados pela atividade organizacional nas dimensões social e humana, ambiental e de governança, é decisiva para a atribuição de objetivos e medidas organizacionais. O cruzamento destes tópicos com a perspectiva da organização resulta nos temas materiais, ou seja, nos temas sobre os quais ela vai reportar os indicadores de alcance de objetivos e implementará iniciativas e mecanismos incorporados ao seu modelo de atuação para desenvolvê-los e reportar periodicamente aos públicos por meio dos relatos de sustentabilidade. Dessa forma, uma organização por exemplo, do setor de indústria de bens de consumo, ao definir os temas-alvo de seu compromisso em responsabilidade corporativa, não poderia excluir de seus temas materiais os resíduos sólidos e o engajamento para reutilização e reciclagem junto à cadeia de valor, mesmo que tenha também o compromisso desejável com o tema material de promoção de diversidade.

No âmbito da Integridade e compliance, o mapeamento de riscos e a escuta contínua aos diversos atores da cadeia de valor de uma organização, buscam assegurar ambientes de escuta plural que garantam a segurança e a confiança dos públicos sobre os principais desvios de conduta e impactos a direitos individuais ou coletivos. Esse processo define o apetite ao risco de uma organização, em função da probabilidade e impacto dos desvios de

conduta, e delinea o programa de valores, princípios de conduta, políticas, processos e sistemas de gestão em toda a cadeia de valor para consolidar sua cultura de integridade. A qualidade da participação, escuta ativa, colaboração, não retaliação e confiança sobre esse compromisso organizacional, permitirá à organização a compreensão exata dos desvios de conduta e de seus desafios culturais para que possa atuar para proteger os direitos de todas as partes interessadas. A escolha organizacional, neste sentido, tem o papel de superar comportamentos como desalinhamento e complacência com desvios de conduta ou baixo esforço para promoção desses direitos.

Desta forma, a comunicação promove inicialmente o processo de inputs sociais que podem alimentar e retroalimentar as instâncias decisórias das organizações sobre sua reponsabilidade corporativa. E o resultado da gestão dessas iniciativas, o que é chamado de comportamento, identidade, prática ou realidade das organizações, é comunicada ao mercado, todas as partes interessadas e sociedade como um todo. A finalidade desse ciclo é a continuidade de processos participativos de revisão, pressão ou de licença social de operação, tendo em vista que as questões e demandas não apenas produtivas, mas públicas, estão continuamente em transformação.

Nesta linha, cabe um exemplo. A marca guaraná antártica, que tem como uma de suas principais causas de ativismo de marca a promoção de equidade no esporte feminino, principalmente o futebol, desenvolve campanhas ativistas de forma crítica, fomentando discussões sociais relevantes. Em uma das campanhas, inclusive ganhadora de prêmio em Cannes *Presa nos anos 80*, em 2021, a marca engajou jogadoras de futebol a usarem roupas e acessórios dos anos 80 para chamar a atenção de que o investimento que o futebol feminino recebe é igual ao que o futebol masculino recebia em 1980. A marca criou uma edição do produto colecionável, cuja renda seria toda revertida para investimento no projeto social Meninas em Campo. Quando observamos a matriz de materialidade da Ambev, grupo detentor da marca, observamos os 13 temas materiais de sustentabilidade definidos após escuta a diversos stakeholders. Em primeiro lugar está *Vendas, marketing e consumo responsável, Disposição de embalagens, reuso e reciclagem é*

o terceiro, e *Diversidade, equidade e inclusão* é o décimo. A organização reporta suas práticas no relatório de sustentabilidade de 2024 (resultados de 2023), destacando que a reciclagem e reuso das embalagens de guaraná antártica alcançaram a meta de 100% de produção de materiais reutilizados, muito a frente do indicador geral Ambev, de 40,3% de garrafas Pet. No tema diversidade, equidade e inclusão, apresenta o percentual de 27,32% de mulheres na companhia (em 2022 estava 24,3%) e o quadro de mulheres na liderança de 39,42% (em 2022 estava 36,5%), sinalizando avanço progressivo quantitativo, e informa promover iniciativas de igualdade de oportunidades e aprimoramento de ambiente de trabalho. No caso do primeiro tema material, relacionado à publicidade e consumo responsável, a Ambev cita os ODS e desenvolve projetos para conscientizar para o consumo de bebidas alcoólicas, não desenvolvendo iniciativas ou apresentando indicadores sobre o consumo consciente de produtos para não gerar riscos à saúde. Esses aspectos podem ser observados a partir de algumas perspectivas sobre comunicação e responsabilidade corporativa: a) No décimo tema material, de diversidade e equidade, a organização apresenta coerência entre o ativismo de marca em suas redes sociais e a prática ao divulgar os avanços progressivos para promoção de equidade; b) o terceiro tema mais relevante, de reuso, reciclagem e embalagens, mesmo apresentando cumprimento de meta de 100% das embalagens fruto de reuso de materiais, não foi abordado em suas redes sociais no período de três meses de análise. Sua exposição poderia ampliar o comprometimento de consumidores e da sociedade para o descarte consciente de resíduos, em um forte compromisso ambiental; c) por fim, o tema material de principal importância da companhia, de consumo responsável, não apresenta iniciativas ou engajamento social, exceto por apresentar em algumas de suas divulgações com influenciadores a versão sem açúcar (guaraná zero) e ter transformado com humor o jingle *adoro pizza com guaraná* para a versão *guaraná zero*⁷.

Considerações finais

Este texto, de perfil ensaístico a partir da apresentação do painel ativismo, consumo e organizações, procurou discutir algumas características de ativismo de marcas e de seu potencial para o fomento de mobilizações e discussões públicas sobre temas relevantes socialmente, em um contexto de cidadania midiática. A partir das reflexões críticas de práticas indevidas relacionadas ao *Pink Money*, *Woke-Washing* e *Greenwashing*, foi refletido o papel da comunicação para o desenvolvimento da reponsabilidade corporativa, que dentro do sistema da Governança Corporativa envolve a sustentabilidade, a Integridade e o Compliance, que têm a atribuição de mitigação das principais externalidades negativas das organizações para a sociedade.

As relações públicas, em sua distintividade relacionada à busca do interesse público no comportamento organizacional, foi refletida a partir dos processos de engajamento e promoção de participação para a definição de temas relevantes e materiais que as organizações precisam desenvolver para alcançar a reponsabilidade corporativa. Distanciando de condutas indevidas de relações públicas envolvidas em mobilizações ou desmobilizações como forma de proteção de imagem, impactando negativamente o desenvolvimento de causas, a coerência narrativa e prática das organizações foi exemplificado em sua busca de legitimidade entre a responsabilidade corporativa, o ativismo de marcas e a comunicação de interesse público das organizações.

Em um contexto social de aperfeiçoamento de mecanismos de gestão e transparência organizacional, podemos refletir a norma europeia *Diretiva 2024/825* para o Pacto Ecológico Europeu, que objetiva fortalecer a transparência junto a consumidores, por meio da qual organizações não podem citar expressões como *ecológico*, *verde*, *ambientalmente correto* e alegações de compensação de emissão de carbono como *carbono neutro* sem certificação de autoridades públicas. Essa diretriz europeia, como berço de tendências de protocolos sustentáveis, deve influenciar rapidamente iniciativas em outros países. No caso do Brasil, fomos o primeiro país a adotar, em dezembro de 2023, as novas normas internacionais de sustentabilidade emitidas pelo

International Sustainability Standards Board (ISSB), o *International Financial Reporting Standards – IFRS S1 e S2*, com indicadores quantitativos e monetários sobre sustentabilidade padronizados e comparáveis, publicados no mesmo dia das demonstrações de resultado financeiro. As normas serão obrigatórias a organizações de capital aberto a partir de janeiro de 2026 e no contexto das mudanças climáticas, objeto da norma S2, serão decisivas para a redução do *greenwashing* ou promoção de transparência com clareza que permitirá que os consumidores se tornem ativistas contra organizações.

Referências

- ANDRADE, C. T. S. *Para entender Relações Públicas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- ARRUDA, M. C. C. A.; WHITAKER, M. C.; RAMOS, J. M. R. *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BENDER, J. *The ins and outs of corporate greenwashing*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Fordham University, New York, 2011.
- BERNAYS, E. L. *Crystallizing public opinion*. 3. ed. New York: Liveright Publishing Corporation, 1961.
- BROWNE, K.; LIM, J. Geographies of sexualities: theory, practices and politics. *Qualitative Market Research*, v. 8, n. 8, 2010.
- COPELAND, L.; BOULIANNE, S. Political consumerism: a meta-analysis. *International Political Science Review*, 2020.
- DE MOOR, J. Lifestyle politics and the concept of political participation. *Acta Politica*, v. 52, n. 2, p. 179–187, 2017.
- DELMAS, M.; BURBANO, V. C. The drivers of greenwashing. *California Management Review*, v. 54, n. 1, out. 2011.
- DU, S.; BHATTACHARYA, C. B.; SEN, S. Maximizing business returns to corporate social responsibility (CSR): the role of CSR communication. *International Journal of Management Reviews*, v. 12, n. 1, p. 8–19, 2010.
- DUGGAN, L. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: FREEMAN, E.; JOHNSON, D. (org.). *Materializing democracy*. Durham: Duke University Press, 2002.
- EDWARDS, L. Defining the “object” of Public Relations research: a new starting point. *Public Relations Inquiry*, Thousand Oaks, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2012.
- FEBRABAN. Função de compliance. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/7rof7sw-g6qmyvwjcfwf7i0asdf9jyv/sitefebraban/funcoescompliance.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FERNANDES, D. Politics at the mall: the moral foundations of boycotts. *Journal of Public Policy & Marketing*, v. 39, n. 4, p. 494–513, 2020.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. Tradução: Cecília Arruda. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FREEMAN, R. E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.

FREEMAN, R. E. The politics of stakeholder theory: some future directions. *Business Ethics Quarterly*, v. 4, p. 409-421, 1994.

FRIEDMAN, M. A Friedman doctrine: the social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times*, New York, 13 set. 1970.

GARCIA-MARZÁ, D. *Ética empresarial: do diálogo à confiança*. Tradução: Jovino Pizzi. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007.

GONÇALVES, G. Ética das relações públicas: a falta de responsabilidade social nos códigos éticos de relações públicas. In: CONGRESSO DA INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR MEDIA AND COMMUNICATION RESEARCH (IAMCR), 9., 2007, Paris. Anais [...]. Paris, 24 jul. 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/goncalves-gisela-etica-das-relacoes-publicas.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GRUNIG, J. Relações públicas nos processos de gestão estratégica. In: GRUNIG, J.; FRANÇA, F.; FERRARI, M. A. *Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009.

HANHARDT, C. *Safe space: gay neighborhood history and the politics of violence*. Durham: Duke University Press, 2013.

HOLT, D. B. Why do brands cause trouble? A dialectical theory of consumer culture and branding. *Journal of Consumer Research*, v. 29, n. 1, p. 70-90, 2002.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, Amsterdam, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

- KHAN, R.; MISRA, K.; SINGH, V. Ideology and brand consumption. *Psychological Science*, v. 24, n. 3, p. 326–333, 2013.
- KIM, J. C.; PARK, B.; DUBOIS, D. How consumers' political ideology and status-maintenance goals interact to shape their desire for luxury goods. *Journal of Marketing*, v. 82, n. 6, p. 132–149, 2018.
- LATTIMORE, D. et al. *Relações públicas: profissão e prática*. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Revisão técnica: Luiz Alberto de Farias; Vânia Penafieri. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. Tradução: Sandra Valenzuela. Revisão técnica: Paulo Freire Vieira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEITE, R. P. *Relações públicas*. São Paulo: J. Bushatsky, 1971.
- MACHADO, M. *Consumo e politização: discursos publicitários e novos engajamentos juvenis*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011.
- ORDABAYEVA, N.; FERNANDES, D. Better or different? How political ideology shapes preferences for differentiation in the social hierarchy. *Journal of Consumer Research*, v. 45, n. 2, ago. 2018.
- PEATTIE, K.; CRANE, A. Green marketing: legend, myth, farce or prophecy? *Qualitative Market Research*, [s. l.], [s. n.], [s. d.].
- PERUZZO, C. K. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- POSTINGUEL, D. *Masculinidades plurais, ativismos de marcas e ativismos de consumidores-fãs-fiscais*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2019.
- QUESSADA, D. *O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas: como a globalização impõe produtos, sonhos e ilusões*. São Paulo: Futura, 2003.
- ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SARKAR, C.; KOTLER, P. *Brand activism: from purpose to action*. New York: Idea Bite Press, 2018.

SILVA, D. R. *O astroturfing como um processo comunicativo: a manifestação de um público simulado, a mobilização de públicos e as lógicas de influência na opinião pública*. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SOBANDE, F. Woke-washing: “intersectional” femvertising and branding “woke” bravery. *European Journal of Marketing*, [s. l.], [s. n.], 2019.

THIRY-CHERQUES, H. R. *Ética para executivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

UNITED NATIONS. *Our common future: report of the World Commission on Environment and Development*. 1987. Disponível em: <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CAPÍTULO 8

Da privatização à politização: infância, vivências digitais e direitos

RENATA TOMAZ

O fenômeno midiático da presença das crianças na esfera pública da internet tem recebido uma atenção crescente no debate público, de modo geral, e na academia, de modo específico (Nawaila, Kanbul, Ozdamli, 2018). O acesso às tecnologias digitais pelas novas gerações, seguido de seu uso, alimenta um imaginário das infâncias contemporâneas que compreende diferentes percepções sobre os primeiros anos de vida (Livingstone, 2011; Marôpo, Sampaio, Miranda, 2018; Tomaz, 2019). Emergem, nesse contexto, as imagens de crianças sabidas, falantes, operosas das mídias, famosas, ricas, empoderadas.

Contudo, juntamente com essa sensação de empoderamento, ganha força a sensação de vulnerabilidade. Se, por um lado, se multiplicam as histórias de crianças que mobilizam redes com milhões de seguidores, por outro, aumentam as narrativas sobre superexposição e exploração comercial. Se, por um lado, o conteúdo com crianças atinge bilhões de visualização nas plataformas, por outro, o direito à privacidade se mostra em risco. Dito de outra forma, o aumento da participação das crianças em processos comu-

nicacionais contemporâneos inclui o surgimento de violações. Essas problemáticas, por sua vez, impulsionam o envolvimento da sociedade civil na defesa dos direitos da infância.

Este ensaio reúne algumas das reflexões feitas durante a mesa *Comunicação, Consumos e Ativismos*, realizada durante o XVII Congresso da Abrapcorp, na Uerj, em 2023¹. Na ocasião, busquei mostrar em que aspectos, no âmbito das pesquisas que realizo, a relação entre infância e mídias digitais pode ser atravessada pela atuação da sociedade civil. Pergunto como as contradições acima mencionadas, que emergem dessa relação entre oportunidades e riscos (Stoilova, Livingstone, Khazbak, 2021), se tornam condições de possibilidade para o surgimento de ações que não só denunciam possíveis violações, mas também fomentam imaginários de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos no ambiente digital (Tomaz, Barsi, 2023).

Argumento que, como em outros momentos históricos, a exposição de experiências abusivas vivenciadas por crianças e adolescentes, em contextos artísticos e midiáticos, pode alimentar não só o debate público sobre as condições de bem-estar dos mais jovens, como também demandar políticas de proteção. Ou seja, ainda que as discussões girem em torno de situações específicas, por exemplo as horas trabalhadas de uma dada criança na produção de vídeos de YouTube, é possível um transbordamento dessa discussão para uma mais ampla sobre a relação da infância com a liberdade de expressão e com o direito a não trabalhar. Com isso, objetivo identificar modos pelos quais é possível politizar aspectos das infâncias contemporâneas, notadamente aquelas gestadas no digital.

Para fazer essa reflexão, o ensaio está dividido em duas partes. Na primeira, retomo episódios que permitem identificar historicamente intervenções da sociedade civil em situações de caráter privado a fim de promover o bem-estar de crianças e adolescentes, inseridas em contextos artísticos e midiáticos. Na segunda, a partir de casos contemporâneos, identifico alguns aspectos passíveis de serem politizados, no âmbito das dinâmicas de crianças e adolescentes na internet.

Do privado ao público: problematizando as experiências das crian

De acordo com Ariès (1981; 1986), ao formular uma infância moderna, transferindo as crianças do ambiente produtivo do trabalho para o ambiente afetivo do lar e educativo da escola, as sociedades também as retiraram do espaço público. Essa ausência, para o historiador francês, significou uma invisibilidade social da criança, o que repercute diretamente na sua participação na vida política. Alinhado com essa percepção, Qvortrup (2014) argumenta que a *sentimentalização* da infância a que Ariès se refere (1981; 1986) trouxe benefícios, sobretudo para o bem-estar e segurança das crianças, resguardadas em seus lares. Mas produziu outro fenômeno que ele chama de *familiarização*, segundo o qual a criação, o cuidado e o sustento das crianças são deveres exclusivos dos pais, o que, para ele, se configura em uma privatização da infância. O desdobramento mais problemático desse cenário seria a desresponsabilização do Estado, de instituições corporativas e de famílias sem filhos, ou seja, da sociedade em seu sentido mais amplo, no compromisso de oferecer um espaço público adequado para as crianças, onde questões insolúveis no espaço doméstico, poderiam reverberar em favor dos mais novos.

É com base nessa demanda que observo episódios em que a exposição de crianças, particularmente aquelas que produziram algum tipo de fama, foram socialmente problematizadas, no âmbito da sociedade civil e de governos. Procuo ilustrar como essas discussões se deslocaram de uma esfera privada para uma esfera pública, ou seja, como a inserção de atores sociais diversos nessas discussões politizou questões comumente restritas ao espaço doméstico. A partir do trabalho criterioso de Jane O'Connor (2008; 2009; 2017) sobre a *child star*, reflito sobre como o debate a respeito da fama na infância avançou para uma reflexão sobre que direitos deveriam ser assegurados às crianças para sua inserção na vida pública. Intenciono identificar que garantias as sociedades em que tais episódios ocorreram buscaram oferecer para que crianças e adolescentes pudessem exercer suas atividades e, nesses casos, gozar de fama, livres dos abusos então identificados.

Ao longo do tempo, as sociedades encontraram modos distintos de conferir fama. A prática de outorgar distinção a alguém em relação a seus pares tem sofrido sensíveis transformações em seu estatuto, produzindo diferentes formas de reconhecimento e, nesse sentido, indicando diferentes tipos subjetivos. Os fatores que definem quão famoso ou famosa se é, conforme são alterados, privilegiam determinadas figuras em detrimento de outras. De modo que, dependendo do contexto, uns têm mais chances de obterem fama do que outros. Em um dos capítulos de seu livro *The image*, Boorstin (1987) investiga o que chamou de passagem *do herói à celebridade*. O crítico da história dos Estados Unidos afirma que a fama, atribuída a grandes homens, por seus grandes feitos, passa a ser endereçada a grandes nomes, por serem conhecidos. Ele credits essa mudança a uma produção sem precedente de imagens. Assim, os detentores dos meios de produção de imagem e de notícia usufruem das condições de tornar alguém muito conhecido e, portanto, atribuir-lhe notabilidade. A fama, que (para ele) era resultado de uma ação individual, torna-se uma produção midiática. Diferentemente do herói, portanto, a celebridade recebe fama não pelos seus feitos, mas por ser feita *conhecida, muito conhecida*.

Não é difícil identificarmos os inúmeros indivíduos que tiveram imagens e notícias a seu respeito circulando pelos mais diferentes setores da sociedade e obtendo, dessa forma, reconhecimento, incluindo as crianças. O'Connor (2017) afirma que, desde a Grécia Antiga, é possível encontrar relatos de crianças artistas, que se apresentavam em palcos. Mas, segundo suas pesquisas evidenciaram, é somente nos séculos XVIII e XIX que emergem as celebridades infantis, entendidas pela educadora inglesa como aquelas "idolatradas por sua singularidade e talento" (O'Connor, 2017, p. 7, tradução minha), tais como os prodígios musicais Mozart, Mendelssohn e Bethoven. Ela afirma que, a partir daí, "o apetite do público por crianças prodígios foi claramente estabelecido" (O'Connor, 2017, p. 7, tradução minha), contribuindo para que seus nomes fossem cada vez mais promovidos em diferentes veículos.

Dos palcos musicais para os palcos teatrais, a celebridade das crianças ganhava contornos inimagináveis, produzindo ídolos como Master William Henry West Betty. Com uma breve carreira entre os anos de 1803 e 1806, ele foi considerado o “primeiro ator infantil a realmente causar impressão na cena teatral em Londres e nas províncias, e sobre quem se diz ter engendrado ‘histeria em massa’ entre suas audiências [...] A ‘Betty mania’ alimentou bastante a imprensa da época” (O’Connor, 2008, p. 41, tradução minha, grifos do original). As condições de trabalho às quais as crianças eram submetidas, no entanto, resultaram em narrativas, sobretudo vindas da imprensa, sobre a dimensão negativa de ser uma estrela enquanto se é criança. A dura rotina a que eram expostas enquanto seus pais e agentes enriqueciam levou à criação, na Inglaterra, do *Children’s Dangerous Performances Act*, de 1879, juntamente com outras iniciativas que reconheciam o direito da criança à proteção, instituindo a presença compulsória dos menores de 10 anos na escola. A ação coincide com a emergência de uma concepção moderna de infância, segundo a qual os primeiros anos de vida serão destinados aos cuidados das crianças a fim de que possam ser o mais bem preparadas para os anos de vida adulta.

No século XX, chamado de *o século da criança* pela feminista sueca Ellen Key (1909), os mais jovens alcançaram a categoria de estrelas. Foram as telas do cinema, e não os palcos do teatro, as responsáveis pelo que a imprensa anglo-saxônica batizou de *child star* (O’Connor, 2008; 2009; 2017; Lealand, 2015). Shirley Temple, a menina de cachinhos dourados que atuava cantando e dançando em grandes produções de Hollywood, teve como ápice de sua carreira os anos que seguiram à Grande Depressão, carregando as representações de uma infância mágica, capaz de levar esperança em tempos de muita angústia para a sociedade estadunidense. Ela correspondia à crença de uma infância pura e inocente à prova das agruras do mundo adulto. Se Shirley Temple foi a maior estrela mirim da idade de ouro do cinema, Jackie Coogan foi a primeira. Ele ficou mundialmente famoso ao protagonizar o filme *O garoto* (1921) ao lado de Charlie Chaplin. Além de suas elogiadas performances, as audiências acompanhavam pela imprensa sua vida de luxo, tributária da riqueza acumulada ainda

em seus primeiros anos de vida. Sua fama, contudo, decaiu proporcionalmente ao aumento de sua idade e, aos 21 anos, quando decidiu acessar um fundo onde supostamente estava sua fortuna, a antiga estrela infantil encontrou apenas 1 mil dólares, razão pela qual processou sua mãe e seu padrasto (também agente). A exploração sofrida por Coogan e comprovadamente por outras crianças levou os Estados Unidos a formular o que ficou conhecido como Lei *Coogan*, de 1939, que vigora até hoje e visa proteger as crianças artistas da ganância de seus pais e responsáveis.

Ao apresentar uma breve história da infância e da celebridade na Inglaterra e nos Estados Unidos, O'Connor (2017) vê na emergência da televisão, depois das duas grandes guerras, o cenário para o surgimento de novas representações da infância, nos anos 1950 e 1960. Os *sitcoms* americanos passaram a privilegiar não mais uma criança mítica, por meio de quem tudo é possível, mas aquela que mais se aproxima das realidades sociais das audiências. Crianças espertas, falantes, que vão para a escola e enfrentam problemas familiares ganham espaço nas séries de TV. Ao longo dos anos 1970, contudo, muitas dessas crianças, já crescidas, vão ser retratadas pela mídia em seus infortúnios provocados pelo uso abusivo de álcool, drogas e medicamentos. As narrativas midiáticas das tragédias pessoais daqueles que iniciaram na infância suas carreiras artísticas vão acompanhar diferentes gerações de celebridades, exemplificadas, nos anos 1980 e início dos anos 1990, por nomes como Drew Barrymore, a pequena Gertie de *E.T.* (1982), e Macaulay Culkin, o astro de *Esqueceram de mim* (1990). Mergulhados em conflitos intermináveis com seus pais e em grandes batalhas contra o uso de drogas, figuraram inúmeras vezes na mídia como jovens desajustados, condição da qual sua fama nunca era desvinculada. A transição da infância para a vida adulta de quem alcançou a celebridade antes da puberdade continuava a ser retratada pela imprensa de modo preocupante.

Ainda de acordo com O'Connor, os anos 1990 e 2000 vão assistir ao surgimento de uma nova representação da infância célebre, que ela chamou de crianças-adultas (O'Connor, 2008). Retratadas como talentosas, responsáveis e emocionalmente equilibradas, elas indicariam uma “transição bem-sucedida

da estrela infantil para o adulto ‘intacto’” (O’Connor, 2017, p. 11, tradução minha, grifo do original). Haley Joel Osment, Dakota Fanning e Daniel Radcliffe² seriam exemplos dessa tendência. Fariam, por outro lado, um contraponto à imagem de ex-estrelas mirins representadas nas mais diferentes mídias, ao longo dos anos 2010, por nomes como os de Miley Cyrus, Britney Spears e Lindsay Lohan³. Para O’Connor (2017), o espanto e a comoção que seus dramas produziram podem estar refletindo “as expectativas não declaradas de que aqueles que alcançaram o auge da celebridade quando crianças são obrigados a gastar o resto da vida incorporando virtudes idealizadas da infância tais como inocência, pureza e doçura” (O’Connor, 2017, p. 11, tradução minha). Tal afirmação nos ajuda a compreender a impossibilidade de pensar as mudanças na concepção de celebridade das crianças sem considerar a própria noção de infância. Ou seja, o modo como as crianças famosas têm sido representadas pela mídia dialoga diretamente com as percepções circulantes do que é a infância e do que é ser criança.

Esses processos, ao longo de 200 anos, tornaram públicas para as sociedades questões de ordem privada, como o relacionamento dessas crianças e adolescentes com seus pais e a opressão de profissionais que deveriam cuidar-lhes, ou ainda infortúnios pessoais de toda ordem. Conforme visto acima, o escândalo produzido pelas notícias de exploração e abuso sofridos, entre quatro paredes, por meninos e meninas do teatro e do cinema, mobilizaram as sociedades em que estavam inseridos para elaborar modos de protegê-los. A criação do *Children’s Dangerous Performances Act*, na Inglaterra do século XIX, e da Lei *Coogan*, nos Estados Unidos do século XX, revelam que tal exposição impulsionou a elaboração de dispositivos de proteção da infância. A conquista penosa desses direitos é tributária, nesse sentido, não apenas de uma compreensão específica de infância, mas também dos aparatos de visibilidade a que foram submetidos. Se, por um lado, a disseminação dessas notícias contribuía para a formação de um imaginário negativo da fama na infância; por outro, tornou públicos os sofrimentos vivenciados pelas celebridades mirins, muitas vezes advindos do próprio ambiente doméstico. Mais do que isso, mostrou que um tipo de

problema que costumava (ou poderia) ser pensado como pessoal, familiar, passaria a ser tratado na perspectiva da responsabilidade social. O pessoal se tornou político (Hanisch, 2006), quando as sociedades reconheceram a individualidade da criança e, nesse sentido, sua condição de sujeito de direitos (Castro, 2013; Ferreira, Sarmiento, 2008; James, 2007). Direitos a serem garantidos não só por suas famílias nucleares, mas também pelos demais atores do contexto em que ela estivesse inserida.

Com isso, não intenciono defender a exposição de crianças como um mecanismo automático de despertamento da sociedade civil para a produção de garantias. E sim que esses casos revelam como é necessário um olhar de diferentes atores sociais, e não apenas doméstico, sobre as dinâmicas que envolvem os mais jovens. Ao politizar o que costumava ser tratado no âmbito privado, a sociedade conseguiu refletir e intervir na condição e no bem-estar de crianças e adolescentes de modo mais amplo, e não apenas sobre aquelas cujos cotidianos foram expostos. Embora a *familialização* das crianças – e consequente privatização da infância – tenha produzido segurança para elas, por um lado, também restringiu, por outro, a responsabilidade do cuidado delas a esse núcleo. Nesse sentido, a problematização, pela sociedade civil, desses dramas pessoais levou a uma discussão sobre direitos que deveriam estar assegurados às novas gerações, indo do particular para o coletivo e promovendo, dessa forma, a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos, e sujeitos de direitos.

O propósito deste tópico foi apresentar o argumento de que a visibilidade das crianças, materializada na fama, levou para o espaço público assuntos comumente privados, publicizando sua vida pessoal e, nesse sentido, expondo necessidades e demandas invisibilizadas pela privatização da infância. Considerando que tal dinâmica não se impõe sem grandes disputas e tensões, chamo atenção para a centralidade da mídia nesse processo. Olhando para o ambiente digital, onde cresce a presença e a consequente visibilidade de crianças e adolescentes, tomo este como um espaço, dentre outros possíveis, de experiências dos primeiros anos de vida, observáveis pela sociedade. Esse processo de observação, por sua vez, permite não só o conhecimento de vi-

vivências das novas gerações pelas mais velhas, como também a reflexão sobre as devidas condições e os termos em que essas vivências são experimentadas.

Das vivências às demandas: politizando as experiências digitais de crianças e adolescentes

Como forma de contextualização do fenômeno midiático de crianças ocupando espaços na internet, chamo atenção para três aspectos. O primeiro deles é o aumento e o alcance das conexões de crianças e adolescentes com outros usuários. Segundo a pesquisa TIC Kids Online Brasil (CGI.BR, 2024), 95% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos acessaram a internet ao menos uma vez em 2023. A pesquisa também mostrou que 99% dos adolescentes entre 15 e 17 anos têm perfil em alguma plataforma de mídia social. O número também é alto nas faixas etárias de 13 a 14 anos (93%), 11 a 12 (82%) e 9 a 10 (68%). Do total de entrevistados, 78% afirmaram ter perfil no WhatsApp e 88% que utilizar o YouTube, principalmente as faixas entre 9 e 12 anos.

Ainda de acordo com a pesquisa, as crianças e os adolescentes acessaram a internet para fazerem pesquisa escolar (82%), em busca de assuntos de seu interesse (66%), para lerem ou assistirem a notícias (60%). Os respondentes do estudo admitiram que também acessaram conteúdo de divulgação de marcas e produtos: 59% da faixa etária de 11 a 17 anos assistiram a vídeos de pessoas ensinando a usar algum produto, “abrindo embalagens de produtos ou marcas (59%) e mostrando produtos que ganharam (56%). Além disso, 49% dos entrevistados viram vídeos de pessoas fazendo desafios ou brincadeiras com algum produto, e 46%, de pessoas indo a lojas para mostrar um produto” (CGI.BR, 2024, p. 28).

Todas essas atividades e usos ampliam em forma geométrica o número de contatos dessa parcela da população com uma multiplicidade de usuários e, nesse sentido, de interlocuções com diferentes atores. As crianças não só estão vendo muitas coisas ou fazendo muitas coisas na internet, elas estão ouvindo muitas pessoas e falando para muitas pessoas e para muitos atores

sociais que não são necessariamente seus pares – outras crianças ou adolescentes – mas são empresas, marcas, movimentos, grupos de afinidade.

Um segundo aspecto a ser considerado para essa contextualização é que essa ocupação do espaço digital pelas novas gerações gera contradições na medida em que permite tanto o exercício de direitos delas quanto favorece violações. Ao mesmo tempo em que gozam do direito à informação e à comunicação, por exemplo, podem sofrer a violação do direito à privacidade, assegurado pela Convenção da ONU dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (BRASIL, 1990a) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990b).

Em análise anterior de estudos brasileiros em comunicação sobre a presença de crianças e adolescentes na internet, buscamos entender como a lógica da cultura do consumo impacta o exercício de direitos por crianças e adolescentes usuárias de plataformas digitais (Tomaz, Guedes, Martins, 2023). Foram identificados, ao menos, duas dessas contradições. Em primeiro lugar, identificamos que a transformação da produção cultural por crianças em mercadoria cria brechas para o trabalho infantil. Da espontaneidade para a responsabilidade de produzir conteúdo, muitas crianças tornam brincadeira em ofício. Em segundo lugar, percebemos marcas inserindo produtos nas narrativas cotidianas das crianças usuárias para endereçar aos seus pares a promoção e a divulgação de produtos, marcas e serviços, violando o direito delas a não serem alvos de comunicação mercadológica. Logo, o exercício de um direito pode favorecer, simultaneamente, a violação de um outro.

O terceiro aspecto para contextualizar tais dinâmicas é que, uma vez que a sociedade civil as compreende como contradições da presença digital de crianças e adolescentes, elas se tornam objeto de crítica aos modos pelos quais as experiências das novas gerações estão sendo construídas enquanto elas acessam as mídias digitais e produzem existência social nos ambientes conectados. Em diferentes países e contextos, as sociedades contemporâneas são mobilizadas a discutir e elaborar formas de enquadrar essas problemáticas, tornando o que seria o problema de uma família em um problema social, logo, político. Nesse sentido, vão surgir debates na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil a respeito dessa presença e dos conflitos

que dela emergem. Discussões essas que vão tornar as vivências digitais dos mais jovens em material de pleito, ou seja, em demandas e urgências sobre as experiências de crianças e adolescentes. Assim, quando a sociedade civil – em suas múltiplas dinâmicas – consegue tornar o que seria um pleito familiar em uma demanda geracional, ela não só problematiza, como politiza aspectos da vida, tornando-os responsabilidade de mais outros.

Feitos esses três apontamentos, retomo dois casos que considero emblemáticos no que tange a essa reflexão. Um nos Estados Unidos e outro no Brasil. O primeiro começa em 2017, nos Estados Unidos⁴, quando mais de 20 organizações civis fizeram uma denúncia junto a Federal Trade Commission (FTC), acusando o YouTube de coletar dados de crianças ilegalmente para fazer publicidade baseada em perfilamento. A prática desrespeitava a COPPA, lei de 1998 que exige o consentimento para coleta de dados de menores de 13 anos. Dados como os de geolocalização, marca de celular utilizado para acesso, tempo de tela e tema dos conteúdos procurados eram transformados em informações utilizadas para construção de abordagens personalizadas, o que tornava a interpelação comercial muito mais eficaz. As crianças, nesse caso, eram bombardeadas com publicidade específica, as quais, de alguma forma, dialogavam com os interesses e as buscas traduzidas pelos dados ilegalmente coletados. Isso foi entendido como uma publicidade feita de modo assimétrico, considerando que nem as crianças nem suas famílias tinham o conhecimento do que a plataforma sabia a respeito delas.

Ao longo de um processo de dois anos, essas entidades conseguiram reunir evidências da irregularidade e envolveram um órgão governamental capaz de fazer frente ao poderio econômico e tecnológico da plataforma de vídeos. O YouTube, então, foi processado, e sua culpa ficou comprovada, sendo sentenciado a uma multa de 170 milhões de dólares e a firmar uma série de compromissos em relação à produção e ao consumo de conteúdo infantil, que passaram a vigorar em 2019, entre os quais destaco o fim dos comentários e da monetização por dados desse tipo de conteúdo.

Paralelamente, no Brasil, aconteceu um processo com algumas semelhanças. Também em 2017, o Instituto Alana, uma organização civil voltada

para a promoção dos interesses das crianças, acionou o Ministério Público de São Paulo para denunciar ação publicitária da Mattel por meio de um canal infantil do YouTube⁵. A maior fabricante de brinquedos do mundo contratou o canal de uma menina de 12 anos na época para promover a linha de bonecas Monster High, através de uma campanha composta por quatro vídeos sobre como ser uma criança *youtuber* bem-sucedida. Também fazia parte da ação uma série de desafios a serem cumpridos e avaliados para fins de premiação em um evento de culminância que aconteceu na sede da Mattel em São Paulo, onde as meninas foram recebidas para ganharem brinquedos, produtos licenciados e um certificado assinado pela própria *youtuber*.

A denúncia do Alana acusava a empresa de usar um conteúdo lúdico e de entretenimento para fazer uma comunicação mercadológica sem que isso fosse explicitado, violando tanto a Resolução 163 do Conanda (2014) quanto o Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990c). A Resolução qualifica como abusiva toda comunicação mercadológica voltada para crianças, e o Código condena a publicidade que não se apresenta como tal e prevê a proibição de toda aquela que for considerada abusiva. A Mattel foi condenada em duas instâncias, sob o argumento de uma comunicação abusiva, a pagar uma multa de 200 mil reais. A Google, proprietária do YouTube, embora tenha sido incluída no processo inicialmente, fez um acordo e foi retirada da ação antes da sentença.

Para além de os dois episódios acontecerem em contextos diferentes e terem repercussões diferentes, chamaram atenção duas semelhanças. Ambas as ações foram movidas por entidades da organização civil envolvidas nas discussões e debates sobre a promoção dos direitos das crianças, notadamente aqueles ligados à comunicação digital. Em segundo lugar, ambos processos se basearam no argumento da abusividade que, por sua vez, foi entendida como falta de transparência – seja por coletar dados sem que seus titulares soubessem, no caso do episódio estadunidense, seja por não sinalizar o conteúdo comercial, no caso brasileiro. Nas duas situações, portanto, a problematização foi construída sobre a ideia de falta de transparência, quanto à coleta e quanto à natureza comercial da comunicação, respectivamente. A abusividade, caracterizada por essa falta de transparência, não foi tratada

como algo da conta dos responsáveis pelas crianças a quem tal comunicação foi dirigida. Ao contrário, foi identificada e questionada por organizações da sociedade civil que representam não só, mas também, tais famílias.

A transparência importa na medida em que saber com quem se fala importa. A origem e a intenção dos nossos interlocutores impactam diretamente o tipo de resposta a ser dada quando somos interpelados. A depender desse interesse, daremos menor ou maior importância ao que nos é demandado. Dar um like ou responder um conteúdo nas mídias sociais porque isso vai ampliar o alcance de uma causa social, por exemplo, é diferente de dar um like e repostar um conteúdo que vai aumentar o cachê de um influenciador ou a possibilidade de vendas de um dado produto. Faz toda diferença saber que o contato iniciado por alguém, uma marca ou uma organização foi realizado mediante pagamento ou não, compulsória ou espontaneamente. Nesse sentido, importa saber quem está conversando com as crianças e em que termos acontece essa conversa, do que trata, quanto tempo demanda.

E esse é um problema de quem? Das famílias das crianças conectadas às plataformas digitais? Ou da sociedade de modo amplo? De acordo com o artigo 227 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988, s/p), trata-se de uma responsabilidade que transborda do ambiente familiar e doméstico:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os episódios históricos apresentados no primeiro tópico deste ensaio e os casos retomados neste segundo indicam que – a despeito de as crianças estarem inseridas em contextos familiares nucleares que acabam por concentrar a responsabilidade por seu bem-estar na figura de seus responsáveis legais, comumente pais e mães – há meios de ampliar essa responsabilização. A mobilização de organizações civis, seguida do acionamento do poder público,

fez frente ao poder econômico e tecnológico das empresas envolvidas nos casos citados. O que seria um pleito familiar ganhou caráter social e político.

Assim, as vivências de crianças e adolescentes no ambiente online podem ser politizadas, na medida em que revelam situações abusivas que violam direitos já assegurados ou demonstram a necessidade de garantias a serem formuladas. Dar esse passo exige processos de politização, os quais, por sua vez, demandam o envolvimento de atores sociais que estão para além do ambiente doméstico dos mais jovens. Essa politização, como os casos citados exemplificaram, valeu-se de um princípio norteador, a transparência. Ou seja, o assunto, de caráter privado, tornou-se político na medida em que a sociedade civil entendeu que eram necessárias medidas (políticas) que tornassem explícitos os interlocutores das crianças, tornado transparentes os termos da comunicação.

Considerações finais

Quem está conversando com as crianças conectadas a plataformas digitais como o YouTube e o TikTok? Esse é um problema da família apenas? A história mostra que a participação da sociedade civil em episódios que envolveram a visibilidade de crianças e adolescentes em contextos artísticos e midiáticos ampliou o escopo de responsabilidade sobre o bem-estar das novas gerações. O deslocamento de problemáticas relacionadas ao exercício da liberdade de expressão dos mais jovens do âmbito privado para o público não só problematizou a visibilidade na infância, mas politizou o que costumava ser considerado assunto pessoal.

Em seu trabalho minucioso, O'Connor (2008; 2009; 2017) mostrou que, ao mesmo tempo em que as representações de crianças famosas estavam produzindo uma percepção de nocividade da fama na infância, também estavam levando para o espaço público as problemáticas do cotidiano infantil. Essas imagens evidenciavam urgências que, por sua vez, alimentavam a compreensão da existência de um sujeito infantil de direitos. Obviamente, isso não significa que as violações têm um papel social ou que a sociedade

depende delas para garantir os direitos de crianças e adolescentes, e sim que, uma vez identificadas, precisam ser pensadas não apenas no âmbito pessoal, individual ou familiar, mas como possíveis demandas geracionais.

Para Ariès (1981; 1986) e Qvortrup (2014), o que chamam de *familialização* ou privatização da infância tornou a família nuclear, ao longo da modernidade, a principal responsável pelo desenvolvimento e bem-estar das crianças, gerando uma desresponsabilização entre os demais atores sociais. Os processos comunicacionais, contudo, permitem a circulação de imagens do cotidiano infantil, tornando visíveis essas vivências, de modo que aqueles fora desse convívio têm a oportunidade de problematizar diferentes aspectos desse cotidiano.

Retomei dois casos que envolveram o consumo de conteúdo digital por crianças no YouTube e suscitaram a participação da sociedade civil e de governos no enfrentamento do que foi considerado, por esses entes, comunicação abusiva. A condenação da plataforma pela FTC, nos Estados Unidos, e a condenação da Mattel, pelo MPSP, no Brasil, resultaram de ações da sociedade civil organizada. Ao identificarem falta de transparência quanto aos interlocutores envolvidos nas referidas mensagens endereçadas às crianças, as organizações não só se responsabilizaram pela denúncia, mas atuaram alimentando o importante imaginário das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Assim, o argumento dessa reflexão se baseou na ideia de que o fenômeno midiático de crianças e adolescentes na internet é também um campo de politização de urgências geracionais incapazes de serem solucionadas se restritas à responsabilização do espaço doméstico.

Referências

ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, [1960] 1981.

ARIÈS, Phillippe. La infancia. *Revista Educación*, v. 281, p. 5–17, 1986.

BOORSTIN, Daniel. *The image: a guide to pseudo-events in America*. New York: Vintage, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/czskwllw>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas. Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990a. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3raklnx>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6az8qw4>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990c. Disponível em: <https://tinyurl.com/y33j8zsy>. Acesso em: 18 set. 2021.

CASTRO, Lucia Rabello de (org.). *O futuro da infância*. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras, 2013.

CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2023*. São Paulo: CGI.br, 2024.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/y43uyt76>. Acesso em: 29 out. 2024.

FERREIRA, Manuela; SARMENTO, Manuel Jacinto. Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz. *Reveduc*, v. 2, n. 2, p. 60–91, 2008.

HANISCH, Carol. The personal is political. 2006. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonalisPol.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2015.

JAMES, Allison. Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials. *American Anthropologist*, v. 109, n. 2, p. 261–272, 2007.

KEY, Ellen. *The century of the child*. New York: The Knickerbocker Press, 1909.

LEALAND, Geoff. Shirley Temple: child star. In: MILLER, Toby (org.). *The Routledge Companion to Global Popular Culture*. New York: Routledge, 2015. p. 356–365.

LIVINGSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. *MATRIZES*, v. 4, n. 2, p. 11–42, 2011.

MARÔPO, Lídia; SAMPAIO, Inês; MIRANDA, Nut. Meninas no YouTube: participação, celebração e cultura do consumo. *Estudos em Comunicação*, n. 26, v. 1, p. 175–195, 2018.

NAWAILA, Muhammad Bello; KANBUL, Sezer; OZDAMLI, Fezile. A review on the rights of children in the digital age. *Children and Youth Services Review*, v. 94, p. 390–409, 2018.

O'CONNOR, Jane. The cultural significance of the child star. New York: Routledge, 2008.

O'CONNOR, Jane. Beyond social constructionism: a structural analysis of the cultural significance of the child star. *Children and Society*, v. 23, p. 214–225, 2009.

O'CONNOR, Jane (org.). *Childhood and celebrity*. New York: Routledge, 2017.

QVORTRUP, Jens. Visibilidades das crianças e da infância. *Linhas Críticas*, v. 20, n. 41, p. 23–42, 2014.

STOILOVA, Mariya; LIVINGSTONE, Sonia; KHAZBAK, Rana.

Investigating risks and opportunities for children in a digital world: a rapid review of the evidence on children's internet use and outcomes. 2021.

TOMAZ, Renata. *O que você vai ser antes de crescer? – Youtubers, infância e celebridade.* Salvador: EDUFBA, 2019.

TOMAZ, Renata; BARSÍ, Lara. De sujeito vulnerável a sujeito de direitos: fama e infância na internet. *Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 22, n. 49, 2023.

TOMAZ, Renata; GUEDES, Brenda; MARTINS, Ingrid. Main challenges for child digital citizenship in a consumer culture in Brazil. *Journalism and Media*, v. 4, n. 1, p. 42–59, 2023.

CAPÍTULO 9

Caminhos para a construção da Interculturalidade: a relação entre a Extensão Universitária e a Comunicação Pública no NEABI - IFPR

JULIANA MARQUES BORGHI

CLAUDIA IRENE DE QUADROS

Esta apresentação trata das relações e interfaces entre comunicação, educação e interculturalidade em contextos institucionais e pedagógicos. Foram estudadas as percepções dos atores sociais participantes de dois projetos de extensão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a respeito de possíveis ações envolvendo o conceito da comunicação pública.

Procuramos uma aproximação a essa realidade social, relacionando o diálogo como elemento construtor de práticas democráticas e inclusivas, por meio da extensão universitária, com foco em contextos culturais que pudessem ser enriquecidos a partir desses olhares. O objetivo geral foi analisar como a comunicação pública pode fortalecer processos de participação social e interesse público, associados à prática da extensão no desenvolvimento de ações que contemplem a *interculturalidade*.

Para isso, delimitados como premissa, que a *comunicação pública* interpretada com a ação dialógica (horizontalizada, inclusiva e coletiva) pode contribuir para o enriquecimento de ambientes institucionais que

explorem discussões a respeito das culturas afro-brasileiras e indígenas, cujos debates, pelo caminho da *extensão universitária*, podem vir a propiciar processos de transformação social.

Assim, a trilha metodológica deste estudo contempla uma abordagem quanti-qualitativa, com foco nessa segunda. No mais, a pesquisa apontou elementos considerados fundamentais em relação às viabilidades de reconstruções a partir de ações comunicativas e dialógicas, na realidade das instituições públicas de ensino, no que diz respeito à criticidade dos atores sociais, de modo coletivo e representativo.

Comunicação pública e extensão universitária

O conceito da comunicação pública vem sendo mais explorado, a partir da última década, em especial no contexto latino-americano, na tentativa de valorizar suas potencialidades enquanto processo dialógico, democrático e representativo dos interesses coletivos. De acordo com Weber, Coelho e Locatelli (2017), diversos setores da sociedade civil organizada e do Estado, incluindo universidades, fundações de pesquisa, entre outros, podem abordar a temática. Assim, destacamos percepções a respeito da relação da comunicação pública em projetos de extensão de uma instituição federal de ensino superior.

Além disso, o conceito de comunicação pública tem sido objeto de debates diversificados e, por vezes, inconsistentes, como indicam Miola e Marques (2017). Para Weber, Coelho e Locatelli (2017), embora o conceito seja complexo, o ponto crucial reside em compreender como a comunicação pública contribui para o fortalecimento da democracia.

O objetivo do conceito é despertar o interesse público, enquanto os promotores buscam garantir o direito à informação e a participação dos cidadãos em questões fundamentais para suas vidas na sociedade (Koçouski, 2012). Entretanto, é importante observar que as interações na esfera da comunicação pública ocorrem em contextos de conflito, tensão, embate e discordância (Marques; Mafra; Sá Martino, 2017), devendo esses aspectos serem considerados no planejamento das ações comunicativas.

Logo, ao aproximar a comunicação pública de construções dialógicas, é possível permear o contexto educacional. Nesse momento, vinculamos a comunicação e a prática extensionista do ensino superior ao conceito de comunicação pública definida pelo interesse público (Koçouski, 2012; Weber; Coelho; Locatelli, 2017), qualificada por critérios como igualdade, respeito e pluralidade. O vínculo vai além da agenda institucional, ele se traduz no estabelecimento de uma relação de pertencimento e identidade com o público. Isso implica em propor abordagens alternativas, estratégias de engajamento e iniciativas destinadas a estimular o interesse coletivo (Matos, 2009).

Refletir sobre a extensão, nesse contexto, enquanto ação transformadora à realidade social nos ajuda a compreender o alcance de suas ações, à medida que uma teoria muda a prática, e a prática transforma a teoria. Dessa relação dialética surge o princípio da validade do conhecimento como fonte de transformação da realidade: *conhecer para transformar* (Gamboa, 2007). Santos (2004) previa que a extensão teria um significado especial num futuro próximo, com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes. Para o autor, essa transformação na extensão atribui “[...] às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social [...] na defesa da diversidade cultural” (Santos, 2004, p. 53-54).

Historicamente, as tratativas sobre institucionalizar e refletir a respeito da curricularização da extensão são expostas, primeiramente, no Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), que destaca, entre suas metas, o caráter de obrigatoriedade de 10% de atividades curriculares da graduação serem de ações extensionistas (Brasil, 2001). No PNE de 2014-2024, esse quesito também é destacado de maneira mais específica em relação ao caráter da participação social (Brasil, 2014).

Em 2018, a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES nº 7), que estabelece as diretrizes e regulamenta o disposto na meta 12.7, da Lei nº 13.005/2014, e aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 aponta que de acordo com o Art. 4º, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular

estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (CNE/CES, 2018).

Nesse contexto, partimos da ideia que a extensão universitária pode contribuir significativamente para ampliação da construção do conhecimento, aproximando as universidades de realidades e contextos sociais diversos. Destacamos que esse processo tende a fortalecer o diálogo, por meio do sentimento de pertença, pois os cidadãos passam a protagonizar as ações. Assim, as possíveis aproximações entre a comunicação pública e a extensão, pelo caminho dialógico, enriquecem interações sociais, permeando temas que envolvem a valorização institucional e cultural.

O Diálogo como processo intercultural

A comunicação pautada em práticas dialógicas, considerando-se o ambiente institucional, acadêmico e inclusivo, pode propiciar outros vieses em relação ao incentivo e valorização de pautas, como o debate intercultural.

Sartorello (2016) destaca duas concepções distintas: uma, por meio da via de mão única, prevalece o assistencialismo e contempla modelos funcionais do neoliberalismo, enquanto a outra interpreta a interculturalidade de maneira horizontal, criticando o sistema vigente hegemônico, além de valorizar, ainda, movimentos de fluxos culturais contínuos por meio de uma educação inclusiva e respaldada em vertentes democráticas (Sartorello, 2016). Para tanto, a interculturalidade proposta implica uma visão crítica sobre a interpretação de um viés estatizado e despolitizado, que, de acordo com Walsh (2010), não transforma o racismo estrutural, ocidental e colonial representado institucionalmente por grupos que possuem o mesmo interesse da exploração e da submissão em relação aos povos indígenas e afrodescendentes. A interculturalidade, neste sentido, pode ser entendida como um processo que incorpora novas práticas e construções sociais de poder, saber, ser e viver.

Portanto, a reflexão sobre o debate intercultural implica não apenas no comprometimento das universidades públicas, mas em ações que envolvam

suas comunidades internas e externas, cujo processo deve contemplar não só ações mais abrangentes, como a própria extensão e o que será realizado, de modo a envolver realidades sociais às possíveis dinâmicas das comunidades acadêmicas. De acordo com Candau (2007, p. 59): “A perspectiva da educação intercultural apresenta uma grande complexidade e nos convida a repensar diferentes aspectos e componentes da cultura escolar e da cultura da escola e o sistema de ensino como um todo”.

A construção deste conceito, de acordo com Gomes (2010), propõe um espaço de compromisso docente sobre o direcionamento de ações e planejamentos direcionados ao contexto intercultural, como: incentivar reflexões e manter o contato com as diferenças culturais, as humanizando, e reconhecendo seus desafios; respeitar identidades étnico-cultural-linguísticas em contextos plurais; motivar o envolvimento de estudantes para promover a interculturalidade como prática comunicativa, inclusiva e democrática; e, contribuir para a Universalização de Direitos e Deveres Interculturais ou Transculturais como um componente humanizador na didática de línguas no século XXI.

A proposta, assim, está relacionada aos conceitos e contextos analisados, contemplando o potencial da comunicação (pública) como elemento que permeia a junção da extensão, institucionalmente, nas análises da pesquisa realizada, com foco na aproximação do processo intercultural.

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/IFPR) – Projetos de extensão

Representando a rede tecnológica, o IFPR foi fundado em 2008. Sua missão é promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (Instituto Federal do Paraná, 2019, p. 18).

Dessa maneira, a política de comunicação¹ é apresentada por meio de planejamento estratégico e integrado, com propostas e ações de acordo com

os públicos que se relaciona. Para orientar as ações comunicacionais, o IFPR prioriza o diálogo, princípio básico destacado com o conceito aplicado da comunicação pública, que objetiva formar espaços públicos e fluxos contínuos de informação entre os atores sociais, por meio da coletividade (Instituto Federal do Paraná, 2013).

A implementação da curricularização da extensão aconteceu por meio da Comissão de Curricularização da Extensão (CCE) – que é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) e pela Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) –, de acordo com a Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018². O documento “[...] prevê a obrigatoriedade de no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Instituto Federal do Paraná, 2021).

O NEABI, ligado à PROEPPI, tem se fortalecido nos últimos anos impulsionado pela Lei nº 10.639/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais) e pela Lei nº 11.645/2008 (Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena). Em 2021, a Diretoria de Direção, Arte e Cultura (DIEXT) divulgou o relatório institucional³ do IFPR, referente ao ano de 2020, com informações sobre os NEABIs.

Os dois projetos de extensão do NEABI do IFPR que compuseram a pesquisa empírica da dissertação em destaque neste artigo, são o *Capoeirando: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade* – campus Curitiba – e o *Núcleo de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais* (NUPOVOS) – campus Paranaguá. De acordo com o último relatório institucional divulgado pelo NEABI (2019)⁴, eles abordam as culturas afro-brasileira e indígena por meio da valorização da extensão, dando destaque à interculturalidade e às possíveis construções dialógicas junto com públicos diversificados.

Formalizado em 2015, o projeto de extensão *Capoeirando no IFPR: saberes e práticas de um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade* é desenvolvido em Curitiba, e ligado institucionalmente ao NEABI, por meio da

capoeira, desenvolve ações que contemplam o patrimônio cultural, histórico e natural das raízes africanas e brasileiras, coordenado pela servidora Larissa Mellinger, sendo formado por docentes, discentes e comunidade externa à instituição. Entre as atividades realizadas, estão rodas de capoeira, organização e execução de oficinas ministradas por estudantes, samba de roda e oficinas de história.

Além, a realização e participação com instituições parceiras e de coletivos que trabalham a temática, o projeto também desenvolve ações e movimentos de cultura. As ações contemplam saberes diversos sobre a cultura afro-brasileira, também por meio de conhecimentos técnicos e profissionais para o mundo do trabalho com a formação humana e cidadã.

Já o NUPOVOS, que faz parte do Programa Institucional de Educação em Direitos Humanos (PIDH) e do NEABI, foi oficializado em 2016. Nesse projeto de extensão participam estudantes, grupos indígenas e demais representantes de comunidades tradicionais da região, com coordenação feita pelo professor Roberto Souza, cujos encontros são abertos à comunidade externa, com grupos assistidos que contemplam a conexão de s saberes práticos.

Em complementaridade às ações do projeto, existem algumas parcerias junto a órgãos públicos, como a Defensoria Pública do Paraná e da União, com o foco de proporcionar conhecimento jurídico aos participantes.

Percurso metodológico

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um percurso metodológico com enfoque exploratório e qualitativo, dividido em sete etapas, descritas no Quadro 1. A pesquisa com os participantes dos projetos de extensão passou pela avaliação dos Comitês de Ética em Pesquisa das Instituições envolvidas (UFPR⁵/IFPR⁶).

Etapa 1	Pesquisa do estado da arte: revisão sistemática da literatura.
Etapa 2	Revisão bibliográfica: revisão integrativa da literatura.
Etapa 3	Pesquisa documental: relatórios, eventos institucionais e notícias referente aos projetos de extensão (temática afro-brasileira e indígena).
Etapa 4	Observação sistemática de redes sociais utilizadas dos projetos de extensão elencados.
Etapa 5	Aplicação de surveys aos participantes dos projetos de extensão (14 pessoas).
Etapa 6	Entrevistas semiestruturadas com os integrantes dos projetos de extensão (8 pessoas) selecionados a partir das respostas do survey, com posterior análise de conteúdo.
Etapa 7	Entrevistas em profundidade com os dois coordenadores dos projetos (Análise de Conteúdo).

Quadro 1: Proposta metodológica para a pesquisa
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esse percurso metodológico permitiu conhecer projetos de extensão de uma instituição pública, relacionando a comunicação pública como meio para reflexões sobre o processo intercultural.

Na etapa 1, na pesquisa do estado da arte, foi feito um levantamento de artigos, dissertações e teses sobre o tema desenvolvidos entre 2010 e 2021. Por meio das palavras-chave *comunicação pública*, *extensão universitária* e *interculturalidade*, foi realizada uma busca nas seguintes plataformas: *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP), Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na etapa 2, na revisão integrativa da literatura, foram destacados operadores teóricos que contemplavam os conceitos abordados. No Quadro 2, elencamos os eixos e os auto res fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa:

Eixos teóricos	Autores/Autoras
Comunicação Pública	Duarte, 2009; Koçouski, 2013; Weber; Coelho; Locatelli, 2017.
Extensão Universitária	Freire, 1977; Martins, 2008; Santos, 2004; Schmitz, 1984.
Interculturalidade	Candau, 2007; Fleuri, 2003; Sartorello, 2016; Walsh, 2009.

Quadro 2: Eixos teóricos da pesquisa
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na etapa 3, durante a pesquisa documental, foram explorados os quatro relatórios de atividades anuais (2015-2019) de cada projeto do IFPR apresentados ao Comitê de Pesquisa e Extensão do IFPR (*campi* Curitiba⁷ e Paranaguá⁸). Esses documentos, que foram estudados a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), descrevem as atividades dos projetos, trazendo fotos, ilustrações, gráficos e convites para que a sociedade possa conhecê-los.

Na etapa 4, da observação sistemática das plataformas de redes sociais dos projetos de extensão do estudo em tela, o foco foi o *facebook* por ser aberto ao público e possibilitar interações entre os participantes dos projetos e seus seguidores. As avaliações incluíram todas as publicações do *Capoeirando IFPR: Saberes e Práticas de um Bem Cultural*⁹ (2018-2020) e do *NUPOVOS*¹⁰ (2017-2021). Além do conteúdo dos *posts*, também foram observados o engajamento do público de ambos os perfis por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários.

Na etapa 5, na aplicação de *surveys*¹¹, todos os participantes dos dois projetos de extensão responderam questões sobre entrosamento e o relacionamento às ações extensionistas, sendo 14 no total, 7 de cada projeto. A coleta de dados ocorreu entre os meses de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, após a aprovação do desenvolvimento da pesquisa pelos Comitês de

Ética da UFPR e do IFPR. Foi elaborado um questionário com 14 perguntas cada, sendo 12 de múltipla escolha e 2 abertas. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido¹² foram enviados por *e-mail* ou *WhatsApp* antes dos questionários disponíveis no *Google Forms*.

Na etapa 6, as entrevistas semiestruturadas, compostas por 6 questões, foram realizadas com 4 participantes de cada projeto, sendo 2 estudantes e 2 membros da comunidade externa. Os 8 entrevistados foram selecionados a partir da disponibilidade e do conteúdo das respostas da pesquisa *survey*, sobretudo por abordarem alguns conceitos do projeto. A Análise de Conteúdo foi utilizada para a compreensão e organização das respostas.

Na etapa 7, foram realizadas as entrevistas em profundidade, composta por 8 questões, com os dois coordenadores dos projetos de extensão, onde também se adotou como metodologia a Análise de Conteúdo.

Nessas últimas etapas (6 e 7), assim como a etapa 3 da pesquisa, as entrevistas realizadas foram classificadas em três categorias: extensão universitária, interculturalidade e comunicação pública, conforme Figura 1. Dessa forma, optamos por utilizar as mesmas categorias e respectivas divisões. Nos próximos tópicos, serão expostas as análises qualitativas, respeitando e relacionando as variáveis de cada categoria exposta, por meio da proximidade dos relatos dos atores sociais participantes dos projetos.

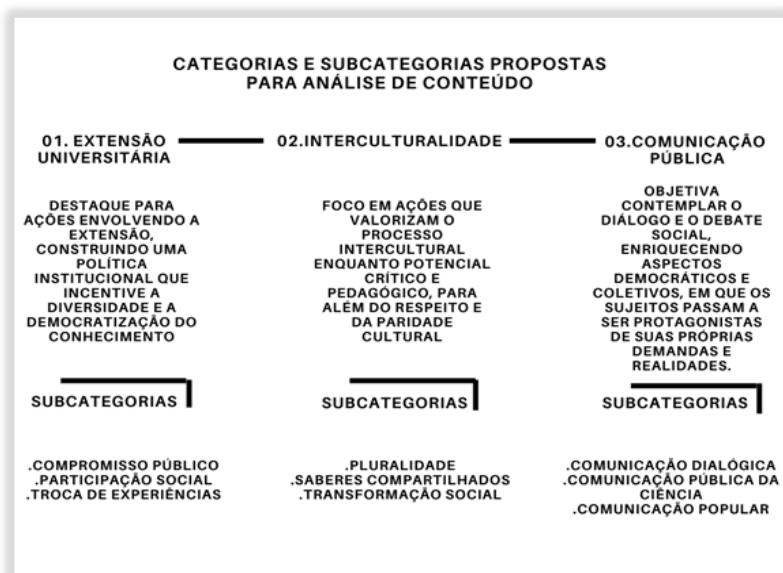


Figura 1: Categorias e subcategorias (Análise de Conteúdo)
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Análise e resultados

No percurso metodológico, as sete etapas concluídas trouxeram resultados importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Neste item, vamos reunir os achados de cada etapa para refletir sobre essa investigação, que procurou saber *como a comunicação pública pode contribuir para o desenvolvimento da extensão relacionada às ações interculturais dos projetos analisados?*

Aqui, destacamos três autores que foram fundamentais para o embasamento da pesquisa. O primeiro deles é Paulo Freire (1977), que evidencia o caráter participativo, inclusivo e democrático das ações extensionistas, trazendo à luz questões fundamentais para melhor compreender suas potencialidades, para além do ambiente acadêmico. Em seguida, Catherine Walsh (2010), que aponta que a interculturalidade crítica faz uma revisão dos aspectos históricos da colonização a partir de outras perspectivas. Para ela, houve um avanço no processo intercultural.

A leitura desses e de outros autores, como a de Marina Koçouski (2012) que reforça, ainda, o caráter coletivo e de mobilização, traz novas perspectivas para pensar a comunicação pública, pois suas teorias estão respaldadas na essencialidade do diálogo, na horizontalidade das ações comunicativas, na coletividade e no protagonismo dos atores sociais.

A análise dos relatórios dos dois projetos trouxe elementos significativos para melhor compreender suas propostas por meio da concretização de suas atividades. Conforme as categorias e variáveis propostas são destacadas a atenção e compromisso institucional por meio da prática da extensão e do diálogo junto a seus participantes. Os relatos das atividades, pelos respectivos coordenadores dos projetos, contemplaram aspectos como: a relevância da extensão com potencial para modificar realidades, a aproximação entre conhecimentos plurais, a inclusão social fortalecida pelo sentimento de pertença de seus integrantes, assim como o enriquecimento de discussões que tragam reflexão sobre as realidades dos povos indígenas e africanos.

A respeito das redes sociais, compreendemos que, apesar da necessidade de melhorias em relação ao processo de divulgação dos projetos, atividades e temáticas relacionadas, o conjunto de publicações de ambos permite uma interação pertinente com seus seguidores, de forma a registrar suas ações com certa frequência, com linguagem apropriada e *posts* que permitem uma interação social condizente com suas referidas práticas, incentivando a reflexão e o interesse pelo desenvolvimento da extensão.

O *survey* destacou a percepção dos entrevistados em relação à existência de diálogo entre as informações dos projetos, principalmente nas questões que se referiam às suas percepções sobre possibilidades de trocas de experiências e conhecimentos, incentivo ao diálogo de forma mais crítica sobre as temáticas exploradas e fomento à extensão enquanto processo que contribui para aproximar a ciência da realidade social.

Os participantes do *Capoeirando* pontuaram como relevantes: o comprometimento e atenção da coordenadora do projeto, as trocas de experiências e conhecimentos diversos proporcionados pelos encontros, a receptividade e interação entre os integrantes do projeto, o entendimento da relevância da

extensão como prática que aprofunda o ensino e a pesquisa e a valorização da cultura afro-brasileira refletida como conhecimento enquanto prática.

Em relação ao NUPOVOS, foi possível observar que os participantes destacaram: as possibilidades de trocas de conhecimentos entre culturas diversas, o fortalecimento de temáticas relacionadas às questões indígenas – territoriais e de direitos humanos –, a valorização do diálogo em relação às demandas dos movimentos sociais, o protagonismo dos atores sociais e em relação ao modo sensível como o coordenador do curso, professor Roberto, dialoga com os povos tradicionais por meio da troca de experiências.

Sobre as entrevistas realizadas, na categoria extensão universitária, os participantes disseram considerar práticas extensionistas como essenciais para demonstrar o comprometimento institucional e abrir possibilidades para a troca de conhecimento. Larissa Mellinger, coordenadora do projeto *Capoeirando*, expõe como compreende a extensão a partir desse conceito envolvendo as interações sociais e suas potencialidades na relação entre a universidade e a sociedade:

A extensão é uma transformação social, essa dialogicidade. Então se não existe este diálogo de saberes, esta troca, de saberes, não é extensão. Não é uma comunicação em uma direção só. Tem um livro do Paulo Freire, que é *Extensão ou Comunicação*, que é incrível, que todo mundo deveria ler (risos), ele traz um contexto da extensão rural e técnica, que é o princípio do que é a extensão, e que não é só o comunicar por comunicar, mas ela como troca realmente, como diálogo. [...] Na extensão, você entende que o outro é importante, que o saber do outro é importante, que tem contribuição, e que o saber científico precisa ser permeado também. Estes saberes populares, do cotidiano, tradicionais, precisam ser incorporados neste processo, o que é um desafio. E também extensão, para mim, é lidar com os sentimentos, com o humano, humanizar as pessoas. Eu acho que é você sair um pouco ali da academia, acompanhando metodologias propostas, mas com mais criatividade, humanizar-se e humanizar neste processo. Porque só na pesquisa pura não é possível fazer isso, então tem de se deixar permear com esta humanidade, com este encantamento¹³ (L.M., 2021, em relato à autora).

Na mesma direção, sobre o NUPOVOS, o professor coordenador Roberto Souza destaca as potencialidades das ações do projeto para promover mudanças significativas sobre a realidade social, pela movimentação das trocas entre as culturas:

As experiências com o NUPOVOS nos mostram uma potencialidade de transformação social, apesar de o foco ser a mudança destes grupos com o Estado. Entretanto, essas ações repercutem diretamente na sociedade. Por exemplo, as pessoas acabam conhecendo mais sobre a história, a cultura e a realidades dos povos tradicionais: indígenas, faxinalenses, pescadores. Então percebemos avanços e uma relação mais simétrica do Estado com estes grupos, a partir destas ações realizadas. Uma nova relação de respeito, democrática foi estabelecida, de mudança. Para a sociedade estas realidades passam a repercutir para além da relação do Estado. O acesso e avanço aos direitos humanos são conhecidos socialmente, a história destes povos acaba sendo reconhecida e percebida de ponta a ponta. Sobre o envolvimento da comunidade interna do IFPR, por exemplo, toda esta pesquisa e extensão gerou um novo padrão de relacionamento também com estas comunidades, mais empoderadas, mais conscientes e críticas sobre sua cultura e seus direitos, onde este contato causa, em muitas vezes, mudanças de olhares, impactantes¹⁴ [...] (R.S., 2021, em relato à autora).

Para os entrevistados, ainda, essas atividades contribuem para aumentar a criticidade e a conscientização social sobre questões que envolvem o racismo estrutural, a desigualdade e a discriminação em relação aos negros e aos indígenas. Aqui, destacamos o depoimento de um dos participantes (externo) do projeto *Capoeirando*:

O projeto sempre acaba trazendo a valorização da histórica da cultura afro-brasileira por meio da capoeira. [...] por meio de incentivos, as pessoas vão compreendendo outras perspectivas. Até que ponto a capoeira representa e como representa esta história. A troca é incrível, neste sentido. A roda de capoeira, por exemplo, nos permite isso. As pessoas interagem nestes momentos, aprendendo e pensando sobre muitas coisas relacionadas a esta temática¹⁵ (entrevistada 4, 2021, em relato à autora).

Essa percepção nos faz rever Santos (2004), que demonstra que a interculturalidade pode ser vista como um esforço, um movimento que exige

comprometimento, respeito e ações integradoras em conjunto social, com alusão direta à diversidade cultural. É uma relação que se consolida nas trocas e nas experiências partilhadas, na promoção e cooperação entre a sociedade, para construção de novos significados.

Nesse contexto, para os participantes (externos) do NUPOVOS, o diálogo acontece no projeto, proporcionando novas viabilidades de relacionamentos entre as comunidades indígenas e as instituições públicas:

Uma das coisas mais importantes neste contato com o Núcleo, além do reconhecimento técnico dos profissionais, da Defensoria, do Instituto e da Universidade Federal, na coordenação do Professor Roberto, o que faz diferença é que nós: povos e comunidades tradicionais temos autonomia na fala, este direito da autonomia. Sentar junto com a Defensoria e discutir com o plano e ação que precisamos que a Defensoria defenda. Então esta parte da voz, a gente que vai com a pauta de luta e apresenta nossas pautas de reivindicação. Entendemos que isso fortalece a gente enquanto povos e comunidades tradicionais. Então essa dinâmica do NUPOVOS é muito latente¹⁶ (entrevistada 6, 2021, em relato à autora).

O caráter da ciência aberta que evidencia uma relação de troca entre a comunicação dos resultados de uma investigação científica, também participa dessa investigação, tornando-se essencial para esta e para a divulgação desse conhecimento (Knorr-Cetina, 1999). Na percepção de mais um dos integrantes (interno) do *Capoeirando*, a extensão pode valorizar o diálogo entre seus participantes, somando para o enriquecimento de espaços que discutem pautas relacionadas à cultura afro-brasileira:

O projeto nos proporcionou participação, possibilidades de opinião, troca de necessidade, tinha muita abertura, neste sentido. A própria história e a cultura da capoeira acabam in-centivando este processo. As trocas de ideias e experiências para a realização de eventos e das atividades sempre aconteciam. Aproximação das realidades e das demandas sociais, por meio deste conhecimento da via de mão-dupla, onde você ensina e aprende. Muito conhecimento compartilhado, que gerou pertencimento, a formação de uma família. Construção da coletividade social, enfim, amigos que você faz neste processo. Todos acabam se ajudando na proposta da realização da capoeira, refletindo nestas características do grupo [...] ¹⁷ (entrevistada 5, 2021, em relato à autora).

Dessa forma, o entendimento sobre a viabilidade da ciência aberta também foi citado por alguns vieses. A extensão contribui, em suas percepções, para incentivar a relação entre a troca de conhecimento científico e os saberes populares, processo que contempla também a sensação de pertencimento e afinidade entre os participantes e as instituições públicas de ensino e seus pares.

De acordo com essa discussão, consideramos que as entrevistas trouxeram, assim, um aprofundamento essencial para se aproximar da realidade dos projetos de extensão. A maioria dos relatos convergiu em relação à percepção dos atores sociais sobre as possibilidades de construções sociais que contemplassem os três eixos teóricos destacados nesta pesquisa: extensão, interculturalidade e comunicação pública.

As falas refletem experiências, impressões, sentimentos, conhecimentos e a opinião dos membros dos projetos, contribuindo para percebermos a potencialidade da relação dos conceitos expostos. As teorias abordadas em relação à construção do diálogo, em específico, estiveram presentes nos eixos teóricos trazidos nessa pesquisa, demonstrando, assim, sua relevância para fortalecer os diversos contextos sociais explorados.

A comunicação pública foi citada e permeada durante os relatos, sob o viés do entendimento do diálogo em espaços de coletividade, um processo que traz um diferencial aos projetos, segundo os participantes, e que contempla aspectos de horizontalidade, inclusão, democracia e pertencimento.

Além disso, compreendemos que os atores sociais entendem a extensão como um meio para potencializar as ações comunicativas e vice-versa, pois propiciam a interação entre o ambiente acadêmico e a sociedade. É um processo essencial para que o crescimento cultural possa ser mútuo, propiciando a valorização dos espaços públicos pelas instituições públicas de ensino.

Os envolvidos – docentes, discentes e comunidade externa – expressaram aspectos que ressaltaram a essencialidade da extensão e a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, assim como a relevância do diálogo (institucional) como fator elementar para o desenvolvimento das ações.

Em ambos os projetos, os coordenadores mostraram a relevância da extensão com potencial para modificar realidades. Também foi possível

verificar a aproximação entre conhecimentos plurais, entre a inclusão social fortalecida pelo sentimento de pertença de seus integrantes e entre o enriquecimento de discussões sobre as realidades dos povos indígenas e africanos. Essa perspectiva contribui para complementar a interdisciplinaridade enquanto objeto de estudo transversal, que inclui os estudos sobre as complexidades empíricas que valorizam relações entre grupos e por aspectos cognitivos. A constituição desses novos campos indica análises sobre gerações, etnias e ações sociais múltiplas (Fleuri, 2003).

Considerações

Pela análise exploratória proposta, procuramos agregar elucidações sobre o processo da comunicação pública enquanto construtora de outras realidades sociais. O desenvolvimento de projetos de extensão integrados às ações interculturais pode fortalecer aspectos democráticos, diante do compromisso institucional em enriquecer a troca de conhecimentos e saberes entre os públicos envolvidos.

A percepção dos integrantes dos projetos de extensão (NEABI – IFPR) contribuiu significativamente para nos aproximarmos desse caminho, considerado por eles essencial para transformar realidades. Nesse sentido, ações extensionistas podem crescer e serem mais incentivadas e valorizadas, dentro e fora dos ambientes institucionais, a exemplo das universidades públicas. Neste contexto, o debate social pode ser enriquecido. Não se trata, apenas, de descolonizar o sistema historicamente hierárquico, mas avançar na temática da decolonização, conforme coloca Walsh (2010).

Por meio das análises qualitativas realizadas, foi possível observar que, nos dois projetos institucionais, as culturas afro-brasileiras e indígenas podem ser valorizadas, por trocas constantes de conhecimento, inclusão e diálogo. Estes contemplam, segundo seus participantes, a inclusão social, a transformação de realidades e a conscientização sobre a urgência da temática do processo intercultural.

Os espaços institucionais e ambientes públicos, propiciados pelo planejamento institucional, nesse caso, tendem a incentivar a comunicação pública e vice-versa. O diálogo pode ser considerado o meio essencial para valorizar a extensão e reconstruir o respeito e a inclusão cultural, no entendimento de uma educação que fortalece a ciência e os saberes do povo. Assim, esperamos que os eixos teóricos propostos neste trabalho continuem a ser explorados, científica e socialmente, para melhor compreendermos suas potencialidades e como incentivar ações conscientizadoras que podem vir a transformar realidades, a partir de novos olhares.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, p. 2–7, 26 jun. 2014.
- CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e educação escolar. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Reinventar a escola*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 47–60.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 155, n. 243, p. 49, 19 dez. 2018.
- DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 95–115.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16–35, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GAMBOA, Sanchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Política de Comunicação. Curitiba: 2013. Disponível em: < http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revis%C3%A3o-em-16.12.pdf>. Acesso em: 15. maio. 2020.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. IX Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica e VII Feira de Inovação Tecnológica

do IFPR Campus Curitiba. p.37. agosto 2019. Disponível em: < <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Anais-JoCif-e-IFTech-2019.pdf>>. Acesso em: 20. agosto. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Curitiba, 2020a. Disponível em: <https://bra.ifsp.edu.br/artigo/2-uncategorised/2801-nucleo-de-estudos-afro-brasileiros-e-indigenas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Reitoria divulga relatório institucional de atividades. Curitiba, 3 jul. 2020b. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/neabi-do-ifpr-divulga-relatorio-institucional-de-atividades/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Regulamentação e implementação da curricularização da extensão. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extensao-no-ifpr/>>. Acesso em: 30. ago. 2021.

KNORR-CETINA, Karin. A comunicação na ciência. In: GIL, Fernando (coord.). *A ciência tal qual se faz*. Lisboa: João Sá da Costa, 1999. p. 375–393.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 71–96.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan; SÁ MARTINO, Luis Mauro. Um outro olhar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 76–92, 2017.

MARTINS, Lúcia Márcia. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como um dos fundamentos metodológicos do Ensino Superior. In: PINHO, Sheila Zambello de (coord.). *Oficinas de estudos pedagógicos: reflexões sobre a prática do Ensino Superior*. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESP, 2008. p. 102–115.

MATOS, Heloiza. A comunicação pública no Brasil e na França: desafios conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA

COMUNICAÇÃO, 32.; COLÓQUIO BRASIL-FRANÇA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: INTERCOM, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio. Brasília, DF, 8 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Por uma definição de comunicação pública: tipologias e experiências brasileiras. In: CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. *Anais...* [Rio de Janeiro: Compolítica], 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Lander, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SARTORELLO, Stefano Claudio. *La coteorización intercultural de un modelo educativo en Chiapas, México*. Quito: Abya-Yala, 2016.

SCHMITZ, Edith. *Caminhos da universidade brasileira: filosofia do ensino superior*. Porto Alegre: Sagra, 1984.

WALSH, CATHERINE. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones AbyaYala, Quito, 2009.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2010.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (org.). *Comunicação pública e política: práticas e pesquisa*. Porto Alegre: Insular, 2017.

CAPÍTULO 10

Para que todos caibam no mundo: histórias de vida, construção de memórias em rede e mobilização social

LUÍSA DE SOUZA ROCHA CAMARGOS

DANUSA TEDERICHE BORGES DE FARIA

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Chimamanda, 2019, p. 32).

A epígrafe trazida aqui para abertura deste texto nos provoca a pensar acerca da importância do reconhecimento da história como processo de construção social. Tal citação foi retirada do livro *O Perigo de uma História Única*, onde a autora se vale da narrativa de sua própria história para com ela narrar a história de um continente, de um povo, desmistificando um olhar hegemônico sobre a África que fora historicamente construído. Assim como afirma a autora, as histórias importam e estas podem tanto empoderar e humanizar, quanto podem intervir na dignidade de um povo, resumindo-o a um senso comum, considerando apenas uma história única, a do colonizador, como a história a ser contada.

Ao trazer a própria narrativa, compartilhando sua história de vida para ilustrar a história de um povo e/ou de parte dele, Chimamanda (2019) assume sua identidade como mulher negra e africana para inverter as lentes de seus ouvintes e leitores, bem como de todos aqueles que tenham acesso à sua narrativa, provocando uma reflexão acerca do ouvir histórias e com elas construir aprendizados e conhecimentos outros. E, nesse mesmo exercício de aposta nas histórias de vida como forma de empoderar e humanizar é que, neste artigo, compartilhamos nossas próprias histórias, para além de corroborar com a construção de memória das redes que aqui se encontram, acreditamos que, a partir delas (as memórias), é possível construir mobilização social.

Luísa Camargos

Acreditando no potencial das narrativas de histórias de vida como caminho para transformação social é que, assim como Chimamanda (2019), trazemos aqui a história de Luísa Camargos, primeira pessoa com síndrome de Down (SD) a se formar e atuar profissionalmente como Relações Públicas (RP) no Brasil. Embora a trajetória de Luísa seja a de uma pessoa que vem ocupando espaços sociais os quais historicamente ainda excluem, segregam e discriminam as pessoas com deficiência, é fundamental contar a história dela porque, ao fazê-lo, abrimos um caminho para que essa história seja reverberada como forma de incentivar e potencializar na sociedade uma perspectiva inclusiva – para que, de fato, todos nós caibamos no mundo.

A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira, seja nas políticas educacionais, no mercado de trabalho, nas questões de acessibilidade, dentre outras, é atravessada por um cenário de avanços ainda muito tímidos e por vezes marcada por retrocessos que deslegitimam e colocam em questão a possibilidade de a pessoa com deficiência levar uma vida autônoma. Nesse sentido, é importante ressaltar que, diferente da grande maioria da população brasileira de pessoas com deficiência, Luísa, que também assina a autoria dessa escrita, teve desde seus quinze dias de vida um acompanhamento profissional para que pudesse desenvolver habilidades cognitivas, motoras,

sociais e intelectuais. Acompanhamentos estes que foram e são primordiais para o desenvolvimento da autonomia de uma pessoa com deficiência e, por falta ou precariedade de/nas políticas públicas, grande parte, sobretudo de pessoas das classes populares, tem dificuldades em acessar, conforme as palavras de Marisa Camargos, mãe de Luísa, em entrevista na 2ª temporada do Podcast Inclusive Luísa¹.

Nem tudo que a pessoa com deficiência precisa é disponível pelo governo. Existem instituições que oferecem recursos e que ajudam essas pessoas com o seu desenvolvimento. Aqui em Belo Horizonte mesmo tem o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, onde trabalhei. Mas mesmo assim, vale lembrar que nosso país é muito desigual e, às vezes, em muitos locais, as pessoas não têm recursos acessíveis. A falta de informação também é um desafio e, além do mais, tem muitos tratamentos necessários que são específicos e muito caros. Então, eu acredito que essa acessibilidade não chega para todas as pessoas não, infelizmente (Marisa Camargos, 2022).

Para ir a contrapelo dessa lógica perversa, foi preciso enfrentar muitas batalhas, as quais nunca fizeram com que Luísa pensasse em desistir. No enfrentamento a um mundo capacitista, ela sempre contou com apoio incondicional e intenso da família.

Participar da vida e, assim, ter direito à vida

Na trajetória de formação de Luísa, o investimento para que pudesse desenvolver e construir autonomia sempre exigiu esforços dos seus familiares. Todos sempre se desdoblaram para disponibilizar condições para que ela se desenvolvesse como pessoa e se percebesse como sujeito social que, assim como qualquer outro sujeito, possui características e subjetividades únicas da condição de ser humana.

Com 15 dias de nascida, você já recebia os primeiros tratamentos lá no Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus. Lá, você recebeu os tratamentos de fonoaudióloga, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e psicólogo. Esses são tratamentos essenciais. E, além disso também, por orientação dos profissionais, você teve balé, natação, musculação. Outra coisa primordial

foi o atendimento médico, a procura pelos médicos para seu acompanhamento. Eu acho que isso é importante para o desenvolvimento da saúde. Além de tudo isso, o que foi primordial também foi o seu contato com o mundo. O contato com o mundo foi muito importante. A vida social, e a sua começou com você ainda bebê, sabe? Você não ficou só em casa. Você participava de tudo que a gente saía, que a gente fazia. Você estava junto. Então, você foi apresentada ao mundo desde quando você veio ao mundo. Aos cinco anos, você foi matriculada numa escolinha regular e nessa escolinha você foi muito bem recebida, lá a diretora já tinha essa ideia da inclusão. Isso foi em 99/2001. A partir do momento que você entrou para a escolinha, você começou a ter também o acompanhamento de uma professora particular todos os dias em casa. Essa professora particular garantia o aprendizado da aula anterior para você. Isso foi muito importante, tudo que você aprendia lá na escolinha, você recapitulava em casa com a professora particular. Além dessa professora também, quem te acompanhava era uma psicopedagoga que foi de suma importância no seu desenvolvimento escolar. Ela te acompanhou até o 7º ano. Então, tudo isso é importante para o desenvolvimento. Os profissionais, a vida em si, a escola... Eu acho que tudo, tudo que puder, tudo traz um benefício muito grande (Marisa Camargos, 2022.)

Ser apresentada ao mundo desde quando veio ao mundo é a ideia que se deve fortalecer na luta contra o capacitismo. A fala de Marisa, que é mãe de uma pessoa com síndrome de Down, nos ajuda a resistir ao olhar que segrega e reforça a lógica preconceituosa do capacitismo que está por trás da crença, ainda muito disseminada, de que a pessoa com deficiência não pode ocupar todos os espaços sociais. Essa ideia tem impacto em todos os âmbitos da vida das pessoas com deficiência, ao produzir exclusão e relegar essas pessoas a espaços segregados e invisíveis. Portanto, estar no mundo e ser apresentado a ele é justamente demarcar que fazemos parte dele e não que precisamos ser apresentados a esse mundo que nos querem impor – um mundo capacitista, um mundo que segrega, um mundo que demarca lugares de privilégios. Marcar presença nessa realidade ainda tão distante do que consideramos justo é, sobretudo, fortalecer a ideia de que estar no mundo é fazer parte dele, desse mundo onde todas as pessoas cabem nele, independentemente de suas características e/ou condições.

Enfrentar as segregações e violências que o capacitismo produz está entre os focos principais da luta dos movimentos por direitos das pessoas com deficiência, que lembram que todos pertencemos à incrivelmente diversa raça humana. Cada ser humano tem uma série de peculiaridades que o tornam singular, diferenciado de todos os demais da espécie. Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade como condição humana está na base do conceito de sociedade inclusiva, que é pautado no reconhecimento de todos os sujeitos como participantes da sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

O que está em jogo é, segundo Candau (2012, p. 718), a busca por

[...] garantir a igualdade entre todas as pessoas e a denunciar as múltiplas desigualdades que necessitamos superar para que se logre a efetivação dos direitos humanos, realidade ainda muito precária e frágil na maior parte do planeta, especialmente quando referida aos grupos excluídos, marginalizados e discriminados.

No paradigma da sociedade inclusiva, portanto, os ambientes e os processos da vida social, da educação e do trabalho devem dar conta das pessoas do jeito que elas são, reconhecê-las como sujeitos sociais e de direitos. Nesse sentido, Candau (2012), em diálogo com Boaventura de Sousa Santos (2006), aponta que:

Para que os direitos humanos possam verdadeiramente ser ressignificados hoje, numa perspectiva que não nega a sua história, mas quer trazê-los para a problemática contemporânea, terão que passar por um processo de reconceitualização, que tem como questão-eixo a articulação entre igualdade e diferença, isto é, a passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença. Não se trata de, para afirmar a igualdade, negar diferença, nem de uma visão diferencialista absoluta, que relativize a igualdade (Candau, 2012, p. 719).

Em concordância com os autores, acreditamos que o trabalho, dimensão essencial da vida, é um aspecto importante na construção da sociedade inclusiva. Considerando a perspectiva do trabalho, a história de Luísa traz

à tona o reconhecimento da diferença – a singularidade dessa mulher, com sua trajetória e perfil específicos – articulado à perspectiva de igualdade de acesso ao trabalho. E a caminhada na vida profissional é mais uma etapa de desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência.

Nesse lugar de sujeito trabalhador, a história de Luísa ganha novos capítulos, nos quais ela amplia o processo de construção de seu lugar na sociedade. Foi assim que a história da vida dela, que também a levou ao encontro com a profissão, a fez chegar à Agência de Iniciativas Cidadãs – AIC para compor parte da equipe, atuando em sua área, dois meses depois de sua formação em RP, em 2019.

Construir e narrar a própria história: um caminho de cidadania

Antes de tornar-se RP, Luísa experimentou o mercado de trabalho, tendo como sua primeira experiência profissional o cargo de auxiliar administrativa em um estabelecimento comercial, assim que terminou o ensino médio.

Eu comecei a trabalhar no Super Nosso em 6 de maio de 2015. Nessa época já tinha terminado o ensino médio, e minha amiga Cristina, Assistente Social, me indicou para a trabalhar lá. Minha carteira de trabalho foi assinada com o cargo de Auxiliar Administrativo, e eu fazia vários tipos de atividades ligadas ao recebimento de mercadorias e a procedimentos financeiros. Foi uma experiência muito legal, descobri o quanto o trabalho pode ser um espaço de realização pessoal. Foi interessante adquirir experiência e conviver com uma equipe. Mas um tempo depois, precisei me desligar, para me dedicar ao curso de Relações Públicas (Luísa Camargos, 2023).

A sua escolha pelo curso de Relações Públicas se deu com base em algumas pesquisas que fez na internet. Ao ler as competências dos profissionais de RP, sentiu-se motivada e atraída pela profissão. Em suas palavras:

Percebi que em mim existiam características de uma RP. Então, posso afirmar que a profissão me escolheu. E isso aconteceu enquanto eu ainda estava no curso de graduação. Já naquele tempo eu iniciava algumas importantes atividades profissionais: dava palestras², era mestre de cerimônia em eventos e atuava como digital influencer nas redes sociais³. E o tema

da sociedade inclusiva estava sempre presente, pois eu compreendia que a minha história poderia ser uma inspiração, pois ela mostra o quanto é importante que as pessoas tenham oportunidades para se desenvolver. As oportunidades fazem toda a diferença na vida de qualquer pessoa. Afinal, todos nós temos potenciais. É preciso ter acesso às condições necessárias para desenvolvê-los. Muitas pessoas têm curiosidade sobre a minha história, e eu gosto de contá-la. Sei que o meu exemplo ajuda as pessoas com deficiência e as famílias delas, pois ele mostra que é possível e muito necessário enfrentar os preconceitos, o capacitismo. Por isso, sempre fiz questão de realizar palestras, para reforçar que é preciso dar oportunidades para que tenhamos uma vida digna, tanto profissionalmente quanto pessoalmente. E foi em uma das minhas palestras que fiz no Instituto Mano Down⁴ que uma das colaboradoras da AIC conheceu a minha história⁵. Naquele momento, no ano de 2018, aconteceu meu grande encontro com a profissão: eu tinha acabado de me formar e passei a atuar como RP na equipe da AIC (Luísa Camargos, 2023).

Na AIC, Luísa desenvolveu e desenvolve diversas ações e projetos voltados para a mobilização social na perspectiva da inclusão, como o projeto *Inclusive Luísa*, o podcast de mesmo nome, além de atuar nos projetos de educação, como o *Educação Inclusiva* (programa que forma professores de redes públicas de ensino para o desenvolvimento de práticas de ensino mais inclusivas). Além disso, em parceria com outros companheiros e companheiras da AIC, Luísa se lançou no desafio de ser pesquisadora e já publicou diversos artigos nacionais e internacionais.

Trazer a luz às histórias de vida como a de Luísa é uma forma de fortalecer a ideia de que somos todos narradores e que estamos sempre contando fatos que nos tocam, registrando de algum modo as nossas memórias. Seja nos espaços formais, como a escrita de um artigo, em uma entrevista para algum veículo de comunicação, ou nos espaços informais, como as redes sociais, os encontros cotidianos, as ruas, as praças, o estar com o outro para conversar narrar sobre as coisas, sobre o mundo e seus atravessamentos.

Para Passeggi (2000, p. 5), narrar é humano e biografar-se faz parte do processo de se afirmar como sujeito que constrói a sociedade, pois implica o ato social de se colocar no centro da história. Nesse sentido, a autora in-

daga: “Quem detém o poder e/ou dever de escrever sobre a própria vida?”. É fundamental reivindicar esse poder e assumir essa responsabilidade. É preciso assumir-se autor da própria história e responsabilizar-se por ela. A escrita de si, portanto, surge como um ato de constituir-se a si mesmo e de inscrever-se no mundo.

Narrar as histórias de vida é reconhecer histórias ainda não contadas como possibilidade de formação e aprendizado. É também, como afirma Walter Benjamin (1987), preservá-la do esquecimento. Além disso, pode ser uma maneira de mudar a forma como se vê o mundo.

A partir das considerações de Josso (2007), entendemos que os processos de formação e de mobilização social calcados na contação e na difusão de histórias de vida podem ter importantes efeitos tanto em quem conta a história quanto em quem entra em contato com a história contada. A construção e a circulação de um relato autobiográfico cuja marca seja a de *remar contra a maré* e ir em busca de determinado ideal colocam em questão a ideia de que haveria destinos historicamente previsíveis para as pessoas. Ao mostrar como as marcas da ação do sujeito e das circunstâncias específicas da vida dele vão transformando coisas originalmente dadas como pré-definidas, é possível evidenciar, de forma concreta, que nenhum destino está 100% traçado. A ação crítica e transformadora da realidade é, portanto, não só possível como muito necessária.

Além disso, a história que se narra pode ser problematizada a partir da imaginação sensível, tanto de quem conta quanto de quem escuta a história, criando e ampliando possibilidades futuras de transformação daquela biografia específica – o que pode transbordar para a abertura de caminhos para transformações coletivas, também. Afinal, a história que se conta tensiona o que está estabelecido, indica que as coisas podem ser diferentes do que são; que nada é cristalizado.

Todas as pessoas agem no mundo em busca de algo, e esse agir precisa ser valorizado. Então, é muito importante narrar histórias ainda não contadas, das pessoas comuns (Certeau, 1998). Por isso, para Walter Benjamin (1987) é importante narrar os acontecimentos sem distinguir os grandes e

os pequenos, pois o que de verdade importa é considerar que nada do que um dia aconteceu possa ser perdido para a história. E o olhar sensível em relação a cada uma dessas histórias é o que traça a linha entre o poder de desumanizar e o poder de humanizar que um relato de vida evoca.

O trabalho de uma vida e de uma causa

A diversidade, como dimensão humana, deve ser entendida como a construção histórica, social, cultural e política das diferenças que se expressa nas complexas relações sociais e de poder (Pessoa, 2018, p. 62).

Quando a história de Luísa se encontrou à da AIC, sua biografia, seu ativismo e seu trabalho se conectaram de forma profunda. Iniciativa nascida de uma TV comunitária nos anos 1990 e até hoje voltada a democratizar a comunicação para que ela esteja a serviço de causas cidadãs, essa OSC tem uma missão que se assemelha muito ao propósito de vida de Luísa.

A história da AIC é construída na promoção da diversidade e da mobilização social. A ideia é tecer redes e, assim, promover a cidadania. Nas palavras da Instituição, suas ações visam conectar fazeres e saberes a fim de:

Fortalecer sujeitos, grupos, organizações e redes no enfrentamento aos desafios de construção da cidadania. Esse é o nosso propósito. Para realizá-lo, apostamos em uma atuação múltipla: educação ativa, facilitação de diálogos, comunicação participativa e mobilização social são algumas de nossas principais apostas (Retirado do site da AIC⁶).

No esforço cotidiano de construir *inéditos-viáveis* (Freire, 1996) e de não tão somente conformar-se em repetir possíveis é que a AIC já promoveu e promove diversos projetos⁷, dos quais destacamos alguns, como: AIC Lab (de apoio gratuito a coletivos e entidades em suas demandas de comunicação e busca por sustentabilidade); Comunidade Viva Sem Fome (de promoção da segurança alimentar de famílias em extrema pobreza); Conexão Comunidade (de fortalecimento da memória e da cultura popular nas escolas e

comunidades); Inclusive Luísa (projeto que concebido e coordenado por Luísa, voltado à difusão da causa da sociedade inclusiva), entre outros.

Como parte da história da AIC, a história de Luísa também foi sendo construída no projeto Inclusive Luísa, partindo do encontro entre a sua profissão e das ações de mobilização por uma sociedade sem capacitismo. Por meio do trabalho coletivo na AIC, vamos juntos trilhando uma trajetória pautada na defesa da sociedade inclusiva e no enfrentamento às lógicas excludentes ainda tão arraigadas. É nessa luta que nossas histórias se cruzam, a história das autoras que assinam essa escrita, a história da instituição, a história de um coletivo, tendo um horizonte ético em comum: a crença de que a diversidade é uma riqueza humana.

Valendo-nos do subterfúgio da memória, buscamos neste texto deixar a marca da história que se dá partir do recorte das ações da AIC, do projeto Inclusive Luísa, e do entrecruzamento de nossas histórias. Histórias que foram e vêm sendo construídas na promoção da diversidade, entendendo que sem memória não é possível saber sua identidade. Se não há memória, não há história (Gagnebin, 2006) e, se não houver quem narre, quem conte a história, corremos o grande risco de que a história se perca e caia no esquecimento (Benjamim, 1987).

Danusa Tederiche

Tudo passa e tudo fica
porém o nosso é passar,
passar fazendo caminhos caminhoS
sobre o mar
(...)

Caminhante, são tuas pegadas
o caminho e nada mais;
caminhante, não há caminho,
se faz caminho ao andar

Ao andar se faz caminho
e ao voltar a vista atrás
se vê a senda que nunca
se há de voltar a pisar

Caminhante não há caminho
senão há marcas no mar...

(Trechos de Cantares, de Antônio Machado)

Os versos de Antônio Machado nos provocam a refletir sobre a caminhada e os aprendizados que vamos construindo em nossa trajetória. Defendendo a importância das histórias de vida e sobretudo, de ouvir e contar histórias, trouxemos até o momento rastros de memória de Luísa Camargos e de outras histórias que atravessaram a sua caminhada, como a história da AIC. Contudo, antes de seguirmos para as linhas finais na escrita desse artigo, percebemos que seria também esta, a oportunidade de contar mais uma história: a de Danusa Tederiche, que também assina esse texto e, apresentar como todas essas histórias se entrelaçam enredando a construção de memórias em rede e de mobilização social.

A história de Luísa, Danusa e da AIC se entrecruzam e ganham novas linhas no projeto *Educação Inclusiva*⁸, iniciativa que a entidade, desde 2017, realiza em parceria com a Vale. Desde sua primeira edição, Luísa tem sido palestrante e cerimonialista nas ações do projeto. Contudo, foi no ano de 2020 que Danusa chega para compor a equipe, auxiliando na coordenação do projeto e na produção de material de formação em educação inclusiva, material⁹ este voltado para escolas da rede pública, tendo como público alvo professores/as participantes do projeto.

Meu último contato efetivo com a pauta da educação inclusiva se deu ainda na graduação em Pedagogia. Além disso, como professora regente em rede particular de ensino, eu havia tido algumas poucas experiências em lecionar com estudantes com deficiência, sendo um com deficiência motora e os demais laudados de forma diversas como: transtorno global de desenvolvimento e TDAH. além de alguns outros estudantes que não eram diagnosticados, embora dessem pistas de alguma condição no desenvolvimento cognitivo e social. Apesar dessa experiência anterior, ao receber a proposta de atuar em um projeto de educação inclusiva, no momento em que me encontrava na fase de conclusão e defesa da dissertação do mestrado, e tendo minha pesquisa voltada para a formação de professores em diálogo com redes de docentes latino- americanas, me senti muito feliz

em poder pensar a formação de professores com as lentes voltadas para a perspectiva da educação inclusiva (Danusa Tederiche, 2023).

As pegadas das andanças de Danusa deixaram marcas em sua história como educadora e seus atravessamentos no campo da educação inclusiva. Embora sua trajetória, até aquele momento, não fosse voltada especificamente para a inclusão, ela foi percebendo a oportunidade de refazer caminhos formativos, ou caminhos de *vidaformação*¹⁰, de seguir com outras andanças. Afinal, como nos ensina o poeta em epígrafe “caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”.

Das atribuições esperadas de mim no projeto Educação Inclusiva estava, além de ajudar no planejamento dos encontros *online* com as professoras, do apoio no levantamento dos materiais para montagem das salas de recursos, a atuação na produção de um *ebook* do projeto. Como estratégia, propus, para além de trazer um conteúdo específico acerca de inclusão, da abordagem das políticas públicas e/ou conceitos sobre cada tipo de deficiência, a ideia de ouvir as/os professoras/es e que suas histórias e experiências vividas nos servissem de material empírico para construção de um conhecimento científico, entendendo que é no chão da escola e nas práticas educativas que o conhecimento acontece. Por isso, propusemos a escrita de memoriais. Um outro desafio que me atravessava naquele momento era justamente no que se pautava a proposta do projeto - INCLUSÃO. A Luísa também faria parte na produção desse *ebook*. E para mim as inquietações eram: Como efetivar a participação de uma pessoa com Síndrome de Down, de forma que a produção tivesse também a verdade dela? Que metodologias e estratégias eu deveria usar para que a marca da Luísa estivesse presente no livro? Como primeiro movimento - pois além de ainda estarmos nos conhecendo, tivemos o desafio de construir esse laço de confiança, respeito e trabalho de forma virtual, através das telas de nossos computadores - propus a Luísa a leitura de pequenos textos, e que após isso ela respondesse algumas perguntas. Um segundo movimento foi marcar encontros para com ela tecer conversas e assim perceber e registrar suas falas, suas expressões, pensamentos e ideias. A atividade gerava os textos para o *ebook* e era, para mim, uma oportunidade de conhecer, a partir da própria narrativa dela, a história de vida da Lu. Com esse material em mãos, organizamos sua presença no livro de forma que ela surgisse com algumas falas de intervenção, reflexão e/ou informação. E, para dar ainda mais sua identidade no texto, tivemos a ideia de criar um avatar (cla-

ro que pedimos essa ajuda para uma designer) para incluir a imagem dela no livro. E assim foram os primeiros passos dado por mim ao trilhar uma nova caminhada, passos esses que só foram possíveis porque a caminhada nunca foi solo, sempre foi acompanhada da própria Luísa, que me guiava por todo o tempo, e de toda a equipe da AIC (Danusa Tederiche, 2023).

Nas palavras de Danusa, podemos perceber que melhor do que a chegada é a possibilidade de viver as andanças. As descobertas, os encontros e desencontros. E nessa curiosidade de *professorapesquisadora*, ser lançada a desafios que a deslocam e trazem movimento é também a oportunidade em aprender. Aprender mais sobre si, sobre o outro, sobre as coisas, sobre o mundo.

A AIC tem me proporcionado como *professorapesquisadora* oportunidades outras de deslocamento. Os projetos nos quais tenho participado me permitem contribuir com o olhar de educadora, mas sobretudo, me permitem aprender muito mais sobre mim, sobre a profissão, sobre os outros, sobre o mundo. Falando mais sobre a minha relação com Luísa, além do projeto que me trouxe para a AIC e no qual a conheci, no ano de 2022 recebi a grata oportunidade de acompanhar o projeto Inclusive Luísa, que tem a própria como protagonista. E foi nesse projeto que a minha relação de trabalho com a Lu foi sendo cada dia mais alinhada. Fomos juntas descobrindo a melhor forma de organização, interlocução e efetivação das ações. A Lu tem uma demanda bastante intensa e para ela, há sempre o desejo em fazer mais. Precisei entender e aprender também a lidar com essa organização de suas tarefas. Uma coisa que gostaria de destacar aqui é que, se no projeto Educação Inclusiva, eu estava encontrando ainda de forma embrionária uma metodologia de escrita e produção de textos com a Lu, hoje, podemos dizer que estamos cada vez mais alinhadas nessa atividade. Podemos dizer que juntas, e também com outras parcerias dentro da AIC - aqui destaco a Rafaela Lima que sempre nos apoia, incentiva e desafia - já produzimos dois textos para o ABRAPCORP e um texto internacional para a CLACSO (Conferência Latino-americana de Ciências Sociais), sendo o presente artigo mais uma escrita nossa juntas. Isso sem falar dos textos que produzimos para a página do blog Inclusive Luísa¹¹.

Essa oportunidade tem sido para mim ímpar. Conhecer a história de Luísa, trabalhar com ela, conhecer as muitas outras histórias a partir de Luísa, é o que tem tornado a minha caminhada mais significativa e feliz. Então, sem medo de errar, eu posso afirmar que Luísa tem sido o meu chão da

escola, com ela aprendo cotidianamente sobre inclusão, sobre mobilização social, sobre humanidade, sobre a vida! (Danusa Tederiche, 2023).

Sentimos que a história de Danusa, entrelaçada à de Luísa e à da AIC, nos mostra aspectos importantes da mobilização social pela sociedade inclusiva. O primeiro aspecto que merece ser destacado é que a perspectiva da corresponsabilidade – estamos, juntas, aqui e agora, construindo a luta pela sociedade inclusiva. Junto conosco, há uma rede conectada a essa aposta. Só a nossa ação compartilhada é que pode fazer essa luta avançar. Assim, a contribuição de cada um/a é vital. Se aguardarmos as condições adequadas para construir a transformação social, vamos morrer esperando. Então, é preciso que todos/as arregacem as mangas e se comprometam a empreender os melhores esforços para construir o possível, hoje, mirando o que ainda se mostra como impossível.

Também é preciso aceitar o provisório, o incerto, a criação, sempre processual, do jeito de atuar. Não há fórmula. Nunca uma pessoa com SD, até então, tinha desempenhado o trabalho que Luísa realiza na AIC. Era – e é – preciso inventar um jeito nosso. A Lu nos ensina isso, todos os dias.

Transformar-se e ir em busca de transformações

Essa África onde eu vivo é uma sociedade que escuta. As pessoas escutam os outros e, na conversa, há uma distribuição de tempos: o tempo da fala e o tempo da escuta, como se por turnos as pessoas soubessem o que fazer (Mia Couto, 2023, p. 1).

O projeto Inclusive Luísa é, fundamentalmente, um espaço de sensibilização, escuta e diálogo, como na perspectiva trazida na epígrafe, fomentando uma sociedade de escuta em que todas as vozes são para nós importantes de serem ouvidas. Nos podcasts, a Lu, com sua acolhida afetuosa e seu diálogo sensível com cada convidada/o, abre caminho para que histórias muito belas sejam contadas. Nos conteúdos do site, nas palestras e formações, na

interação com as demais equipes, o que esse projeto fez, inicialmente, foi aguçar a sensibilidade da AIC em relação ao tema. Aí sim, a gente pode ir em busca de semear o apelo social por essa mesma sensibilidade.

O projeto Inclusive Luísa promove a comunicação para a mobilização social ao incidir nos diferentes fatores que fortalecem os vínculos de um público com uma causa e uma ação coletiva em prol dessa causa, sendo eles: informação (é preciso fornecer às pessoas informações de qualidade e suficientes para que tenham conhecimento efetivo da causa); julgamento (evidenciar o sentido e o valor do projeto de mobilização, com vistas a que as pessoas se decidam por legitimá-lo, apoiá-lo e defendê-lo); ação (realizar ações concretas e convidar os públicos ao engajamento em tais ações é de grande importância); coesão (articular as ações de variados atores sociais em prol da causa, de modo a possibilitar que a ação deles seja concatenada, ao invés de dispersa); continuidade (não ser pontual, perenizar-se) e, finalmente, corresponsabilidade (engajar pessoas e instituições à mobilização de uma forma bastante profunda, de modo que se sintam corresponsáveis pelo sucesso daquela empreitada).

No que diz respeito à informação, o projeto busca tecer diálogo com especialistas, pesquisadores e pessoas que veem na causa inclusiva sua causa de vida. Nesse sentido, o podcast já trouxe para o diálogo diversos nomes, como o do cineasta, educador social e criador do projeto Cromossomo 21, Alex Duarte; a pedagoga, mestre e doutoranda em educação inclusiva Fernanda Abreu; as fisioterapeutas Larissa Silva e Lorena dos Reis - que, no trabalho de conclusão de curso, fizeram uma revisão bibliográfica a respeito de mães de pessoas com paralisia cerebral, entre outros/as. A ideia é buscar colaboradores que possam oferecer ao ouvinte informações qualificadas sobre as diversas facetas da luta pela sociedade inclusiva.

No âmbito do julgamento, o podcast Inclusive Luísa que faz parte do projeto homônimo lançado em 2020 pela AIC e tem como proposta convocar as pessoas a se abrirem à diversidade, por meio da produção de conteúdos informativos e educativos. A iniciativa mostra que condição humana é di-

versa e todos os sujeitos, quaisquer que sejam as suas especificidades, têm direito à cidadania. E, por assim ser, os episódios buscam reforçar o ideal e a necessidade social da mobilização, pois atua como espaço que convoca o público a apoiar, legitimar e defender a inclusão, levando a elas conhecimento – afinal, entendemos que o conhecimento é um caminho eficaz na luta contra o capacitismo.

Já quanto à ação, busca-se, através da visibilidade e alcance que o universo digital tem obtido, oportunizar que histórias como a de Luísa e de tantas outras pessoas com deficiência possam ser narradas por elas mesmas. A ideia é ser um espaço de escuta e ecoar de vozes que por muitas décadas foram silenciadas. Também podemos dizer que o podcast traz em seu modus operandi a articulação de ações de variados atores sociais em prol da causa, incidindo assim no fator coesão.

Tendo em vista os fatores ação e coesão acima citados, destacamos que o Inclusive Luísa, sempre em movimento com podcasts, notícias, divulgação de pautas importantes, busca engajar pessoas e instituições em ações concretas pela causa. Além disso, buscamos fazer do projeto um *ponto de encontro* entre pessoas e instituições variadas, envolvidas na luta pela sociedade inclusiva. Com isso, fomentamos interações e colaborações.

A continuidade é um ponto de atenção importante. Ações pontuais não geram mobilização social efetiva. Foi pensando nisso que criamos o Inclusive Luísa como uma ação institucional perene da AIC. Além disso, o podcast foi pensado por temporadas. Na criação de cada uma delas, é feito um levantamento prévio das pautas e dos convidados, em diálogo com os ouvintes através das redes sociais, para entender a demanda esperada. O podcast está caminhando para sua 4ª temporada e a expectativa é que sejam produzidas duas temporadas anualmente, para assim atender ao compromisso com a continuidade.

Por fim, é possível dizer que há corresponsabilidade. Fruto da convergência dos fatores anteriores, temos conseguido um envolvimento profundo de pessoas e organizações, que atuam na construção das pautas tratadas pelo projeto e são multiplicadoras dele nas suas organizações e redes.

Vale mencionar que o carro-chefe do Inclusive Luísa – os podcasts – são espaços onde as pessoas contam as histórias das vidas delas. Histórias nas quais a inclusão social da pessoa com deficiência aparece como princípio ético e ação concreta. O projeto se constrói a partir da tessitura de uma rede de memórias. O convite aos públicos é que escutem o outro, aprendam sobre o outro, em contato com o que ele conta de sua experiência de vida. Ouvir e contar histórias pode ser, portanto, uma excelente oportunidade de construção de aprendizados e de quebra de preconceitos historicamente construídos.

Nas linhas iniciais desta escrita, aprendemos com Chimamanda (2019) e a trazemos mais uma vez nessas linhas finais, para ressaltar a importância de compreender que o caminhar da sociedade é um caleidoscópio de histórias plurais, e não uma história única. Nesse sentido, ocupar espaços que antes nunca foram ocupados, ampliar a visibilidade de pessoas e pautas historicamente apagadas do contexto social e incentivar o outro a viver a vida em sua plenitude é também uma forma de afirmar o direito à vida em todas as suas dimensões. Por isso, acreditamos que dar visibilidade a exemplos de histórias de pessoas e/ou instituições que romperam com o paradigma da segregação, do capacitismo e do preconceito, é mostrar, de forma concreta, que a diversidade humana é uma riqueza. Quanto mais pessoas e instituições compreenderem isso, mais caminharemos na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Por isso, contar histórias é um ato político. Lutar contra o esquecimento e a denegação é lutar também contra a repetição do horror (Gadnebin, 2006): o horror de se viver num mundo excludente, num mundo onde não há espaço para todos exercerem a cidadania. Seguimos espalhando a certeza de que nossa humanidade reside numa compreensão oposta: a de que todo mundo cabe no mundo, e o mundo fica melhor quando todo mundo cabe nele – como bem afirma Luísa, no início de cada um de seus podcasts.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas*, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, tese n. 3. “Madame Asriadne, segundo pátio à esquerda” e “Rua de mão única”, In: *Obras escolhidas*, vol. 2, São Paulo, Brasiliense, 1987.

SANTOS, B.S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715–726, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: 9 fev. 2023.

COUTO, Mia. O poder de contar e ouvir histórias. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/o-poder-de-contar-e-ouvir-historias>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Cortez, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*, Porto Alegre, v. 30, n. 3 (63), p. 413–438, set./dez. 2007.

MORAIS, Jacqueline F. S. *Vozes da educação: formação de professores, narrativas, políticas e memórias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais de formação: processos de autoria e de (re)construção identitária. In: *Conferência de Pesquisa Sociocultural*. Anais eletrônicos. Campinas: [s.n.], 2000.

PESSOA, Sônia Caldas. *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Belo Horizonte: PPGCOM, 2018.

PINEAU, Gaston. Emergência de um paradigma antropofomador de pesquisa-ação-formação transdisciplinar. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 102–110, set./dez. 2005.

Fontes online e mídias:

PODCAST INCLUSIVE LUÍSA. Inclusive Marisa Camargos. Temporada 2, episódio 8. YouTube, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y7kDCGqsGWA>. Acesso em: 17 jan. 2023.

AGÊNCIA DE INICIATIVAS CIDADÃS (AIC). Nossa identidade. Disponível em: <https://www.fronteras.com/leia/exibir/o-poder-de-contar-e-ouvir-historias>. Acesso em: 3 fev. 2023.

CENÁRIOS DE CRISE E
COMUNICAÇÃO: INTERFACES
ENTRE ORGANIZAÇÕES, SAÚDE
COLETIVA E TRABALHO

CAPÍTULO 11

Prevenção à próxima epidemia: organização para reduzir a desigualdade por meio do Movimento Cooperativista Sindical

HEATHER M. ZOLLER¹

Na conferência da Abrapcorp de 2021, fui convidada a falar sobre como os *insights* da comunicação organizacional e da pesquisa de relações públicas podem melhorar o nosso entendimento sobre a pandemia de Covid-19. A pandemia evidenciou falhas públicas em se preparar adequadamente para um surto de uma doença contagiosa. Como resultado, muitos países experimentaram *lockdowns* extensos, doenças generalizadas e mortes prematuras, bem como desinformação desenfreada que levou a teorias da conspiração e hesitação vacinal. Esses problemas demonstram a necessidade de fortalecer a nossa funcionalidade de saúde pública global. A pesquisa pode ser aplicada para melhorar as mensagens de saúde pública, expandir o planejamento médico e melhorar a comunicação governamental sobre crises. No entanto, defendo que devemos priorizar a investigação de forma a *prevenir* a doença, organizando mudanças nas causas fundamentais da doença e das disparidades em saúde.

Neste artigo, discuto os benefícios e desafios dessa abordagem de *causas fundamentais* na organização para a prevenção. Em seguida, destaco os movimentos por economias alternativas, e o movimento cooperativo sindical

em particular, como um caminho para intervir nas causas fundamentais da doença por meio de mudanças econômicas e culturais. Esforços de economia cooperativa, como o movimento `1worker1vote.org` que descreverei, têm o potencial de reduzir as desigualdades sociais e econômicas e fortalecer as relações sociais de forma que possam diminuir nossa vulnerabilidade a catástrofes de saúde pública.

Comunicação organizacional, Relações Públicas e lições da Covid

A pandemia demonstrou a necessidade de incentivar a população e os governos a priorizarem investimentos em nossa infraestrutura de saúde pública. À medida que as taxas de incidência da doença aumentavam, clínicas e hospitais em muitos países estavam sobrecarregados e sem recursos médicos adequados, incluindo respiradores, pessoal e equipamentos de proteção. Embora precisemos garantir um preparo médico adequado, nos beneficiaríamos mais se priorizássemos investimentos na “prevenção” de doenças, melhorando a infraestrutura de saúde pública. Orientar para a prevenção é melhor do que uma abordagem curativa, porque salva vidas, permite que as pessoas mantenham obrigações de trabalho e sociais e reduz a demanda por tratamentos médicos e pessoal dispendiosos. (McKnight, 1988).

Investir em prevenção significa apoiar as capacidades dos departamentos de saúde em doenças infecciosas, incluindo epidemiologia e vigilância de doenças, planejamento e coordenação de emergências, quarentena e desenvolvimento de vacinas. Apoiar a saúde pública também envolve esforços dos departamentos de saúde, agências ambientais, engenheiros civis e gerentes de locais de trabalho para oferecer ar e água limpos, tornar os alimentos seguros e acessíveis e criar condições de trabalho saudáveis. Essas questões não parecem estar ligadas a doenças infecciosas, mas problemas nessas áreas comprometem o nosso sistema imunológico, tornando os indivíduos mais vulneráveis a vírus como o da Covid-19. (Garrett, 2000; Stillwaggon, 2006). Por exemplo, pessoas com condições preexistentes, como asma, doenças

cardíacas e câncer, enfrentaram riscos significativamente maiores com a propagação da Covid. (Lam *et al.*, 2023).

A pandemia também demonstrou que investir na prevenção requer infraestruturas de comunicação consistentes para que os públicos entendam como se proteger e proteger os outros. As autoridades de saúde pública devem abordar a disseminação global de desinformação decorrente das tecnologias virais das novas mídias, a desinformação estratégica de campanhas de interferência estrangeira e a defesa de questões políticas. (Himelein-Wachowiak *et al.*, 2021; Wardle Singerman, 2021; Zadrozny; Collins, 2020).

Por fim, a pandemia ressaltou a necessidade de esforços de prevenção para abordar as causas principais da doença, às vezes chamadas de *causas fundamentais*. Os maiores preditores do estado de saúde são as questões interligadas de níveis de renda e *status* social, incluindo etnia e nacionalidade. (Kennedy *et al.*, 1998; Marmot; Bell, 2012; Pickett; Wilkinson, 2015). Durante a pandemia, pessoas de baixa renda e minorias raciais enfrentaram taxas mais altas de Covid e casos mais graves (Laster Pirtle; Wright, 2021; Nogueira Avelar; Silva *et al.*, 2020). Isso reflete um padrão de longa data em que grupos de baixa renda e membros de minorias raciais e étnicas em todos os países têm piores resultados de saúde do que grupos dominantes e de renda mais alta (World Health Organization, 2018). Essa situação deixa os grupos marginalizados mais vulneráveis a uma série de doenças.

A nossa renda e *status* social estão ligados ao fato de termos ou não recursos para proteger a nossa saúde (por exemplo, ter acesso a alimentos nutritivos) e evitar riscos (por exemplo, experimentar condições de trabalho seguras e exposições ambientais reduzidas). A nossa posição material e social influencia o grau em que enfrentamos formas de discriminação que levam a fatores estressantes de saúde física e mental. (Obinna, 2021). Essas questões também estão intimamente relacionadas ao nosso senso de agência em termos de ter controle sobre nossas vidas, o que prediz fortemente o nosso estado de saúde física e mental. (Marmot; Theorell, 1991, Kennedy *et al.*, 1998). Essas “causas fundamentais” subjazem à matriz de fatores que se inter-relacionam para produzir doenças (isto é, genética, estilos de vida,

ambiente, germes e micro-organismos). Abordar esses fatores teria, portanto, o maior impacto na redução das disparidades de saúde e na manutenção das comunidades saudáveis. Isso implica enfrentar as crescentes taxas de pobreza e desigualdade resultantes de baixos salários, trabalho precário e acesso desigual aos recursos do desenvolvimento (United Nations, 2020).

Desafios da comunicação

Apesar dos benefícios de se organizar para a prevenção, abordando as causas principais da doença para salvar vidas, reduzir doenças e reduzir custos médicos, essa estratégia de organização enfrenta grandes desafios de comunicação. Estudiosos da comunicação organizacional e de relações públicas podem ajudar a encontrar maneiras de superar a invisibilidade da prevenção, ideologias do individualismo e políticas de classe que minam estratégias eficazes da *causa fundamental*.

Primeiro, é desafiador comunicar os benefícios dos esforços proativos de saúde pública. Descrevo a dificuldade de chamar a atenção do público para a prevenção de doenças como o *paradoxo da prevenção*. A prevenção é difícil de conceituar devido a sua natureza invisível. Quanto mais bem-sucedidos forem os esforços de saúde pública, mais desafiador será *comunicar* esse sucesso. Como descreveu Garret (2000),

a saúde pública é negativa. Quando está no seu melhor, nada acontece. Não há epidemias, alimentos e água são seguros para consumo, os cidadãos estão bem informados sobre hábitos pessoais que afetam sua saúde, as crianças são imunizadas, o ar é respirável, as fábricas obedecem a padrões de segurança dos trabalhadores, há pouca disparidade de classe. (Garrett, 2000, p. 7).

O paradoxo emerge da invisibilidade dos benefícios. Não podemos saber a extensão dos problemas que não ocorreram. Assim, quanto mais efetivos forem os programas, maior a probabilidade de as iniciativas enfrentarem cortes orçamentários. Como explicou Garrett (2000, p. 7), “na ausência de fracassos nessas áreas, os políticos enfrentaram crises orçamentárias

[...] pode sentir-se justificado em cortar os orçamentos públicos da saúde? Por exemplo, o financiamento de doenças como a tuberculose diminuiu à medida que os públicos modernos deixaram de percebê-las como uma ameaça devido a iniciativas de saúde pública anteriormente bem-sucedidas (Harrington, 2010). Da mesma forma, os cientistas estavam perto de criar uma vacina contra o coronavírus antes da pandemia, mas o financiamento evaporou, porque funcionários do governo e outros financiadores não viram a necessidade. (Hixenbaugh, 2020). Autoridades do governo, como Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil, cortaram forças-tarefas de preparação para a pandemia e financiamento de pesquisas por falta de necessidade. (Riechmann, 2020; Taylor, 2020).

Também notei esse paradoxo da prevenção durante a pandemia, quando muitas pessoas trataram o sucesso inicial dos *lockdowns* precoces na prevenção da propagação da Covid-19 em muitos países como prova de que a doença não era uma ameaça e as medidas de segurança eram *desnecessárias*. Hoje, muitos líderes mundiais já estão reduzindo o financiamento para os esforços contra a Covid-19 em vez de promover a vigilância e a preparação contínuas, mesmo com o surgimento de novas cepas em todo o mundo.

Um segundo grande desafio na defesa da promoção preventiva da saúde pública é o domínio de ideologias individualistas em muitos países ocidentais e capitalistas. Os esforços de saúde pública exigem ações coletivas, como investimentos em água potável e sistemas alimentares, redução da poluição e acesso equitativo às vacinas. As preferências por soluções individualistas muitas vezes levam a privilegiar o sistema médico em detrimento da saúde pública (Hancock; Duhl, 1991; Tesh, 1994). Por exemplo, os EUA individualistas gastam mais em cuidados médicos *per capita* do que qualquer outra nação (Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, 2019). Da mesma forma, instituições globais e governos nacionais que promovem sistemas econômicos neoliberais tendem a desinvestir em saúde pública em favor de sistemas de assistência médica privatizados e mercantilizados. (Dutta, 2021; Kim *et al.*, 2000; Millen *et al.*, 2000; Sparke, 2017).

Culturas individualistas também desafiam intervenções efetivas de saúde pública ao focar nos estilos de vida como a principal causa de mau estado da saúde. Os discursos sobre estilo de vida igualam o estado de saúde à tomada de decisões individuais, desviando a atenção das causas principais da doença. As teorias do estilo de vida promovem intervenções como campanhas de saúde destinadas a persuadir os indivíduos a fazer diferentes escolhas de saúde sem alterar o contexto dessas escolhas.

Assim, as ideologias individualistas estão intimamente ligadas a um terceiro desafio na abordagem das causas principais, que são as relações hegemônicas e econômicas e sociais. Grupos sociais dominantes, muitas vezes com interesses empresariais ricos (Conrado, 2011), preferem soluções individuais que não desafiem o *status quo*. No entanto, dado que os principais fatores que nos tornam mais vulneráveis às doenças crônicas e infecciosas são sociopolíticos, eles exigem soluções sociopolíticas.

Grupos dominantes que têm mais controle sobre sua saúde tendem a culpar grupos de baixa renda e marginalizados por doenças com base em teorias de estilo de vida que não abordam essas causas sociais. Os líderes de saúde pública geralmente acham que as intervenções no estilo de vida são menos controversas, mais fáceis de implementar e mais mensuráveis do que promover mudanças sociais. (Lupton, 1995). Por exemplo, estudiosos de comunicação em saúde criam campanhas que promovem escolhas alimentares saudáveis em vez de defender soluções estruturais para o acesso a alimentos. A mudança social é difícil e pode ameaçar os interesses dominantes. Por exemplo, apesar do potencial para melhorar a saúde dos trabalhadores, muitas agências de saúde pública não considerariam a implementação de campanhas para promover salários dignos como parte de seu trabalho, porque isso ameaçaria os lucros das empresas.

Os conflitos de classe na gestão da saúde pública têm uma longa história. Por exemplo, Tesh (1994) descreveu as teorias de contágio de saúde atacadas pelos líderes empresariais do século 18 como *anticiência*, porque a quarentena ameaçava os lucros da indústria naval. Embora a teoria dos germes tenha feito avanços significativos, durante o auge da pandemia de

Covid, vimos a resistência das empresas até mesmo à quarentena de curto prazo ressurgir quando grandes surtos da indústria ocorreram (Dempsey *et al.*, 2022). Tesh também observou que os líderes empresariais contemporâneos agora enquadram os esforços para corrigir as causas ambientais de doenças e disparidades de saúde como *anticiência*, porque as soluções podem interferir na produção.

Mais pesquisadores e profissionais reconhecem teoricamente as interconexões entre estilos de vida, ambiente, micro-organismos e *status* político (Levins; Lopez, 1999), mas as intervenções ainda tendem a deixar intactas as causas fundamentais da doença. Precisamos considerar várias maneiras de encorajar mudanças sociais *a montante* que abordem a raiz do problema, em vez de simplesmente gerenciar os resultados desses problemas.

Abordando causas fundamentais: organização econômica e saúde

Os estudiosos da comunicação organizacional e das relações públicas podem dar uma contribuição significativa para a promoção da saúde pública e prevenção à próxima pandemia, pesquisando diferentes maneiras de promover a organização coletiva para mudar as *causas fundamentais* da doença. Descrevo como minha pesquisa abordou essa questão, focalizando particularmente o cooperativismo sindical como exemplo.

A minha própria pesquisa promoveu a atenção coletiva às raízes do estado de saúde por meio da organização comunitária e do ativismo em saúde. Examinei como a iniciativa *Comunidades Saudáveis* da Organização Mundial da Saúde promoveu a participação da comunidade no planejamento da saúde (Zoller, 2000) e as campanhas ambientais *Boa Vizinhança* promovem o ativismo local com o objetivo de alcançar melhorias voluntárias dos poluidores corporativos. (Zoller; Tener, 2010). Examinei os esforços da *Equitable Food Initiative* (Iniciativa Alimentar Igualitária) para envolver os trabalhadores agrícolas no monitoramento e na melhoria das condições de trabalho como parte da verificação de terceiros e da rotulagem de produtos. (Zoller *et al.*, 2020).

Grande parte da minha pesquisa investiga os esforços para combater as influências corporativas na saúde pública (Zoller, 2016). A tomada de decisões corporativas influencia as causas fundamentais da doença de várias maneiras. A tomada de decisões corporativas influencia a saúde do trabalhador, estabelecendo níveis de renda, oportunidades e estabilidade no emprego, jornada de trabalho e ambiente de segurança. A tomada de decisões gerenciais também afeta a qualidade do trabalho, incluindo a significância do trabalho, o ambiente social (por exemplo, assédio, discriminação, solidão) e o grau de controle que os funcionários têm sobre seu trabalho.

Para o público em geral, as decisões corporativas criam poluição e toxinas, bem como emissões de carbono que causam mudanças climáticas. As mudanças climáticas aumentam os riscos de várias doenças, incluindo malária, zika e o vírus do Nilo Ocidental, agravam alergias sazonais e criam interrupções como insegurança alimentar e migração forçada (Centers for Disease Control and Prevention, 2020). O consumismo corporativo alimenta a nossa incursão em áreas selvagens, levantando vários riscos à saúde, incluindo doenças infecciosas transmitidas por animais, como gripe aviária, varíola dos macacos e, possivelmente, Covid-19 (The Guardian, 2020).

De forma mais ampla, a defesa de questões políticas corporativas promove discursos antirregulamentares e antigovernamentais (Berger, 2001) que minam as proteções de saúde e segurança. As corporações multinacionais promovem discursos de livre mercado que reforçam discursos individualistas e meritocráticos que culpam grupos minoritários pela falta de sucesso econômico, em vez de reconhecer fontes estruturais de desigualdade, como falta de acesso ao capital, discriminação nas contratações e baixos salários. (Carrillo Arciniega, 2021).

Essas influências corporativas contribuem para o aumento da desigualdade econômica e social. No entanto, essas tendências resultam de escolhas que podem ser alteradas e transformadas. Embora não associemos a promoção da saúde à mudança econômica, defender o aumento da regulamentação, políticas comerciais justas e mudanças voluntárias corporativas abordariam as causas fundamentais de doenças relacionadas ao desempenho ambiental, à segurança dos produtos, aos salários e às condições de trabalho e às

relações sociais equitativas e democráticas. Além disso, a nossa disciplina pode investigar alternativas ao capitalismo corporativo.

Atualmente, estou me concentrando em movimentos por economias alternativas como um espaço para criar pessoas e comunidades mais resilientes e *saudáveis*, reduzindo a desigualdade. A organização de uma *economia alternativa* tem muitos nomes, incluindo economias vivas, locais e solidárias (Lemaître; Helmsing, 2012). Esses movimentos compartilham um foco no combate à extração capitalista em favor de formas democráticas, sustentáveis e equitativas de negócios. (Dubois, 2021; Kelly, 2012). A minha pesquisa com a Co-op Cincy, membro fundador da rede 1worker1vote.org, investiga como o movimento *cooperativa sindical* promove negócios cooperativos sindicalizados de propriedade dos trabalhadores (e da comunidade) nos Estados Unidos. Alguns dos negócios da Co-op Cincy se concentraram diretamente na melhoria da saúde, como um centro agrícola urbano e iniciativas de supermercado locais, que criam acesso a alimentos locais acessíveis. No entanto, todas as cooperativas (creches, reforma energética, massagem, igualdade dos arrendatários) têm potencial para promover a saúde e a resiliência da comunidade, aumentando os rendimentos dos trabalhadores anteriormente marginalizados, possibilitando a autonomia e a propriedade democrática e promovendo a sustentabilidade. Essas mudanças são um modelo de como podemos reduzir a nossa vulnerabilidade a grandes pandemias.

Organizando-se para uma economia cooperativa como prevenção de doenças

A rede 1worker1vote.org resulta de um acordo entre o sistema cooperativo Mondragon e o sindicato dos metalúrgicos dos EUA. O Mondragon é uma federação de cooperativas de trabalhadores de apoio mútuo na região basca da Espanha. A rede promove cooperativas de propriedade de trabalhadores no estilo Mondragon internacionalmente. Os principais sindicatos dos EUA apoiam a rede e as cooperativas filiam seus trabalhadores a sindicatos locais. Os negócios da rede são guiados pelos Princípios Cooperativos de

Mondragon, incluindo a primazia do trabalho, propriedade democrática, intercooperação e solidariedade social. (Heras-Saizarbitoria, 2014). Como descreve o manual do trabalhador-proprietário da rede:

A missão do modelo cooperativo sindical é criar justiça social e econômica e dignidade dos trabalhadores por meio da geração de empregos bons e sustentáveis em empresas viáveis e sustentáveis que sejam responsáveis tanto por seus trabalhadores quanto pelas comunidades em que operam, bem como apoiar e sustentar essas comunidades (Co-op Cincy, 2014, p. 8).

A Co-op Cincy incuba uma família de cooperativas de apoio mútuo na área da Grande Cincinnati. As empresas do ecossistema adotam a intercooperação compartilhando recursos como contabilidade e relações públicas e se envolvem em compras mútuas quando possível. Uma porcentagem dos lucros ajuda a lançar negócios adicionais. Os membros da rede fornecem recursos mútuos para empréstimos educacionais e empresariais.

Como o cooperativismo sindical aborda as causas fundamentais da doença? Primeiro, o cooperativismo sindical visa reduzir as desigualdades de renda, gerando os recursos necessários para proteger a nossa saúde. As cooperativas de trabalhadores visam pagar salários dignos e os trabalhadores-proprietários decidem se investem os lucros no desenvolvimento do negócio ou se dividem entre os trabalhadores como excedentes. (Counihan; Siniscalchi, 2014). A Co-op Cincy descreveu a importância de criar *empregos que sustentam a família*:

Aqui em Cincinnati, como em muitas outras partes deste país, a necessidade de criar empregos é primordial. Famílias e bairros de toda a nossa região estão lutando com altas taxas de desemprego de longa duração. Esses trabalhadores e as famílias e comunidades que eles apoiam precisam e merecem não apenas um emprego, mas um plano de carreira que forneça um salário de sustentação familiar, benefícios, treinamento essencial e efetivamente diminua as barreiras ao emprego de longo prazo. (Squarespace, 2014).

A criação de rendas confiáveis contrasta com a economia corporativa que promove o trabalho de baixa remuneração e/ou precário. Além disso, a

rede busca reduzir a desigualdade de renda para grupos antes excluídos do mercado. O *slogan* de 1worker1vote.org descreve: “empresas cooperativas sindicalizadas de propriedade de trabalhadores para superar desigualdades estruturais de oportunidades, mobilidade e renda. Construir caminhos para sair da pobreza levando a caminhos para a prosperidade”.

Para criar uma economia mais inclusiva, os membros da rede arrecadam fundos para fornecer divulgação e treinamento para que mulheres, minorias étnicas, imigrantes e outros grupos marginalizados possam participar do movimento cooperativo. A Co-op Cincy criou a Co-op U (como em uma *universidade*) onde potenciais proprietários de cooperativas avaliam o mercado para a ideia de negócio e recebem o conhecimento necessário para serem bem-sucedidos. Em 2019, os líderes da Co-op Cincy estabeleceram uma parceria com organizações sem fins lucrativos e programas do governo municipal para criar a iniciativa *Construindo resiliência na comunidade de refugiados de Cincinnati através da agricultura e do empreendedorismo*, que paga uma bolsa e oferece creche para mulheres imigrantes de baixa renda que fazem o treinamento. Em 2020, quinze refugiados butaneses passaram pela Co-Op U with Our Harvest (centro agrícola da Co-op Cincy) para construir um negócio de cultivo e fornecimento de legumes para mercearias butanesas. Os membros desse grupo estão desenvolvendo uma entrega de supermercado acessível para imigrantes butaneses (Co-op Cincy, 2020). O educador de justiça racial da incubadora administra o programa *Poder em Números*, que fornece financiamento de sementes para empresas de propriedade de negros. O programa combate o desinvestimento sistêmico nas comunidades negras.

Esses esforços também melhoram as economias locais. Ao contrário das empresas que extraem lucros para gerentes e acionistas distantes, as empresas locais circulam lucros na comunidade. Além disso, essas empresas locais podem ser mais confiáveis do que as corporações. Pesquisas indicam que as cooperativas foram mais resilientes durante a epidemia de Covid-19 do que outros tipos de negócios. (Chen; Tan Chen, 2021).

De forma mais ampla, o foco de 1worker1vote.org na construção do movimento sindical sindicalizando seus trabalhadores revigora os salários

e as proteções para todos os trabalhadores. Países com um forte movimento trabalhista normalmente têm salários mais altos e melhores condições de trabalho (Worker Organizing Resource and Knowledge Center, 2020).

Além de aumentar os salários, a diminuição das desigualdades de renda também pode nos tornar menos vulneráveis a ameaças à saúde, combatendo a polarização política que mina o apoio à saúde pública. A desigualdade de renda é um dos principais motores da polarização política (ver, por exemplo, Voteview, 2017) e está intimamente associada à falta de confiança entre os cidadãos. Essa falta de confiança reduz o capital social necessário para apoiar soluções políticas e de saúde pública coletivas. A polarização política também está fortemente ligada ao maior compartilhamento de desinformação. Aqueles com visões políticas mais extremas são mais propensos a compartilhar desinformação (Hopp *et al.*, 2020) e apoiar teorias da conspiração. (Douglas *et al.*, 2019). Grande parte dessa desinformação está ligada às ciências da saúde e do meio ambiente (por exemplo, vacinas, medicamentos, efeitos das mudanças climáticas). A falta de confiança em evidências científicas e medidas de segurança corrói a nossa capacidade de proteger a saúde, particularmente relacionada a evidências de vacinas, medicamentos e mudanças climáticas.

Além dos benefícios associados à redução da desigualdade de renda, uma segunda maneira de o cooperativismo sindical melhorar as *causas fundamentais* do adoecimento é criando oportunidades para aumentar a autonomia individual e comunitária. As cooperativas dão voz aos trabalhadores e um papel na tomada de decisões democráticas. Esse senso de controle pode melhorar a saúde dos trabalhadores, dada a centralidade do *controle sobre a vida* como preditor do estado de saúde. (Marmot; Bell, 2012; Marmot; Theorell, 1991). A propriedade cria mais autonomia e senso de conexão com o trabalho, o que pode melhorar a saúde social e mental dos trabalhadores. Embora o empreendedorismo possa ser estressante, pesquisas mostram que trabalhadores que veem seu trabalho como significativo e têm conexões positivas com colegas de trabalho têm melhores resultados de satisfação e saúde mental do que outros trabalhadores. (Geist-Martin; Scarduzio, 2011).

Além de se sentirem como se tivessem voz, as cooperativas dão aos funcionários uma palavra a dizer sobre como o trabalho é projetado e as estratégias que o negócio seguirá. Os trabalhadores-proprietários têm uma participação significativa nas decisões organizacionais, votam para a representação nos conselhos de administração e também podem passar por cargos como gerentes. Esse poder de decisão permite que os trabalhadores promovam seus próprios interesses e protejam sua saúde. Por exemplo, os trabalhadores podem votar para estabelecer políticas de melhoria da saúde, tais como oferecer benefícios como assistência médica e seguro odontológico, licença familiar e médica, férias e horas de trabalho razoáveis.

Na rede 1worker1vote, a sindicalização protege ainda mais os interesses dos trabalhadores da invasão de imperativos gerenciais que podem levar à perda dos direitos dos trabalhadores (por exemplo, corte de férias ou precauções de segurança). O sindicato representa os interesses dos trabalhadores na negociação de salários e contratos. Nos EUA, a filiação sindical permite que as cooperativas forneçam seguro de saúde acessível.

A promoção da democracia no local de trabalho também aumenta a nossa capacidade de proteger a saúde pública, criando laços comunitários mais fortes e promovendo a participação política. Os apoiadores da cooperativa observam que o engajamento em formas cotidianas de democracia no local de trabalho leva a mais engajamento dos cidadãos com o sistema democrático mais amplo. (Orr; Johnson, 2018). Ajudar a reconstruir os movimentos sindicais também pode revigorar culturas coletivas, promovendo a cultura solidária.

O foco cooperativo no benefício da comunidade ajuda a construir confiança e capital social, que são fundamentais para a criação de comunidades saudáveis. (Poortinga, 2012). A agricultura local cria relações entre agricultores, voluntários e mercados de agricultores. O centro agrícola Co-op Cincy's Our Harvest também cria parcerias mutuamente benéficas com organizações comunitárias para distribuir nossos produtos da colheita em bairros de baixa renda. Essas interações não são possíveis com fazendas e mercearias corporativas:

Ao combinar a experiência local em agricultura e distribuição da *Our Harvest* com o foco local de organizações-âncora nos bairros de Cincinnati, o

Dia da Colheita (*Harvest Day*) ajuda a construir um sistema alimentar local mais acessível e seguro para todos os moradores da região. As parcerias do Dia da Colheita reúnem os membros da comunidade em torno de um direito fundamental: alimentos frescos e saudáveis. (Co-op Cincy, 2020).

A participação comunitária também dá às comunidades mais controle material sobre a tomada de decisões em saúde. Empresas que são de propriedade de trabalhadores locais e/ou membros da comunidade são menos dependentes de decisões tomadas por corporações distantes. Por exemplo, a rede de supermercados Kroger (com sede em Cincinnati) fechou muitas mercearias em bairros de baixa renda e minorias, deixando essas áreas sem acesso a alimentos. (Rainey, 2018). A Co-op Cincy incuba algumas cooperativas de *múltiplos públicos de interesse (multistakeholder)* com proprietários comunitários e trabalhadores, o que significa que os trabalhadores e membros da comunidade decidem como administrar o negócio para benefício próprio. Ambos os grupos de proprietários mantêm os negócios enraizados na comunidade local. Trabalhadores e proprietários comunitários de empresas de alimentos, como fazendas e mercearias, têm mais influência sobre locais de lojas, preços de alimentos e salários. A iniciativa *Apple Street Market* enfatizou a importância do controle local no sistema alimentar:

Optamos por fazer do *Apple Street Market* uma cooperativa para que nossas comunidades tivessem uma mercearia que ficasse nas mãos da comunidade e ficasse conosco por muito tempo, ao contrário do modelo corporativo tradicional que abandonou muitos bairros (Apple Street Market Cooperative, 2015).

Além de revigorar os compromissos coletivos, a construção de relações comunitárias de confiança e mais crença no processo político ajuda a evitar a disseminação de desinformação sobre a saúde pública. O isolamento social e o sentimento de impotência estão fortemente associados ao apoio a teorias conspiratórias (van Prooijen; Douglas, 2018).

Uma última forma de o cooperativismo reduzir o risco de pandemias é promover a sustentabilidade ambiental. Os esforços de economia solidária

resistem cada vez mais ao capitalismo extrativista, adotando a gestão ambiental. A rede *IworkerIvote* descreve em sua declaração “sobre a qual” está “enraizada nos ideais de solidariedade, justiça social e ambiental”. A visão do *hub* agrícola da Co-op Cincy (2020) descreve o manejo da terra:

A nossa Cooperativa de Colheita (*Harvest Cooperative*) dá às pessoas acesso a alimentos saudáveis e locais de uma forma que honram a terra e o trabalho. Eles cultivam alimentos de forma responsável... O objetivo é que todos os moradores da região tenham fácil acesso a alimentos saudáveis cultivados por trabalhadores justamente remunerados.

Sistemas alimentares e fontes de energia mais sustentáveis reduzem nossas exposições a produtos químicos agrícolas e aos efeitos dos combustíveis fósseis, que nos tornam mais vulneráveis a uma série de doenças. Um melhor uso dos recursos pode reduzir a nossa incursão em espaços selvagens, o que cria caminhos infecciosos para uma série de novos vírus, reduz a qualidade do ar, ameaça o abastecimento de água e causa o colapso das espécies. Os riscos ambientais nos deixam vulneráveis a doenças diretamente (por exemplo, causando asma, câncer) e indiretamente, criando condições de saúde como asma e câncer que nos deixam mais vulneráveis a doenças infecciosas. (Levins; Lopez, 1999).

Uma agenda de pesquisa em Comunicação: economias alternativas e saúde

Descrevi como a defesa de economias alternativas, particularmente cooperativas de trabalhadores e de propriedade comunitária, pode alterar os fatores básicos que predizem o nosso estado de saúde. Movimentos econômicos como esses têm o potencial de reduzir a exposição e a vulnerabilidade a futuros surtos de doenças, evitando o desenvolvimento de epidemias. No entanto, muito ainda precisa ser conhecido sobre como defender esses movimentos e gerenciar os desafios de comunicação associados à organização cooperativa e aos esforços de economia alternativa de forma mais ampla. Destaco brevemente

três maneiras pelas quais os especialistas organizacionais e relações públicas podem contribuir com *insights* para gerenciar esses desafios.

Em primeiro lugar, especialistas organizacionais e relações públicas podem ajudar as organizações de movimentos sociais a comunicar a plausibilidade (razoabilidade) de sua visão. Grupos transformadores frequentemente enfrentam dúvidas baseadas em pressupostos do *status quo*. O meu projeto de pesquisa atual examina como a rede utiliza a *utopia pragmática* (uma forma de sonho realista) para gerenciar questões sobre a escala de seus esforços, a sua probabilidade de sucesso nos negócios e o grau em que o movimento pode manter seus valores. Investigar maneiras de superar as dúvidas é crucial para os esforços de base nascentes que tentam organizar novas maneiras de fazer as coisas. Membros do público e estudiosos às vezes descartam os esforços de economia alternativa como pequenos demais para desafiar o capitalismo. Outros assumem que os compromissos de valor com altos salários, empregos democráticos e benefícios para a comunidade entram em conflito com a viabilidade do negócio. De fato, muitas abordagens empreendedoras e baseadas em negócios para a mudança social enfrentam dúvidas de que podem manter seus compromissos com os valores sociais e ter sucesso no mercado existente. (D'Enbeau; Buzzanell, 2011).

A *utopia pragmática* da 1-worker1vote.org nos dá um modelo para gerenciar dúvidas. A rede evita comprometer valores ou viabilidade, situando seu compromisso com o bem social como uma vantagem comercial. A rede conta com os valores das cooperativas da Mondragon como motivo para acreditar em seu potencial de sucesso empresarial e escala competitiva. Como eles explicaram em seu manual do trabalhador-proprietário.

Criar empregos sustentáveis e comunidades sustentáveis requer ampliar a definição de valor para além do resultado final. Os valores morais da empresa devem importar tanto, se não mais, do que os valores financeiros. Esses valores de propriedade democrática dos trabalhadores e justiça social e econômica são o que diferenciam o modelo cooperativo sindical dos modelos de negócios tradicionais, tornando a cooperativa sindical mais sustentável e dando-lhe uma vantagem competitiva no longo prazo. (Co-op Cincy, 2014, p. 8).

A Co-op Cincy se baseia no princípio de intercooperação de Mondragon para construir plausibilidade (razoabilidade). A abordagem permite que eles construam um ecossistema cooperativo de apoio mútuo que possa alcançar escala para o movimento. Precisamos entender como outros movimentos de mudança econômica abordam essas dúvidas e seu sucesso na construção da plausibilidade.

Em segundo lugar, os especialistas de comunicação organizacional e relações públicas podem investigar como defender políticas que apoiem esses negócios, substituindo o apoio do público a organizações corporativas e extrativistas. Apesar do discurso do *livre mercado*, as empresas dependem fortemente de subsídios e apoios governamentais. (Hathaway, 2020). Precisamos tornar esse apoio extrativo transparente para o público e passar a promover esforços de economia alternativa, incluindo cooperativas. O dinheiro público aumentaria a chance de sucesso para organizações capazes de reduzir desigualdades materiais e sociais, revigorar as relações comunitárias e promover a sustentabilidade. (Dubois, 2021). Também precisamos garantir que a organização da economia solidária traduza esse apoio em foco contínuo em empregos de alta qualidade, bem como em igualdade racial e outras formas de equidade. (Ferreira, 2022; Lima, 2007).

Em terceiro lugar, voltando aos desafios originais de comunicar sobre a prevenção de doenças, especialistas organizacionais e relações públicas podem promover a compreensão pública do valor dos movimentos para economias alternativas, comunicando as conexões ocultas entre democracia, igualdade econômica e saúde pública. Pesquisas em diferentes contextos nacionais e culturais podem investigar maneiras de tornar mais visíveis as causas fundamentais de doenças e rastrear os benefícios de políticas preventivas. Esta pesquisa requer abordagens interdisciplinares de estudiosos e ativistas em comunicação organizacional, relações públicas, comunicação em saúde, saúde pública, ciência política e outras áreas.

Conclusão

Este artigo deriva de um discurso para a Abrapcorp. Aprecio muito a oportunidade de me envolver com acadêmicos e profissionais brasileiros e outros sul-americanos ao considerarmos como a comunicação organizacional e a pesquisa em relações públicas podem fazer uma diferença significativa não apenas na prevenção ou melhoria de crises contemporâneas, como a pandemia de Covid-19, mas também contribuindo para o florescimento econômico e social.

Referências

APPLE STREET MARKET COOPERATIVE. Our story 2, 2015. Disponível em: <https://www.applestreetmarket.coop/our-story-2/>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BERGER, B. K. Private issues and public policy: Locating the corporate agenda in agenda-setting theory. *Journal of Public Relations Research*, v. 13, p. 91–126, 2001.

CARRILLO ARCINIEGA, L. Selling diversity to white men: How disentangling economics from morality is a racial and gendered performance. *Organization*, v. 28, n. 2, p. 228–246, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350508420930341>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Climate effects on health, 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/climateandhealth/effects/default.htm>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CHEN, K. K.; TAN CHEN, V. Cooperatives can make economies more resilient to crises like COVID-19. *Fortune*, 2021. Disponível em: <https://fortune.com/2021/05/19/worker-cooperatives-employee-owned-businesses/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CONRAD, C. *Organizational rhetoric: strategies of resistance and domination*. Cambridge: Polity, 2011.

CO-OP CINCY. Refugee-owned grocery delivery in a food desert, 2020. Disponível em: <https://coopcincy.org/updates/2020/7/13/refugee-owned-grocery-delivery-in-a-food-desert>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CO-OP CINCY. Our Harvest, 2020. Disponível em: <https://coopcincy.org/our-harvest>. Acesso em: 30 mar. 2021

CO-OP CINCY. Worker-owner workbook, 2014. Disponível em: <https://coopcincy.org/worker-owner-workbook-1>. Acesso em: 12 abr. 2021

COUNIHAN, C.; SINISCALCHI, V. *Food activism: agency, democracy and economy*. London: Bloomsbury, 2014.

D'ENBEAU, S.; BUZZANELL, P. M. Selling (out) feminism: Sustainability of the ideology-viability tensions in a competitive marketplace. *Communication Monographs*, v. 78, p. 27–52, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03637751.2010.542472>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DEMPSEY, S. E.; ZOLLER, H. M.; HUNT, K. P. The meatpacking industry's corporate exceptionalism: racialized logics of food chain worker disposability during the COVID-19 crisis. *Food, Culture & Society*, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15528014.2021.2022916>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DOUGLAS, K. M. et al. Understanding conspiracy theories. *Political Psychology*, v. 40, supl. 1, p. 3–35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/pops.12568>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DUBOIS, L. The impact of solidarity economy on poverty: The case of public centres of solidarity economy in Bahia, Brazil. *World Development Perspectives*, v. 23, 100343, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2021.100343>. Acesso em: 10 abr. 2021.

DUTTA, M. J. Singapore's extreme neoliberalism and the COVID outbreak: culturally centering voices of low-wage migrant workers. *American Behavioral Scientist*, v. 65, n. 10, p. 1302–1322, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00027642211000409>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FERREIRA, P. Racial capitalism and epistemic injustice: blindspots in the theory and practice of solidarity economy in Brazil. *Geoforum*, v. 132, p. 229–237, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.04.020>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GARRETT, L. *Betrayal of trust: the collapse of global public health*. New York: Hyperion, 2000.

GEIST-MARTIN, P.; SCARDUZIO, J. Working well: reconsidering health communication at work. In: THOMPSON, T. L.; PARROTT, R.; NUSSBAUM, J. F. (eds.). *Handbook of health communication*. 2. ed. New York: Lawrence Erlbaum, 2011. p. 117–131.

HANCOCK, T.; DUHL, L. WHO Healthy Cities Project: promoting health in the urban context. Geneva: FADI, 1991.

HARRINGTON, M. From HIV to tuberculosis and back again: a tale of activism in 2 pandemics. *Clinical Infectious Diseases*, v. 50, supl. 3, p. S260–S266, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/651500>. Acesso em: 10 abr. 2021.

HATHAWAY, T. Neoliberalism as corporate power. *Competition & Change*, v. 24, n. 3-4, p. 315–337, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1024529420910382>. Acesso em: 12 abr. 2021.

HERAS-SAIZARBITORIA, I. The ties that bind? Exploring the basic principles of worker-owned organizations in practice. *Organization*, v. 21, n. 5, p. 645–665, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350508414537623>. Acesso em: 12 abr. 2021.

HIXENBAUGH, M. Scientists were close to a coronavirus vaccine years ago. Then the money dried up. *NBC News*, 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/health/health-care/scientists-were-close-coronavirus-vaccine-years-ago-then-money-dried-n1150091>. Acesso em: 30 mar. 2021.

HIMELEIN-WACHOWIAK, M. et al. Bots and misinformation spread on social media: implications for COVID-19. *Journal of Medical Internet Research*, v. 23, n. 5, e26933, 2021. Disponível em: <https://www.jmir.org/2021/5/e26933>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HOPP, T.; FERRUCCI, P.; VARGO, C. J. Why do people share ideologically extreme, false, and misleading content on social media? A self-report and trace data-based analysis of countermedia content dissemination on Facebook and Twitter. *Human Communication Research*, v. 46, n. 4, p. 357–384, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/hcr/hqz022>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JOHNS HOPKINS BLOOMBERG SCHOOL OF PUBLIC HEALTH. Americans on average continue to spend much more for health care—while getting less care—than people in other developed countries, 2019. Disponível em: <https://publichealth.jhu.edu/2019/us-health-care-spending-highest-among-developed-countries>. Acesso em: 12 abr. 2021.

KELLY, M. *Owning our future: the emerging ownership revolution*. San Francisco: Berrett-Koehler, 2012.

- KENNEDY, B.; KAWACHI, I.; PROTHROW-STITH, D. Income distribution, socioeconomic status, and self-rated health in the United States: multilevel analysis. *BMJ*, v. 317, n. 7163, p. 917–921, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/bmj.317.7163.917>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- KIM, J. Y. et al. Sickness amidst recovery: public debt and private suffering in Peru. In: KIM, J. Y.; MILLEN, J. V.; IRWIN, A.; GERSHMAN, J. (eds.). *Dying for growth: global inequality and the health of the poor*. Monroe: Common Courage Press, 2000. p. 127–154.
- LAM, A. T. et al. A health equity lens contributes to an effective pandemic response: a Canadian regional perspective. *Health Promotion Practice*, v. 24, n. 2, p. 201–206, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/15248399211072530>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- LASTER PIRTLE, W. N.; WRIGHT, T. Structural gendered racism revealed in pandemic times: intersectional approaches to understanding race and gender health inequities in COVID-19. *Gender & Society*, v. 35, n. 2, p. 168–179, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08912432211001302>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- LEMAÎTRE, A.; HELMSING, A. H. J. Solidarity economy in Brazil: movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy. *Journal of International Development*, v. 24, n. 6, p. 745–762, 2012.
- LEVINS, R.; LOPEZ, C. Toward an ecosocial view of health. *International Journal of Health Services*, v. 29, n. 2, p. 261–293, 1999.
- LIMA, J. C. Workers' cooperatives in Brazil: autonomous precariousness. *Economic and Industrial Democracy*, v. 28, n. 4, p. 589–621, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0143831X07082200>. Acesso em : 12 abr. 2021.
- LUPTON, D. *The imperative of health: public health and the regulated body*. London: Sage Publications, 1995.
- MARMOT, M.; BELL, R. Fair society, healthy lives. *Public Health*, v. 126, supl. 1, p. S4–S10, 2012.

MARMOT, M.; THEORELL, T. Social class and cardiovascular disease: the contribution of work. In: THEORELL, J. J.; JOHANSSON, G. (eds.). *The psychosocial work environment: work organization, democratization and health*. New York: Baywood, 1991. p. 21–48.

MCKNIGHT, J. Where can health communication be found? *Journal of Applied Communication Research*, v. 16, n. 1, p. 39–43, 1988.

MILLEN, J. V.; IRWIN, A.; KIM, J. Y. Introduction: what is growing? who is dying? In: MILLEN, J. V.; IRWIN, A.; KIM, J. Y.; GERSHMAN, J. (eds.). *Dying for growth: global inequality and the health of the poor*. Monroe: Common Courage Press, 2000. p. 3–10.

NOGUEIRA AVELAR E SILVA, R.; RUSSO, G.; MATIJASEVICH, A.; SCHEFFER, M. Covid-19 in Brazil has exposed socio-economic inequalities and underfunding of its public health system. *The BMJ Opinion*, 2020. Disponível em: <https://blogs.bmj.com/bmj/2020/06/19/covid-19-in-brazil-has-exposed-deeply-rooted-socio-economic-inequalities-and-chronic-underfunding-of-its-public-health-system/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

OBINNA, D. N. Confronting disparities: race, ethnicity, and immigrant status as intersectional determinants in the COVID-19 era. *Health Education & Behavior*, v. 48, n. 4, p. 397–403, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10901981211011581>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ORR, S.; JOHNSON, J. Cooperative democracy and political-economic development: the civic potential of worker coops. *The Good Society*, v. 26, n. 2-3, p. 234–254, 2018.

PICKETT, K.; WILKINSON, R. Income inequality and health: a causal review. *Social Science & Medicine*, v. 128, p. 316–326, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.12.031>. Acesso em: 12 abr. 2021.

POORTINGA, W. Community resilience and health: the role of bonding, bridging, and linking aspects of social capital. *Health & Place*, v. 18, n. 2, p. 286–295, 2012.

RAINEY, C. Jesse Jackson claims Kroger is closing stores in Black neighborhoods. *Grub Street*, 2018. Disponível em: <https://www.grubstreet.com/2018/04/jesse-jackson-kroger-boycott.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RIECHMANN, D. Trump disbanded NSC pandemic unit that experts had praised. *AP News*, 2020. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Politics/wireStory/trump-disbanded-nsc-pandemic-unit-experts-praised-69594177>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SPARKE, M. Austerity and the embodiment of neoliberalism as ill-health: towards a theory of biological sub-citizenship. *Social Science & Medicine*, v. 187, p. 287–295, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.12.027>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SQUARESPACE. *CUCI Annual Report 2014*. 2014. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/58292a54cd0f681af51bccd1/t/582b8b256a4963c3f19b276f/1479248679651/CUCI_annual_report_2014.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

STILLWAGGON, E. *AIDS and the ecology of poverty*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

TAYLOR, L. ‘We are being ignored’: Brazil’s researchers blame anti-science government for devastating COVID surge. *Nature*, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-021-01031-w>. Acesso em: 12 abr. 2021.

TESH, S. N. *Hidden arguments: politics, ideology and disease prevention policy*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1994.

THE GUARDIAN. Pandemics result from destruction of nature, say UN and WHO, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/17/pandemics-destruction-nature-un-who-legislation-trade-green-recovery>. Acesso em: 12 abr. 2021.

UNITED NATIONS. Rising inequality affecting more than two-thirds of the globe, but it’s not inevitable: new UN report, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/01/1055681>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VAN PROOIJEN, J. W.; DOUGLAS, K. M. Belief in conspiracy theories: basic principles of an emerging research domain. *European Journal of*

Social Psychology, v. 48, n. 7, p. 897–908, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2530>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VOTEVIEW. Politics of income inequality, 2017. Disponível em: https://legacy.voteview.com/Politics_of_Income_Inequality_2014.htm. Acesso em: 12 abr. 2021.

WARDLE, C.; SINGERMAN, E. Too little, too late: social media companies' failure to tackle vaccine misinformation poses a real threat. *BMJ*, v. 372, n. 8288, 2021.

WORKER ORGANIZING RESOURCE AND KNOWLEDGE CENTER. Union advantage, 2020. Disponível em: <https://www.dol.gov/general/workcenter/union-advantage>. Acesso em: 12 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Health inequities and their causes. [S.l.], [s.n.], [2020?]. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/facts-in-pictures/detail/health-inequities-and-their-causes>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ZADROZNY, B.; COLLINS, B. Conservative activist family behind 'grassroots' anti-quarantine Facebook events. *NBC News*, 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/tech/social-media/conservative-activist-family-behind-grassroots-anti-quarantine-facebook-events-n1188021>. Acesso em:

ZOLLER, H.; STROCHLIC, R.; GETZ, C. Agricultural workers' participation in certification as a mechanism for improving working conditions: the Equitable Food Initiative. *Journal of Applied Communication Research*, v. 48, n. 6, p. 654–674, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00909882.2020.1824075>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ZOLLER, H. M. "A place you haven't visited before:" creating the conditions for community dialogue. *Southern Communication Journal*, v. 65, n. 2-3, p. 191–207, 2000.

ZOLLER, H. M. Health activism targeting corporations: a critical health communication perspective. *Health Communication*, v. 32, n. 2, p. 219–229, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10410236.2015.1118735>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ZOLLER, H. M.; TENER, M. Corporate proactivity as a discursive fiction: managing environmental health activism and regulation. *Management Communication Quarterly*, v. 24, n. 3, p. 391–418, 2010. Disponível em: <http://mcq.sagepub.com/content/24/3/391.abstract>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CAPÍTULO 12

O desafio da pandemia em narrativas e estratégias de comunicação pública

MARCOS FÁBIO MEDEIROS VIEIRA

DENISE SALLES DA COSTA OLIVEIRA

PAULO DE TARSO FERREIRA DE CARVALHO

Em três de fevereiro de 2020, por meio da Portaria nº 188, expedida pelo Ministério da Saúde, foi reconhecida em território brasileiro a “emergência em saúde pública de importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”. A emergência que se iniciava colocaria à prova a população, o Sistema Único de Saúde e a democracia brasileira.

A partir da decretação de situação pandêmica, a divulgação de informações sobre a doença e sobre as medidas preventivas se mostraram essenciais para se enfrentar um vírus pouco conhecido e suas consequências não só para a saúde pública, mas para todas as esferas da sociedade. O enfrentamento da doença mostrou-se logo um desafio de comunicação: conflitos, narrativas, contranarrativas e imaginários emergiram pautados por interesses outros que a saúde coletiva (Oliveira, Freitas, Fortuna, 2024). O desconhecimento sobre o vírus e a doença seriam agravados nos meses seguintes pela divulgação de informações inadequadas ou falsas instigando imaginários (Durand, 1998) de medo e ódio.

Nesse contexto, a comunicação pública se apresentou como fundamental em sua tarefa de articulação de atores sociais, do poder público e do setor privado, sendo importante compreender e avaliar seu papel estratégico “como a própria tradução da democracia” (Kunsch, 2011, p. 15). Conjugue-se a esse quadro complexo a necessidade de atuação de uma gestão preparada para mediar crises, cujo alcance político, econômico, social e sanitário ainda não era possível mensurar.

Partindo dessas ideias interdisciplinares iniciais e do contexto da pandemia, este artigo tem como objetivo levantar e descrever estratégias desenvolvidas pelo Serviço de Comunicação Social do Instituto Nacional de Câncer entre março e setembro de 2020 para o enfrentamento da crise de saúde pública ocasionada pela Covid-19. Considerando imaginários e narrativas em circulação, instigou-nos a questão acerca de qual papel a comunicação pública ocuparia em uma organização governamental do porte do INCA, em um momento de crise sanitária e de tensionamento político. Para tal, estudamos materiais produzidos para públicos interno e externo do Instituto publicados em veículos institucionais ou de parceiros, além de vinte e sete relatórios produzidos pelo serviço de comunicação sobre o período. Como referencial teórico, adotamos uma perspectiva interdisciplinar sobre comunicação pública, recorrendo a leituras e autores dos campos da comunicação, da saúde, das ciências sociais e do direito. Empregamos uma metodologia exploratória, de caráter principalmente descritivo, com análise quantitativa e qualitativa das ações desenvolvidas.

Ao estudar o trabalho de comunicação do Inca frente à pandemia, a opção por uma metodologia mista, que incluiu tanto análise qualitativa como quantitativa se deu em função de seu caráter complementar, fornecendo dados tanto objetivos quanto simbólicos por meio dos quais seria possível compreender de forma mais ampla e complexa o objeto de estudo. Na observação de Minayo e Sanches (1993, p. 247), não se deve pensar os métodos quantitativo e qualitativo numa escala, mas como formas diferenciadas e complementares de buscar a compreensão da realidade social. Para os autores, é de se desejar que a análise de aspectos *ecológicos* e *concretos*

das relações sociais possa gerar questões que venham a ser aprofundadas por meio da análise qualitativa e vice-versa.

Por trabalhar em nível de intensidade das relações sociais (para se utilizar uma expressão kantiana), a abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis mais pelo seu grau de complexidade interna do que pela sua expressão quantitativa. Adequa-se, por exemplo, ao estudo de um grupo de pessoas afetadas por uma doença, ao estudo do desempenho de uma instituição, ao estudo da configuração de um fenômeno ou processo (Minayo; Sanches, 1993, p. 245).

A partir dessa perspectiva, nos debruçamos complementarmente sobre aspectos quantitativos e qualitativos das ações, a fim de compreender o funcionamento estratégico da comunicação dentro de uma instituição de referência na saúde pública no país. Procuramos compreender a atuação da comunicação organizacional na produção de saberes e práticas que contribuam para direitos básicos previstos na Constituição Federal, como a saúde e a informação, bem como o acesso ao conhecimento como meio para o exercício da escolha informada e da cidadania.

Comunicação em saúde a partir da saúde coletiva e da legislação

Para efeitos de contextualização, além de 2700 servidores efetivos ativos, o Inca possui um público diversificado, incluindo pacientes, acompanhantes e visitantes; voluntários (cerca de 550 atualmente); prestadores de serviço; residentes e estudantes (o Instituto oferece cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento, além de ensino pós-graduado lato e stricto sensu); profissionais e gestores da área de saúde e a população em geral. Paralelamente, o Instituto lida diretamente com o ministério da saúde, em Brasília, e com a imprensa de todo o país.

Nesse quadro, a comunicação organizacional e pública ocupa lugar relevante na gestão de crises e na oferta de informação de qualidade a fim de promover o empoderamento e a autonomia para a tomada de decisões em

momentos de incertezas, de propagação de *fake news*, de disputas narrativas, corte de orçamento e conflitos políticos de fundo.

De uma perspectiva da saúde, mostrou-se importante recuperar as bases da Saúde Coletiva no período pós-redemocratização, cuja força e relevância social se mostraram essenciais à resiliência da saúde e da democracia testadas pela nova doença (Araújo, Oliveira, Freitas, 2020). Tais princípios foram essenciais para a previsão do direito à saúde (expresso no artigo 196 da Constituição de 1988, da criação e estruturação do Sistema Único de Saúde – SUS, por meio da Lei 8.080 de 1990). Recuperando o movimento da Reforma Sanitária das décadas de 1970 e 1980, mostrava-se patente a ânsia pela melhoria das condições de vida da população mediante propostas voltadas à ampla transformação na área da saúde, bem como de participação no processo de luta pela (re)democratização do Estado brasileiro (Cohn, 1989), com participação de diversos atores da sociedade civil.

A participação democrática da sociedade no âmbito da saúde coletiva e seu fortalecimento fizeram parte das principais demandas do movimento sanitarista mais recente no Brasil de modo a se constituir como “campo de produção de saber e um território de práticas democráticas em saúde” (Pai-va; Teixeira; 2014, p. 15-36). Reconhecendo a existência das desigualdades sociais e econômicas históricas na sociedade brasileira, o Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, marco do movimento sanitarista, foi estruturado mediante propostas voltadas para a transformação dessa realidade a partir de três temas principais: saúde como direito; reformulação do sistema nacional de saúde; financiamento do setor.

Ao tratar do primeiro tema, saúde como direito, o relatório parte de conceito amplo de saúde, reconhecendo seu entrelace com o contexto histórico, seu desenvolvimento e conquistas, destrinchando-o em rol exemplificativo de direitos correlacionados ao direito à saúde como o do trabalho em condições dignas e mediante amplo conhecimento e controle sobre o processo produtivo e ambiente de trabalho; educação e informação plenas e participação da população na organização, gestão e controle dos serviços e ações de saúde, voltada à implantação mediante políticas públicas e sociais. Na

decisão do Supremo Tribunal Federal, nos anos 2000, observa-se a influência de anseios trazidos pelo movimento reformista:

O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O poder público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A interpretação da norma programática não pode transformá-la em promessa constitucional inconsequente. (STF – RE 271.286 AgR, Relator: Ministro CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 12/09/2000, T2 – Segunda Turma, Data de Publicação: Diário de Justiça 24-11-2000).

Em termos legais, avançando com o compromisso do processo iniciado pela Reforma Sanitária Brasileira, a promoção da saúde foi objeto de tratamento normativo por portarias do Ministério da Saúde, cuja norma vigente é a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Como objetivos específicos dessa Portaria de Consolidação, verifica-se uma especial preocupação com a promoção do empoderamento e da capacidade para tomada de decisão e a autonomia de sujeitos e coletividades por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e de competências em promoção e defesa da saúde e da vida. O documento ressalta ainda a necessidade de se promover processos de educação, formação profissional e capacitação específicas em promoção da saúde, de acordo com os princípios e valores da Política Nacional de Promoção da Saúde, para trabalhadores, gestores e cidadãos; bem como de se estabelecer estratégias de comunicação social e mídia direcionadas ao fortalecimento dos princípios e ações em promoção da saúde e à defesa de políticas públicas saudáveis.

Observe-se então o destaque e a importância que ações de comunicação, educação e promoção da saúde obtiveram na legislação. Foi nesse sentido que o Supremo Tribunal Federal, no bojo de medida cautelar frente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (a ADPF-690-DF), foi instado

a se manifestar acerca dos primeiros ataques à informação promovidos pelo poder executivo federal acerca dos dados publicizados sobre a Covid-19.

Nos dias 6 e 8 de junho de 2020, o *Balanço Diário* sobre a pandemia causada pela Covid-19, até então publicizado pelo Ministério da Saúde diariamente pelos diversos meios de comunicação de modo a proporcionar transparência e clareza no trato da emergência em saúde, promoveu a exclusão de dados relativos ao acumulado de óbitos por covid-19, passando a informar unicamente os dados referentes ao dia da divulgação. Posteriormente, o Ministério também alteraria a data a ser considerada como de ocorrência dos casos de Sars-Cov-2, índices de óbitos e infecções em locais distintos, o que levou os partidos Rede Sustentabilidade, Partido Socialismo e Liberdade e Partido Comunista do Brasil a ingressar com a ADPF 690-DF. A decisão do STF em resposta à ação se balizou pelos princípios de publicidade e transparência, consagrados pela Constituição de 1988.

Exatamente por esses motivos, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade. (STF – ADPF: 690 DF - DISTRITO FEDERAL, Relator: Ministro ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 15/03/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: Diário de Justiça Eletrônico 15-04-2021)

A disputa de narrativas e imaginários em torno da doença e dos dados sobre ela alcançava aqui um outro patamar: claramente saía do universo exclusivamente sanitário, sendo atravessada por interesses outros. Neste sentido, as ações de comunicação na área de saúde deveriam cumprir papel de promoção e educação em saúde de modo transparente, entendendo a comunicação pública “na vinculação com o interesse público, do ponto de vista tanto da teoria quando da práxis. Isto significa pesquisar e debater sobre estruturas, a produção de informação pública e a circulação de temas de interesse público” (Kunsch, 2011, p. 15).

A comunicação frente à Covid-19: desafio real e imaginário

Frente ao difícil cenário de saúde nacional em decorrência da pandemia, o Serviço de Comunicação Social do Inca adotou como prioridade ações de divulgação sobre medidas de controle do coronavírus para seus profissionais, pacientes e sociedade, com a dupla tarefa de informar combatendo informações falsas fabricadoras de imaginários distorcidos sobre a doença. A chegada da pandemia ao Brasil, em meados de fevereiro de 2020, trouxe consequências para a população em geral, mas também para as organizações, entre elas as de governo, que se viram obrigadas a adotar medidas rápidas a fim de manter o seu funcionamento, mas também garantir a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Para isso, informação precisa constituir elemento de base. Afinal, “informação mostra-se elemento de importância crescente nas sociedades atuais – por promover processos de desenvolvimento econômico, mas também por deter o potencial de, aliada a programas específicos, ajudar a formar cidadãos, a diminuir diferenças econômicas e sociais” (Oliveira, 2006, p. 15). Como afirma a autora, informação se aproxima do campo do poder – no caso da pandemia, em disputas narrativas que circularam paralelamente à doença.

No Inca, a pandemia representava outro agravante: os riscos para os pacientes em tratamento de câncer e para os profissionais que atuavam no atendimento, nas unidades hospitalares do Instituto, e também em áreas administrativas, mas que precisavam, no dia a dia, circular pela cidade, em transportes públicos e, em alguns casos, dentro do ambiente hospitalar. A fim de minimizar os riscos e fornecer informação de qualidade, com agilidade e baseada em evidências científicas, adotaram-se estratégias de contenção da crise.

No âmbito institucional, foi instalado um Comitê de Crise Sanitária, em 20 de março de 2020, com reuniões inicialmente semanais. O comitê era formado por representantes de áreas estratégicas, dirigentes, profissionais de diversas equipes da assistência e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e teve papel importante na formulação de medidas e ações de contenção do contágio e de divulgação de informações de interesse público, apuradas e dissemina-

das pelo Serviço de Comunicação. Assim, reforçou-se a ideia da comunicação pública vista como uma rede, simbolicamente constituída a partir de temas relevantes para o interesse público (Kunsch, 2011, p. 15).

Em 17 de março de 2020, havia sido publicado, no e-mail institucional, conhecido como *Postmaster*, um comunicado oficial autorizando a modalidade de trabalho remoto no período de 16/03/2020 a 15/04/2020. Segundo o documento, a medida poderia ser alterada conforme orientações do Ministério da Saúde, do Ministério da Economia e das esferas de governo estadual e municipal do Rio de Janeiro. As normas e critérios estabeleciam, entre as exigências, “existência e acesso às plataformas e programas que permitam esta modalidade de trabalho, garantindo que não haja prejuízos às atividades desenvolvidas no setor, visando à manutenção e a preservação do funcionamento de todos os serviços e atividades. A modalidade não abrangia os servidores que desenvolvessem atividades na assistência direta ao paciente nas unidades hospitalares do Inca, conforme as normas, recomendações e orientações do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde estadual e municipal do Rio de Janeiro. Ficou a critério da chefia imediata autorizar o percentual das equipes a realizar trabalho remoto e escalas de revezamento, observando a obrigatoriedade da manutenção e preservação das atividades presenciais, quando fosse o caso.

Enquanto a instituição se adaptava à nova realidade, coube ao setor de comunicação planejar e executar as ações de comunicação, tendo em vista os impactos nos públicos de interesse do Inca, entre eles, pacientes e seus familiares ou cuidadores; servidores, prestadores de serviço, bolsistas, residentes, visitantes e a população em geral. Aqui, foram empregadas largamente ferramentas digitais, em um movimento de convergência, interação e participação (Jenkins, 2009). Nesse quadro, os usuários não apenas têm acesso a produções, mas fazem circular os conteúdos em suas próprias redes sociais, ao mesmo tempo em que fabricam, reforçam ou descontrolam coletivamente imaginários (entendidos aqui como “fábricas de imagens”) (Durand, 1998).

Práticas de comunicação em ação pública

A fim de concentrar informações e materiais sobre o tema coronavírus (Covid-19) no Portal do Inca na Internet, foi criada uma *landing page* com notícias, vídeos e informações aos pacientes e à sociedade em geral. A estratégia de criar *landing pages* vem sendo adotada no Inca, nos últimos anos. Segundo Silva (2016, p. 51), “A *landing page* é a página que surge quando alguém clica em um anúncio, link de buscadores orgânicos ou patrocinados, ou um link em um e-mail marketing. A *landing page* deverá apresentar um conteúdo que esteja relacionado com o anúncio ou link clicado”.

Citadin (2017, p. 16) ressalta a diferença entre a *landing page* (página de destino) e a *homepage* (página inicial): “*landing pages*, são páginas que possuem um objetivo bem específico em um site. [...] Seja baixar um ebook de conteúdo sobre o produto ou sobre a área de negócio para capturar leads, sejam webinars gratuitos e divulgados por e-mail, blogs de conteúdo, entre outros”. Seguindo essa lógica, a *landing page* do coronavírus no portal do Inca direcionava o público para conteúdos específicos sobre a pandemia, como vídeos disponibilizados em seu canal no YouTube, a TV INCA (www.youtube.com/@tvinca), notícias e materiais produzidos pelo Instituto especificamente sobre o tema ou a sua relação com alguns fatores de risco do câncer, como o tabagismo.

O conteúdo das *landing pages* era atualizado com frequência, de acordo com o surgimento de novas informações e a produção de materiais pelo setor de comunicação em parceria com áreas técnicas do Inca e com o Ministério da Saúde. Entre os destaques da página encontravam-se notícias sobre medidas adotadas nos hospitais do Inca, combate a *fake news*, materiais informativos, como cartilhas, folhetos e *cards* para mídias sociais, informações sobre como doar sangue e plaquetas no Instituto e dicas de saúde, como formas de prevenir o contágio pelo coronavírus.

Além das ações na Internet, o departamento de comunicação estabeleceu, na semana de 16 a 20 de março de 2020, uma série de ações para informação do público interno que foram constantemente aprimoradas durante todo o período crítico da pandemia e que perduram até os dias atuais. Foram dispo-

nibilizados, nas entradas dos quatro hospitais do Inca, naquela semana, vinte *banners* em lona com informações sobre como se proteger do coronavírus, como se dá a transmissão e quais são os sintomas da Covid-19; dois cartazes em quadros de avisos organizados pela Comunicação, abordando como se proteger e orientações para reduzir o risco de propagação do coronavírus nas dependências do Inca; e dois cartazes disponibilizados nos elevadores da instituição, em suportes de acrílico, informando a mudança no limite de passageiros, a fim de reduzir a propagação da contaminação.



Figura 1: À esquerda, primeira versão da landing page do coronavírus (Covid-19) no Portal do Inca; à direita, a página inicial da Intranet do Inca em 18 de março de 2020
Fonte: Relatório de ações de enfrentamento da Covid-19 do Secomso, Inca, 16 a 20 de março de 2020.

Entre os veículos de comunicação interna, o *house organ* (jornal institucional) *Informe INCA*, de periodicidade mensal, foi um dos mais impactados. Originalmente impresso, o veículo é distribuído nos prédios do Inca e enviado por correspondência impressa para servidores aposentados. Durante a pandemia, com a necessidade de diminuir o número de materiais impressos e, assim, reduzir o risco de contaminação pelo coronavírus, o jornal passou a ser produzido somente em formato digital. Outra alteração foi na sua perio-

dicidade: a fim de agilizar os comunicados, bem como manter uma relação de proximidade e acolhimento com os servidores, o *Momento Informe INCA*, como passou a ser chamado no período, tomou o formato de boletim eletrônico, com publicações ao longo do mês, em média semanais, na Intranet e no *Postmaster*. A edição completa era publicada no final de cada mês, na Intranet.

No correio eletrônico institucional, o *Postmaster*, foram enviadas oito mensagens com recomendações do Inca para enfrentamento do coronavírus; normas e critérios a serem adotados pelos próximos trinta dias para a modalidade de trabalho remoto; instruções gerais para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus; entrada de entregadores e representantes de empresas no HC I; esclarecimento sobre procedimentos a serem adotados por servidores/colaboradores com sintomas de doença respiratória; atendimento ao usuário do Serviço de Tecnologia da Informação (Seti); informações sobre cancelamento das férias de todos os servidores marcadas para o período de 23 de março até 30 de junho de 2020.

A agilidade na veiculação de informação foi uma das prioridades no enfrentamento da Covid-19. Durante todo o período, foram transmitidas mensagens nos fundos de tela dos computadores institucionais, atualizados conforme demanda do setor de comunicação. As mensagens eram enviadas ao Serviço de Tecnologia da Informação e publicadas remotamente em todos os computadores do Instituto.

A Intranet do Inca foi um dos principais canais de informação para os servidores da instituição. Foram publicadas, entre 13 e 18 de março, cinco matérias relacionadas ao coronavírus com temas como manejo de casos suspeitos de síndrome respiratória por coronavírus; como prevenir o contágio pelo coronavírus; recomendações do INCA para enfrentamento do vírus; entrada de entregadores e representantes de empresas no HC I; instruções gerais para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus. As informações também foram distribuídas por meio de flyers digitais veiculados na Intranet, *Postmaster*, *landing page* do Portal e nas mídias sociais do INCA Voluntário, a área de ações voluntárias que atende ao Instituto.

No YouTube, única mídia social na qual o Inca mantém um perfil, foram divulgados vídeos produzidos pelo Ministério da Saúde e, posteriormente,

pela própria instituição, sobre o coronavírus. A fim de orientar os acessos, foi criada uma *playlist*, mantida até a presente data, com o título Coronavírus. Atualmente a *playlist* conta com onze vídeos que, juntos, totalizam cerca de oitenta mil visualizações.

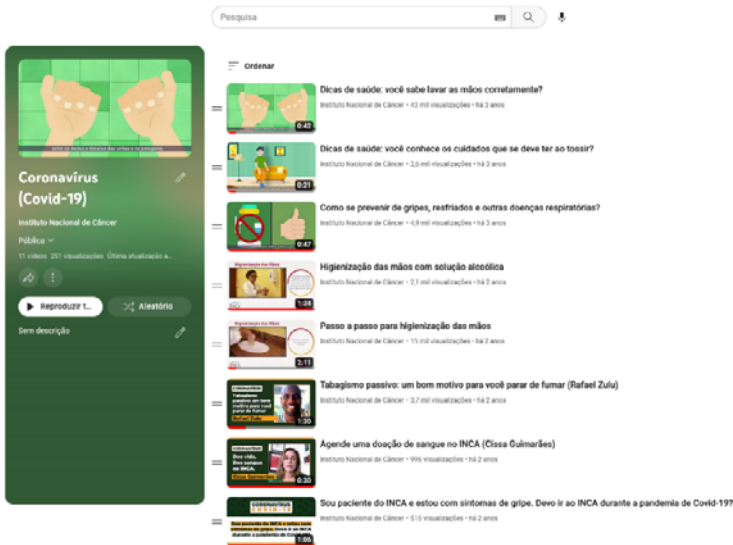


Figura 4: *Playlist* Coronavírus (Covid-19), na TV Inca
Fonte: YouTube

A pedido do Comitê de Crise, o serviço de comunicação produziu dezesseis infográficos para orientar seus profissionais sobre o uso de equipamento de proteção individual. Os infográficos foram impressos em tamanho A3 (29,7x42cm) e afixados em postos de enfermagem e locais de circulação das equipes de atendimento nos hospitais. Também foram criados boletins epidemiológicos diários, com dados fornecidos pela Coordenação de Prevenção e Vigilância, publicados nas mídias externas.

A fim de expandir o alcance de suas mídias internas, foram efetivados seis grupos de WhatsApp para envio de mensagens rápidas a todos os servidores. Inicialmente, os grupos eram distribuídos em: 1. Diretores e coordenadores; 2.

Secretários de Direções e Coordenações; 3. Multiplicadores (servidores escolhidos estrategicamente por serem considerados líderes na instituição); 4. Secretários de Serviço; 5. Assistência; 6. Secretários da Assistência. As mensagens, produzidas pela comunicação e aprovadas pelo Comitê de Crise, eram enviadas aos grupos para que fossem compartilhadas com os servidores. Os grupos foram mantidos após o período crítico da pandemia e, hoje, são usados para envio de mensagens gerais de interesse da instituição, entre elas, comunicados da direção-geral, convites para eventos e campanhas de utilidade pública.

Na área de relações públicas, uma das atividades mais impactadas foi a realização de eventos da instituição, que passaram a ser realizados, em sua maioria, on-line, com transmissão via ferramenta Mconf e pelo canal TV INCA, no YouTube. O Inca realiza, anualmente, eventos de natureza institucional e técnico-científica, abordando temas como prevenção, detecção precoce e tratamento do câncer, pesquisa, ensino, promoção da saúde, cursos, visitas institucionais, lançamentos de campanhas e datas institucionais. Seu auditório principal, localizado no prédio-sede do Instituto, no Centro do Rio de Janeiro, onde se concentra a maior parte dos eventos, possui 220 lugares. A instituição possui ao todo dezenove auditórios que, somados, contabilizam 912 lugares. Para fins de recorte metodológico, consideraremos apenas eventos e visitas realizados ou acompanhados pelo setor de comunicação.

A título de comparação, em 2019 a área realizou trinta e dois eventos internos, cinco em datas institucionais (4 de fevereiro, Dia mundial do Câncer; 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco; 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo; Outubro Rosa; 27 de novembro, Dia Nacional de Combate ao Câncer) e quatro visitas institucionais. Em 2020, com a pandemia e a necessidade de manter o distanciamento físico, assim como reduzir a circulação nos hospitais, o Serviço realizou doze eventos internos, dos quais apenas três foram presenciais (dois anteriores ao período de emergência de saúde pública e um em dezembro, sem público presencial) e uma visita institucional. Das datas institucionais, apenas o Dia Mundial do Câncer, realizado dia 4 de fevereiro, ocorreu de forma presencial. As demais conta-

ram com eventos on-line, na TV INCA. Não foram contabilizados, aqui, os eventos técnico-científicos realizados durante o período.

Como vimos, a emergência em saúde pública impactou diretamente as ações de comunicação. Após o período crítico da pandemia, muitos eventos continuaram ocorrendo on-line e outros, de forma híbrida, com público presencial e on-line. A necessidade de migrar para a Internet mudou a forma de organizar os eventos, ao mesmo tempo em que propiciou a participação de autoridades, palestrantes e público de forma remota, aumentando o alcance e a participação de especialistas. Embora tenha-se verificado, ao longo do tempo, uma redução no público participante durante as transmissões, observa-se que esses números tendem a aumentar após a realização do evento, uma vez que os vídeos permanecem disponíveis na TV INCA. Exemplo disso foi o evento Dia Mundial sem Tabaco 2020, realizado no dia 27 de maio de 2020. O evento obteve um pico de 192 visitantes simultâneos (157 na média) durante a transmissão e 446 visualizações nas primeiras 24 horas. Em 21 de março de 2023, o evento contava com um total de 2.698 visualizações, 40.013 impressões¹ e taxa de cliques por impressão de 2,2%². Embora já houvesse transmissões em anos anteriores, podemos ver uma mudança significativa em relação ao mesmo evento em 2019: o total de visitantes simultâneos naquele ano foi de 24 (15 na média) e apenas 130 visualizações nas primeiras 24 horas. Até 21 de março de 2023, o evento teve 1.154 visualizações, 8.491 impressões e taxa de cliques por impressão de 2%.

O aumento no número de eventos on-line, assim como de público, levou a mudanças no canal do Inca no YouTube: em abril de 2021, a TV INCA foi dividida em dois canais: um para ações de publicidade, outro para eventos e cursos. Os vídeos e *playlists* continuaram sendo criados no canal original, onde ficam não listados (os vídeos não aparecem para o visitante, mas podem ser acessados por link). Dentro do canal Eventos e Cursos foram criadas seções de acordo com a área técnica e, dentro, listados os links das *playlists*. Exemplo: Seção Prevenção, Detecção e Vigilância > *Playlists*: Ambiente, Trabalho e Câncer; Alimentação, Nutrição, Atividade Física e Câncer; Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. A mudança foi

planejada a partir do exemplo do *National Cancer Institute* (NCI), principal agência governamental americana para pesquisa e ensino em câncer, que mantém dois canais no YouTube: *National Cancer Institute* (@NCIGov) e *NCI Scientific Events and Resources* (@NCIwebinars).

Considerações finais

A pandemia de covid-19 no Brasil e o reconhecimento, em fevereiro de 2020, de emergência em saúde pública de importância nacional, instalou no país uma crise de aspecto não apenas sanitário, mas também de caráter político, econômico, social, institucional e simbólico (Oliveira, Freitas, Fortuna, 2024). No que diz respeito à comunicação, o momento demandou tomadas de ação rápidas a fim de combater a desinformação, a *fake news* e narrativas anticiência em um contexto de incertezas e disputas políticas que contribuíram para agravar as consequências de uma doença pouco conhecida.

Nesse cenário, as ações de comunicação, com destaque para a comunicação pública, mostraram-se estratégicas como ferramentas de interação entre atores sociais. Em um ambiente nacional de disputa de narrativas, de poderes políticos e de liderança, de mudanças de ministros da saúde até a indicação pelo presidente da república à época de um general para ocupar o cargo, em dado momento foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal para afirmar a obrigação constitucional de transparência pelo Estado na comunicação de informações sobre a doença que se instalava.

Assim, as ações tomadas pelo serviço de comunicação buscaram trabalhar em prol da promoção do empoderamento e da capacidade para tomada de decisão e da autonomia de sujeitos e coletividades – objetivo presente na Portaria de Consolidação nº 2 de 2017 – que prevê não só a promoção da saúde, mas preservação da vida diante de uma doença de potencial devastador. A fim de compreender o papel da comunicação em uma crise como a da pandemia de covid-19 em instituições de saúde pública, descrevemos a atuação do Serviço de Comunicação Social do Instituto Nacional de Câncer, órgão de referência na formulação de políticas de controle do câncer

do Ministério da Saúde. Como recorte metodológico, foram selecionadas ações do setor no período entre fevereiro e setembro de 2020. Nesse período, a instituição adotou a modalidade de trabalho remoto para parte de seus colaboradores (excetuando-se servidores que desenvolviam atividades na assistência direta ao paciente em unidades hospitalares).

Apesar da atuação inadequada por parte do poder executivo e do Ministério da Saúde à época – que chegaram a promover a exclusão de dados relativos ao acumulado de óbitos por covid-19, passando a informar unicamente dados referentes ao dia da divulgação –, o Inca procurou estruturar suas ações de comunicação de forma transparente e integrada. Seus veículos de comunicação foram adaptados a fim de produzir conteúdo claro e cientificamente embasado para informar sobre a Covid-19.

A direção-geral do Instituto instalou um Comitê de Crise Sanitária, por ela coordenado, em 20 de março de 2020. O Serviço de Comunicação criou um plano estratégico que envolveu mudanças em seus principais veículos de comunicação, como seu portal na Internet, o canal TV INCA, no YouTube, o *Informe INCA*, *house organ* institucional mensal, além da criação de materiais diversos, como *cards* para redes sociais, grupos institucionais no aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, para disseminação rápida de notícias para os funcionários, e mudanças em seus eventos, que migraram para o ambiente virtual. Tal mudança impactou nos eventos de um modo geral e hoje, após o término da pandemia, parte dos eventos continuou sendo realizada virtualmente, com possibilidade de atrair outras audiências.

Enfim, o trabalho se deu em consonância com os princípios democráticos e com o compromisso com a promoção da saúde iniciado pela Reforma Sanitária Brasileira das décadas de 1970 e 1980 e com os princípios e valores da Política Nacional de Promoção da Saúde. Mas a atuação da área de Comunicação do Inca durante o período estudado buscou amenizar os efeitos de uma crise sanitária na instituição ao considerar imaginários, disputas de poder e diferentes possibilidades de acesso à informação por parte de uma população de caráter diferente, desigual e em parte desconectada para empregar os termos de Canclini (2009).

Referências

ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 936–951, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81891>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARAÚJO, J. L.; OLIVEIRA, K. K. D.; FREITAS, R. J. M. In defense of the Unified Health System in the context of SARS-CoV-2 pandemic. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 73, supl. 2, e20200247, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0247>. Acesso em: 19 mai. 2025

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde – Relatório Final. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. *Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 fev. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 271.286. Paciente com HIV/AIDS – pessoa destituída de recursos financeiros – direito à vida e à saúde – fornecimento gratuito de medicamentos – dever constitucional do poder público (CF, arts. 5º, caput, e 196) – precedentes (STF) – recurso de agravo improvido. O direito à saúde representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. Agravante: Município

de Porto Alegre; Agravada: Diná Rosa Vieira. Relator: Celso de Mello, j. 12 set. 2000, 2ª Turma, *Diário de Justiça*, Brasília, DF, 24 nov. 2000. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=196&abrirTipoItem=INC&abrirItem=>. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 690 – DF Distrito Federal. Constitucional e administrativo. Atos do poder público. Restrição à divulgação de dados relacionados à COVID-19. Princípios da publicidade e da transparência. Direito à vida e à saúde. Necessidade de manutenção da divulgação diária dos dados epidemiológicos relativos à pandemia. Confirmação da medida cautelar referendada pelo plenário. Procedência parcial. Requerentes: Rede Sustentabilidade; Partido Socialismo e Liberdade; Partido Comunista Brasileiro. Intimado: Presidente da República; Ministro de Estado da Saúde. Relator: Alexandre de Moraes, j. 15 mar. 2021. Processo eletrônico. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, n. 71, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur444257/false>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

CITADIN, Daniara Regina. Redesign de interface de landing page: um estudo de caso do site Sienge. *Design*, Florianópolis, 2017.

COHN, Amélia. Caminhos da reforma sanitária. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 19, p. 123–140, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000400009>. Acesso em: 28 abr. 2023.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. São Paulo: Difel, 1998.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KUNSCH, Margarida M. K. Introdução: comunicação pública a serviço da sociedade e do cidadão. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 13–20.

LIMA, N. T.; SANTANA, J. P.; PAIVA, C. H. A. (orgs.). *Saúde coletiva: a Abrasco em 35 anos de história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 322 p. ISBN 978-85-7541-590-0. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q4gzb>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 237–248, jul. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 19 mai. 2025.

OLIVEIRA, Denise da Costa; FREITAS, Ricardo Ferreira; FORTUNA, Daniele Ribeiro (orgs.). *Narrativas na pandemia: corpos, escritas e subjetividades*. Rio de Janeiro: Ayrán, 2024.

OLIVEIRA, Denise da Costa. Informação, relações de poder e comunicação nas organizações: uma reflexão sobre o campo. *Organicom*, São Paulo, ano 3, n. 5, 2º sem., p. 13–27, 2006.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 15–36, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SILVA, Vanessa Bolico da. Marketing digital como ferramenta estratégica e as oportunidades nas redes sociais. *e3 – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP*, v. 2, n. 1, p. 42–61, 2016.

CAPÍTULO 13

Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais

MÁRCIO SIMEONE HENRIQUES

Nas teorizações sobre os públicos, vistos não somente como agrupamentos aos quais se endereçam mensagens, mas também como entes sociais que participam da vida pública e dão forma ao espaço público que habitam, temos insistido na ideia de que eles são agregados dinâmicos que se formam e movimentam por meio da sua expressão em público e, fundamentalmente, pela distinção de seus posicionamentos em relação a questões controversas (Henriques, 2017a). Tomando especialmente o sentido que lhes confere Herbert Blumer (1987), a controvérsia é um eixo central que faz emergir os públicos pela opinião e pelas posições que publicamente tomam, diferindo, pois, de outros tipos de agregados e criando as condições para a existência de debates, vistos como essenciais para a existência de uma comunicação pública (Weber, 2017), e para a formação do interesse público. A noção de controvérsia remete a outras, tais como desentendimento e dissenso, não havendo, a nosso ver, nenhuma diferença relevante a ser feita neste âmbito. Os públicos podem colocar-se em diferentes posições frente às instituições

e a outros públicos e buscarão construir alguma influência na sustentação dessas posições. E há vários ângulos sob os quais podemos ver e interpretar os desacordos em termos de sua lógica e de sua dinâmica. Por vezes tendemos a entendê-los somente no movimento em busca de formação de acordos e consensos, mas também podemos olhar para o aparecimento dos públicos como a própria emergência dos dissensos (Rancière, 2018; Marques, 2022). Especialmente neste último ângulo, ressalta o papel ativo dos públicos como entes coletivos, sejam menos ou mais difusos, menos ou mais organizados, tanto na forma como se dão a ver, quanto na forma como nós os vemos e percebemos suas expressões, seus movimentos, suas ações.

Há, porém, no sentido trivial que liga os públicos às controvérsias públicas, vários aspectos importantes a considerar. Uma crítica comum é de que esta trivialidade cria um sentido muito fraco para a ação dos públicos, baseada fundamentalmente em trocas de razões em público, nas opiniões e nas atitudes coletivas e na generalização feita em termos de opinião pública como uma espécie de síntese que expressaria um consenso. Assim, essa dinâmica não seria capaz de explicar as confrontações em termos de luta social e um conjunto de conflitos cuja dinâmica de mobilização abrange meios e fins que vão muito além das expressões e das trocas e disputas de opiniões, podendo chegar, inclusive, a ações de violência (material e simbólica). Partimos deste desafio para iniciar um projeto de pesquisa com o intuito de puxar alguns fios sobre esta questão. Envolve a ideia de tratar de situações onde as confrontações aparecem territorialmente situadas e podem ser observadas empiricamente dentro de certos limites que compõem uma cena de conflito entre vários atores sociais e que podem conectar um sentido forte para a formação e a movimentação de públicos nestas circunstâncias. Daí a ideia de procurarmos compreender os públicos em situações de conflito socioambiental¹. Trata-se de uma pesquisa de aprofundamento teórico e de investigação empírica, de cunho qualitativo e interpretativo, por meio de estudo retrospectivo de casos no período de 2011 a 2020, extraídos do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)². Das centenas de conflitos registrados e catalogados por esta

iniciativa, foram pré-selecionados 30 (posteriormente ampliados para 40) e destes foram escolhidos 10 para aprofundamento. O exame destes casos é feito inteiramente pela coleta exaustiva de dados publicamente disponíveis, através de motores de busca na internet: notícias, publicações em sites e em perfis de redes sociais de atores específicos, documentos oficiais, publicações acadêmicas, fotos, vídeos e áudios. Não se trata de analisar pormenores de cada conflito em si, mas de recuperar um histórico do conflito tal como ele se apresenta em seus registros públicos, verificar a sua repercussão e as formas de circulação no espaço público, demarcar alguns marcos acontecimentais e ocorrências que incidem sobre o conflito, identificar os atores envolvidos e verificar, com isso, quais são as possibilidades e as vulnerabilidades dos públicos em termos de ação de enfrentamento e da vigilância civil sobre estas situações. Neste texto, queremos apresentar algumas das reflexões que fazemos com base nesta pesquisa, explorando a noção de conflito e a participação dos públicos como atores sociais.

As situações de conflito e os atores

A noção de controvérsia certamente é similar à de conflito, podendo ambos os termos serem tomados como sinônimos; parece-nos inútil fazer uma distinção meramente lexical. Mesmo assim, além de ser utilizada para denotar qualquer desacordo ou desentendimento, a palavra conflito também sugere uma condição de *incompatibilidade*, ou seja, quando se está diante de situações distintas que são hipoteticamente incompatíveis uma com a outra. Neste sentido, um conflito é visto não somente em seu caráter antagonístico, mas, no limite, agonístico, já que demanda uma escolha entre as opções conflituosas³ como via de solução. Tal sentido se dá, por exemplo, nos conflitos de interesse, onde se deve escolher que interesse deve prevalecer. O conflito sugere também um sentido forte, provavelmente por um estatuto sociológico bem mais robusto que a controvérsia, onde conflitos sociais são referentes às relações de força e poder numa sociedade, sejam estas descritas em termos de luta de classes, de competição por recursos,

meios de produção e de reprodução e de disputas político-ideológicas, que se objetiva em ações de choque e de enfrentamento. Assim, dentro de um amplo espectro semântico, interessa-nos explorar os sentidos mais fortes de conflito, aproximando-nos da dimensão agonística, a partir de uma perspectiva dos públicos. Num nível mais profundo, trata-se de responder à questão, sempre premente, acerca das capacidades de ação efetiva dos públicos. Desta forma, uma das hipóteses traçadas em nossa investigação é de que os públicos se formam e se movimentam em diversas formas de expressão e de ação, desde as mais difusas e desorganizadas, meras reações ao que lhes é endereçado, até as formas mais elaboradas, concentradas e organizadas, apresentadas publicamente por coletivos específicos.

As principais correntes sociológicas trazem em distintas perspectivas a ideia de ator social como forma de se referir à ação dos agentes em circunstâncias e estruturas determinadas, tendo em vista a mudança social, o que enseja várias formas diferentes de análise destas ações. Sem o objetivo de discutirmos aqui os diversos meandros controversos que envolvem a relação entre atores e a estrutura social e o alcance da mudança social – foco de divergências e discussões entre as várias correntes, tomamos como base que a ideia de conflito social se associa geralmente à ideia de atores como grupos de várias categorias, não excludentes: grupos ativistas, minorias, contrapúblicos, movimentos sociais etc. Estas são, portanto, categorias nomeadas de ação publicamente visível e minimamente organizadas e que conseguimos perceber e distinguir em situações de conflito. A metáfora dramática sugere o conflito como uma cena onde estes atores interagem entre si e também com outros atores, que poderíamos chamar de institucionais. Quando é assim, é frequente que a noção de públicos simplesmente esteja ausente ou, quando muito, refere-se à plateia (ou audiência) à qual essa representação se dirige que, se não é contemplativa, pelo menos reage à cena, mas sem participar dela diretamente. Sabemos, contudo, que não é simples nem fácil introduzir a ideia de que os públicos possam ser atores, ou seja, de que possam participar diretamente de um conflito em particular. É comum, aliás, que se acredite que só venham a ter um papel efetivo em outra condição: a

de massa. Entretanto, estamos abertos à ideia de que os públicos são uma modalidade de experiência coletiva, assim como nos ensina Louis Quéré (2003) ou, melhor ainda, são agrupamentos que, em si, podem variar em diversos tipos de experiência: menos ou mais organizados, menos ou mais visíveis, menos ou mais articulados, menos ou mais influentes, conforme a situação e a sua própria ação (Henriques, 2017b). Assim, nosso raciocínio é de que, à medida que se organizam, os públicos aumentam seu poder de influência e agência e ampliam as suas possibilidades de uma intervenção direta na cena pública, representando a si próprios, em seus interesses, tanto quanto a outros públicos que ali não estão presentes e atuantes.

Também podemos considerar que a noção de ator social geralmente acompanha a de movimentos sociais. Ao tratar da emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, Maria da Glória Gohn os caracteriza como sujeitos sociopolíticos que “mobilizam ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo” (Gohn, 2013, p. 42). Reconhecendo a multiplicidade conceitual, uma noção que se faz presente em diferentes espaços sociais e possui um uso trivial, ela busca sair de uma conceituação homogênea e engessada, de tal forma que os movimentos possam ser abordados em seu fluxo e em sua dinâmica, vendo-os como “processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito” (Gohn, 2007, p. 245). Tomando-os como campos políticos de força social, busca diferenciá-los dos grupos de interesse e dos próprios modos (e repertórios) de ação coletiva, vendo neles uma associação em redes de mobilização social de vários grupos organizados, voltados para diversas ações coletivas e à participação social. O ator social, na visão da autora, é inspirado na definição de Alain Touraine, quando este se refere a uma *política dos atores* como alguém que, “engajado em relações concretas, profissionais, econômicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou gênero, procura aumentar a sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência” (Gohn, 1997, p. 37).

Esta ideia de pluralidade de atores sociais e mesmo de repertórios de ação é, de algum modo, condizente com o que há muito vimos perseguindo em relação à comunicação em processos de mobilização social. Costumamos descrever

estes processos como sendo de formação e de movimentação de públicos, em função da defesa de causas de interesse público (Henriques *et al.*, 2004). Nosso foco é numa dimensão microssociológica, na qual podemos ver os públicos desde as interações subjetivas, passando pela produção do sentido coletivo e público da ação, até alcançar um nível de influência e ação em condições de publicidade. Assim, em diversos graus de organização, os públicos, em algum momento, podem aparecer na cena pública como atores visíveis, sendo esta uma das tantas formas de experiência possíveis a estes entes coletivos. Estamos, portanto, dispostos a sustentar que os públicos, em certas circunstâncias e sob determinadas condições, podem ser atores. Acreditamos que nossa pesquisa possibilite trazer subsídios empíricos para evidenciar como eles podem ser assim identificados, que características eles assumem em situação específica – a de um conflito socioambiental, e aspectos de seu comportamento. Em seguida apresentamos alguns breves pontos sobre as cenas de conflito socioambiental em sua dimensão pública, tecendo algumas considerações específicas sobre os públicos como atores nestas circunstâncias.

A dimensão pública dos conflitos socioambientais

A atenção aos problemas ambientais tem sido crescente nas últimas décadas, não apenas em decorrência do acirramento das disputas de recursos naturais e pelos desequilíbrios causados à natureza por modelos de desenvolvimento predatórios, como também pela emergência de uma crise climática sem precedentes que se dá em consequência das atividades antrópicas. É neste contexto que se dá uma intensa politização dos problemas ambientais e a penetração numa pauta de preocupações que vai muito além do problema dos danos e das reparações ao meio ambiente, já que a intensificação desses desequilíbrios acarreta múltiplos problemas de ordem social, tanto para populações específicas, como para o conjunto da população do planeta. Uma visão comum dos conflitos socioambientais é como um distúrbio na distribuição dos recursos da natureza, dada a situação de escassez pela atividade econômica (Libiszewski, 1991), e que reconfigura os espaços e as

relações sociais, podendo levar a diversas situações de tensão. Mas os conflitos deste tipo não podem ser postulados apenas como desequilíbrios e desajustes, nem tampouco circunscritos apenas aos danos ao meio natural. Estes conflitos podem tomar a forma de disputas violentas e podem trazer consequências inumeráveis em termos das formas sociais pelas quais grupos sociais distintos se apropriam do território e lhe dão significado (Acselrad, 2004). A noção de conflito socioambiental, portanto, vai além dos problemas com o meio ambiente em si, para alcançar todo um conjunto de relações sistêmicas que envolvem as formas humanas de vida em sociedade, seus meios de produção da vida, da distribuição de bens comuns e da construção de um espaço público. Mais ainda, essa visão social não envolve apenas uma dimensão material, como também simbólica e cultural. As várias perspectivas destacam não somente a disputa entre interesses opostos em relação ao acesso e uso dos recursos como também o choque entre formas de existência de populações territorialmente estabelecidas e entre concepções diferentes de sistemas produtivos como uma base importante de muitos conflitos socioambientais contemporâneos (Little, 2001).

Interessante observar como os estudos sobre estes conflitos tendem a vê-los a partir do embate entre atores. Na perspectiva de Andréa Zhouri e Klemens Lachefski (2010), eles se constituem a partir da afetação de grupos sociais por projetos econômicos, onde diversos atores se mobilizam com o intuito de denunciar essas condições, na dimensão do espaço vivido. Essa dimensão territorial é importante, pois, como argumentam esses autores, esses conflitos se dão em embates discursivos acerca de diferentes visões e formas de organizar a utilização do espaço e se materializam em ações que buscam evidenciar contradições e injustiças acerca de concepções de mundo, de sociedade e de natureza.

A visão agonística de conflito à qual nos referimos é corroborada, por exemplo, por Isabel Carvalho e Gabriela Scotto (1995), ao pensarem num roteiro metodológico para abordar os conflitos socioambientais. Elas acenam a oposição de interesses cujo objeto de disputa são os recursos naturais onde se expressam interesses públicos e privados e que o conflito (mais

do que o problema ambiental) se identifica no confronto entre atores que conscientemente se posicionam em relação a objetivos incompatíveis uns com os outros. Chamamos a atenção também para o fato de que os conflitos deste tipo envolvem uma complexa interação entre públicos distintos e destes com atores institucionais/organizacionais. Jaqueline Santos (2021) observa que neles tanto os atores quanto as próprias alianças se constituem e refazem todo o tempo, ou seja, estão continuamente em relação dinâmica que formam um emaranhado e podem ser vistos, assim, como um “jogo social de final aberto, emergido de um processo socialmente construído” (p. 167), aspecto que condiz com nossa visão da formação de públicos como um processo aberto e indeterminado (Henriques, 2017b).

Quatro questões são importantes para voltarmos nosso interesse de investigação para este objeto numa abordagem comunicacional. A primeira é que as várias perspectivas teóricas sobre os conflitos socioambientais têm destacado a sua dimensão simbólica. Henri Acselrad (2004), por exemplo, reconhece essa dimensão, ao lado da material, como sendo fundamental para a apreensão da dinâmica de conflito própria do choque entre modelos de desenvolvimento. Outros autores enxergam a importância das definições acerca dos espaços comuns e os veem em termos da formação e da disputa pelos sentidos de espaço público (e de interesse público) na conformação dos territórios. A segunda é que a tematização pública desses conflitos encerra inúmeras controvérsias nas quais vários públicos se veem envolvidos – tanto direta quanto indiretamente – e que geram diversas instâncias de debate e também uma mediatização. A terceira é uma evidente dimensão de mobilização social, no sentido a que já fizemos alusão anteriormente, que envolve a sociedade civil, públicos articulados nos âmbitos local e extralocal, abrangendo coletivos populares e comunitários, organizações não governamentais, grupos ativistas, movimentos sociais. E, finalmente, a quarta é que são identificadas estruturas de monitoramento e supervisão da sociedade civil sobre estes conflitos, no processo que chamamos de vigilância civil, onde públicos organizados e articulados entre si e com instituições constituem instâncias nos moldes de observatórios que coletam dados, dão visibilidade

e denunciam as situações de conflito (Henriques; Silva, 2016) – tais como os mapeamentos feitos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴, o Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (UFMG)⁵ e o já citado Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Os conflitos socioambientais constituem, portanto, um bom campo de estudos para verificar uma dinâmica de comunicação pública e de ampliar a compreensão sobre os aspectos de participação dos públicos, especialmente no exame sobre os modos como estes se movimentam como atores numa cena pública territorialmente situada e delimitada. Além disso, a movimentação de grupos de interesse nesses conflitos está sujeita a variações e contradições quanto à amplitude desses atores, de seus interesses e de sua forma e intensidade de participação. Esses aspectos específicos da mobilização dos públicos, menos ou mais afetados, menos ou mais abrangentes, é uma chave interessante para a observação de suas vulnerabilidades e de uma relação bastante complexa com a opinião pública e com interesses mais amplos e difusos.

Observando a cena pública do conflito

A forma mais imediata de observação de uma cena de conflito é a que se dá em tempo real e no seu próprio território, captando as ações e movimentos dos atores no próprio momento em que acontecem. Isso envolve, portanto, uma participação direta, menos ou mais engajada, na própria cena, não importando se no palco, nos bastidores ou na plateia. O que desejamos considerar, no entanto, são as várias formas indiretas de observação do conflito que se dão pelos registros públicos que o anunciam e denunciam. Como já dissemos, em nossa pesquisa buscamos uma visão retrospectiva que implica, portanto, em buscar os rastros das cenas conflituosas, tais como nos aparecem, configurando cenas visíveis – e públicas – que de algum modo foram capturadas e seguem expostas. Trabalhar nesta dimensão é, pois, buscar as *cenar publicadas*. O recurso aos motores de busca na *web* dá acesso a inúmeras fontes que darão essa conformação pública: postagens de

textos, imagens, áudios, vídeos em sites e blogs, em perfis e comunidades de redes sociais dos diversos atores envolvidos; publicações de relatórios, documentos oficiais, artigos acadêmicos e de notícias em veículos jornalísticos. Por este ângulo, o que podemos ver é uma cena construída, tal qual um mosaico, onde as diversas publicações nos dão a face pública deste conflito. Isso também resulta numa certa edição dos elementos captados, em termos de seleção, de saliência e de organização funcional destes rastros.

Com efeito, é possível dizer que um aprofundamento no conflito em termos de suas causas e razões, nos vários elementos visíveis em disputa, só é possível numa situação em que sejam observados também em sua face não-pública, ou então nas situações em que eventuais ações desempenhadas fora da cena visível sejam reveladas e *vazadas* ao público. Isso é o que procuram fazer instâncias específicas de investigação, incluindo aí o trabalho acadêmico. Por outro lado, o tipo de observação retrospectiva que constrói uma cena pública é suficiente, a nosso ver, para desvelar alguns aspectos fundamentais sobre os públicos e sua dinâmica nestas situações, já que eles são definidos justamente por sua condição de publicidade (Henriques, 2017a): (a) a movimentação dos públicos que aparecem *como atores* no conflito e de que modo dão a ver suas características e posições, bem como a forma com que apresentam as suas coalizões; (b) as suas formas e os seus canais de denúncia dos problemas geradores do conflito; (c) os atos públicos que promovem e as suas táticas para mobilizar outros públicos; (d) as suas iniciativas comunicacionais para mediatizar o conflito, seja por meio da imprensa, seja por meio das mídias sociais digitais; (e) o envolvimento de outros públicos mais amplos pelas controvérsias geradas no conflito e a mobilização da opinião pública; (f) os elementos simbólicos que são acionados; (g) o relacionamento com instâncias de mediação da situação conflituosa e (h) o recurso às instituições pelas vias formais, incluindo a judicialização do conflito.

Considerações finais

Buscamos aqui refletir sobre um aspecto importante acerca do aparecimento dos públicos em cenas de conflito. A dimensão da cena pública que aqui postulamos envolve trabalhar em maior profundidade os aspectos comunicacionais que não são apenas os elementos propriamente simbólicos presentes na situação conflituosa e a sua evidente mediação, mas, principalmente, as lógicas e dinâmicas das interações entre os públicos, destes com as instituições e na própria constituição e reconstituição da cena a partir de suas condições de publicidade, com base nos rastros que podem ser encontrados e coligidos. cremos, desta forma, que uma visão a partir dos públicos pode trazer mais aportes tanto para elucidar suas possibilidades e potências de mobilização e ação, quanto para evidenciar mais elementos de suas vulnerabilidades.

Da mesma forma nos convoca a ampliar e aprofundar a noção de vigilância civil, a partir das próprias condições de observação, supervisão, monitoramento e avaliação dos conflitos socioambientais, tanto na forma direta e imediata nos próprios territórios, quanto pela reconstituição da cena pública dessas situações. Sabemos que as instâncias de vigilância civil, como as que aqui mencionamos, são, elas próprias, importantes agentes de publicização, que anunciam e denunciam as ocorrências atribuindo-lhe o caráter conflituoso. Possuem, portanto, importante papel na conformação dessas situações e na sua inserção num contexto maior e para uma visão de conjunto, onde se podem visualizar certas recorrências e padrões.

Referências

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13–36.
- BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela (orgs.). *Conflitos socioambientais no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: IBASE; Fundação Heinrich-Böll, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HENRIQUES, Márcio S. et al. (orgs.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- HENRIQUES, Márcio S. Dimensões dos públicos no processo de comunicação pública: formas de conhecimentos, ação e organização. In: SCROFERNECKER, Cleusa;
- AMORIM, Lidiane R. (orgs.). *(Re)leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2017a. v. 1, p. 53–66.
- HENRIQUES, Márcio S. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, Ângela C. S. et al. (orgs.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017b.
- HENRIQUES, Márcio S.; SILVA, Daniel R. Organizaciones privadas bajo vigilancia de los públicos: mecanismos de observación civil y cambios en las condiciones de publicidad. In: MATILLA, Kathy (org.). *Casos de estudio de relaciones públicas: espacios de diálogo e impacto mediático*. Barcelona: Editorial UOC, 2016. p. 215–261.

- LIBISZEWSKI, Stephan. What is an environmental conflict. *Journal of Peace Research*, v. 28, n. 4, 1991. p. 407–422.
- LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107–122.
- MARQUES, Ângela Cristina S. O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo. *Revista Galáxia*, v. 47, 2022. p. 1–21.
- QUÉRÉ, Louis. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: CEFAÏ, Daniel; PASQUIER, Dominique (orgs.). *Le sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *La méthode de la scène*. Paris: Éditions Lignes, 2018.
- SANTOS, Jaqueline G. O emaranhado social envolvido nos conflitos ambientais: proposição de análise à luz da Teoria da Produção Social. *Espacio Abierto*, v. 30, n. 4, 2021. p. 167–183.
- TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru: Edusc, 1997.
- WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja P.; LOCATELLI, Carlos (orgs.). *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23–56.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CAPÍTULO 14

A comunicação no contexto organizacional das plataformas digitais de trabalho de cuidado

CLAUDIA NOCIOLINI REBECHI

Em 2020, no Brasil, o anúncio de um serviço de limpeza de ambientes chamado *Limpeza Express* despertou grande atenção pelo seu baixo valor de R\$19,90, gerando indignação de muitos cidadãos que questionaram a exploração do trabalho das pessoas que realizariam essa atividade. A empresa responsável pelo anúncio à época é um tipo de organização que usa uma plataforma digital como seu principal meio de produção e de controle do trabalho humano.

Conhecida, usualmente no Brasil, como *empresa de aplicativo* ou *empresa de plataforma*, esse tipo de organização empresarial desenvolve modelos de negócios em diversos setores econômicos, usando a infraestrutura de uma plataforma digital (e seus recursos tecnológicos) para subordinar trabalhadoras e trabalhadores às suas normas e prescrições de trabalho. Trata-se de organizações também intituladas de *plataformas digitais de trabalho*, as quais, conforme explicam Woodcock e Graham (2020), são empresas que usam tecnologias digitais para mediar interações de criação de valor entre consumidores e trabalhadores.

As organizações desse tipo mais conhecidas são aquelas ligadas aos serviços de transporte de passageiros e de entrega de mercadorias, porém, a depender do seu modelo de negócio e do setor econômico em que atuam, tais empresas também comercializam atividades de trabalho relacionadas ao cuidado com crianças, pessoas com deficiências, idosos e, também, cuidado com o âmbito doméstico (limpar, cozinhar, lavar etc.), dentre outras.

O cuidado como trabalho é constituído por diversos aspectos sociais, culturais e econômicos sendo ele possível de ser não remunerado ou remunerado (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022). No contexto das plataformas digitais de trabalho (Ustek-Spilda *et al.*, 2022), trata-se do trabalho de cuidado remunerado e controlado por empresas privadas, sendo em sua maior parte realizado por mulheres pobres e não brancas.

Aproveitando-se das históricas desigualdades sociais, de gênero, raça e classe na sociedade capitalista, as empresas de plataforma estão se expandindo amplamente por diversos países, inclusive no Brasil, e explorando de forma intensa o trabalho de cuidado com pessoas e domicílios realizado, em grande medida, por milhões de mulheres (Cardoso; Pereira, 2023).

Em um importante relatório sobre o trabalho do cuidado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019) indicou grande preocupação com os efeitos da atuação das plataformas digitais de trabalho de cuidado nas proteções trabalhistas. Pois, ainda segundo a OIT, a grande maioria dessas empresas não respeitam os direitos trabalhistas existentes nos diversos países em que elas desenvolvem seus negócios.

Nesse contexto, surge meu interesse em identificar, discutir e compreender os usos da comunicação mobilizados por esse tipo de organização vinculados à sua lógica de gestão e organização do trabalho, a qual é constituída por aprimorados recursos tecnológicos digitais e, ao mesmo tempo, se vale da precarização do trabalho inerente à constituição da sociedade capitalista.

Meu pressuposto inicial sobre este tema de pesquisa está fundamentado no entendimento de que a comunicação e seus usos são mobilizados no mundo do trabalho de diversos modos pelas plataformas digitais de trabalho de cuidado, utilizando diferentes tecnologias da comunicação e da informa-

ção, desenvolvendo novas práticas digitais, criando agressivas estratégias de comunicação, produzindo e difundindo narrativas e discursos para organizar e gerenciar o trabalho, com a principal intenção de atender necessidades e interesses próprios em meio às contradições entre capital e trabalho.

Tendo isso em vista, a proposta deste meu texto é evidenciar e problematizar determinados aspectos que possam possibilitar um debate preliminar sobre a inter-relação comunicação e trabalho no contexto da atuação das plataformas digitais de trabalho de cuidado.

Essa investigação¹ seguiu um percurso metodológico apoiado por levantamento bibliográfico nacional e internacional sobre o tema, pela leitura de reportagens e matérias que apresentam dados sobre as relações de trabalho envolvendo empresas de plataforma de trabalho de cuidado e, também, acessando materiais institucionais desenvolvidos por esse tipo de organização, os quais estão disponíveis na web.

A fim de dar conta do propósito já anunciado, a composição deste capítulo é constituída por três seções. Primeiramente, considero necessário apresentar uma breve contextualização sobre minhas aproximações do conceito de trabalho de cuidado, considerando suas relações de classe, gênero e raça na sociedade capitalista. Em um segundo momento, tratarei de características das organizações tidas como plataformas digitais de trabalho de cuidado em meio ao debate da literatura nacional e internacional sobre o trabalho por plataforma. Por fim, discutirei alguns usos da comunicação mobilizados pelas empresas de plataforma digitais de trabalho que foram possíveis de serem identificados durante minha investigação preliminar sobre o objeto de estudo em questão.

Uma abordagem inicial sobre o trabalho do cuidado

Compreendida como uma forma de divisão do trabalho social, a divisão sexual do trabalho é caracterizada por atribuir uma distinção entre ocupações entendidas como femininas e masculinas, considerando que às mulheres são reservadas as atividades da esfera reprodutiva e aos homens destinam-se

atividades da esfera produtiva. A estudiosa Kergoat (2019, p. 67) explica que essa forma de divisão social do trabalho “tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)”.

Tendo isso em vista, a divisão sexual do trabalho contempla o trabalho remunerado e o não-remunerado, doméstico e profissional, formal e informal, ampliando o próprio conceito de trabalho na sociedade (Hirata, 2017). E trata-se de um fenômeno vinculado diretamente ao sistema capitalista, no qual o trabalho das mulheres é desvalorizado tanto no aspecto material como no aspecto simbólico. Ou seja, na maior parte dos países industrializados, a maioria das mulheres é mal remunerada e inferiorizada em comparação com os homens no mercado de trabalho. Além disso, a divisão sexual do trabalho reserva às mulheres a responsabilidade pelas atividades de cuidado da casa e dos membros da família, caracterizando o trabalho doméstico como feminino e, portanto, desvalorizado na sociedade capitalista.

No entanto, a economia capitalista depende das atividades de reprodução social que regeneram a classe trabalhadora assalariada fora do local de produção e que permitem retornar a ele, bem como das atividades que criam e mantêm laços sociais, tais como as de cuidado e interação entre as pessoas. Cuidar das crianças, dos idosos e de pessoas com deficiência, limpar, cozinhar, fazer as compras, levar as crianças na escola, manter a casa *em ordem* e, inclusive, gerar e parir um filho são todas elas atividades fundamentais para a esfera da produção, para a existência do trabalhado assalariado, para acumulação da mais-valia e, portanto, para o desenvolvimento do capitalismo (Fraser, 2016; Bhattacharya, 2013).

Em complemento a esse entendimento, a estudiosa Nancy Fraser (2016) argumenta que a sociedade capitalista, ao separar o trabalho de reprodução social (em grande medida não remunerado) e o trabalho de produção econômica (remunerado em forma de dinheiro) e ao associar o primeiro às mulheres e o segundo aos homens, criou uma base para modernas formas de subordinação das mulheres que se operacionalizam dentro dos domicílios e do ambiente familiar, mas também fora deles.

A maioria das mulheres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, precisam trabalhar com remuneração para sobreviver e acumulam a conhecida dupla jornada de trabalho, sendo obrigadas a conciliar o trabalho do cuidado e doméstico gratuito e o trabalho profissional remunerado.

Devido ao caráter da divisão sexual do trabalho, dentre outros fatores, muitas das mulheres que estão no mercado de trabalho assalariado/remunerado realizam tarefas de cuidado de pessoas e de domicílios. Em 2019, a Organização Internacional do Trabalho estimou que a força de trabalho global de cuidado é composta por 381 milhões de trabalhadores, sendo 249 milhões de mulheres (aproximadamente dois terços do total) e 132 milhões de homens. Trata-se de números que representam 11,5 % do emprego global total; 19,3% do emprego feminino global e 6,6 % do emprego masculino global (OIT, 2019).

Essa força de trabalho de cuidado global indicada no relatório da OIT (2019) refere-se a cuidadoras/es de pessoas que trabalham com a prestação de serviços contratados e pagos por indivíduos/famílias; cuidadoras/es que trabalham nos setores de assistência (educação, saúde e assistência social) e outros setores; trabalhadoras/es domésticos (que realizam limpeza e outras atividades de cuidado com a casa) e aquelas/es trabalhadoras/es que, sem prestar diretamente serviços de cuidado, trabalham nos setores de assistência que apoiam esses serviços.

O IBGE, no Brasil, ao tratar de trabalho de cuidado, utiliza o conceito de trabalho doméstico remunerado, o qual diz respeito ao trabalho realizado por pessoas de modo remunerado em uma ou mais unidades domiciliares. Portanto, trata-se de “trabalhadores domésticos mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar continuamente dos domicílios de seus empregadores, bem como de suas famílias” (Pinheiro *et al.*, 2021, p. 69). E conforme dados da Pnad Contínua, do IBGE (2022), a população ocupada em trabalho doméstico no Brasil (considerado por mim como trabalho de cuidado, assim como é entendimento da OIT), entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2021, era de 5,7 milhões, sendo aproximadamente 92% de mulheres (5,2 milhões) e 65% (3,4 milhões) de pessoas negras (as pretas mais as pardas). Outro dado importante

é que 4 milhões do total (76%) não têm carteira assinada, o que demonstra a profunda informalização do trabalho de cuidado remunerado no país.

Em junho de 2011, a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, conduzida pela OIT, aprovou a Convenção n. 189, sobre o trabalho decente para trabalhadoras² domésticas remuneradas, levando em conta aquelas que realizam atividades de cuidado de pessoas e de domicílios. Esse documento contribuiu significativamente para que essa ocupação profissional ganhasse destaque mundialmente, gerando discussões importantes sobre sua natureza em vários países. O Brasil ratificou a Convenção n. 189 em 2018, mas, antes disso, o referido documento foi importante para o país adotar políticas públicas e medidas legislativas a favor das trabalhadoras de cuidado, a exemplo da Emenda Constitucional (EC) n. 72/2013 e a Lei Complementar (LC) n. 150/2015, igualando seus direitos aos demais trabalhadores urbanos e rurais (Pinheiro, Tokarski, Posthuma, 2021).

Apesar dos avanços que a Convenção n. 189 proporcionou, o trabalho de cuidado, no Brasil e em outros países (mesmo aqueles considerados *desenvolvidos*), é caracterizado pela precariedade. A realidade brasileira mostra que essa ocupação profissional é assumida predominantemente por mulheres negras e de baixa renda, representando as desigualdades de classe, gênero e raça historicamente presentes no país.

Em países do Norte Global, a situação de precariedade e de extrema vulnerabilidade do trabalho de cuidado remunerado não é tão diferente, com força de trabalho majoritariamente formada por mulheres, muitas vezes migrantes de outros países, trabalhando na informalidade e com condições indignas de trabalho, incluindo salários muito baixos (OIT, 2019).

Conforme estabelecido pela Convenção n. 189 (OIT, 2019), as trabalhadoras de cuidado podem ser contratadas diretamente pelas famílias ou por meio de intermediários, os quais podem ser públicos, privados, com ou sem fins lucrativos, incluindo cooperativas e empresas de plataforma digital. Tendo isso em vista, existe uma diversidade de modelos através dos quais as trabalhadoras podem ser contratadas, afetando diretamente o âmbito de suas proteções e direitos de trabalho.

Plataformas digitais de trabalho de cuidado como empresas

A OIT (2019) alertou que, nos últimos anos, surgiu e intensificou-se o uso de plataformas digitais para disponibilizar os serviços de trabalhadoras de cuidado nos Estados Unidos, na Europa, no Oriente Médio e mais recentemente na Índia, no México e na África do Sul. Muitas dessas plataformas não estão subordinadas a qualquer regulação que garanta proteção e direitos às trabalhadoras de cuidado, às quais, geralmente, são consideradas por essas empresas de plataforma como prestadoras de serviço independentes, procurando convencê-las que trabalhar por meio de plataformas digitais é benéfico às mulheres, principalmente, devido à suposta flexibilidade que oferecem quanto a horários e dias de trabalho.

No Brasil, também já é possível verificar a atuação de empresas de plataformas digitais de trabalho de cuidado tanto estrangeiras (ex.: Sitly) como nacionais (ex.: Parafuzo, Donamaid e Famyle). Ainda não há uma conhecida estimativa numérica da totalidade da força de trabalho de cuidado vinculada a essas plataformas no país, mas os números divulgados pelas próprias empresas impressionam: a Sitly³ diz que são mais de 370 mil babás cadastradas em sua plataforma para atender os clientes brasileiros; a Parafuzo⁴ não disponibiliza o número de trabalhadoras cadastradas, mas informa que já foram realizados mais de 800 mil serviços para seus clientes e que atua em 100 cidades de 18 Estados do país e a Donamaid⁵ divulga que já foram realizadas 250 mil horas de serviços de limpeza por trabalhadoras ligadas à sua plataforma. Vale notar que todas essas plataformas citadas começaram a funcionar no Brasil durante os últimos dez anos, em concomitância com a criação da normalmente conhecida *PEC das Domésticas*, que se trata de uma Proposta de Emenda Constitucional, aprovada em 2013, garantindo uma série de direitos às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos no Brasil⁶.

Cardoso e Pereira (2023) fizeram um mapeamento das plataformas de trabalho de cuidado com base em um levantamento bibliográfico sobre o tema e identificaram 35 organizações citadas na literatura, as quais operam, principalmente, no Reino Unido, nos EUA, no Brasil, na Índia, no México,

no Paquistão e na Indonésia. Ao mesmo tempo, as próprias estudiosas explicam que há um número bem maior de plataformas de trabalho de cuidado existentes no país e em âmbito internacional ainda não estudadas.

Diferentes modelos operacionais e de negócios são desenvolvidos pelas empresas de plataforma de cuidado: (1) preço fixo por tarefa ou trabalho realizados, sendo que a trabalhadora paga à empresa uma taxa ou porcentagem sobre a quantia paga pelo cliente; (2) salário básico pago pela empresa no modelo de emprego, que pode ser aumentado com bônus ou outros incentivos monetários; (3) modelo de assinatura, em que as trabalhadoras devem pagar uma taxa para poder utilizar todas as funções da plataforma digital e, assim, conseguir clientes. Algumas plataformas aplicam esses modelos simultaneamente, a depender do país e/ou região de atuação da empresa, do tipo de serviço oferecido e da estratégia de inserção e crescimento no mercado da organização (Ustek-Spilda *et al.*, 2022).

As empresas de plataforma de trabalho começaram a atuar em um mercado de trabalho de cuidado e doméstico já precarizado, caracterizado por condições de trabalho indignas, seja em âmbito nacional ou internacional. Ao mesmo tempo, a atuação dessas organizações na gestão do trabalho de cuidado, por meio de suas plataformas digitais e seus aplicativos, aprofunda aspectos negativos do mundo do trabalho, tais como: altas jornadas de trabalho; ritmo e intensidade na realização do trabalho, tarefas diferentes e cumulativas, remuneração baixa etc. (Moreno, 2022).

Com base em um estudo de caso de uma determinada empresa de plataforma de trabalho de cuidado brasileira, Vale e Rebechi (2021) explicam que as trabalhadoras domésticas são subordinadas a determinadas normas impostas por tal organização, a exemplo de: precificação do serviço; forma de pagamento; avaliação do trabalho realizado pelos clientes; modos de penalização em caso de descumprimento de regras; quantidade de faxinas.

Outro problema que frequentemente afeta as trabalhadoras vinculadas às plataformas de trabalho de cuidado é o das horas de trabalho não remuneradas usadas para responder mensagens dos clientes e notificações da empresa, tendo que frequentemente acessar a plataforma digital; caso

contrário, elas podem ser penalizadas pela empresa com classificação baixa e menor direcionamento de demandas de clientes (Ustek-Spilda *et al.*, 2022). Considerando que muitas dessas trabalhadoras recebem por tarefa realizada, o tempo que elas gastam construindo relacionamentos e redes na plataforma digital, por meio de sua atividade de comunicação humana, acaba não sendo computado na jornada de trabalho remunerada total.

É importante observar também que as empresas de plataforma de trabalho de cuidado, por meio de seus produtos de comunicação, tais como sites e redes sociais digitais institucionais, difundem informações e imagens para pressionar as trabalhadoras quanto ao nível de desempenho no trabalho esperado pelos clientes e pela própria organização. Além disso, os perfis pessoais das trabalhadoras em redes sociais digitais são investigados pelos clientes para examinar detalhadamente os aspectos da sua vida pessoal e profissional (Ticona; Mateescu, 2018). Inclusive, algumas empresas, a exemplo da Sitly, exigem que as trabalhadoras disponibilizem suas fotos, promovendo uma possível discriminação racial prévia à contratação por parte do cliente em países em que o racismo é estrutural na sociedade, como é o caso do Brasil (Moreno, 2022).

Usos da comunicação no contexto do trabalho do cuidado por plataforma

Estudar as formas de comunicação e seus usos no contexto da plataformização⁷ do trabalho requer uma compreensão prévia de que o trabalho controlado por empresas de plataforma está atrelado a aspectos fundamentais que constituem o próprio mundo do trabalho nas sociedades capitalistas, tais como: condições de trabalho, processos de produção, formas de controle do trabalho, relações de poder, conhecimento e qualificação profissional de trabalhadoras e trabalhadores, gênero, raça e território, além de outros elementos de ordem econômica, política, cultural e social.

Ou seja, é importante considerar que a comunicação nas relações de trabalho em contextos organizacionais não é um fenômeno autônomo, des-

vinculado das transformações permanentes do mundo do trabalho e da sociedade (Rebechi; Figaro, 2013). Tendo isso em vista, os processos comunicativos não podem ser confundidos como meros mecanismos de transmissão e distribuição de informação. As relações de força inerentes às relações de comunicação entre o comando das organizações e os trabalhadores são um elemento fundamental nesse cenário e precisa ser problematizado.

É possível dizer que a comunicação e seus usos são mobilizados no mundo do trabalho de diversos modos e com propósitos distintos. No caso das empresas de plataforma, sua gestão utiliza Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), cria estratégias de comunicação, produz e difunde narrativas e discursos para organizar e gerenciar o trabalho, com a intenção de atender necessidades e interesses próprios em meio às contradições entre capital e trabalho.

O instrumento *aplicativo* (mais conhecido como *app*) é um dos principais recursos tecnológicos utilizados pelas empresas de plataforma de trabalho de cuidado para se comunicar com as trabalhadoras. Baixar o *app* da plataforma no celular pessoal é um dos primeiros requisitos exigidos pelas empresas às trabalhadoras, a fim de que elas possam preencher cadastros com informações iniciais sobre seu perfil profissional e, então, poder receber algum primeiro contato da empresa no próprio aplicativo ou por e-mail.

Nos aplicativos das plataformas, outro recurso de tecnologia digital que costuma ser usado frequentemente como forma de comunicação é o *chat*. Caracterizado essencialmente por possibilitar trocas de mensagens breves e de modo rápido, o *chat* (ou *bate-papo online*) é utilizado, pelas empresas de plataforma, como um instrumento de comunicação que oferece, em geral, respostas automatizadas para os questionamentos e as dúvidas das trabalhadoras. Não existe garantia de que há interação com um representante humano das empresas por meio do *chat*.

Aliás, a impossibilidade, muitas vezes, das trabalhadoras poderem falar com um representante humano da plataforma é uma de suas principais queixas na relação com esse tipo de empresa, conforme é possível observamos nas pesquisas do Projeto Fairwork (Fairwork, 2022; Ustek-Spilda *et al.*, 2022). O e-mail tem sido também um recurso de tecnologia digital geralmente

disponibilizado pelas organizações, mas que não garantem a interação das trabalhadoras com pessoas que poderiam lhes oferecer informações importantes para a realização de seu trabalho.

Esses usos de TICs pelas empresas de plataforma possibilitam, dentre outros fatores, um tipo de racionalização do trabalho conformada pela assimetria das relações de comunicação entre o comando das organizações e as trabalhadoras. Estudos como os de Rosenblat e Stark (2016), por exemplo, procuram evidenciar a *assimetria de informação* na gestão algorítmica do trabalho plataformizado por meio do monopólio de informações e pelo poder que empresas de plataforma exercem sobre o processo de trabalho.

Uma das estratégias de comunicação comumente desenvolvidas pelas empresas de plataforma de trabalho de cuidado é apresentar depoimentos de trabalhadoras sobre os supostos benefícios que o trabalho mediado pela plataforma proporciona para as suas vidas. Trata-se de depoimentos escritos nos sites das empresas com nomes das trabalhadoras e, em alguns casos, com suas fotos, além de depoimentos registrados em vídeos gravados com produção audiovisual da empresa. Não é possível afirmar, com certeza, se esses depoimentos são verídicos ou não. De qualquer modo, trata-se de uma estratégia de comunicação com o principal propósito de convencer outras mulheres a se vincularem à plataforma e se disponibilizarem para o trabalho.

Em geral, tais depoimentos indicam dois conteúdos distintos que se inter-relacionam: (1) as dificuldades que as trabalhadoras enfrentam em suas vidas pessoais quanto à falta de renda, ao desemprego, à responsabilidade de cuidar dos filhos e da família e o tempo exigido para fazer isso, dentre outras questões e (2) as vantagens que o trabalho por plataforma supostamente oferece às trabalhadoras para que elas possam minimizar as consequências que os problemas de suas vidas pessoais lhes causam: flexibilidade de tempo; possibilidade de escolher os dias de trabalho e quantos serviços serão realizados; alternativa para conseguir alguma renda, além de outros aspectos.

Essas supostas vantagens são mobilizadas nas narrativas e nos discursos constitutivos do contexto organizacional das plataformas digitais de trabalho, sobretudo em países como o Brasil que tem uma história marcada por

características de precarização do trabalho, a exemplo da informalização e da desregulamentação (Abílio, 2020; Antunes, 2020). Ao mesmo tempo, diversas pesquisas já demonstraram que a atuação das empresas de plataforma tem contribuído para a manutenção e, até mesmo o aprofundamento de condições indignas de trabalho (Machado; Zanoni, 2022; Fairwork, 2022).

Cardoso e Pereira (2023) destacam algumas características semelhantes da forma de gestão e organização do trabalho das empresas de plataforma de cuidado que colocam os conteúdos dos depoimentos de trabalhadoras divulgados pelas organizações em debate: (1) a relação de subordinação das trabalhadoras às condições impostas pelas empresas, sendo que não há possibilidade de negociação; (2) definição e padronização, pela empresa, das tarefas constitutivas do trabalho e (3) obrigatoriedade às trabalhadoras que se responsabilizem por gastos com instrumentos de trabalho, tais como celular e acesso à internet, a fim de que possam aceitar e realizar as demandas do trabalho mediado pela plataforma digital. As mesmas autoras também ressaltam que a ideia de *flexibilidade* no trabalho, mobilizada no discurso da empresa de plataforma de cuidado, é passível de questionamento. Pois, a demanda por trabalho depende fundamentalmente das solicitações dos clientes e de suas exigências; ou seja, não são as trabalhadoras que têm *flexibilidade* para escolher dias, horários e locais para a realização do serviço. Inclusive, os clientes podem contratar e cancelar o serviço, por meio do aplicativo da plataforma digital, sempre que quiserem.

Grohmann *et al.* (2021, p. 19) argumentam que a comunicação também é um elemento fundamental no trabalho por plataforma no que diz respeito a: “desenhos e materialidades das plataformas” e “políticas e regimes de dados e algoritmos”. Segundo os mesmos autores, as estratégias de comunicação das plataformas digitais tentam “neutralizar a composição política da classe trabalhadora” e “construir os imaginários de como seriam trabalhadores e consumidores ideais, em um circuito do trabalho em plataformas”.

Além disso, é possível afirmar que a comunicação é mobilizada no processo de controle, organização e gerenciamento do trabalho mediado por plataformas digitais, em grande medida, para constituir e difundir prescri-

ções de comunicação (Rebechi, 2014), que guiam a realização das tarefas, os comportamentos dos trabalhadores e suas formas de compreender o trabalho.

Considerações finais

A maior parte das pesquisas e da literatura sobre plataforma digital de trabalho tem se concentrado em setores econômicos predominantemente masculinos, em especial os de transporte de passageiros e de entrega de mercadorias. Ao mesmo tempo, o trabalho por plataforma tem se expandido velozmente para setores econômicos nos quais predominam as mulheres, a exemplo do trabalho do cuidado de pessoas e de domicílios (Blanchard, 2022). No entanto, são muito poucas as pesquisas realizadas sobre trabalho de cuidado mediado pelas plataformas digitais, no Brasil (Cardoso; Pereira, 2023) e internacionalmente (Ticona; Mateescu, 2018), sendo urgente produzir novas investigações sobre esse objeto de estudo para, inclusive, problematizar a invisibilidade das mulheres trabalhadoras no contexto da plataformização do trabalho.

Tendo isso em vista, investigar os usos da comunicação no contexto organizacional das plataformas digitais de trabalho e problematizá-los junto às contradições do mundo do trabalho no sistema capitalista é algo necessário e que precisa ganhar mais esforços com o propósito de contribuir para o avanço do debate sobre o tema. Pois, não existe o trabalho por plataforma sem comunicação, seja ela compreendida como atividade humana necessária para a realização do trabalho ou, então, entendida como estratégia para a organização e gestão do trabalho.

É importante não ignorar que as trabalhadoras vinculadas às plataformas digitais também mobilizam usos da comunicação na gestão, organização e realização de seu trabalho, buscando renormalizar prescrições da empresa e encontrar brechas para confrontar, de algum modo, o controle alheio sobre o seu trabalho.

Por fim, vale também indicar que, neste ano de 2023, é possível observar um debate intenso sobre uma possível regulamentação das plataformas digi-

tais de trabalho no Brasil, envolvendo especialistas sobre o assunto e representantes de governos, empresas e trabalhadores. O Ministério do Trabalho e da Previdência do Governo Federal criou um Grupo de Trabalho (Decreto nº 11.513 de 01/05/2023) para produzir uma proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços intermediadas pelas empresas de plataforma digital. Diante disso, a discussão sobre o trabalho de cuidado por plataforma pode ganhar novos aspectos em um futuro próximo.

Referências

- ABÍLIO, L. C. *Uberização: a era do trabalhador just-in-time?* Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 111-124.
- BHATTACHARYA, Tithi. What is social reproduction theory? *Socialist Worker*, 2013. Disponível em: <http://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>. Acesso em: jan. 2023.
- BLANCHARD, O. Introducción. In: DIGITAL FUTURE SOCIETY. *Perspectiva global sobre las mujeres, el trabajo y las plataformas digitales de trabajo: una colección de artículos de diferentes países sobre la experiencia de las mujeres en la economía de plataformas*. Barcelona, 2022. p. 9-13.
- CARDOSO, A. C.; PEREIRA, M. J. A plataformação do trabalho no Brasil e o subsetor de cuidados: uma revisão de achados bibliográficos. *Coleção Documentos do Trabalho*, Redes “Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world” e “Cuidados, direitos e desigualdades”, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, n. 1, p. 1-88, 2023.
- FAIRWORK. *Fairwork Brasil 2021: por trabalho decente na economia de plataformas*. Porto Alegre; Oxford; Berlim, 2022. Disponível em: <https://fair.work/wp-content/uploads/sites/131/2022/03/Fairwork-Report-Brazil-2021-PT-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- FRASER, Nancy. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, [S.l.], n. 117, jul./ago. 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. *O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106-122, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188>. Acesso em: 30 mai. 2023.

GROHMANN, R. et al. As estratégias de comunicação das plataformas de trabalho: circulação de sentidos nas mídias sociais das empresas no Brasil. *Comunicação e Sociedade*, Braga, n. 39, p. 17-37, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cs/4784>. Acesso em: 18 jan. 2023.

HIRATA, H. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. (orgs.). *O mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; Campinas, SP: Unicamp/IE/Cesit, 2017. p. 143-174.

HIRATA, H. *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo, 2022.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)* – dados do 4º trimestre de 2019 e de 2021. Elaboração: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: jan. 2023.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo [verbete]. In: HIRATA, H. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LIAZIBRA, L. F. Especial: 10 anos depois da PEC, domésticas têm reconhecimento, mas novos desafios se apresentam. *Rádio Senado*, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 28 mai. 2023.

MACHADO, S.; ZANONI, A. P. (orgs.). *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos* [meio eletrônico]. Curitiba: Clínica Direito do Trabalho/UFPR, 2022. Disponível em: https://cdtufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf. Acesso em: 26 abr. 2023.

MORENO, R. O cuidado na era digital. *Instituto Lula, Boletim Front-D*, 2022. Disponível em: <https://institutolula.org/pesquisadores-do-il-divulgam-boletins-sobre-fronteiras-digitais>. Acesso em: 2 fev. 2023.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente*. Genebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2019.

PINHEIRO, L. et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua. In: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. (orgs.). *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil*. Brasília: IPEA/OIT, 2021. p. 67-104.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. Introdução. In: PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C. P.; POSTHUMA, A. C. (orgs.). *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil*. Brasília: IPEA/OIT, 2021. p. 9-16.

REBECHI, C. N. Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do Idort (anos 1930-1960). 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

REBECHI, C. N.; FIGARO, R. A comunicação no mundo do trabalho e a comunicação da organização: duas dimensões distintas. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 12, n. 23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/10811>. Acesso em: 27 mai. 2023.

ROSENBLAT, A.; STARK, L. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber's drivers. *International Journal of Communication*, [S.l.], v. 10, p. 3758–3784, 2016.

TICONA, J.; MATEESCU, A. Trusted strangers: carework platforms' cultural entrepreneurship in the on-demand economy. *New Media & Society*, v. 20, n. 11, p. 4384–4404, 2018.

USTEK-SPILDA, F. et al. El género y los modelos operativos de las plataformas de trabajo de cuidados: cuestiones pendientes de estudio. In: DIGITAL FUTURE SOCIETY. *Perspectiva global sobre las mujeres, el trabajo y las plataformas digitales de trabajo: una colección de artículos de diferentes países sobre la experiencia de las mujeres en la economía de plataformas*. Barcelona, 2022. p. 69-75.

VALE, G.; REBECHI, C. N. Uberização do trabalho doméstico remunerado: formas prescritivas de trabalho na plataforma Donamaid. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET. *Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia: anais do XVII Encontro Nacional da ABET*. Uberlândia: ABET, 2021. p. 1-14.

WOODCOCK, J.; GRAHAM, M. *The gig economy: a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 2020.

CAPÍTULO 15

Entre o público e a organização: assimetria, distorção e diálogo na comunicação

FIORENZA ZANDONADE CARNIELLI

A comunicação do agente econômico, da organização privadamente compromissada com o lucro, disputa lugar no espaço de visibilidade definido pela esfera pública com vistas à obtenção de imagem pública favorável, por meio de seus produtos, serviços e relações sociais. É objetivo cobiçado por emissores, mas sempre submetida às mediações próprias do processo de recepção (Weber, 2004; Gomes, 2004). É o ativo desejado pela organização junto ao público, de forma a resguardá-la da pressão pública sobre o Estado, que tem o poder de revisar e impor condições para sua atividade econômica.

Como dinâmica sediada no espaço público, a imagem pública realiza-se na e pela comunicação pública, ainda que sempre tensionada por interesses privados. O conceito de imagem pública permite atentar para a disputa estratégica na qual atores individuais ou coletivos se engajam na cena pública. Nesses termos, a lógica eminentemente pública ganha contornos estratégicos e é atravessada pelos interesses privados, levando a um paradoxo em que mais publicidade ressalta não apenas o que é público, mas, inescapavelmente, o que é privado.

Nessa confluência, ganha visibilidade não apenas o interesse público relacionado à natureza dos temas, mas, necessariamente – e paradoxalmente –, os interesses privados dos atores envolvidos. É o que Weber (2017) aponta como paradoxo da visibilidade, constituído entre a necessidade de tornar visíveis os discursos e as práticas da instituição e a busca da boa imagem pública, quando interesses públicos e privados podem ser identificados numa mesma ação. O paradoxo da visibilidade marca o tensionamento permanente entre as expectativas éticas depositadas nos processos de comunicação pública – uma vez que instaurados a partir daquilo que nos interessa a todos – e o caráter estratégico da tomada de posição pública dos diversos atores – também – privadamente motivados pela busca de reconhecimento, apoio e imagem pública favorável (Weber; Carnielli, 2016).

Esteves (2011) alerta que esse tensionamento instala uma situação em que mais comunicação produz menos comunicação – pelo menos aquela de tipo pública, mediadora da cidadania. Nesses termos, tem-se o espaço público contemporâneo entendido tanto como a oportunidade pública na qual estão depositadas expectativas de legitimidade do poder quanto arena de disputa de versões em busca de adesão, apoio e imagem pública favorável.

Neste trabalho, assumimos a proposta de observação dos processos de comunicação pública em uma ambiência específica, que é a organizacional. Por isso, este capítulo se destina à reflexão teórica sobre a comunicação das organizações. Refere-se às interações marcadas pela lógica organizacional, compreendendo a organização como terreno forjado exatamente a partir da ação interacional de sujeitos em comunicação.

Este texto está organizado em quadro itens, além das reflexões finais. No primeiro deles, em acordo com uma abordagem crítica da comunicação organizacional, discute-se sobre o duplo caráter das organizações, vistas tanto em sua potência simbólica quando em sua lógica instrumental. A atenção está voltada para a compreensão do processo de construção e disputa de sentidos que se verifica na dinâmica das relações organizacionais, tal qual a conceituação proposta por Baldissera (2009, 2014, 2017). Além desse autor, são fundamentais para a discussão as contribuições de Marques (2015),

Mumby (2009), Deetz (1992, 2010), Mafra e Marques (2017), Marques, Mafra e Martino (2018) e também Henriques (2018)

No segundo item é demarcada a natureza estratégica da ação dos agentes econômicos exposta aos constrangimentos públicos próprios da ambiência democrática. Argumenta-se que as organizações operam a partir de lugares de poder, naturalizando assimetrias em suas relações com os públicos. Essa assimetria, por sua vez, cria oportunidades para a *comunicação sistematicamente distorcida*. Por isso, esse conceito habermasiano, compreendido principalmente a partir de Bohman (2000), é retomado, pensando em seu funcionamento no enquadramento da comunicação organizacional.

No terceiro tópico, em acordo com a tradução dialógica de Bohman (2000, 2009) para a comunicação bem-sucedida e considerando a proposta de Mafra e Marques (2013, 2017), o diálogo é sustentado como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações. No quarto item do texto, os mecanismos dialógicos de Bohman (2009), os fechamentos discursivos apresentados por Deetz (1992) e as funções de controle estratégico do diálogo listadas por Moriceau (2019) são recuperados a fim de subsidiar a percepção e a análise das operações de abertura e fechamento ao diálogo das organizações com os públicos no contexto democrático.

Potência simbólica e instrumentalização

Quando se trata de comunicação organizacional, à diferença dos processos comunicacionais gerais da sociedade, estão postas as marcas do ambiente organizacional. Dessa forma, o entendimento da natureza e do funcionamento das organizações torna-se determinante para a reflexão sobre a comunicação que se desenvolve a partir dessa ambiência. As compreensões clássicas, mecanicistas, culturais, políticas, entre outras, das teorias das organizações, próprias dos campos da Sociologia e também da Administração, dão maior ou menor reconhecimento às trocas comunicacionais na dinâmica organizacional.

Mas a comunicação organizacional, definida “como processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (Baldissera, 2009, p. 135), demarca que é em comunicação que os sujeitos se relacionam para construir e vivenciar uma organização. Nessa perspectiva, o que está em destaque são as relações que os indivíduos estabelecem com seus parceiros de interação e com o ambiente organizacional. O foco está em perceber “como a interação atualiza a relação da organização e seus interlocutores, posicionando-os e reposicionando-os frente aos outros para que sentidos sejam construídos e reconstruídos de forma incessante” (Marques, 2015, p. 7).

A produção de sentido pelos sujeitos é central para o campo de estudos, sobretudo entre aqueles autores que compartilham uma abordagem crítica. Para Mumby (2009), os processos organizacionais são políticos por definição, indicando a adoção de uma perspectiva crítica que explore as articulações entre comunicação, poder e organização. Também nessa direção, Deetz (2010, p. 85) defende que o foco “não [é] a transmissão, mas a formação do significado, da informação e do conhecimento, bem como o grau em que esse processo é livre e aberto em relação à inclusão das pessoas e do seu contexto”.

Pérez (2012) argumenta pela compreensão relacional das organizações, demarcando que o fazer organizacional compreende a comunicação dialógica e participativa, mediada pela negociação permanente. É a partir dessa marca comunicacional que aborda “a estratégia como ciência da articulação humana” (Pérez, 2012, p. 182, tradução nossa). No campo da Administração, encontra-se essa perspectiva na ideia de *estratégia como prática* (Whittington, 2004), em que a estratégia não é atributo exclusivo das organizações, mas uma atividade social como qualquer outra: “aceitar a estratégia como uma prática social envolve a recusa em privilegiar a performance da firma, em benefício da performance do campo como um todo ou dos praticantes da estratégia individualmente” (Whittington, 2004, p. 48).

Oliveira, Paula e Marchiori (2012) argumentam pela concepção relacional das estratégias comunicacionais das organizações, demarcando os sujeitos como estrategistas, tanto quanto as organizações. Nesses termos, a organização é encarada como espaço de interação e negociação de visões

e realizações de mundo e não mais como a formuladora e controladora de estratégias. Como abordamos em trabalho anterior (Carnielli, 2017) significa entender a ação estratégica como ação comunicacional, como relação que não pode afastar o outro.

Nesta reflexão é preciso asseverar, no entanto, a efetividade da acolhida estratégica à alteridade, observando as consequências dos diferentes tipos de interação comunicacional. Ressalta-se que comunicação estratégica se realiza apenas *em comunicação*, não pode existir como intenção, mas necessariamente como interação, no encontro de atores individuais e coletivos. Uma compreensão teórica da estratégia em bases relacionais não significa, de forma alguma, pensar que a estratégia se realize sob o signo de relações inclusivas, justas e simétricas. Por isso, buscamos demarcar o caráter conflitivo e mesmo distorcivo que atravessa os processos comunicacionais sediados a partir das organizações.

Baldissera (2009) demonstra a complexa composição da comunicação no ambiente organizacional com sua proposta de análise nos âmbitos da *organização comunicada*, *comunicante* e *falada*. A dimensão da *organização comunicada* refere-se aos processos formais, planejados, autorizados, pensados estrategicamente para sua visibilidade; a *organização comunicante* existe sempre que algum sujeito estabelece relação direta com a organização e produz sentido; e a *organização falada* aponta para a comunicação que tem a organização como referência em ambientes externos, nos quais não há relação direta com os sujeitos.

Fica claro, nesse modelo, que a intenção estratégica da comunicação da organização se limita ao primeiro âmbito da organização comunicada, e os sentidos por ela pretendidos serão complementados, tensionados e disputados pelos diferentes públicos que vivenciam a organização. O autor marca essa dinâmica ao mesmo tempo em que chama a atenção para o lugar de poder da fala autorizada, em que estratégias discursivas, “[...] mesmo quando se apresentam sob a designação de democráticas – participativas –, tendem a privilegiar as falas que convergem para os valores organizacionais em detrimento daquelas que os questionam” (Baldissera, 2014, p. 87-88).

Dessa forma, a comunicação organizacional se faz no desafio de comportar tanto a potência simbólica da comunicação quanto a contenção instrumental típica do desenho das organizações. Se escolhida apenas a primeira visão, incorre-se em uma análise ilusória, cega às disputas de poder do ambiente organizacional, e em inocente tradução funcionalista quando assumida pelas práticas profissionais da comunicação. Desse primeiro ponto de vista, a estratégia como conceito relacional está sob risco de uma compreensão excessivamente consensual ou harmônica, que ignora as assimetrias das relações. Por sua vez, o sobredestaque à condição instrumental das organizações se fecha à compreensão relacional da comunicação, vê a intenção estratégica unilateral de forma determinística e impede a avaliação crítica necessária às organizações e sua interação com públicos e contexto. Mafra e Marques (2017, p. 90) evidenciam esse tensionamento entre um processo não dialógico de objetificação dos sujeitos e a impossibilidade das organizações se afastarem do multiculturalismo e da democracia.

As disputas de poder são intrínsecas ao ambiente organizacional. Baldissera (2017, p. 69) explica: “nos processos comunicacionais os interlocutores em relação materializam-se como forças em disputa”. Na organização, assim como nos outros ambientes da vida social, a disputa não se faz entre iguais, sendo marcada pelas diferenças constitutivas dos sujeitos. Como lembram Oliveira, Paula e Marchiori (2012, p. 150), na interação entre organização e públicos, “a influência é mútua, mas não simétrica”. Por isso, atentam que “a dimensão estratégica da comunicação no contexto organizacional nos instiga a refletir sobre a natureza de práticas comunicativas que, muitas vezes, se voltam mais para velar, do que para desvelar” (Oliveira; Paula; Marchiori, 2012, p. 150).

Henriques aborda os “sistemas organizacionais como tramas que propõem (ou impõem) uma experiência aos públicos” (2018, p. 77). O poder das organizações, que é econômico e se traduz em recursos de influência nos meios social e político, verifica-se também na sua capacidade “de formar públicos e de editar um potente conjunto de discursos condizentes e coerentes com uma experiência a propor a tais públicos que [...] possa generalizar-se de modo aceitável como interesses comuns” (Henriques, 2018,

p. 85). Ou seja, destaca-se a influência organizacional sobre a determinação do interesse público – que é, ao fim, o objetivo da comunicação estratégica. A imposição dessa experiência pública se faz maior na proporção do desequilíbrio de poder que houver entre organização e públicos. É esta a situação da vulnerabilidade dos públicos (Henriques; Silva, 2014; Henriques, 2018): quando a tematização pública não é resultado do seu processo de comunicação crítica, mas sim da interferência estratégica (e nem sempre ética, porque corrompe as condições de não tirania, igualdade e publicidade da comunicação pública) de atores privadamente motivados.

Assimetria organizacional e distorção da comunicação

A apropriação da ideia de *comunicação sistematicamente distorcida* para as situações da comunicação organizacional tem o objetivo de dar a ver os efeitos da prática comunicacional baseada na “assimetria intrínseca às relações organizacionais” (Mainieri *et al.*, 2018, p. 13). A diferença de poder constitutiva entre organização e públicos coloca-se como condição sustentadora de uma comunicação que viola a reciprocidade.

Marques, Mafrá e Martino (2017) chamam a atenção para como o poder social pode impedir que as pessoas se tornem interlocutoras e articulem proferimentos que sejam considerados e potencialmente aceitos. Os autores alertam (p. 84): “Há, dessa forma, um grande escopo de assimetrias no que tange às chances de intervenção dos diferentes públicos organizacionais na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens”.

É importante demarcar que a denúncia sobre o desequilíbrio ou assimetria das posições de poder entre organização e públicos não advoga pela ilusão de uma condição simétrica, em que as diferenças sejam apagadas. Não deve ser esse o ponto, até porque o entendimento da dinâmica de disputa inerente ao espaço público (Esteves, 2011; Weber, 2017) demarca justamente a centralidade da interação entre diferenças para compreensão do processo comunicacional. Em outras palavras, a comunicação se faz entre diferentes. Mas convoca, no mesmo movimento compreensivo, o fato de que se faz na igualdade das

diferenças. Isso requer “[...] procurar formas de inclusão no diálogo que não sejam niveladoras de diferenças, permitindo que o ‘outro’ seja respeitado em sua alteridade” (Marques; Mafra, 2014, p. 9, grifo do original).

Ou seja, o reconhecimento da alteridade, em sua diferença, é o que pode estabelecer a igualdade de estatuto entre comunicadores. Portanto, a comunicação ética entre organização e públicos deve se fazer também a partir do reconhecimento das diferenças. No entanto, quando a assimetria não é acolhedora da diferença, mas sim naturalizada para impor disposições de poder (econômico, político, coercitivo ou simbólico) de um sobre o outro, o pacto da igualdade na diferença não se estabelece.

Ao abordar a comunicação das organizações, Deetz (1992) considera que a comunicação usualmente será distorcida, mas reforça que há aquelas situações em que essa distorção se torna sistemática. O autor argumenta que as organizações podem ser vistas como campos de comunicação patológica em que *mecanismos de fechamento discursivo* são aplicados para ocultar as contradições e os conflitos do processo comunicativo. “Esses limites estruturais da reciprocidade incluiriam fatores como relações de autoridade e poder, posse e acesso à mídia, pressões de cronogramas e tecnologias específicas de mediação” (Deetz, 2010, p. 94). Para o autor, as barreiras sistematicamente impostas à comunicação participativa buscam impedir o desacordo e o conflito, bem como o sentimento de contribuição e inclusão.

Marques, Mafra e Martino (2018) chamam a atenção para o fato de a comunicação sistematicamente distorcida operar a partir da naturalização de assimetrias. Embora não abordem seu funcionamento especificamente no contexto organizacional¹, é justamente o desequilíbrio de forças intrínseco a esse ambiente que cria as condições para a sistemática de distorção da comunicação. É possível entender que essa assimetria organizacional se coloca como violência estrutural que desencadeia a comunicação sistematicamente distorcida (Gross, 2010).

Uma vez que o “sucesso das distorções depende de assimetrias de comunicação produzidas por relações de poder entre falantes e ouvintes” (Marques; Mafra; Martino, 2018, p. 111), temos nas organizações, conforme a

caracterização compartilhada por esses e os demais autores aqui acionados, as precondições para essa distorção. Com isso, não se pretende afirmar que toda organização distorce a comunicação. Numa variação da assertiva para a condicionante, entende-se que a organização é, potencialmente, criadora de comunicação sistematicamente distorcida, uma vez que está naturalmente forjada por relações assimétricas e orientada pela ação estratégica.

As relações assimétricas são o que permite a sistemática de distorção, enquanto a ação estratégica latente é a sua origem (Bohman, 2000). Preferimos não colar a definição da comunicação sistematicamente distorcida na ideia da falsa consciência (ou autoengano). A referência ao autoengano está presente na construção original do conceito de Habermas (1970), quando o autor explora a relação do psicanalista e seu paciente. Fora desse enquadramento psicanalítico, tal qual argumenta Bohman (2009), a precondição da distorção não está na falsa consciência, mas na comunicação assimétrica.

Assim, julgamos mais adequado não centrar a comunicação sistematicamente distorcida no autoengano, porque isso dificultaria o necessário destaque à sua origem como estratégia que está propositadamente ocultada, colocada em latência, de forma que se possa realizar o objetivo pretendido na comunicação com o parceiro de interação. De forma clara, o agente da comunicação sistematicamente distorcida não é ator autoenganado, mas o agente potencialmente produtor do engano do seu interlocutor, que se efetiva por meio da sistemática de distorção que ele opera. Entendemos a comunicação sistematicamente distorcida como a situação em que a comunicação, através da ação estratégica e reiterada do interlocutor, se desenrola com a aparência de interação consensual para alcançar a adesão do parceiro à situação de interação e, a partir daí, efetivar objetivos não necessariamente consensuais.

Importante destacar que estamos desenvolvendo a compreensão da comunicação sistematicamente distorcida a partir da comunicação das organizações, mas essa sistemática não é exclusividade delas. Não só as organizações ocultam interesses e distorcem a comunicação, os públicos também o fazem, certamente sob circunstâncias diversas. Assim, ao privilegiar a abordagem da

sistemática distorciva a partir das organizações, não se pretende demarcá-la como exclusividade delas.

Na situação sustentada pela assimetria constitutiva da relação entre organização e públicos, a distorção das condições implícitas da comunicação pode estar, forçosamente, silenciada e não problematizada. O lugar de poder das organizações e a naturalização da vulnerabilidade dos públicos permitem o exercício sistemático da distorção de comunicação. Como resultado, em situações limite, a comunicação estratégica, que afinal não é controle, sistematicamente – e antidemocraticamente – se volta ao objetivo de se realizar como tal.

Nesse contexto, se a organização não exercita a acolhida de princípios dialógicos democráticos em sua comunicação, está deliberadamente fazendo sua escolha de manutenção dos privilégios e das consequências do lugar da comunicação assimétrica. A efetivação da distorção dependerá, certamente, do poder da organização específica e do grau de assimetria que nela se realiza. Mais que isso, depende do grau de maturidade democrática da comunidade onde atua e do nível de institucionalidade e vivacidade do Estado democrático de direito que a regula. Porque, argumentamos, é o *compromisso público do público* que pode apresentar barreiras democráticas ao afã de ocultamento estratégico das organizações, que têm na assimetria organizacional as precondições para ocultá-lo sob a forma de comunicação sistematicamente distorcida. As organizações, conforme a cultura mais ou menos democrática em que se inserem, serão mais abertas ou fechadas a incorporar e exercitar essas barreiras desejadas em uma democracia. Ou seja, serão mais ou menos porosas ao interesse público.

Acionamento dialógico nas práticas organizacionais

Abordamos a organização, definida pela assimetria constitutiva de suas relações, como potencialmente produtora de comunicação sistematicamente distorcida. Uma organização não zelosa para com os princípios da comunicação pública de não tirania, igualdade e publicidade (Bohman, 2009) reproduz em seu comunicar o desequilíbrio constituinte de sua interação com os públicos.

Portanto, essa assimetria deve ser corrigida ativamente por meio de políticas e práticas institucionais que se comprometam, nos termos de Bohman, com a comunicação bem-sucedida. Ou seja, que esteja baseada “na troca dialógica livre e inclusiva, na qual os interlocutores oferecem razões, recebem considerações e providenciam respostas uns aos outros” (Bohman, 2009, p. 37).

Neste item, a abordagem volta-se à noção de diálogo e seu acionamento (estratégico) como gesto de abertura das organizações ao público. Em termos de reflexão teórica, o diálogo é tomado como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações. Na concepção dada por Bohman (2009), ele carrega a força ética da ação comunicativa de Habermas, sem o peso das exigências do discurso deliberativo, mas com o mesmo potencial normativo. O diálogo é também fator pragmático porque se trata de comunicação de segunda ordem, promotora da reflexão, meio capaz de revelar conflitos e restaurar a cooperação entre os atores. Portanto, o diálogo constitui-se, potencialmente, em valor e prática da comunicação (também) no ambiente organizacional.

Mafra e Marques (2017) argumentam que, ainda que a organização tenda a buscar uma espécie de fechamento estratégico, está igualmente marcada pela força de abertura do diálogo advinda do contexto democrático atual. “É inegável o quanto as interações entre organizações e públicos, em cenários democráticos, solicitam o diálogo como gesto capaz de produzir resultados comunicacionais supostamente mais justos e legítimos” (Mafra; Marques, 2017, p. 83). Assim, propõem assumir o diálogo como “concepção discursiva de bem” (Mafra; Marques, 2017, p. 89), aludindo à definição que Bohman (2009) dá ao conceito na sua relação de constituição da democracia deliberativa.

Mafra e Marques (2017, p. 85) atentam “às concepções de diálogo mobilizadas em cenários de conflitos morais”. Em texto anterior (Marques; Mafra, 2014), consideram que o diálogo emerge nos contextos organizacionais a partir dos acontecimentos, capazes de irromper a realidade e instalar o novo. Chamam a atenção, em especial, ao caráter de embate desse diálogo que se desenrola a partir de “cenas de dissenso acontecimentais” (Marques; Mafra, 2014, p. 5). Assim, o emprego do diálogo no ambiente organizacional não

se faz no sentido de construção de harmonia². Ao contrário, os autores ressaltam que esse acionamento pretende evidenciar as desigualdades morais e o processo político de disputas dessa ambiência.

Marques e Mafra (2017, p. 89) sustentam que o diálogo seja tomado como “concepção discursiva de bem, voltado à orientação moral nos cenários organizacionais”. Esse argumento aciona as reflexões de dois autores, Maureen Taylor e James Bohman. Em nossa apropriação, concentramo-nos nas reflexões apresentadas a partir de Bohman (2009): “nesse sentido, o diálogo aparece como possibilidade de conectar sujeitos plurais, afetados por situações problemáticas em contextos específicos” (Mafra; Marques, 2017, p. 89). A abordagem dialógica de Bohman (2009) não prescreve a concordância entre as partes, mas sim a responsividade em manutenção da cooperação. Ou seja, antes de mirar o consenso, é o dissenso o modo mais característico do diálogo. Essa é uma de suas propriedades que o torna viável para a observação do ambiente organizacional marcado pela disputa de sentidos (Baldissera, 2009).

Mafra e Marques (2017) problematizam a particularidade das organizações instalada sob paradoxo moral ao assumirem, concomitantemente, orientações antagônicas representadas, por um lado, pela instrumentalização em busca de padronização, controle e objetificação dos sujeitos e, por outro, pela necessidade de não se manterem distantes do multiculturalismo e da democracia. Especificamente sobre o diálogo, questionam: “Não sofreriam as organizações de uma força crônica, voltada sempre a instrumentalizar o diálogo e a inibir reflexões críticas dirigidas à própria instrumentalização?” (Mafra; Marques, 2017, p. 90).

É justamente para não assumir posição totalizante que determine as organizações como “locais da total instrumentalização das práticas discursivas sobre o diálogo” (Mafra; Marques, 2017, p. 90) que os autores abordam a organização do ponto de vista comunicacional a partir das três instâncias indicadas por Baldissera (2009): organização comunicada, organização comunicante e organização falada. Se, na organização comunicada, de fato, sobrepõe-se o acionamento instrumental do diálogo, nos outros dois âmbitos, essa mesma visada dialógica permite ver, pela atuação dos diferentes públicos em relação com a organização, a instauração de dissensos e de disputas de sentidos.

No âmbito da organização comunicante, o diálogo teria potência para desaguar o conflito, “como possibilidade de reorganização do espaço moral organizacional, revelador da potência política presente (ou ausente) no estatuto dos sujeitos falantes” (Maфра; Marques, 2017, p. 94). Também no âmbito da organização falada, os autores consideram que a presença ou ausência da postura dialógica das organizações é constatada ou denunciada pelos sujeitos em acordo com as expectativas que têm de respeito às diferenças e à democracia.

Em nossa argumentação, a afirmação de Marques e Maфра (2017, p. 89) do *diálogo como concepção discursiva de bem* se traduz na sua adoção como critério normativo e pragmático da comunicação organizacional. Um desenho institucional que reconheça espaço para o diálogo pode expressar a vigilância da organização para com as assimetrias constitutivas e com uma comunicação estratégica não fechada em si mesma. “É dada à estratégia a tarefa de relativizar seus impulsos sagazes de dominação, de modo que o diálogo acolha sujeitos e ambientes, em processos assimétricos e conflituosos, dantes invisibilizados” (Marques; Maфра, 2013, p. 88).

Portanto, não basta que a previsão da estrutura institucional aponte, explicitamente, para o valor do diálogo, pois é pragmaticamente, como experiência, que ele se verifica. Bohman (2000) sustenta que é no nível implícito da comunicação que operam as sistemáticas de distorção, sob uma fachada de compromisso com a comunicação livre e inclusiva. Ou seja, o diálogo pode ser propiciado ou cassado da interação organizacional conforme mecanismos e práticas que sejam adotados.

Obstruções e aberturas dialógicas

Defendemos que a postura de uma organização mais ou menos porosa ao interesse público e aos processos democráticos deve ser observada não apenas no nível explícito das justificações, mas também pragmaticamente na forma com que aciona, realiza ou impede o diálogo. Buscamos reunir referências para a compreensão desse acionamento tanto em sua face positiva quanto negativa.

Assumindo posição pela via de promoção do diálogo, é pertinente recuperar os cinco mecanismos dialógicos enumerados por Bohman (2009). Aqui, fa-

z-se o destaque de que eles são listados pelo autor em consideração ao contexto democrático deliberativo como um todo – não se trata de aplicação específica para as organizações. No sentido oposto, quando o resultado é o impedimento ao diálogo, outras duas sistematizações são apropriadas: os fechamentos discursivos listados por Deetz (1992) e as funções de controle estratégico do diálogo organizacional reunidas por Moriceau (2019). Nessa frente negativa, as duas visadas são próprias do campo da Comunicação Organizacional.

Os mecanismos dialógicos elencados por Bohman (2009) integram sua abordagem para a deliberação pública. Ao listá-los, destaca que visam restaurar a atividade conjunta e produzir um “entendimento deliberativo rápido” (Bohman, (2009, p. 71), em conformidade com sua proposta que vê o diálogo como atividade essencialmente interacional e colaborativa, que é base para a deliberação pública. Os cinco mecanismos são: (1) explicitar o que está latente em seus entendimentos; (2) realizar trocas recíprocas a partir de experiências diversas; (3) aplicar a norma geral ao caso concreto; (4) criar articulação abstrata entre normas; (5) assumir diferentes perspectivas e papéis.

Bohman (2009) argumenta que esses cinco mecanismos estão direcionados para que as razões se tornem convincentes, mantendo, assim, a cooperação e a responsividade da atividade dialógica. Destaca que esse conjunto depende das três condições para os acordos formados democraticamente (não tirania, igualdade e publicidade) e também da simetria – característica que, como visto, é problemática para as organizações. Por fim, ressalva que sua lista é inacabada e que não considera “como criar condições nas quais esses mecanismos possam operar melhor nem [descreve] as instituições que promovem o seu uso em situações de conflito” (Bohman, 2009, p. 78).

Deetz (1992) sustenta que as organizações operam processos ativos de fechamento discursivo para evitar o conflito. Se empenham para construir e impor a unidade de forma a restringir a experiência, suprimindo, para isso, a diferença e as contradições. O autor enumera as operações mais comuns do fechamento discursivo que buscam suprimir a natureza conflituosa da experiência (1992, p. 189). São elas³: (1) desqualificação; (2) naturalização; (3)

neutralização; (4) anulação de tópicos; (5) subjetificação da experiência; (6) negação de sentidos e negação plausível; (7) legitimação; e (8) pacificação.

A partir do acionamento organizacional desses fechamentos discursivos, Deetz considera que a estratégia tem duplo sucesso. Primeiro, para a organização, que se protege de ser foco de exames, discussões e mudanças. Mas a estratégia também age sobre os indivíduos que, na lógica da comunicação sistematicamente distorcida, assumem esse quadro fechado de interpretação.

Moriceau (2019) aborda o acionamento de práticas organizacionais dialógicas que podem vir a se constituir em instrumentos de gestão estratégica de controle. Para o autor, a organização perde a noção de alteridade a partir da comunicação dirigida a *stakeholders*, em que fala frequentemente com figuras sem rosto e veicula elementos de um discurso autoritário, ainda que sem querer.

Esse discurso autoritário é forjado no recurso estratégico ao diálogo, pervertendo-o e direcionando-o à desqualificação e à neutralização dos públicos percebidos como perigosos. Moriceau (2019) lista seis funções estratégicas de controle do diálogo: (1) *inteligência*; (2) *contenção*; (3) *desvio*; (4) *cooptação*; (5) *desqualificação*; (6) *legitimação*. Argumenta que o que se apresenta como diálogo torna-se um instrumento de gestão estratégica na busca por comunicar de maneira diferente com públicos específicos, considerando os riscos e as críticas que podem apresentar à organização. Alerta ainda que essas formas de exercício de poder, muitas vezes, passam despercebidas aos próprios profissionais de comunicação, que correm o risco de continuar atuando contra os desejos de uma sociedade mais justa, diversa e dialógica.

Em nossa pesquisa (Carnielli, 2021), as operações de promoção e de bloqueio ao diálogo elencadas por Bohman (2009), Deetz (1992) e Moriceau (2019) subsidiaram nossa proposição de indicadores de análise do acionamento estratégico do diálogo pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale a partir da trama acontecimental das tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Foram analisados 14 relatórios de atividades como exemplares da posição assumida publicamente pelas três organizações, com o registro estratégico feito por elas desde a irrupção das duas tragédias, em 2015 e em 2019, até o ano de 2021. Na pesquisa, conclui-se que a estratégia sistemática-

mente reproduzida ao longo dos relatórios das organizações é a do *paradoxo dialógico*. Nela, o diálogo é explicitado como valor orientador da comunicação das organizações com os públicos, declarado como seu compromisso de comunicação democrática, participativa, transparente e respeitosa. Implicitamente, um campo de forças antagônicas de promoção e de impedimento à interação dialógica é montado, em espécie de labirinto em que portas são concomitantemente abertas e fechadas, de modo que não se possa escapar dele.

Na tese, sustentamos a hipótese de uma *comunicação clínica* (Carnielli, 2021) que se ampara sobre a estrutura normativa da comunicação pública e, implicitamente, distorce o funcionamento pragmático da comunicação com operações sistemáticas e simultâneas de promoção e de obstrução dialógica. Ela se constitui em tentativas de controle estratégico das organizações sobre o processo de problematização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e de Brumadinho.

Considerações e possíveis desdobramentos

Neste texto, partimos da assimetria intrínseca às relações organizacionais a fim de considerar os processos de naturalização do poder das organizações e as consequências para a comunicação que produzem. Devido a seu poder econômico, político e simbólico, em muitas situações, as organizações detêm o monopólio das oportunidades para definir a si próprias e suas metas, bem como os processos estratégicos de alcançá-las. A formulação permite perceber as organizações como potencialmente (e não necessariamente, frise-se) produtoras de comunicação sistematicamente distorcida.

Quando uma organização distorce a comunicação, ela o faz em busca de imagem pública positiva. Nesse caso, a comunicação está sistematicamente distorcida porque se apresenta na aparência de ação comunicativa orientada à esfera pública, quando o interesse estratégico está tão somente na indução da percepção positiva, condensada na imagem pública. A marca privada do agente econômico compromissado com o lucro se expressa em sua estratégia. A comunicação estratégica não pode ficar limitada ao ambiente do mercado porque o negócio depende de relações outras que não apenas as

mercadológicas. A estratégia comunicacional precisa avançar sobre a esfera pública para proteger a própria atividade da pressão pública, o que se pretende alcançar por meio da imagem pública favorável, que pressupõe uma ideia de confiabilidade que só nessa dimensão pública pode ser alcançada.

Nas situações submetidas à comunicação sistematicamente distorcida, a imagem pública é o resultado funcional esperado, estrategicamente adequado à aparência de compromisso com o público própria da comunicação sistematicamente distorcida, quando a prática é a de uma (pseudo)comunicação que tende a não se abrir para além de traduções imagéticas, muitas vezes fugazes, desconexas e descontextualizadas. Mas, ainda assim, relativamente eficientes na proteção contra controvérsias, conflitos e negociações mediados em público. A imagem pública se coloca como uma espécie de chancela a partir de um lugar (o espaço público) que não se move pelo lucro ou por outros interesses particulares, mas por uma ideia de bem comum. No entanto, quando operada por meio da ação estratégica distorciva, a própria qualificação pública (necessariamente comunicacional) da imagem perde força e terminam acentuadas as características de fixação e fechamento da apreensão meramente visual do termo imagem.

No entanto, essa possibilidade de distorção da comunicação associada às organizações é desequilibrada pela convocação exercida por temas e acontecimentos públicos e precisa ser ativamente inibida em acordo com os critérios que norteiam a comunicação em um ambiente democrático. Como vimos, o diálogo é acionado estrategicamente pelas organizações como ideal e prática para cumprir esse papel. Em acordo com a proposta de Marques e Mafra (2017), a compreensão do diálogo como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações permite atentar para as operações de abertura e fechamento ao diálogo com os públicos no contexto democrático. A reunião das contribuições de Bohman (2009), Deetz (1992), Moriceau (2019) permite avançar nas possibilidades de identificação desses acionamentos tanto em termos normativos como pragmáticos. Acreditamos que esse referencial constitua caminho analítico profícuo para, no contexto específico da comunicação das organizações diagnosticar tanto os modos de operação como as consequências da comunicação sistematicamente distorcida.

Referências

- BALDISSERA, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. (org.). *Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 135–164. v. 1.
- BALDISSERA, R. Comunicação, cultura e interação nas organizações. In: MARCHIORI, M. (org.). *Cultura e interação*. São Caetano do Sul: Difusão, 2014. p. 87–99.
- BALDISSERA, R. Da pesquisa em Comunicação Organizacional: fundamentos teóricos e metodológicos, práticas e críticas. In: MARQUES, A. et al. (org.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 63–81. v. 2.
- BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, Â. C. S. (org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 85–108.
- BOHMAN, J. When water chokes: ideology, communication, and practical rationality. *Constellations*, v. 7, n. 3, p. 382–392, 2000.
- CARNIELLI, F. Z. *Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho*. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231841>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- CARNIELLI, F. Z. Instituições e interesse público: os processos de comunicação pública como estratégia instituinte. *Organicom*, v. 14, n. 26, p. 64–75, 2017.
- DEETZ, S. A. *Democracy in an age of corporate colonization: developments in communication and the politics of everyday life*. Albany, NY: Suny Press, 1992.

- DEETZ, S. Comunicação organizacional: fundamentos e desafios. In: MARCHIORI, M. (org.). *Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas*. São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p. 83–99.
- ESTEVES, J. P. *Sociologia da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GROSS, A. Systematically distorted communication: an impediment to social and political change. *Informal Logic*, v. 30, n. 4, p. 335–360, 2010.
- HABERMAS, J. On systematically distorted communication. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, v. 13, n. 1-4, p. 205–218, 1970.
- HENRIQUES, M. S. Visões críticas do poder corporativo: a dinâmica da influência na relação com os públicos. In: MAINIERI, T.; MARQUES, Â. (org.). *Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 76–90.
- HENRIQUES, M. S.; SILVA, D. R. Vulnerabilidade dos públicos frente a práticas abusivas de comunicação empregadas por organizações: limitações para o monitoramento civil. *Comunicação e Sociedade*, v. 26, p. 162–176, 2014.
- MAFRA, R. L. M.; MARQUES, A. C. S. Topografias do diálogo nos contextos organizacionais. In: MARQUES, A. C. S. et al. (org.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 83–98. v. 2.
- MAINIERI, T. et al. Comunicação e poder organizacional. In: MAINIERI, T.; MARQUES, Â. (org.). *Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 12–21.
- MARQUES, A. C. S. Prefácio. In: OLIVEIRA, I.; PENNINI, A.; MOURÃO, M. *Compreendendo um campo de conhecimento: reflexões epistemológicas sobre a Comunicação Organizacional a partir de autores brasileiros*. Curitiba: CVR, 2015.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M. Diálogo no contexto organizacional e lugares de estratégia, argumentação e resistência. *Organicom*, v. 10, n. 19, p. 82–94, 2013.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M. O diálogo, o acontecimento e a criação de cenas de dissenso em contextos organizacionais. *Dispositiva*, v. 2, n. 2, p. 2–20, 2014.

MARQUES, A. C. S.; MAFRA, R. L. M.; MARTINO, L. M. S. Desafios para a prática das relações públicas em sua interface com a democracia e questões de justiça. In: MAINIERI, T.; MARQUES, Â. (org.). *Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 91–123.

MARQUES, A.; MAFRA, R.; MARTINO, L. M. S. Um outro lugar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos no âmbito das organizações. *Dispositiva*, v. 6, n. 9, p. 76–92, 2017.

MORICEAU, J. A comunicação organizacional e os direitos do outro homem. In: MARQUES, A. C. S.; LIMA, F. P.; SILVA, D. R. (org.). *Comunicação e direitos humanos: IV SICO – Seminário Internacional de Comunicação Organizacional*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019. p. 25–39.

MUMBY, D. A comunicação organizacional em uma perspectiva crítica. *Organicom*, n. 10-11, p. 191-207, 2009.

OLIVEIRA, I. L.; PAULA, M. A.; MARCHIORI, M. Um giro na concepção de estratégias comunicacionais: dimensão relacional. *FISEC-Estrategias*, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Lomas de Zamora, año VII, v. 1, n. 17, p. 133–153, 2012.

PÉREZ, R. A. *Pensar la estratégia: otra perspectiva*. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

WEBER, M. H. Imagem pública. In: RUBIM, A. (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 259–307.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C.

(orgs.). *Comunicação pública e política: pesquisa e prática*. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23–56.

WEBER, M. H.; CARNIELLI, F. Z. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

WHITTINGTON, R. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, v. 44, n. 4, p. 44–53, out./dez. 2004.

| Sobre as pessoas autoras

Ágatha Camargo Paraventi

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Professora da Faculdade Cásper Líbero, USP, FGV, Aberje, INSPER e PUC-Rio. Pesquisa ética, governança corporativa e comunicação organizacional. E-mail: agathacamargo@yahoo.com.br

Catherine Moura

Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal Fluminense, na linha Estéticas e Tecnologias da Comunicação. Integra o Laboratório de Pesquisa em Games, Gambiarra e Mediações em Rede (GamerLab) e é pesquisadora do Cubo de Inovação da FGV Comunicação Rio. E-mail: catherine.nataliamourafferreira@gmail.com

Cíntia Sanmartin Fernandes

Doutora em Sociologia Política (UFSC), professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Cidade, com apoio do CNPq e do Programa Prociência-UERJ. E-mail: cintiasan90@gmail.com

Claudia Irene de Quadros

Doutora em Comunicação pela Universidade de La Laguna. Pós-doutora em Comunicação pela Universidade Pompeu Fabra (Espanha) e pela Universidade da Beira Interior (Portugal). Professora do PPGCOM-UFPR e líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura na Era Digital (COM21). E-mail: clauquadros@gmail.com

Claudia Nociolini Rebecchi

Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pesquisadora do Núcleo de Gênero, Raça e Tecnologia (UTFPR) e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (USP). E-mail: claudiarebecchi@utfpr.edu.br

Daniel Reis Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Ipê - Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas. E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br

Danusa Tederiche Borges de Faria

Doutoranda e mestre em Educação pela UERJ. Pedagoga e especialista em Gestão Educacional. Integra a equipe de projetos da Associação Internacional de Comunicação (AIC). E-mail: danusa@aic.org.br

Denise Salles da Costa Oliveira

Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora pela ECA-USP, com pós-doutorados na França e em Portugal. Pesquisa narrativas do eu, corpo, gênero e emoções. Coordena o Laboratório de Comunicação, Interação e Cultura e o Grupo de Pesquisa Corpo, Representação e Espaço Urbano.

E-mail: dcos@uerj.br

Fabio La Rocca

Sociólogo e doutor pela Sorbonne. É *maître de conférences* na Université Paul-Valéry Montpellier 3, onde dirige o Departamento de Sociologia e integra o Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Realidade e Imaginários Sociais (LEIRIS). Pesquisa imaginário social, ambiências urbanas e estudos visuais. É membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Cidade (UERJ) e do Grupo Kinropoliticon (PUC-RS).

E-mail: fabio.la-rocca@univ-montp3.fr

Fernando Gonçalves

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ) e pós-doutor em Sociologia do Cotidiano pela Sorbonne. Pesquisa arte, cultura visual e tecnologia. Bolsista CNPq e artista visual.

E-mail: goncalvesfernandon@gmail.com

Fiorenza Zandonade Carnielli

Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Comunicação e Informação, relações públicas e jornalista. Coordena o Observatório da Comunicação Pública e integra o Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP/UFRGS) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD).

E-mail: fiorenzazc@gmail.com

Flávia Magalhães Barroso

Doutora e mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda na UNIP. Especialista em Comunicação e Imagem (PUC-Rio) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Cidade. E-mail: flavinhamagalhaes@hotmail.com

Heather M. Zoller

Professora da University of Cincinnati e editora-chefe do *Journal of Applied Communication Research*. Pesquisa comunicação organizacional, saúde, ativismo e políticas públicas. Atua em comitês nacionais de pesquisa em saúde e ciência.

E-mail: zollerhm@ucmail.uc.edu

Inara Regina Batista da Costa

Doutora em Administração (UFMG), professora da Universidade Federal do Amazonas. Coordena o Laboratório de Comunicação e Conexões Estratégicas (LabConEst) e integra o Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia. Coordena o podcast *Elas na Ciência* (FAPEAM).

E-mail: inara.rp@gmail.com

José Carlos Messias Santos Franco

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Maranhão (Campus Imperatriz). Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Games, Gambiarra e Mediações em Rede (GamerLab/UFMA).

E-mail: jose.cmsf@ufma.br

Juliana Marques Borghi

Doutoranda e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Formada em Relações Públicas pela UEL. Profissional de RP da UFPR e inte-

grante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Cultura na Era Digital (COM21).

E-mail: juliana.marks@hotmail.com

Luísa de Souza Rocha Camargos

Graduada em Relações Públicas pela Faculdade Pitágoras. Atua como profissional de RP na Associação Internacional de Comunicação (AIC).

E-mail: luisa@aic.org.br

Marcos Fábio Medeiros Vieira

Doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Analista em Ciência e Tecnologia no Instituto Nacional de Câncer (INCA), onde atua em campanhas e eventos institucionais. Pesquisa corpo, emoções e cidade.

E-mail: marcosfv@inca.gov.br

Márcio Simeone Henriques

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordena o Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas (IPÊ).

E-mail: simeonemarcio@gmail.com

Mônica Cristine Fort

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP). Líder do Grupo de Pesquisa Apura Verdade – Investigação para o combate à desinformação.

Diretora da Abrapcorp.

E-mail: monicafort@gmail.com

Paulo de Tarso Ferreira de Carvalho

Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ.

Analista do INCA e advogado com atuação em comunicação institucional e gestão pública.

E-mail: ptarso@inca.gov.br

Patrícia Carla Gonçalves Salvatori

Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Docente da Universidade São Judas Tadeu, consultora em diversidade e integrante do Centro de Estudos de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (CECORP).

E-mail: psalvato@uol.com.br

Renata Tomaz

Professora da Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getulio Vargas. Doutora em Comunicação e Cultura. Autora do livro *O que você vai ser antes de crescer* (EDUFBA).

E-mail: renata.tomaz@fgv.br

Ricardo Ferreira Freitas

Professor Titular da Faculdade de Comunicação Social da Uerj. Bolsista PQ do Cnpq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Ex-presidente da Abrapcorp (2022-2024).

E-mail: rf0360@gmail.com

Victor Belart

Doutorando e mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Jornalismo Cultural e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Arte e Cidade.

E-mail: belart.victor@gmail.com

Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

Formas do ativismo na cidade: uma ilustração do imaginário coletivo na atmosfera sensível contemporânea

1. Essa concepção é o resultado de análises e discursos compartilhados com Micael Hershmann durante um seminário na UFRJ em maio de 2023.

Press Start ou Game Over: um estudo sobre resistência em uma comunidade fechada de jogadoras on-line

1. Disponível em: <https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/edicao-gratuita/>. Acesso em 14/09/2024.

2. Esporte eletrônico, ciberesporte ou e-sports, são alguns dos termos usados para as competições em que se utilizam jogos eletrônicos.

3. Disponível em: <https://lolesports.com/pt-BR/news/msi-2024-primer>. Acesso em: 14/09/2024

4. A Riot Games, Inc. é uma desenvolvedora, editora e organizadora de torneios de esportes eletrônicos americana criadora dos jogos, dentre os mais conhecidos estão o: League of Legends (LOL) e Valorant.

5. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/enm/2021/08/28/mulheres-no-e-sports-a-continua-luta-por-aceitacao.htm>. Acesso em 20/10/2024.

6. Por conta dos preceitos da etnografia virtual (Hine, 2016), nosso estudo se compromete a preservar a privacidade tanto da comunidade quanto dos indivíduos pesquisados. Todas as precauções também estão em conformidade as orientações do Código de Ética da Associação Internacional de Pesquisas na Internet (Association of Internet Researchers – AoIR) para evitar qualquer forma de prejuízo ou exposição a ataques misóginos. Disponível em: <https://aoir.org/ethics/>. Acesso em: 14/10/2024.

7. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/05/23/games-e-consoles/mulheres-gamers-escondem-genero-assedio-pesquisa/>. Acesso em: 02 de jan. 2023.

8. A transmissão de uma partida de determinado jogo, seja ele feito de forma on-line ou gravado.

9. A Steam é uma plataforma digital para entrega direta de software e gerenciamento de conteúdo. Por meio da sua informação de identificação, em inglês ID, é possível ver quais jogos os seus amigos estão jogando e se juntar a eles.

Ativismo, relações públicas e cidadania para pessoas com deficiência

1. Tradução da autora: Estudos da Deficiência.

Arte situada e a descolonização do conhecimento e do olhar

1. Entendo aqui subjetividade conforme propõem Félix Guattari e Suely Rolnik (1999), não como essência do indivíduo, mas como produção social de visões de mundo e modos de vida que são incorporados e vividos pelos sujeitos na vida social.

2. <https://www.premiopipa.com/ge-viana/>

3. <https://www.premiopipa.com/joelington-rios/>

4. Uma instalação prioriza a comunicação de um conceito a partir da disposição de objetos que dialogam com o espaço, buscando produzir reflexões a partir desse diálogo.

5. <https://www.premiopipa.com/pag/ayrson-heraclito/>

6. O ogan no Candomblé é o responsável por desde manutenções diversas das instalações até a sua principal função que é tocar e comandar os rituais.

7. <https://www.artforum.com/events/ayrson-heraclito-250095/>.

8. <https://www.premiopipa.com/castiel-vitorino-brasileiro/>.

9. <https://35.bienal.org.br/participante/castiel-vitorino-brasileiro/>.

10. Fabulação aqui é entendida como estratégia de ficcionalização que constroi narrativas a partir da imaginação de outros possíveis. A artista aposta na ficção visio-nária ou especulativa como método e tática de construção de uma crítica anticolo-

nial nos circuitos acadêmico e da arte, notadamente espaços de poder. O termo é compreendido aqui a partir da noção de ficção visionária, cunhada originalmente pelas escritoras e ativistas estadunidenses Walidah Imarisha e Adrienne Brown para designar uma forma de imaginação política que parte de situações concretas do presente para entende-las ou narra-las de outra forma, como parte do esforço de vislumbrar outros mundos e/ou futuros possíveis e desejados.

11. <https://www.premiopipa.com/uyra/>.

12. Para Fernandes, a fotografia expandida não corresponde a um novo gênero fotográfico, mas a um processo criativo que opera por contaminações entre meios e linguagens (como vídeo, filme, instalação, escultura).

13. O racismo ambiental é um termo usado para descrever situações de injustiça social no meio ambiental em contexto racializado, ou seja, nas quais comunidades pertencentes a minorias étnicas, como as populações indígenas, negras e asiáticas, são particularmente afetadas. Cf. Chavis, Benjamin. "Foreword" in *Confronting environmental racism: voices from the grassroots*. 1993. Boston, Mass: South End Press. 31.

14. As pinturas corporais são uma das marcas da artista e são usadas para compor os distintos visuais de sua criatura híbrida de humano e de floresta. As pinturas são inspiradas nas pinturas indígenas, feitas de sementes e plantas.

15. Tipo de documentário que busca suscitar questões acerca de nossas formas de conhecimento do mundo e rompe com a ênfase dada à representação realista do mundo histórico através de licenças poéticas e de estruturas narrativas menos convencionais e formas de representação mais subjetivas.

16. <https://www.premiopipa.com/ventura-profana/>.

17. A noção de uma performatividade das imagens foi desenvolvida em meu livro *Estéticas e políticas da representação na fotografia contemporânea* e diz respeito à mobilização da capacidade que as imagens têm, por serem elementos da cultura, de provocar associações mentais (estereotípicas ou não), de fazer ver, apagar, lembrar, esquecer, de tornar sensível uma ideia, um fato ou um conceito pelos jogos com seu extracampo e com distintas temporalidades.

Neofanfarras cariocas: música, cidade e a(r)tivismo

1. Citação recorrente do escritor Eduardo Galeano em seus seminários nos últimos anos de vida, incluindo em sua passagem pelo Brasil, em 2014, no Rio de Janeiro.
2. É importante esclarecer que alguns estudos no país remetem ao termo “fanfarra” no sentido de manifestações que são uma mescla de bandas militares e músicos de turmas de escola. Elas são, aliás, bastante diferentes esteticamente das neofanfarras ou fanfarras ativistas aqui apresentadas. Em várias cidades do país, esses grupos participam de desfiles comemorativos.
3. Entrevista realizada em agosto de 2019.
4. O termo “neofanfarra”, que nomeia o objeto de estudo, aparecerá várias vezes nesta pesquisa, mas em algumas oportunidades também será chamado apenas de fanfarra ou fanfarras ativistas.
5. Entrevista realizada em julho de 2020, via telefone.
6. Entrevista realizada em julho de 2020, via WhatsApp.
7. Essas entrevistas foram realizadas entre agosto de 2020 e agosto de 2021, predominantemente via WhatsApp, e aparecerão ao longo do texto.
8. “Honk” na língua inglesa significa buzina.
9. Latour (2012) trabalha a partir das controvérsias como ponto de contato importante para a percepção das dinâmicas do campo nas cartografias.
10. Entrevista com Gabriela Schmitz, realizada em agosto de 2020.
11. Com isso, identificamos também alguns trabalhos internacionais que tratam desse movimento de bandas de rua ativista integrado em nível global. Deve-se destacar que países como os Estados Unidos contam com uma vasta formação musical para jovens desde seu período escolar, com muitas pessoas alcançando esse imaginário de tocar em bandas itinerantes. Por sua vez, destacamos obviamente a vasta tradição do Brasil em festas populares e manifestações que se desenvolvem nas ruas.
12. É exatamente neste sentido que destacamos especialmente que durante este período (início dos anos 2010 aos dias atuais), muitos estudos do campo da Comunicação Social estiveram interessados em investigações do campo da música pop, do consumo e de distintas formas de ativismo (ou artivismo) através da própria música. Cabe ressaltar que o olhar da maioria dessas pesquisas diante do consumo tem um

recorte de quando o mesmo é um possível gerador de visibilidades, numa direção que já enunciava em décadas passadas o trabalho de Canclini (1995). Neste mesmo campo da Comunicação Social no Brasil, destacam-se investigações realizadas por grupos e laboratórios de pesquisa que associaram ativismos ou artivismos políticos a trânsitos produzidos, portanto, pela música pop e a cidade, entre elas investigações de grupos de pesquisa, como: CAC (UERJ), Nepcom (UFRJ), Juvenália (PPGCOM ESPM), Urbesom (UNIP), Labcult (UFF), Cultpop (UNISINOS), Grupop (UFPE), Muspop (UFRB) e LAMA (UFPE). Esses grupos contam com pesquisadores que recentemente têm produzido esforços de compreender sujeitos festivos e musicais que, através da música pop, das práticas culturais nas ruas da cidade ou do próprio consumo, apresentam diferentes modos de fazer política e produzir novas visibilidades e disputas. Trabalhos como os de Rocha (2019), Queiroz e Janotti Jr (2020), Argôlo (2021), Gumes (2021), Gelain (2017), Soares (2014), Sá (2015), Fernandes e Barroso (2019), Estevão e Herschmann (2020) estão entre eles.

13. Ver: FERNANDES, Cíntia Sanmartin; BARROSO, Flávia Magalhães; BELART, Victor. Cidade Ambulante: a Climatologia da errância nos coletivos culturais do Rio de Janeiro.

Ativismos e organizações: uma abordagem de governança para a reflexividade do ativismo de marcas

1. <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/02/jornalista-acusa-dono-da-riachuelo-de-ser-contra-gays-e-prega-boicote.html>
2. Harvard Business Review, 2015. <https://www.marketingjournal.org/finally-brand-activism-philip-kotler-and-christian-sarkar/>.
3. Astroturfing é a simulação ou a falsificação de mobilização espontânea de um grupo social com o objetivo de influenciar a opinião pública. O termo surge da palavra grassroots em inglês, que representa os movimentos sociais espontâneos e verdadeiros da opinião pública que emergem das “raízes da grama”. Astro Turf é o nome de uma marca de grama sintética, projetada para ter aparência de grama natural e foi usada pela primeira vez para atribuir esse significado por Lloyd Bentsen, senador dos EUA, após ter recebido montanhas de cartas em seu gabinete para pro-

mover os interesses da indústria de seguros, descrevendo como cartas fabricadas para parecer serem escritas por cidadãos defendendo interesses.

4. Relatório Indicadores de denúncias Alliant (2022).
5. Relatório KPMG Maturidade do Compliance (2021).
6. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/07/10/ifood-assina-acordo-com-mpf-e-mpt-para-encerrar-investigacao-sobre-direitos-dos-entregadores.ghtml>
7. <https://www.youtube.com/watch?v=eqGau0bHk5Y>

Da privatização à politização: infância, vivências digitais e direitos

1. Disponível em: <https://youtu.be/BEB8OxcJ0tg?t=333>. Acesso em: 29 out. 2024.
2. Haley Joel Osment protagonizou o premiado O sexto sentido (1999); Dakota Fanning estrelou, desde os 4 anos de idade, filmes como Uma lição de amor (2001) e Chamas da vingança (2004); Daniel Radcliffe tornou-se mundialmente conhecido por interpretar Harry Potter nos sete filmes da franquia (2001 a 2011).
3. Estrelas do canal Disney Channel, ao longo dos anos 2000, que, quando crescidas, se viram em escândalos ligados a conflitos parentais, uso de drogas lícitas e ilícitas e até processos criminais.
4. Disponível em: <https://www.ftc.gov/news-events/news/press-releases/2019/09/google-youtube-will-pay-record-170-million-alleged-violations-childrens-privacy-law>. Acesso em: 29 out. 2024.
5. Disponível em: <https://criancaeconsumo.org.br/noticias/mattel-e-influenciadores-mirins/>. Acesso em: 29 out. 2024.

Da privatização à politização: infância, vivências digitais e direitos

1. Ver em: https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/POLITICA_COM_2013-revisao-em-16.12.pdf.
2. Ver em: <https://ifpr.edu.br/instrucao-normativa-regulamenta-a-implementacao-da-curricularizacao-da-extendao-no-ifpr/>.
3. Ver em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/neabi-do-ifpr-divulga-relatorio-institucional-de-atividades/>.

4. Ver em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzN-vUoTLcCRUwFFo6dMWXAuRqKD-8qjbTzztRT-Agb8WpHI2VezX4Zrk7T4-CK_gZTb56t8rK8y2FeQ8odl4Cs7.
5. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Coordenação do CEP/ SD de 13 de julho de 2020. Número do Parecer: 4.940.840/ CAAE: 46803521.0.0000.0102.
6. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP/ IFPR/ Parecer CEP nº 5.055.969/ Em 22 de outubro de 2021.
7. Site institucional do IFPR Campus Curitiba: <https://ifpr.edu.br/curitiba/>.
8. Site institucional do IFPR Campus Paranaguá: <https://ifpr.edu.br/paranagua/>.
9. Ver em: https://www.facebook.com/Capoeirando-IFPR-Saberes-e-Pr%C3%A1ticas-de-um-Bem-Cultural-2178928885457445/?ref=page_internal.
10. Ver em: <https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Defesa-dos-Direitos-de-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-175672342960112>.
11. Ver em: https://drive.google.com/drive/folders/1H6o17yFxFx_xKLoy0aB2w0XmmU7ao3n1A?usp=sharing.
12. Ver em: https://drive.google.com/drive/folders/1H6o17yFxFx_xKLoy0aB2w0XmmU7ao3n1A?usp=sharing.
13. Entrevista concedida à autora em 25 de outubro de 2021.
14. Entrevista concedida à autora em 27 de outubro de 2021.
15. Entrevista concedida à autora em 26 de outubro de 2021.
16. Entrevista concedida à autora em 29 de outubro de 2021.
17. Entrevista concedida à autora em 30 de outubro de 2021.

Para que todos caibam no mundo: histórias de vida, construção de memórias em rede e mobilização social

1. Para ouvir a íntegra da entrevista acesse: <https://youtu.be/CnCHOsp3yOs>
2. Para saber mais sobre isso acesse: <https://www.inclusiveluisa.aic.org.br/post/minhas-atividades-como-palestrante>
3. Para conhecer acesse @lusrcamargos

4. Para conhecer acesse <https://manodown.com.br/>
5. Para saber mais acesse <https://www.hojemais.com.br/andradina/noticia/geral/co-nheca-a-historia-da-primeira-relacoes- publicas-com-down-do-brasil>
6. Para conhecer mais acesse <https://aic.org.br/>
7. Para saber mais acesse <https://aic.org.br/projetos/pagina/2/#listagem>
8. Para conhecer o projeto acesse <https://aic.org.br/atuacao/educacao/educacao-in-clusiva/>
9. Para baixar os materiais produzidos acesse produções no link <https://aic.org.br/atuacao/educacao/educacao-inclusiva/>
10. A opção pela escrita junta dessas palavras significa compartilharmos da posição de Garcia e Alves (2012), com relação a essa forma de grafia, que significa uma tentativa, um exercício, de superação da dicotomia provocada por esses termos, tentando estabelecer também uma coerência entre formação e vida. O sentido maior desse exercício talvez seja a ruptura com a dicotomia ao tratar a investigação da formação, a vida da formação, o saber do fazer, entendendo estas como instâncias que não se separam. Conferir em: GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. Sobre a formação de professores e professoras: questões curriculares. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012
11. Para conhecer acesse <https://www.inclusiveluisa.aic.org.br/blog>

Prevenção à próxima epidemia: organização para reduzir a desigualdade por meio do Movimento Cooperativista Sindical

1. Universidade de Cincinnati - Cincinnati, OH 45221-0184

O desafio da pandemia em narrativas e estratégias de comunicação pública

1. Número de vezes que as miniaturas do vídeo apareceram aos visitantes. Apenas inclui as impressões no YouTube, não em sites externos ou aplicações. Fonte: YouTube.

2. Visualizações por impressões apresentadas. Isto mede a frequência com que os visitantes viram um vídeo após verem uma impressão. Fonte: YouTube.

Dinâmica dos públicos como atores sociais em conflitos socioambientais

1. A pesquisa é denominada Vulnerabilidades comunicacionais dos públicos em situações de conflito e controvérsia na área ambiental, iniciada em novembro de 2021, co-coordenada pelo Prof. Dr. Daniel Reis Silva (UFMG) e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

2. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 03 mar 2023.

3. Vejamos que, neste sentido, está presente também na informática, por exemplo, quando uma máquina detecta um conflito entre endereços de IP, que não permite a conexão em uma rede até que se defina corretamente por um endereço de IP compatível.

4. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 13 mar 2022. A CPT realiza desde a década de 1970 coleta, organização e divulgação de dados através de relatórios sobre conflitos no campo.

5. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em: 13 mar 2022. De iniciativa do Grupo de Pesquisa em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA), mantém um mapa de conflitos no Estado de Minas Gerais desde 2007.

A comunicação no contexto organizacional das plataformas digitais de trabalho de cuidado

1. Este estudo recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

2. A partir deste momento do texto, vou me referir às trabalhadoras ao tratar de quem realiza o trabalho do cuidado, tendo em vista que são as mulheres quem nor-

malmente desempenha tal atividade, conforme é possível observarmos nos dados apresentados neste capítulo.

3. Informação disponível no site da Sitly: <https://www.sitly.com.br> . Acesso em 20/05/2023.

4. Informação disponível no site da Parafuzo: <https://parafuzo.com> . Acesso em 20/05/2023.

5. Informação disponível no site da Donamaid: <https://www.donamaid.com> . Acesso em 20/05/2023.

6. Em 2013, a Constituição Federal brasileira sofreu modificação para considerar a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais (cf. LIAZIBRA, 2023).

7. Uso o termo plataformação do trabalho no sentido de tratar sobre o fenômeno que caracteriza o trabalho mediado e controlado pelas empresas de plataforma digital, tal como também tem sido utilizado por outros estudiosos do tema (Grohmann, 2020).

Entre o público e a organização

1. Neste texto, os autores têm o objetivo de problematizar a abordagem de Edwards (2016) quanto à postura colaborativa das Relações Públicas para a deliberação democrática. A comunicação sistematicamente distorcida está no escopo das considerações sobre os desafios das relações públicas ante a ética do discurso ou, na sua falta, diante de ideologias e da naturalização de assimetrias. O conceito é resgatado em Habermas (1970), Bohman (2000) e Gross (2010). As particularidades de sua dinâmica no ambiente organizacional não chegam a ser aventadas no texto.

2. A ideia da criação de harmonia como objetivo da profissão de Relações Públicas está presente em alguns textos da área no Brasil. Por exemplo, Simões (2009, p. 154) afirma que a profissão, abstratamente, visa à construção de uma sociedade mais harmônica e reforça a ideia recorrendo à seguinte citação: “Toda profissão tem um propósito moral. A Medicina tem a Saúde. O Direito tem a Justiça. Relações Públicas tem a Harmonia – a harmonia social” (Paluszek apud Seib: Fitzpatrick, 1995, p. 1)”.

3. As nomeações dos oito tipos de fechamentos discursivos foram traduzidas por mim, do original em inglês (DEETZ, 1992, p. 189-198): (1) disqualification, (2) naturalization, (3) neutralization, (4) topical avoidance, (5) subjectification of experience, (6) meaning denial and plausible deniability, (7) legitimation e (8) pacification.



Daniel Reis Silva é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Ipê - Grupo de Pesquisa em Instituições, Públicos e Experiências Coletivas.
E-mail: daniel.rs@hotmail.com.br

Mônica Cristine Fort é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP). Líder do Grupo de Pesquisa Apura Verdade – Investigação para o combate à desinformação. Diretora da Abrapcorp.
E-mail: monicafort@gmail.com

Ricardo Ferreira Freitas é professor Titular da Faculdade de Comunicação Social da Uerj. Bolsista PQ do Cnpq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Ex-presidente da Abrapcorp (2022-2024).
E-mail: rf0360@gmail.com